

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



1982 — PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

123

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO
RIO GRANDE DO SUL



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

(Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 4373 de 24-XI-1921, Decreto Estadual nº 16.565, de 15-IV-1964 e Decreto Municipal nº 2464, de 10-XII-1962)

Sede Social: Rua do Riachuelo, 1317 — Caixa Postal 359
Telefone: 24-3760

90.000 — Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS), BRASIL

DIRETORIA (Biênio 1980-1982)

Presidente Perpétuo — Adroaldo Mesquita da Costa

1º Vice-Presidente — Guilhermino Cesar

2º Vice-Presidente — Arthur Ferreira Filho

Secretário-Geral — Ruben Neis

Secretário — Paulo Xavier

Tesoureiro-Geral — José de Araújo Fabrício

Tesoureiro — Dante de Laytano

Orador — Carlos de Souza Moraes

Diretoria da Biblioteca — Moacyr Domingues

Conselho Fiscal

Laudelino Teixeira de Medeiros

Riograndino da Costa e Silva

Sérgio da Costa Franco

Comissão de Revista

Carlos Reverbel

Guilhermino Cesar

José de Araújo Fabrício

Sérgio da Costa Franco

À Mesa da Assembléia Legislativa do Estado que, sob a presidência do Deputado AIRTON DOS SANTOS VARGAS, patrocinou a edição deste número 123, o profundo reconhecimento do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

S U M Á R I O

PRIMEIRA PARTE

Adroaldo Mesquita da Costa

Dom Feliciano José Rodrigues Prates (Conferência) 3

Earle Diniz Macarthy Moreira

A Banda Oriental e o Reconhecimento da Independência do Brasil pela Espanha 25

F. Riopardense de Macedo

O “Diário de Porto Alegre” na história da cidade 33

Renato Costa

Os Três Institutos Históricos do Rio Grande do Sul 43

Sérgio da Costa Franco

As causas da Revolução Farroupilha 53

José de Araújo Fabrício

Os Vargas — Uma estirpe faialense no Rio Grande do Sul..... 63

SEGUNDA PARTE

Affonso Guerreiro Lima

Pequeno Dicionário Toponomástico do Rio Grande do Sul — S - Z (Conclusão)

Thomaz Carlos Duarte

Anais dos Congressos de História e Geografia Sul-Rio-Grandense realizados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul — Índice por títulos 123

TERCEIRA PARTE (Documentação)

Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, Ano IV, nº 1, 1863 157

Alocação sobre Silveira Martins, por J. F. de Assis Brasil, em 4/8/1935..... 183

Arquivo Borges de Medeiros 185

QUARTA PARTE

Pareceres

— Correta numeração das legislaturas da Assembléia Legislativa do Estado	209
— Data de criação do município de Vacaria	211
— Nome correto do município de Barão de Cotegipe	213
Defesa Judicial do Instituto (Sentença do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública, de Porto Alegre, Dr. Élvio Schuch Pinto, em 2-4-1982)	215

PRIMEIRA PARTE

COLABORAÇÃO
(Artigos e palestras)

DOM FELICIANO JOSÉ RODRIGUES PRATES

13 DE JULHO DE 1981: BICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO PRIMEIRO BISPO DO RIO GRANDE DO SUL.

Conferência do Presidente **Adroaldo Mesquita da Costa.**

Inteiramente solidário com as solenidades que o Estado do Rio Grande do Sul, tendo à frente a Igreja Católica e seus fiéis, dirigidos por sua Eminência Reverendíssima o Cardeal Dr. Alfredo Vicente Scherer, acompanhado de seus 15 Bispos Sufragâneos e do povo em geral estão comemorando o Bicentenário do nascimento do Primeiro Bispo de nossa Antiga Província, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul abre as portas de sua sede própria para realizar esta sessão magna, ímpar e extraordinária, a fim de recordar a figura venerada e benemérita de Dom Feliciano José Rodrigues Prates, que hoje completaria dois séculos de existência, nascido que foi a 13 de julho de 1781, na antiga Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, atualmente Cidade de Gravataí.

Em sua homenagem e em exaltação às excelsas virtudes que lhe ornaram a alma benfazeja, vamos repassar-lhe a vida, do berço ao túmulo, para roborar que Dom Feliciano José Rodrigues Prates é, sem dúvida, um dos maiores filhos de que se orgulha o Rio Grande do Sul.

Nesta casa, desde sua fundação, a 5 de agosto de 1920, até hoje, dos seus 115 sócios, dos quais 55 fundadores, que sou o único sobrevivente, e 63 efetivos, sete deles, já falecidos, lhe escreveram a vida, a saber: 1º) Professor Achiles Porto Alegre, fundador, falecido a 21 de março de 1926; 2º) Clemenciano Brum Barnasque, efetivo, falecido a 22 de dezembro de 1941; 3º) Afonso Aurélio Porto, fundador, falecido a 10 de setembro de 1945; 4º) Dr. Mário Teixeira de Carvalho, efetivo, falecido a 20 de setembro de 1945; 5º) Padre Luiz Gonzaga Jaeger, S. J., efetivo, falecido em 21 de fevereiro de 1963; 6º) Professor Walter Spalding, efetivo, falecido a 5 de julho de 1976 e 7º) Monsenhor Dr. João Maria Bento Balém, efetivo e benemérito, falecido a 18 de janeiro de 1978.

Escreveram, ainda, sobre Dom Feliciano, o Arcediago Vicente Zeferino Dias Lopes, em 1873; eu mesmo, em 31 de julho de 1951; Francisco Salles, em julho de 1976, sobre a Família Prates no Rio Grande do Sul e Pedro Jacinto de Mallet Jobim, em dezembro de 1976, sobre a família Prates no Brasil. E de todos esses 11, sem exceção de nenhum, colhi preciosas achegas com que ora enriqueço minha pobre oração.

São as seguintes as gerações dos imediatos ancestrais do Primeiro Bispo do Rio Grande do Sul:

Simão Rodrigues de Carvalho e sua mulher Josefa Maria de Souza, pais do Tenente de Ordenanças José Rodrigues de Carvalho, natural de Lisboa, e o Alferes Manoel do Couto e sua mulher Maria Faustina Carneiro, pais de Teodósia Maria Faustina Carneiro, nascida a 4 de setembro de 1729, na freguesia do Santíssimo Sacramento, da Praça de Colônia, onde também foi batizada.

A 22 de dezembro de 1747, o Tenente de Ordenanças José Rodrigues de Carvalho casou-se com Teodósia Maria Faustina Carneiro, na freguesia do Santíssimo Sacramento, da Praça de Colônia.

O Tenente de Ordenanças José Rodrigues de Carvalho e sua mulher Teodósia Maria Faustina Carneiro são os pais de João Nepomuceno José Rodrigues de Carvalho, nascido e batizado a 22 de dezembro de 1755, na freguesia do Santíssimo Sacramento, da Praça de Colônia e falecido em Rio Pardo, em 6 de julho de 1803, com 48 anos de idade.

João Rodrigues Xavier Prates, Capitão-Mor de Laguna, nascido em Entremoz, no Alto Alentejo, casou em Laguna, em 1724, com Izabel Gonçalves Ribeiro, natural do Porto, fundador da Vila de Laguna e de sua mulher Maria dos Passos Duarte, natural dessa Vila.

O Capitão-Mor João Rodrigues Xavier Prates e sua Mulher Izabel Gonçalves Ribeiro são os pais de Izabel Antônia Ribeiro, natural de Laguna, onde foi batizada a 22 de fevereiro de 1730, na freguesia de Santo Antônio dos Anjos. Casou-se esta na Matriz da mesma vila, a 26 de junho de 1745, com o Alferes do Regimento dos Dragões do Rio Grande de São Pedro, Antônio Nunes da Costa, batizado a 7 de julho de 1730, freguesia em que nasceu, na matriz de Santa Cruz, freguesia de Pombal, termo da Vila de Santarém, na Beira Baixa, Patriarcado de Lisboa Oriental. É filho legítimo de Manuel Nunes da Costa e de Gracie Duarte.

O Alferes Antônio Nunes da Costa e sua mulher Izabel Antônia Ribeiro são os pais de Maria Leocádia Xavier Prates nascida na freguesia do Rio Grande de São Pedro, a 17 de novembro de 1761 e aí batizada pelo vigário Manoel Francisco da Silva, a 27 do mesmo mês e ano, sendo-lhe padrinhos o próprio Vigário e Joana Maria da Purificação, mulher de Lucas-Fernandes. Frei Rafael da Purificação casou-a no dia 2 de novembro de 1777, na matriz de Nossa Senhora dos Anjos, hoje Gravataí, com João Nepomuceno Rodrigues de Carvalho, tendo ela 16 anos, falecida aos 73 anos, no dia 25 de outubro de 1834, na freguesia do Rio Pardo.

Os 11 filhos do casal de João Nepomuceno Rodrigues de Carvalho e Maria Leocádia Xavier da Costa Prates são os seguintes:

1. Feliciano, nascido em 1778 e falecido dias após o nascimento.
2. Padre Felisberto Nepomuceno Prates, batizado a 7 de junho de 1779, na freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo e falecido a 11 de fevereiro de 1835, em Caçapava.

Com o nome de Frei Felisberto de Santa Leocádia Prates, em 1802, foi carmelita descalço, na Corte do Rio de Janeiro. Em novembro de 1827, obteve de Sua Santidade o Papa Leão XII o Breve da Perpétua Secularização com o beneplácito imperial, cuja concessão foi processada no Juízo Eclesiástico de São João de Cachoeira, hoje Cachoeira do Sul. Então, já padre secular, tornou-se Cura da “Capela de São Gabriel, o Anjo”, em São Gabriel, no Rio Grande do Sul.

Na qualidade de Cura dessa Capela, pediu ao Presidente da Província lhe fossem cedidos três sinos que se encontravam nas Missões.

Em data de 3 de abril de 1832, Diogo Antônio Feijó dirigiu ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Desembargador Manuel Antônio Galvão, o ofício do teor seguinte:

“Ilmo. e Exm.º Sr.

Em resposta ao ofício do Vice-Presidente dessa Província de 26 de abril do ano próximo passado, que acompanhou uma representação do Padre FELISBERTO NEPOMUCENO PRATES, cura da Igreja filial de São Gabriel, em que pedia para aquela Igreja três sinos, que se acham em Missões.

Manda a Regência em nome do Imperador, participar a V. Ex.ª para a sua inteligência, que se tais sinos não são ali necessários, V. Ex.ª os fará passar para a referida Igreja de São Gabriel, onde se conservarão até segunda ordem.

Deus guarde a V. Ex.ª.

Palácio do Rio de Janeiro, em 3 de abril de 1832.

(a) DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ

Sr. Presidente da Província do Rio Grande do Sul
Porto Alegre

Desembargador Manuel Antonio Galvão

3. Felício José Rodrigues Prates, nascido a 13 e batizado a 23 de julho de 1781, na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, hoje cidade de Gravataí, na região denominada Glorinha.

Batizado com o nome de Felício, este lhe foi mudado pelo de Feliciano, por ocasião de sua crisma em 31 de outubro de 1790 em Porto Alegre.

Foi o 1.º Bispo da diocese do Rio Grande do Sul e dirigiu-a de 29 de maio de 1853 a 27 de maio de 1858.

4. Flaubiana Fausta da Costa Prates, batizada a 4 de agosto de 1784, em Rio Pardo, onde, a 31 de julho de 1809, desposou o Alferes a seguir, promovido a Capitão, Manoel Carvalho da Silva, natural de Cachoeira do Sul onde faleceu em 1836. Este era filho do Capitão de Cavalaria Auxiliar Manuel da Silva, nascido na freguesia de São Nicolau, no Porto, e falecido em Cachoeira do Sul, em 14 de março de 1870, havendo casado em 2 de julho de 1760, em Rio Grande, com Faustina Corrêa Pires.

5. Capitão Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates, batizado a 27 de outubro de 1786, na freguesia de Rio Pardo e falecido em 28 de outubro de 1865, em São Gabriel.

Casou-se em primeiras núpcias, a 17 de julho de 1810, em Cachoeira do Sul, com Clara Flora de Avelar, nascida a 12 de julho de 1791, aí batizada a 15 de agosto seguinte, em Ca-

choeira do Sul, filha do Capitão Raimundo Silveira Santos, nascido em Rio Pardo e de sua mulher D. Inocência Maria de Bitencourt, nascida na freguesia da Vila do Desterro, em Santa Catarina e falecida a 15 de agosto de 1798 em Cachoeira do Sul, com 60 anos de idade.

Houve o casal 10 filhos, todos nascidos na Fazenda de Caieira, em São Gabriel.

Casou-se em segundas núpcias, a 5 de março de 1832, no Oratório de sua mãe, no Capivari, em Rio Pardo, com sua sobrinha Cândida Flora de Carvalho Prates, nascida em 5 de março e batizada a 11 de abril de 1814, em Rio Pardo, filha do Capitão Manuel Carvalho da Silva, nascido em 1783, em Cachoeira do Sul onde faleceu em 1836, e de Flaubiana Fausta da Costa Prates, batizada a 4 de agosto de 1784 em Rio Pardo, filha de João Nepomuceno José Rodrigues de Carvalho e de Maria Leocádia Xavier Prates.

Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates era avô de Júlio Prates de Castilhos.

6. Florêncio Nepomuceno de Carvalho Prates, batizado a 15 de novembro de 1788, em Rio Pardo, onde, em 8 de julho de 1824, casou com Izabel Antônia da Silva, nascida em São Gabriel e, então, viúva de Jerônimo Francisco Soares.

7. Florinda da Costa Prates, nascida a 20 de março e batizada a 20 de abril de 1791, em Rio Pardo.

8. Francisco de Carvalho Prates, nascido a 14 e batizado a 23 de outubro de 1794, em Rio Pardo. Foi ordenado sacerdote da Igreja Católica, Apostólica, Romana. Seus avós maternos são Antônio Nunes da Costa e Izabel Antônia Ribeiro, natural de Laguna. Foram seus padrinhos de batismo o Reverendo Padre João de Almeida Pereira e Febrônia Emerenciana, como se vê da certidão do teor seguinte:

“Assentamento de Batismo. L 6º, fl. 100-V em Rio Pardo.
Francisco

Aos vinte e três dias do mez de Outubro de mil setecentos e noventa e quatro annos, nesta matriz de Rio Pardo, baptizei e pus os santos Óleos a FRANCISCO, que nasceu a quatorze do corrente, filho legítimo de João Nepomuceno de Carvalho, natural de Colônia e de sua mulher Leocádia Xavier Prates, natural de Rio Grande. Avós paternos: José Rodrigues de Carvalho, natural de Lisboa e Dona Teodosia Faustina Carneiro, natural de Colônia. Avós maternos: Antônio Nunes da Costa, natural de Portugal, e de Dona Izabel Antonia Ribeiro, natural de Laguna. Foram Padrinhos o Reverendo Padre João de Almeida Pereira e Febronia Emerenciana. Do que para constar fiz este assento que assignei.

(a) O Vigr. Manuel Marq's de S'Payo”.

Merecem ser citados mais dois padres na família Prates, a saber: Padre-Mestre Francisco Rodrigues Xavier Prates (1725 a 1784) e o Padre João Rodrigues Xavier Prates (filho), nascido em 1727 e que foi Vigário de Gravataí. O primeiro foi comissionado pelo Governo Português para organizar e administrar a Real Feitoria do Linho-Canhamo, iniciada no Rio Grande do Sul, nas proximidades de São Leopoldo e mais tarde, em 1783, a segunda, de Canguçu, hoje território de Pelotas. Ambos são filhos legítimos do Capitão-Mor João Rodrigues Xavier Prates.

9. Felisberta Florisbela da Costa Prates, nascida a 5 e batizada a 21 de novembro de 1796, em Rio Pardo, casou a 20 de fevereiro de 1814 com Severino Antônio da Silveira e faleceu a 1.º de outubro de 1882. Este era irmão do General Farroupilha João Antônio da Silveira, e filho do Sargento-Mor João Antônio da Silveira, nascido a 18 de junho de 1758, na povoação de Rio Grande, e de Rosa Angélica do Nascimento, nascida no Rio Grande.

10. Francisca Fausta da Costa Prates, nascida a 30 de dezembro de 1798, em Rio Pardo, com o nome de Francisca Firmina da Costa Prates. Casou, a primeira vez, em 30 de dezembro de 1818, em Rio Pardo, com Francisco de Paula Pacheco, batizado em 9 de agosto de 1785, na freguesia de Triunfo, onde faleceu em 1829, filho de Luiz Vicente Pacheco de Miranda e Gertrudes Barbosa de Menezes.

11. Feliciano Fausta da Costa Prates, nascida a 5 de fevereiro e batizada a 29 de março de 1803, em Rio Pardo, onde a 8 de julho de 1824 casou com Antônio José de Carvalho Júnior, nascido em 1802 e falecido a 12 de setembro de 1841, em Rio Pardo, com 39 anos, filho de Antônio José de Carvalho e Domicia Antônia de Oliveira.

DIA DO NASCIMENTO DE DOM FELICIANO JOSÉ RODRIGUES PRATES

Não me foi fácil verificar, com exatidão, o dia de seu nascimento. É que a certidão de seu batismo, registrada em livro impróprio, se de um lado lhe omite o dia do nascimento, do outro lhe consigna o nome de Felício, quando Feliciano é o nome que ostenta como Bispo.

Disse eu “registrado em livro impróprio”, porque Dom Feliciano era de cor branca e homem livre, quando, no entanto, o registro de seu batismo, se encontra à página 267 verso, do Livro nº 1, de batizados de Escravos e Índios da Aldeia dos Anjos, recolhido ao Arquivo da Câmara Eclesiástica do Arcebispo desta capital, onde se lê:

“REGISTRO DE BATISMO

Felício — Aos vinte e três dias do mês de julho de mil setecentos e oitenta e um, nesta matriz de Nossa Senhora dos Anjos, Bispado do Rio de Janeiro, batizei e puz os Santos Óleos a FELÍCIO, filho legítimo de João Nepomuceno de Carvalho, natural e batizado na matriz do Sacramento da Nova Colônia e de Maria Leocádia, natural e batizada na matriz de Nossa Senhora do Rosário do Rio Grande de São Pedro do Sul. Neto da parte paterna, de José Rodrigues de Carvalho, natural da cidade de Lisboa e D. Teodósia (Maria Faustina Carneiro), natural e batizada na matriz do Sacramento da Colônia, e da parte materna, do alferes Antônio Nunes da Costa, natural da Europa e de D. Isabel Antônia Ribeiro, brasileira, natural e batizada na matriz de Santo Antônio dos Anjos de Laguna. Foram Padrinhos Santos Costa Teles e Margarida da Costa Prates. Do que fiz este assento que assinei: O Vigário Bernardo Lopes da Silva”.

Como se acaba de verificar, consigna a certidão de batismo o nome de Felício, mas não diz coisa alguma sobre o dia do nascimento.

POR QUE BATIZADO COM O NOME DE FELÍCIO, VEIO A CHAMAR-SE FELICIANO?

No processo de sua ordenação sacerdotal, encontrei a chave do enigma.

Ouvi alhures que como tivesse tido anteriormente um irmão chamado Feliciano e houvesse este falecido pouco depois de nascido quiseram os pais conservar-lhe o nome na família e por

isso, a 31 de outubro de 1790, quando da crisma, pelo visitador Padre Agostinho José Mendes dos Reis, nesta capital, sendo padrinho Domingos Sarmento de Madureira, foi-lhe mudado o nome para Feliciano.

É o que comprova a certidão anexa ao processo da ordenação, existente no Arquivo da Cúria, da cidade do Rio de Janeiro, e do teor seguinte:

“CERTIDÃO DE CRISMA

José Inácio dos Santos Pereira, Vigário colado na freguesia de Porto Alegre, por sua majestade fidelíssima, etc.

Certifico que revendo o Livro dos assentos dos crismados nesta freguesia, nele a folhas sessenta e nove, no dia trinta e um do mês de outubro de mil setecentos e noventa anos, crismando o reverendo visitador Agostinho José Mendes dos Reis se acha um do teor e forma seguinte: FELÍCIO, aliás FELICIANO, que agora tomou, filho de João Nepomuceno de Carvalho e de Maria Leocádia Xavier Prates; padrinho: Domingos Sarmento de Madureira. E não se contém mais no dito assento, ao qual me reporto e fica averbada, à sua margem. Porto Alegre, 16 de março de 1802.

José Ign. dos Santos Prates”.

O DIA DO NASCIMENTO

Quanto ao dia de nascimento, não foram menores as dificuldades em encontrá-lo.

Clemenciano Barnasque, nas Efemérides Riograndense, publicadas em 1931, ao tratar da efeméride do dia 27 de maio, a páginas 136, dá o nascimento do ilustre sul-rio-grandense, como ocorrido a 13 de junho de 1781, quando, a páginas 177, na efeméride de 3 de julho, esquecido do que escrevera pouco antes, registra o dia 17 de julho, como o daquele nascimento.

Aliás, não foi original nesse engano, porque Múcio Teixeira, a páginas 265, do volume I, d “Os Gaúchos” publicado em 1920, já havia também afirmado haver ocorrido aquele nascimento a 17 de julho, como também já o fizera, antes dele, em 1917, Achilles Porto Alegre, a páginas 26 de seus “Homens Ilustres do Rio Grande do Sul” e, anteriormente, ainda, João Maia, a páginas 191, da 4ª Edição de sua “História do Rio Grande do Sul”.

O Dr. Manuel de Alvarenga, n “O Episcopado Brasileiro”, editado por A. Campos em 1915, em São Paulo, dá o ano de 1791, como o do nascimento, erro que se acha reproduzido não só nas notícias incompletas que se encontram no “Anuário Eclesiástico”, ano II, 1919-1920, Edicion Americana, por E. Subirana, em Barcelona, na Espanha, como também no estudo “Dois Grandes Ministros do Senhor”, de Walter Spalding, a páginas 53, da revista “Rainha dos Apóstolos”, ano VII, nº 9 publicada em Vale Veneto, no Rio Grande do Sul, pelos padres Palotinos.

Antecedendo, porém, a quantos biografaram D. Feliciano, cometera o Arcediago Vicente Zeferino Dias Lopes falta idêntica, ao escrever, a 19 de julho de 1871, o primeiro esboço biográfico do primeiro Bispo do Rio Grande do Sul.

Pude certificar-me do engano em que laboram todos eles, em face de duas provas incontestes.

O EPITÁFIO NA LÁPIDE DE SEU SEPULCRO

“Hoc Loco Deposita Sunt Ossa
Feliciani Josephi Rodrigues Prates

Primi Hujus Ecclesiae Episcopi
Natus. III. ID. JUL. A.D. MDCCLXXXI
Vixit Annos LXXVI Menses X Dies XIII
Quorum In Episcopatu Annos IV Menses XI Dies XXIX
O Cives et Catholicae Gentes
Tradite Posteris Patris Nomen.”

Ora, se ele nasceu nos terceiros idos de julho, como aí se lê, tinha de nascer, evidentemente, no dia 13 de julho que é o dia que àqueles Idos corresponde. E só tendo nascido a 13 de julho de 1781 é que podia ele ter vivido 76 anos, 10 meses e 13 dias, conforme se lê no epitáfio, pois faleceu a 27 de maio de 1858.

A BULA DE SUA NOMEAÇÃO

Constitui a segunda prova a Bula de sua nomeação de bispo. Encontra-se no Arquivo da Cúria Metropolitana, desta capital. Nela vemos confirmado o dia 13 de julho de 1781, como o do nascimento, pois dela constam estas palavras:

“...habuimus diligentem domum ad Te ex legitimis catholicis honestisque parentibus Tertio Idus Julii Anni Millesimi Septingentesimi Octogesimi primi progenitum.”

O Idus, segundo os romanos, era o dia 15 dos meses de março, maio, julho e outubro, e o 13, dos demais. O segundo, terceiro e quarto dia dos Idos é, respectivamente, o primeiro, segundo, terceiro dia antes dos Idos. O arcediogo Vicente Zeferino Dias Lopes, talvez por inadvertência, traduziu tertio idus, por 17 de julho, contando os dias para frente, isto é, para depois do dia 15, ao invés de o fazer para trás, como o faziam os romanos e, daí, o seu engano até hoje, repetido, sem maior exame, por quantos lhe seguiram as pegadas.

OS ESTUDOS PRIMÁRIOS

Os estudos primários D. Feliciano os iniciou na própria aldeia, passando a freqüentar as aulas de latim na povoação de Porto dos Casais, onde encontrou o jovem Padre Tomé Luiz de Souza, recém-ordenado, mais velho do que ele dez anos de idade. Decidiram os pais mandá-lo para o Seminário de Nossa Senhora da Lapa, no Rio de Janeiro, onde cursou, com brilho, as matérias necessárias à carreira eclesiástica. Aplicado, obediente, de gênio bondoso e jovial, contando 23 anos completos recebeu, em 25 de julho de 1804, a sagrada ordem do presbiterado das mãos de Dom Frei de Santa Maria, bispo de Angola.

AS ORDENS MENORES

A primeira tonsura e as ordens menores do ostiariato, leitorato, exorcistato e acolitato, recebeu-as a 19 de novembro de 1803; o subdiaconato, no dia seguinte e o diaconato, a 27 do mesmo mês e ano, dadas todas pelo bispo de São Paulo, Dom Mateus de Abreu Pereira.

O PRESBITERATO

E, como houvesse sido dispensado a 11 de junho de 1804, em um ano de idade, pôde ser ordenado presbítero, no seminário da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro, a 25 de julho do mesmo ano pelo bispo de Angola, Dom Frei Joaquim de Santa Maria.

Para ajuda de seu patrimônio, recebeu em doação, de sua tia e madrinha, Dona Teodósia Margarida, por escritura pública de 26 de fevereiro de 1803, um quarto de casas sitas na então rua Formosa, nesta capital, com 20 palmos de frente por 233 de fundos, avaliado em 550\$000 e que rendia, anualmente 48\$000, livre de despesas.

Cumpria ela, assim, o testamento do marido, Santos da Costa Teles, que dispunha se o afilhado se viesse a ordenar, a mulher, sua herdeira e testamenteira, lhe daria uma esmola suficiente para ajuda de seu matrimônio.

O CAPELÃO MILITAR

Sacerdote, ficou no Rio de Janeiro, como capelão da Fortaleza do Morro da Conceição, mas por pouco tempo. Com a alma cheia de entusiasmo, retornou ao torrão natal, onde veio servir como capelão militar nos corpos de cavalaria na província, em 1805.

Participou das 3 campanhas militares do Prata: na de 1811 a 1812, quando o exército de Dom Diogo de Souza invadiu o território uruguaio; na de 1816 a 1820, geralmente conhecida por “Guerra de Artigas”, quando foi incorporada no Brasil a província cisplatina e, finalmente, na de 1825 a 1828, da independência do Uruguai.

Durante o longo período de sua atividade como capelão militar, serviu em diversas unidades do exército, inclusive no famoso e intrépido Regimento dos Dragões de Rio Pardo.

Na batalha de Catalão, a 4 de janeiro de 1817, sob as ordens de Luiz Teles da Silva, Marquês de Alegrete, tendo sido atacado o hospital de sangue pelo inimigo, o Padre Feliciano, à frente dos enfermeiros e feridos, após tenaz resistência, repeliu os agressores.

Após mais de 30 anos de serviço militar, pediu baixa por doença e recolheu-se à Vila de Encruzilhada, onde foi vigário por sete anos. Quis voltar para o campo, a pastorear a gente simples e boa da campanha. Confiaram-lhe o curato de Santa Bárbara de Encruzilhada.

Ali ele, em pessoa, com a mão à rabiça do arado, lavrava a terra, com uma junta de bois ajudado por um peão.

Da terra colhia o trigo, ganhando o próprio sustento, com seu trabalho, com suas próprias mãos, imitando São Wenceslau, rei da Bohemia que colhia o trigo e as uvas, preparava as ótimas e o vinho para o sacrifício. Mas o padre Feliciano não vendia o trigo colhido — o trigo do cura — como o povo o dizia, mas o distribuía todo ele, com os pobres e necessitados, com os ervateiros, os estancieiros, os agregados e com a paróquia vizinha.

Ai foi que o surpreendeu sua escolha para Bispo. A Bula é de 1852 e, a 23 de maio de 1853, foi sagrado por D. Manoel do Monte Rodrigues de Araujo, conde de Irajá. 9º Bispo do Rio de Janeiro.

A CRIAÇÃO DA DIOCESE DO RIO GRANDE DO SUL

A lei da Assembléia Geral, nº 457, de 27 de agosto de 1847, havia criado a diocese do Rio Grande do Sul e S.S. Pio IX, a 7 de maio de 1848, a erigira canonicamente, com a Bula *Ad oves dominicas rite pascendas*, e fizera-a sufragânea da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, Primacial do Brasil.

Teve a Bula o beneplácito imperial por decreto de 7 de dezembro do mesmo ano.

Do ofício de D. Pedro II, ao Santo Padre Pio IX, destaca-se este trecho: “Tendo sido creado o Bispado do Rio Grande do Sul, e já aprovado por Letras Apostólicas, nomeio, e apresto à Vossa Santidade para Bispo da referida Diocese o Padre Feliciano José Rodrigues Prates por confiar das virtudes, letras, e mais qualidades, que nelle concorrem, que acudirá às obrigações daquele Bispado, como convém ao serviço de Deus e Bem Espiritual das Almas, que lhe estão sujeitas, para que Vossa Santidade lhe mande passar as suas letras Apostólicas, nas quais se faça expressa menção d’esta Minha Nomeação, e Apresentação, e se declare o Di-

reito de Padroado, que na mesma Igreja Me Compete, na forma que de minha parte mais particularmente a exporá à Vossa Santidade Luiz Moutinho de Lima Álvares e Silva, Meu Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto à Vossa Santidade Muito Santo em Cristo Padre e Muito Bem Aventurado Senhor. Nosso Senhor por largos anos conserve a Pessoa de Vossa Santidade ao Seu Santo Serviço. Escrita no Palácio do Rio de Janeiro, em dez de abril de mil oitocentos e cinquenta e dois, trigésimo primeiro da Independência e do Império. Muito obediente Filho de Vossa Santidade. O Imperador. Eusébio de Queiroz Coitinho Mattoso Câmara”.

A 10 de julho, S.S. Pio IX dispensou-o de todos os defeitos do processo consistorial e dois dias depois, a 12, dispensou-o ainda do defeito da láurea doutoral em teologia ou direito canônico. Havendo, assim, sido feito a sanação, foi ele preconizado bispo no Consistório de 27 de setembro do mesmo ano e confirmado por S.S. Pio IX, com a Bula (Apostolatus Officium), dois dias após.

Para essa sessão havia sido preparada a seguinte.

PROPOSIÇÃO

“O Santo Padre proporá no próximo consistório secreto de 27 de setembro de 1852 a Igreja de São Pedro do Rio Grande do Sul, no Brasil, criada catedral a 9 de maio de 1848, pelas Letras Apostólicas “ad oves dominicas rite pascendas”, vagas desde a criação, referirá o estado da mesma igreja e as qualidades de Feliciano José Rodrigues Prates, presbítero da mesma diocese de São Pedro, apresentado pelo Sereníssimo Imperador Dom Pedro II, do Brasil.

O bispado de Dom Pedro referido, da mesma província do Rio Grande do Sul, tem a sua sede na cidade de Porto Alegre. Esta cidade é a principal da província, a mais prestante e apta, de ares salubres e amenos, está edificada na margem oriental do rio Guaíba, tem duas mil casas e 10 mil habitantes, sujeitos no temporal ao Imperador do Brasil. O templo catedral, sufragâneo do Arcebispo de S. Salvador do Brasil, ainda não está indicado; todavia a sua invocação será a de São Pedro, como está ordenado nas Letras Apostólicas.

O seu cabido, segundo as mesmas, deverá constar de um arcediogo e de 10 cônegos ao menos, com teologal e penitenciário.

Na principal paróquia da cidade com o nome de Nossa Senhora dos Anjos, a cura de almas é exercida pelo pároco. Tem sacristia com tudo que é necessário, e tem órgão, coro, torre com sinos e cemitérios fora da cidade.

O palácio episcopal será construído pelo erário régio, próximo da catedral e será amplo. Os frutos estão taxados em 116 florins.

Além da paróquia referida, existe outra na cidade de Porto Alegre, de Nossa Senhora do Rosário.

Está em projeto a ereção de um seminário.

A diocese abraça toda a província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O bispo eleito Feliciano José Rodrigues Prates nasceu na cidade de Porto Alegre nos Idos de 1781, de pais legítimos, honestos e católicos. Estudou teologia e cânones, há muitos anos que é sacerdote. Foi pároco da Igreja de Santa Bárbara, vulgo Encruzilhada na Província do Rio Grande, em cujo paroquiato mostrou prudência, doutrina, probidade e integridade de costumes. Fez a profissão de fé nas mãos de Francisco das Chagas Martins Ávila e Souza, pároco de Belém, por comissão de Antônio Vieira Borges, encarregado interino dos negócios da Santa Sé, no Brasil. Suplica-se para a expedição, dispensa do defeito do grau de doutor, com decreto para declarar vaga a pa-

róquia com reserva para circunscrever os limites da diocese e designar outra igreja metropolitana, se for do agrado de sua santidade, e com indulto para ser sagrado por um bispo, assistido de duas dignidades”.

A SAGRAÇÃO

A 29 de maio de 1853, o bispo do Rio de Janeiro, Dom Manuel de Monte Rodrigues de Araújo, conde de Irajá, o sagrou bispo, no Mosteiro de São Bento.

Precisamente um mês depois, a 29 de junho, chegou a Porto Alegre. Ao desembarcar, foi tocante o seu encontro com o padre Tomé Luís de Souza. O padre subia a prancha do vapor atracado ao cais da Praça da Harmonia, em demanda do bispo, enquanto o bispo a descia ao encontro do padre e, ao se defrontarem, ao meio dela, ambos se ajoelharam, aquele para oscular o anel de seu bispo e este, com toda a humildade, para beijar a mão do seu antigo mestre.

Cena comovedora que não encontrou até hoje pintor que a perpetuasse na tela, como o merece.

Dom Feliciano fez a sua entrada solene em Porto Alegre, no mesmo dia de sua posse, como se verifica do seguinte aviso, pertencente ao arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora Madre de Deus, da matriz de Porto Alegre:

“ILMOS. SRS.

Havendo S. Ex.^a Rvm.^a. O Sr. bispo desta diocese resolvido fazer sua entrada solene no dia 3 do corrente e às 10 horas da manhã, sendo destinada a igreja de N.^a S.^a das Dores desta capital para o ponto da reunião, onde S. Ex.^a Revm.^a se deve paramentar e dali sair em procissão pelas ruas da Praia, Bragança e Igreja até a catedral de N.^a S.^a Madre de Deus onde será recebido “more solito”, a assistir ao solene Te Deum em ação de graças ao Todo Poderoso, por tão fausto motivo; e devendo todas as corporações religiosas concorrer àquele ponto de reunião para ordenarem a procissão, cumpre-me comunicar a VV.SS. esperando que hajam comparecer em corporação essa religiosa irmandade com o maior esplendor que lhes for possível.

Deus guarde a V. S.^{as}.

Porto Alegre, 1 de julho de 1853.

Ilmos. Srs. provedor, oficiais e mais irmãos do SS. e N.^a S.^a Madre de Deus Thomé Luiz de Souza”.

Os silvícolas e os pobres tiveram nele, desde o primeiro dia de sua posse, um estrênuo benfeitor e sua eficiente colaboração junto à Assembléia Provincial propiciou aos primeiros a lei nº 274 de 17 de novembro de 1853 que tanto os favoreceu.

Quanto aos pobres, a estes era distribuído tudo o que excedesse ao necessário à sua própria subsistência “e a prova desta verdade encontramos-na no fato de que ao expirar em 27 de maio de 1858, com 77 anos de idade e 4 anos e 10 meses de governo episcopal, encontraram em uma gaveta apenas 4 onças de ouro,” como o afirmou Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal Dom Alfredo Vicente Scherer, em seu magistral discurso proferido na missa de ação de graças, celebrada domingo último na Catedral Metropolitana.

OS SACERDOTES POR ELE ORDENADOS

Durante seu episcopado, ordenou os sete seguintes sacerdotes:

1) José Rodrigues Coelho das Neves; 2) Manuel Joaquim Tostes, que me batizou em 22 de setembro de 1894, quando eu tinha 2 meses e 13, dias, pois completei, faz quatro dias, os meus

87 anos de idade; 3) Joaquim José Gonçalves Benjamin; 4) Luís Manuel Gonçalves de Brito, a 28 de setembro de 1856; 5) Luís Bruna, a 7 de julho de 1857; 6) Joaquim Procópio de Oliveira Nunes e 7) Manuel Ribeiro de Silva Lima, a 19 de dezembro do mesmo ano.

A CRIAÇÃO DO SEMINÁRIO

Na primeira Carta Pastoral que dirigiu à Diocese, a 2 de julho de 1853, saudou-a com carinho afeto, evidenciando-lhe a necessidade da evangelização do povo e pediu-lhe um óbolo para a construção do Seminário.

Não obstante quatro meses após sua posse, abriu em 3 de novembro de 1853, o Seminário “São Feliciano” que começou a funcionar provisoriamente, em sua própria residência, no Palácio da Lapa, nesta Capital, na rua Duque de Caxias, no prédio nº 1527, que veio a ser propriedade e residência do saudoso professor da Faculdade de Medicina, Dr. Moisés Menezes.

Na Segunda Carta Pastoral, escrita 5 meses e 14 dias depois, em 16 de dezembro de 1853, insistia na necessidade da evangelização do povo e na Instrução Religiosa baseada no Evangelho, na família, na escola e na Igreja.

Povo e Governo corresponderam generosamente ao apelo, dando-lhe 28:225\$635, angariados em coleta pública, pela comissão de que era tesoureiro Lopo Gonçalves Bastos.

Coube a Dom Sebastião Dias Laranjeira, sucessor de Dom Feliciano, erigir, atrás da catedral, mas não chegou a vê-lo concluído. Falecendo a 13 de agosto de 1888, concluiu-o dois meses depois o vigário capitular, monsenhor Vicente Ferreira da Costa Pinheiro.

O total da construção importou em 404:37\$958. Hoje, o seminário menor da arquidiocese, um dos mais bem instalados no Brasil, ergue-se majestoso em Gravataí, lugar de nascimento de Dom Feliciano, realizando-se, assim, uma de suas mais ardentes aspirações, precisamente na terra de seu berço, graças aos ingentes esforços do saudoso Arcebispo Dom João Becker e por especial disposição da Província Divina.

Teve Dom Feliciano os títulos do Conselho de sua Majestade o Imperador; Cavaleiro das Imperiais Ordens de Cristo e da Rosa e foi condecorado com as medalhas do Exército Pacificador das Campanhas do Uruguai.

No primeiro ano de seu episcopado, fundou, nesta capital, a Capela do Menino Deus e para ela removeu a imagem do Menino Jesus que se achava na Igreja das Dores. Mais tarde substituiu-a por outra de estilo gótico e levantou alterosa torre.

Criou quatro novas paróquias: a de Soledade, a de Santo Ângelo, a de São Francisco de Assis e de Santa Cristina do Pinhal.

Visita as paróquias da fronteira. Já se achando doente, incumbe o padre José de Carvalho Freitas, vigário da paróquia do Rosário, de benzer a Capela de Nossa Senhora do Carmo, então na rua da Olaria.

Pouco antes da sua morte, a Sociedade Sulriograndense, fundada no ano anterior, no Rio de Janeiro, o nomeia seu Presidente de Honra. É dado o nome de Praça Dom Feliciano, no centro da cidade, defronte à Santa Casa de Misericórdia e, em 1935 na terra de seu berço, na praça principal de Gravataí, lhe é erguido o busto em bronze, por iniciativa do Prefeito Municipal, o engenheiro José Marques Viana.

Caxias, cuja espada foi a escora de um trono — na frase feliz de Oswaldo Orico — em Ponche Verde, junto ao rio Santa Maria, a 1º de março de 1845, assina a paz com os Farrapos

e Dom Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, 9º Arcebispo do Rio de Janeiro, em 13 de maio seguinte, publica notável pastoral, sanando, revalidando e ruborando as graças espirituais emanadas da Revolução de 35.

☞ Rio Grande do Sul voltara a ser uma só família e os gaúchos, os irmãos de sempre.

Dom Feliciano, o anjo da paz, premeditadamente, escolhe três nomes da Epopéia Farroupilha, para ratificar que estavam esquecidas as lutas fratricidas e que a Igreja e o Império se davam as mãos.

Nomeia o Padre Francisco das Chagas Martins Ávila Souza, nascido em Rio Pardo, em 1788, seu Vigário Geral; o padre Tomé Luiz de Souza, Secretário Geral do novo Bispado; e para Reitor do incipiente Seminário, o famoso filho de Triunfo — o padre Juliano Lobato de Faria — que redigiu em latim o epitáfio na pedra que cobre o túmulo do 1º Bispo, na cripta de nossa Catedral. Foi ele, também, o Vigário Capitular que dirigiu os destinos da Igreja, até a posse do seu sucessor.

Já se passaram dois séculos de seu nascimento e sua pessoa continua viva no coração do Rio Grande do Sul.

Ao seu nome, eterna glória, e à sua memória, nossa eterna gratidão.

A BANDA ORIENTAL E O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL PELA ESPANHA

Earle Diniz Macarthy Moreira

A história do reconhecimento da independência do Brasil, pela Espanha, creio ter posto no devido relevo em minha tese de livre-docência, em 1976.

E hoje, ao tomar posse neste tão venerável sodalício, ao qual fui conduzido, muito menos por meus méritos que pela nobre generosidade de seus integrantes, deliberei retomar um dos temas daquele trabalho que mais interesse me despertou: o papel da Cisplatina naquela intrincada questão diplomática.

Intrincada questão diplomática porque o Brasil, independente, e D. Pedro I, imperador, constituíram um problema de difícil arranjo para as potências européias, às voltas com o inarredável fato da revolução americana de um lado e por outro, com as crises próprias do velho mundo. Crises essas em que a coincidência de certos interesses políticos continentais não conseguia afinar com os apetites de cada uma delas em relação às riquezas e potencialidades econômicas do novo mundo.

A posição da Espanha era, então, particularmente difícil. Não bastassem as agruras próprias de um país decomposto em virulentas discórdias internas e arrastado, além disso, no caudal dos dessangrantes conflitos internacionais, provocados pelo elã imperial de Napoleão, sofria a gloriosa nação peninsular o ver esvair-se-lhe, por entre os dedos, os sonhos de recuperação e futuras grandezas com a perda acelerada de seu vasto e riquíssimo império americano.

A precaridade tradicional das relações hispano-britânicas, melhorada, transitoriamente, durante a campanha peninsular, não resistiu à voracidade da velha Albion.

As revoluções latino-americanas logo logo passaram a dar bons dividendos ao tesouro de sua majestade britânica. As exportações inglesas para o Prata alcançaram a 730.908 libras esterlinas, já em 1818, e passaram a L1.104.500, em 1824. No Peru, onde eram insignificantes, foram de 4.419 libras, em 1818, a L430.950, em 1824.

Em 1822, ano do qual há uma lista completa dos ingressos da aduana de Buenos Aires, vê-se que as importações de origem britânica constituíam 50,9% do total, sendo que o restante da Europa representava, apenas, 19,8%.

Razão não falta, portanto, a Pierre Renourvin, em sua “História das Relações Internacionais”, quando afirma: “o movimento de independência das colônias espanholas abriu novos horizontes à vida econômica do mundo: era um vasto mercado que se oferecia à atividade européia”.

O Foreign Office percebeu, desde cedo, onde estava o seu real interesse e tratou, um pouco mordendo, um pouco assoprando, de podar qualquer tentativa mais séria de ajuda à Espanha em sua ingente tarefa de recuperar o terreno perdido. Deixou as águas rolaem o tempo suficiente para que se criassem situações “de fato”, irreversíveis, o que se dará entre 1820-1825.

Ora, é nesse mesmo espaço de tempo, demarcado pelos anos 1820 e 1825, que ocorrem a revolução do Porto, o retorno de D. João VI a Portugal, a regência de D. Pedro, a proclamação da independência do Brasil, a incorporação da Cisplatina ao império e o começo da Cruzada dos Trinta e Três, bem como a sublevação de Riego em “Cabezas de San Juan”, o triênio liberal espanhol, a intervenção francesa dos “Cem Mil Filhos de São Luís”, a restauração do abolicionismo de Fernando VII, consuma-se a independência do México e da América Central, San Martín e Bolívar acertam-se na conferência de Guayaquil, é proclamada a Doutrina de Monroe, encerram-se as campanhas de libertação das colônias hispano-americanas, com as vitórias de Bolívar em Junín e de Sucre em Ayacucho, a Bolívia converte-se em república.

Desse quadro conturbado emerge, para quem se debruçar com atenção sobre a malha fina, que lhe serve de pano de fundo, dois dados da maior importância para a história do Brasil, do Prata e da Espanha.

1º — O papel político excepcional da legação e do consulado da Espanha no Rio de Janeiro, únicos e frágeis elos de ligação da metrópole com boa parte de seu desmantelado império Sul-Americano.

2º — A preocupação de S.M.C. em não desistir de seus direitos sobre Montevidéu e toda a Banda Oriental.

Em ambos os casos, a determinação de D. João VI de retornar a Portugal e lá reinstalar a sede da monarquia, com a conseqüente transferência de boa parte do corpo diplomático para Lisboa, só agravou as penas espanholas. As perspectivas, que ainda se afiguravam existir aos homens de Madrid, de conseguirem mediante negociações, voltar a por os pés no Prata e daí tentarem uma restauração, implicavam em não abandonar o Brasil, ainda que para isso recorrendo a uma série de artifícios e correndo o sério risco de ferir princípios políticos muito caros.

É nessa perspectiva que se inserem as missões de Manuel Herrera, Tomás Comyn e Manuel Mateo, em 1820, e de Antônio Luis Pereira (que na ocasião desempenhavam funções consulares no Rio de Janeiro) e Luis de La Robla, em 1822, fracassadas ambas em suas tentativas, quer em Montevidéu quer em Buenos Aires.

A posição da regência de D. Pedro, em relação a Montevidéu e à Banda Oriental, era no sentido de desestimular qualquer discussão com os representantes diplomáticos espanhóis a respeito do assunto.

Exemplo de manifestação enérgica, nesse sentido, foi a resposta do desembargador Álvaro Diniz ao Marquês de Casa Flores, em 31 de agosto de 1821:

“(...) cumpre-me responder a V. Sa. que S.A. Real não julga autorizado para entrar em discussões diplomáticas sobre a ordem e o sistema civil e político, que El Rei Seu Augusto Pai deixou estabelecida para a sobredita província, quando se retirou a Portugal; e ainda no caso de estar autorizado não se proporia a entrar nelas com V. Sa., que por nenhum título se mostra qualificado para permanecer com caráter diplomático junto à sua real pessoa...”.

Nas instruções, de 16 de fevereiro de 1823, dadas a Delavaty Rincón para pautar seu comportamento como Cônsul-Geral no Rio de Janeiro, pela primeira vez postas em letra de forma na minha já referida tese, há a recomendação expressa de protestar contra todo o ato que estivesse em contradição com os direitos que a Espanha avocava sobre Montevidéu e toda a Banda Oriental do Rio da Prata.

Depois da Batalha de Ayacucho, a 9 de dezembro de 1824, o Uruguai tornou-se a peça fundamental dos planos da coroa espanhola para uma restauração na América do Sul.

Em ofício privado e confidencial, datado de 13/12/1819. Henry Wellesley já havia chamado a atenção do Visconde de Castlereagh sobre a questão:

“Este governo (de Fernando VII) começa agora a perceber que a posse de Montevideu é absolutamente necessária para o êxito da expedição que se está preparando em Cadiz, em consequência, sente-se muito ansioso em chegar a um acerto de suas diferenças com os portugueses. Porém, pareceria que se não recebido notícias do Rio de Janeiro no sentido de que se oporá todo o obstáculo possível à restituição (...) esta informação me chegou de diversas fontes e, entre outras, do ministro russo, quem me deu a entender que a tinha recebido do Rei”.

A expedição aqui referida era um projeto a mais, inserido no contexto da proverbial “testarudez” castelhana, que porfiava ao longo dos anos — e já ia para uma década! — em não assimilar os novos rumos das revoluções americanas, as quais, se num princípio se revestiam dos aspectos de uma guerra civil, no decurso das ações e do tempo, foram assumindo o caráter irrevogável de guerra pela independência. O fato de, tanto na Espanha como na América, o conteúdo ideológico do processo revolucionário ser idêntico, certamente, em muito pesou para confundir os políticos peninsulares.

O clima político tenso e desfavorável à velha ordem, reinante na Espanha, cujos eflúvios permearam todo o ser social da nação é descrito, com perfeição, por Mesonero Romanos em “*Memórias de un Setentón*”:

“Aquella atmósfera, pues, estaba impregnada de un espíritu revolucionario; todos y especialmente la juventud, aspirábamos aquellos vientos, y veíamos venir aquella borrasca con entusiasmo, hijo del más sincero patriotismo, y sin asomo de interés egoísta — y quién sospecha ambición en corazones de quince años! — la catástrofe, pues, era inevitable y fatal; acercábase el año de 1820 tan memorable en los fastos de la historia patria; la tempestad rugía ya sobre nuestras cabezas; y no tardó en estallar...”

A par disso não se pode, no entanto, desmerecer a triste situação do exército espanhol, sobre a qual as “memórias” da época dão farto testemunho.

O próprio Alcalá Gaiano, protagonista dos mais expressivos dos acontecimentos aqui invocados, em “*Recuerdos de un Anciano*” relata:

“En el ejército destinado a ultramar reinaba entre la tropa, corriendo 1819, grande repugnancia a embarcarse. Esta repugnancia de los soldados fué aprovechada por los conspiradores, los cuales fomentándola y avivándola, predispusieron los ánimos de gente ruda en quienes no podía haber opiniones políticas en favor del levantamiento. En punto a la oficialidad, ha sido calumnia corriente atribuir a toda ella que obraba movida por tan feo motivo, pero en punto a que influía en una parte de ella, quizá la menor, apenas cabe duda. A unos pocos oficiales instruidos había llevado a la empresa doctrinas de las llamadas liberales, bien estudiadas; a muchos, deseos de medrar; a otros un espíritu inquieto. La sociedad secreta había comprometido a no pocos, que habían pasado a ser constitucionales porque habían empezado por ser sectarios”.

Nas coleções documentais para estudo dessa época, como a das “*Memórias de Tiempos de Fernando VII*”, edição coordenada por Miguel Artola, e lançada em Madrid, em 1957; ou a “*Información Epistolar de D. Juan de Escoiquit a Fernando VII*”, sobre a rebelião de Riego ed. Maestre, Madrid, 1943; ou ainda a “*Memória sobre lo acaecido en la columna móvil al mando... de D. Rafael de Riego*”, de Evaristo San Miguel, publicada em Barcelona, 1829, o quadro esboçado é sempre o mesmo: havia superabundância de exército; as medidas visando retirar a oficialidade do serviço ativo, com meio soldo, não surtião o desejado efeito nos regimentos, o número de oficiais quase igualava o dos praças; a ociosidade era geral e a disciplina fraca; etc.

Andrés Borrego, co-partícipe, também, de Revolta Riego, político e jornalista de renome, falecido em 1891, em três célebres conferências que pronunciou no Ateneo de Madrid, em 1855/1856, reviveu aquelas cenas:

“Los inválidos que regresaban de Venezuela al desembarcar en las costas del litoral gaditano, andrajosos, hambrientos, inutilizados y escarmentados, ponderaban su mala ventura y decían a voz en grito a los acantonados expedicionários que les esperaba igual suerte si sobrevivían al adverso destino que iban buscar (...) en cuanto a los oficiales, así entre ellos como entre los paisanos, era general la opinión de que el restablecimiento de la constitución de 1812 allanaría la puerta a la pacificación de aquellas regiones y a una era de sólidas ventajas, tanto para los americanos como para los españoles”.

Assim, a 1º de janeiro de 1820, D. Rafael de Riego subleva as tropas acantonadas em Cádiz, dissipando, assim, um dos pesadelos mais angustiantes para os hispano-americanos, especialmente rio-platenses, pois, para essa área, era convicção geral que a expedição dirigir-se-ia.

A lembrança da famigerada expedição de Morillo, em 1815, a Costa Firme, com todos os estragos que causara à causa emancipacionista na Venezuela e na Colômbia, ainda era bem viva.

Na oportunidade, as inquietantes notícias da passagem da expedição espanhola pelo arquipélago do Cabo Verde haviam provocado as severas medidas de segurança, de Otorguês, em relação aos espanhóis de Montevideu. Criou uma “Junta de Vigilância” e um tribunal especial para controlá-los. Tribunal esse que gozava de faculdades discricionárias e de cujas decisões não cabia recurso. Com graves penalidades, confisco de bens e penas corporais castigavam-se a quem se escondesse ou tentasse enganar os oficiais de justiça.

Artigos em carta, de 13 de junho de 1815, ao cabildo de Montevideu, com recomendações severas, chegou a escrever que “un minuto de demora es una desventaja”, mas percebeu, atilado como era, que “sin la combinación de Portugal la expedición española es nada”. O mesmo poder-se-ia, dizer com respeito à natimorta expedição de Cádiz. E estava D. João VI com tal disposição?

Conhecidas são as tentativas de negociações, provocadas pela Inglaterra, visando a devolução da Banda Oriental à Espanha, em 1816, às quais D. João respondeu reforçando seus efeitos naquela região.

Pressionado mais e mais, o Governo do Rio de Janeiro, em maio de 1818, acabou cedendo em considerar a proposta britânica de devolução, tanto do porto de Montevideu como da companhia uruguaia, à Espanha, cujas tropas passariam a assegurar a ordem e a fronteira com o Brasil. Isso mediante o pagamento de uma indenização em metal sonante.

Ora, como a Espanha não possuía, na ocasião, meios de armar e fazer chegar tais tropas ao Rio da Prata, e muito menos com que indenizar a Portugal, deixou de responder à consulta que lhe fora feita. Perante essa omissão, o governo de D. João VI, em outubro do mesmo ano, fez saber que não se considerava mais obrigado em relação aos mediadores. Cansado de esperar, o governo inglês, em 1819, restabeleceu as garantias que havia suspenso, quanto aos domínios portugueses, como forma de constranger D. João VI a negociar, com isso, praticamente, chancelando a ocupação lusa do Uruguai.

Que em nenhum momento passou, com seriedade, pela cabeça de D. João VI devolver a Banda Oriental à Espanha, fosse com indenização e muito menos sem ela, é conclusão impositiva.

A não ser assim, como entender-se as manifestações de um Araújo Carneiro, ministro português na França (1818), em ofício que, por hiperbólico, não perde o interesse?

“Logo que sua majestade deu o passo que deu, em novembro de 1807, com que se mudou a política da Europa, e talvez do universo, logo que sua majestade deu assim o tom ao novo mundo e fez desaparecer o nome de Colônia, é moralmente impossível que os vizinhos do Brasil queiram até mesmo sofrer que se lhes possa dar o nome de feudatários de Espanha!”

A dignidade e o interesse de D. João, segundo ele, exigiam “que os povos limítrofes aos seus domínios não sejam colonos nem sectários da Europa”.

E por fim: “os aliados natos do Brasil hão de ser sempre os americanos do sul e mesmo do norte”.

A mesma linha de pensamento foi seguida pelo Almirante Pinto Guedes, no ano seguinte, com a sugestão de criar-se uma “Liga Americana”, e por José Bonifácio que em maio de 1822 recomendava uma “Liga Ofensiva e Defensiva de quantos Estados ocupamos este vastíssimo Continente”.

Ao mesmo tempo em que D. João invocava, portanto, por conveniência diplomática, entre as razões da ocupação da Banda Oriental, o resguardo dos interesses de seu parente peninsular, bem como a necessidade de pôr cobro às correrias dos caudilhos da campanha e à disseminação das perigosas idéias “modernas”, abrigava no Rio de Janeiro os líderes dissidentes da revolução platina e Lecor, em Montevideú, à força de ouro e gentilezas, captava simpatias e adeptos.

O pavilhão do Reino Unido havia sido plantado na cidadela para ficar. E esse foi o mesmo entendimento de D. Pedro, quer como regente, quer como imperador.

A repercussão do “Sete de Setembro” na Cisplatina com a divisão decorrente entre os militares portugueses, é de todos por demais sabida. Abandonada a praça de Montevideú por Álvaro da Costa e ocupada por Lecor, já então senhor da campanha oriental, integrou-se aquela província ao império sendo representada, na corte, por um senador e dois deputados.

Não é este o momento oportuno para um exame mais crítico dessa fase da história uruguaia, mas o fato é que nomes da mais alta ressonância histórica desse país — Tomás García de Zúñiga, Nicolás de Herrera, Juan José Durán, Francisco Juanicó, Frutuoso Rivera, Lucas, J. Obes, Francisco Llambí e Dámaso A. Larrañaga, para só ficarmos com os mais destacados — prestaram bons serviços ao império e fizeram jus a importantes honrarias e benefícios.

Talvez seja válida, a esse respeito, a opinião do cônsul inglês Hood, em seu “Informe a George Canning” referindo-se à gente de mais “Abolengo” e riqueza do país:

“Estes são unidos a esse partido (dos brasileiros) e provavelmente o apóiam não devido a certa predileção ou a um sentimento de seus direitos à província, mas sim por uma forte e funda convicção acerca de sua posição geográfica, caráter, população e as circunstâncias sob as quais está colocada, sendo possível o aumento de seus recursos somente preservando o governo imperial, que é o único que promete paz e tranquilidade para a província”.

O certo é que, a Cisplatina permaneceu vinculada ao Brasil de 1822 a 1828, descontados os anos referentes ao Reino Unido, e nesse período, como já referi, apesar dos desastres de Junin e Aiacucho, em 1824, das rendições de Chiloé e de Callao, em 1826, em nada foi alterada a posição de intransigência da Espanha em relação à independência do Brasil.

Telles, da Silva, em Viena, no ano de 1823, tentou uma aproximação com o Marquês de Casa Flores, seu velho conhecido, do Rio de Janeiro, à base de insinuações quanto a um pre-

tenso favorecimento de D. Pedro I ao restabelecimento do domínio espanhol e à devolução de Montevideú, engodo que não convenceu ao diplomata Fernandino, apesar de não contar este entre os mais atilados de seu tempo.

Daí por diante, todas as atitudes do governo de Fernando VII, em relação ao assunto, visaram impedir, infrutiferamente é verdade, que Portugal reconhecesse o império recém-nascido:

1º pelo precedente político, que levaria as demais potências — especialmente a Grã-Bretanha — a generalizar a atitude quanto às demais partes do continente, o que liquidaria, de uma vez por todas, com o obstinado sonho de reconquista;

2º pela implícita aceitação do princípio constitucional, aceito e declarado por D. Pedro I.

Em 22 de fevereiro de 1825, Fernando VII dirige-se ao duque de Villahermosa, em Lisboa, instando-o a cobrar com firmeza, uma resposta de D. João VI a carta que lhe enviara de próprio punho tempo atrás:

“... El rey tendría la mayor satisfacción en recibir à la carta que ha dirigido à S.M. Fma. uma contestación, em la qual manifieste dho soberano, de um modo franco y terminante, no solo las buenas disposiciones de que se halla animado en general, sino la firme resolución de no reconocer la independència del Brasil, ni permitir la convocación de cortes, ni otra medida ó innovación que pudiese inquietar à la España ó poner en peligro su tranquilidad: à cuyo efecto deberá hacer con la delicadeza, oportunidad y prudencia que se requieren las correspondientes insinuaciones à S.M. Fma. hasta que lo consiga...”

Não conseguiu!

Somente depois da partida de Charles Stuart para o Brasil, em 24 de maio de 1825, quando nada mais poderia interferir nas negociações, é que o representante espanhol foi chamado a palácio e inteirado das mesmas.

Enquanto ocorria o reconhecimento da nossa independência por Portugal, a 19 de abril de 1825, começava a Cruzada dos Trinta e Três, que culminaria com a paz de 1828 e o surgimento da República Oriental del Uruguay.

Para os espanhóis, em se tratando de Montevideú, o desejo de reavê-lo era tanto que a imaginação de seus diplomatas excedia-se: Delavat y Rincón, muito mais próximo do teatro de toda a celeuma, ao analisar o tratado de 29 de agosto de 1825, em ofício datado de 14 de setembro do mesmo ano, a Madrid, não titubeia em sugerir a seus superiores que melhor seria tratar com D. Pedro I a troca da Banda Oriental por Portugal.

Por outro lado, sabe-se das tentativas do Barão de Itabaiana, em Londres, por interposição do Príncipe de Esterhazy junto ao Conde de la Alcudia, no sentido de entabular negociações para o reconhecimento do império, com base na cessão de direitos de D. Pedro sobre Olivença em troca da Banda Oriental e Montevideú. Como desde 1801, pelo Tratado de Badajós, Olivença estivesse incluída na província da Estremadura e, além disso, estando D. Pedro com seus direitos ao trono portugueses muito discutíveis, a sugestão não prosperou.

No entanto, nesse jogo pleno de sutilezas que é a diplomacia, não era despropositado obter, o governo espanhol, de parte de D. Pedro, uma declaração firme de cessão de direitos sobre Olivença: evitar-se-iam muitos aborrecimentos futuros se o Tratado de Badajós fosse assim reforçado e tapar-se-iam, também, as brechas abertas, em 1815, pelo Tratado de Viena (Art.

105) e pela reunião de Paris, quando a 11 de setembro de 1818 os representantes de S.M.D., a bem de conseguir um acordo de devolução de Montevideu e da Banda Oriental, haviam concordado em fazer a retrocessão da praça fronteiriça.

Além disso, ficaria o reconhecimento da independência do Brasil ainda na dependência da entrega da Cisplatina à Espanha.

Em 1827, quando Duarte da Ponte Ribeiro apresentou-se em Madrid como Cônsul Geral do Brasil e não teve aceitas as suas credenciais, além dos “princípios revolucionários que son la causa de la fundación de este império nuevo”, pesou, também, o fato de “que se opone la constitución del Brasil, a los derechos de V.M. por la Banda Oriental del Rio de la Plata, propiedad de la corona de España, es considerada como parte integrante del império brasileño”. (Expediente ao conselho de estado, 4 e 5/2/1827).

O Conselho do Estado, dominado, então, pelos “apostólicos”, reunido a 7 de abril, examinando o expediente referido, concluiu, em dado momento, que, “segun los documentos que obran en el expediente se deduce bastantemente el origen de este nuevo imperio por mas que se figure disimularlo” e respetando las razones que há tenido V.M. para no reconocer el nuevo imperio brasileño ha creído hallar en ellas el mayor fundamento para no alterar por esta extraña presentación de un consul el *status quo* entre ambos gobiernos. Apoderado el del Brasil de la Banda Oriental del Rio de la Plata, cuya soberania pertenece a V.M., no solo desconoció al constituirse este derecho, sino que usurpandole, é hiriendo la legitimidad número aquella entre las del nuevo imperio, sin salvedad alguna, com si la augusta casa de Braganza la hubiera poseído desde la conquista, ó como si entre los dominios de V.M. y los antiguos del Portugal en el sud de America no hubiesen jamás existido limites”.

Nos primeiros de 1828, o Marquês de Barbacena e, depois, o Barão de Pedra Branca fizeram novas aberturas ao reconhecimento espanhol e, mais uma vez a contestação obtida foi no sentido de que tal seria possível “siempre que las bases para ello fuesen que Dom Pedro reconociese el dominio de S.M. tiene sobre Montevideo y la Banda Oriental del Rio de la Plata y que cesasen de una vez todas las reclamaciones sobre la plaza de Olivenza”.

Não há, portanto, como deixar de reconhecer quão judicioso fora o parecer do diplomata inglês Sir Frederick Lamb a Canning, em 1826:

“Enquanto for possível levantar a sombra de uma expedição à América, nenhum espanhol que se aproxime do rei aventurar-se-á a pensar seriamente em outra coisa.”

A partir de 7 de julho de 1828, com o golpe de estado de D. Miguel, seu pronto reconhecimento por Fernando VII, bem como a abdicação da coroa portuguesa por D. Pedro em favor de D. Maria da Glória, a situação política alterou-se por completo.

O Conde de Orléans, de Londres, alertara seu governo de que não via como, depois disso, ser possível não reconhecer, em D. Pedro, a qualidade de soberano do Brasil. Além do mais, a convenção preliminar de paz, ratificada entre 30 de agosto e 29 de setembro de 1828, pelo Brasil, Províncias Unidas e Lavalleya, assegurando a independência do Uruguai afastava, de vez, toda e qualquer hipótese de uma recolonização espanhola.

Em outubro de 1829, numa nítida manobra a favor de D. Miguel, o ministério havia sugerido a Fernando VII “la conveniencia de proceder con la mayor brevedad al reconocimiento como emperador del Brasil del señor D. Pedro de Braganza”. A Delavay y Rincon foi ordenado proceder as aberturas necessárias no Rio de Janeiro e a mesma orientação receberam os embaixadores em Paris e Londres, tudo infrutiferamente porque, agora, quem não queria, e sentia-se agravaado, era D. Pedro.

A abdicação de D. Pedro, sua volta a Portugal, a guerra civil peninsular, de um lado, e de outro, as vicissitudes da regência no Brasil contribuíram para o arrefecimento da questão.

Afinal, no dia 3 de maio de 1834 recebia Y. de Araujo Jorge, em Londres, a comunicação formal do reconhecimento espanhol.

O DIÁRIO DE PORTO ALEGRE NA HISTÓRIA DA CIDADE

F. Riopardense de Macedo

O surgimento do primeiro jornal em uma comunidade é acontecimento de tal significação que sempre nos fazemos duas perguntas sobre o fato: primeira, quais as condições objetivas para que tenha surgido e, segunda: quais as conseqüências de seu surgimento. De imediato, isto é, com as pequenas notícias de que se dispõe, mercê os poucos estudos sobre a matéria e o reduzido número de edições, parece difícil responder a qualquer uma delas ao tratarmos do Diário de Porto Alegre.

Por certo a aquisição de impressora não produziria, em si, o surgimento de um periódico ou, ao menos, não explicaria a duração que teve o primeiro jornal do Rio Grande do Sul, o Diário de Porto Alegre.

Na verdade não houve, nos anos que precederam o seu aparecimento nenhum acontecimento de grande significação ou de excepcional importância que o justificasse. Quem lê a correspondência do governo da Província com a Câmara de Vereadores da capital não consegue perceber fato excepcional no mundo do pensamento que justificasse a necessidade do periodismo na vida do porto-alegrense. Talvez documentos de outra natureza o permitisse, talvez uma coleção de relatórios especiais, uma estatística do processo de alfabetização ou a correspondência particular de alguns líderes, lançassem luz sobre esta área da história. Mas nada disto existe. A história do Rio Grande do Sul como, de resto, a história do Brasil, não passa de uma seqüência, cuidadosamente tratada, dos eventos que interessavam por resultar ou se refletir no governo central. Uma história episódica decorrente da existência e dos interesses deste governo, que buscava explicar as ocorrências pacificadoras ou não das Províncias do Norte. No máximo se vê, na história do Brasil, o reflexo daquelas ocorrências.

A história oficial foi sempre cuidadosa na eleição dos eventos para contar, registrar e perpetuar a glória dos que governaram, dos que detiveram o poder; mesmo a mudança de regime não alterou a escolha dos eventos anteriores, tal a perfeita escolha para a imortalidade dos heróis da classe dominante. Daí a defesa oficial da história episódica contra a história serial, daí a dificuldade de mudar os eventos que justificam cada período em função dos novos valores morais surgidos com a mudança de sistemas políticos e mesmo de ideologias mais abrangentes como teria sido, por certo, a da República.

Talvez seja isto que explica serem as histórias regionais encaradas muitas vezes como um monte de eventos mantidos pelo tradicionalismo, algo que não interessa a todo um povo de pensamento e sentimentos bem característicos, mas apenas a certa minoria atoleimada pela tradição da sua gente. A história ensinada e considerada verdadeira é apenas o reflexo dos episódios que interessam à gente do centro e a outra, ligada realmente à formação do povo, passa a ser vista como folclore, coisas ditas ou sabidas mas não comprovadas ou aceitas com o selo oficial.

Esta digressão parece impertinente ao surgimento do Diário de Porto Alegre, mas não o será, de certo, se admitirmos que este jornal não foi uma folha qualquer, de efêmera duração. Um periódico que teve a duração de um ano foi, com certeza, apreciado pela comunidade a que serviu ou, no mínimo, foi de algum interesse a esta comunidade, principalmente quando ele mesmo criou uma nova necessidade e abriu perspectivas para a geração de outros.

A verdade é que muito do que se pensava e se sentia longe do centro de decisões não chegou a ser registrado. Numa região em que as únicas fontes são as oficiais, acrescidas de eventual correspondência das pessoas ligadas ao governo, muitos aspectos do pensamento e da vida material da comunidade não chegam a aparecer, a se tornarem conhecidas. A história serial, cuja possibilidade surgiu para a nossa cidade com o inventário da correspondência da Câmara de Vereadores, no Arquivo Histórico de Porto Alegre, permitirá a descoberta pelo menos de alguns aspectos antes nunca vislumbrados do pensamento rio-grandense.

O pensamento republicano, por exemplo, só é registrado na história do Rio Grande do Sul às vésperas da Revolução Farroupilha em ligação com o ato institucional de 1834; no entanto, em 1822, após as bases da Constituição Portuguesa, um eleitor da paróquia de Triunfo, já se perguntava entusiasmado: “Não é no povo que reside a soberania da Nação?”(1)

Alberto José Centeno, pois era este o nome daquele eleitor, desabafava assim, com um aspecto avançado do seu pensamento constitucionalista e, tudo faz crer, não estaria sozinho, pois os homens que estavam à testa do governo civil do Rio Grande, apesar do pavor que declaravam ter à República e aos republicanos, eram ardentes lutadores contra o recolonialismo: foi o Rio Grande uma das três Províncias que discursou no dia do Fico.

Acreditamos ser esta uma amostragem de como poderia ser a história do Rio Grande se escrita na base de séries documentais vinculadas à vida do homem comum, do pensamento do povo, de suas aspirações e conquistas. Menos dependente dos eventos ditos nacionais e das crises criadas pelo governo central. Alguma coisa do que tem sido escrita sobre o Diário de Porto Alegre dá ao leitor a impressão de que ele foi uma consequência da batalha do Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827, como se apenas um impressor e um tipógrafo lá aprisionados — os franceses Dubreuil e Estivalet — bastassem para a criação de um periódico. No entanto, segundo recente publicação de Nestor Ericksen, a impressora, peça fundamental para a eclosão do evento, já se encontrava na cidade cinco anos antes, e mais: a publicação foi possível através da coleta no meio do povo e não pelo patrocínio do brigadeiro Salvador José Maciel.

Ficam, no entanto, algumas perguntas a responder. Com quem estaria a impressora durante os cinco anos que decorreram entre a sua chegada a Porto Alegre (fatura de 4 de agosto de 1822) e a sua efetiva utilização em junho de 1827?

Por que, então, a impressora ficou cinco anos sem ser utilizada? Parece-nos que à falta dos franceses Dubreuil e Estivalet não poderia ser atribuída a protelação. Em cinco anos poderia ter sido resolvido este problema

Pelas ocorrências vividas em Porto Alegre, aquele período de tempo parece ter mostrado a necessidade da imprensa e, ao mesmo tempo, impedido o seu surgimento. Duas forças de sinal contrário característico de qualquer crise. É que, já no ano seguinte ao da chegada da impressora (1823) o porto-alegrense começou a sentir o que significava a independência declarada pelo príncipe português.

Parece-nos que o primeiro a denunciar a inclinação absolutista de D. Pedro I foi o vigário geral Antonio Vieira da Soledade, que em janeiro daquele ano reclamava não ter sido feito, na ocasião da aclamação (12 de outubro de 1822) o juramento prévio da constituição que seria elaborada pela Assembléia Constituinte, o que, à época, se constituía em prática já aceita pelo pai

do príncipe, em 1821. O Rio Grande do Sul como, de certo, outras Províncias passaram a desconfiar do imperante, e seus vereadores promoviam juramento público de artigos da Carta Magna à medida que eram aprovados no Rio de Janeiro, o que valeu sérias repreensões através de documentos do dia 25 de setembro de 1823, relativo à ata de juramento de 19 de junho do mesmo ano (ver Correspondência Passiva da Câmara de Vereadores de Porto Alegre). Na verdade as suspeitas, tanto do padre Vieira da Soledade como dos vereadores porto-alegrenses eram fundadas: no fim daquele ano, com amplo aparato militar, dissolveu a constituinte para fazer, ele mesmo, uma constituição com o famoso “poder moderador”, que devolvia-lhe, legalmente, o poder absoluto.

O primeiro presidente da Província, José Feliciano Fernandes Pinheiro em nada contribuiu para melhorar a imagem do chamado “império constitucional”. Assumiu em março de 1824 e já em junho, em ofício encaminhado à Câmara de Vereadores, “refere-se a leis e portarias recentes que determinam atenção aos abusos da liberdade de imprensa” e pouco antes de deixar o governo remete outra correspondência com o mesmo destino anexando “cópia da carta do dia 22 de agosto de 1826” dizendo da possibilidade das penas de morte por abuso da liberdade de imprensa serem comutadas em prisão perpétua. Foi ele ainda que três meses depois de assumir pediu a substituição do vigário geral, Antonio Vieira da Soledade, membro do Conselho da Província, que, como vimos, no anterior protestara por não ter D. Pedro I feito o juramento prévio da Constituição. Parece que José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, não teria sido um presidente muito liberal. Escrevem os cronistas da época que o povo o apelidou de **Sinhá Rosa** (2), o que, de certo modo se entende pela sua atuação demasiadamente delicada nas Cortes de Lisboa, quando representando o Brasil deveria lutar contra a recolonização como estavam fazendo e fizeram bravamente muitos conterrâneos seus. (3)

Seu sucessor, o segundo presidente da Província, José Egidio Gordilho Veloso Barbuda, 1.º Visconde de Camamú (jan. a jun. de 1826) não teria sido mais simpático; o povo o apelidou de **Cascudo**.

Finalmente o terceiro presidente, Brigadeiro Salvador José Maciel, assumiu no fim do ano de 1826 e já em junho do ano seguinte era publicado o Diário de Porto Alegre. Diz Nestor Ericksen, pelos documentos compulsados, que este presidente não tomou a iniciativa de criação daquele periódico, mas não se opôs ao seu aparecimento. Pelo que sabemos o povo não atribuiu a ele qualquer apelido.

Entendemos que nos anos que se seguiram à independência, em virtude mesmo de atitudes absolutistas de D. Pedro, a imprensa tenha tomado algumas posições que explicam a sucessão de leis contra a liberdade de seus profissionais.

Mas Porto Alegre debatia-se ainda com outros problemas. O aumento do problema social exigiu a criação de uma loteria para atender os expostos da Santa Casa (nov. 1825 a abr. 1826). Foi o início da Loteria Estadual. A declaração de guerra às províncias Unidas do Rio da Prata, comunicada à Câmara em 31 de janeiro de 1826, começa a exigir civis cada vez em maior número para a frente de batalha, subtraindo-os de empregos necessários à administração pública. Aumentam os gastos com a construção da cadeia, e a subscrição voluntária para o aumento da marinha que junto com a convocação de pessoas para capitães de ordenanças necessários à subdivisão da administração militar, eram outros tantos dissabores à população civil urbana.

Não admira pois que, nestas circunstâncias, tenha S. M. acentuado que “é notável que a pequena e única folha que há em Porto Alegre é quase toda cheia de questões sobre o exército não no melhor espírito” (4). O incidente que deu origem a esta manifestação fora provocado pelo marechal de campo Gustavo Henrique Brown, chefe do Estado Maior do Exército em operações, criticando o presidente da Província por permitir a publicação de críticas à sua atuação e à compostura de alguns oficiais. O liberalismo do presidente teria sido a garantia da

publicação do jornal naqueles dias atribulados. Não teria sido possível seu aparecimento na gestão dos dois anteriores. O fato é que a existência do Diário de Porto Alegre, a sua leitura atenta e a interpretação dos episódios nele estampados nos ajudaria a perceber muitas nuances daquela guerra que, como veremos, era realmente impopular. Mas não só isto, o próprio dia-a-dia da capital poderia ser sentido através de suas pequenas folhas, abrindo o véu que encobre o cotidiano do porto-alegrense que não poderá ser entendido apenas pelos documentos oficiais.

Por tudo isto os estudiosos de jornalismo e da história da cidade ficaram decepcionados quando perceberam que a única coleção existente entre nós, no Arquivo Histórico do Estado, doada que fora, como se sabe, por Alfredo Augusto Varella, havia desaparecido sem deixar qualquer vestígio. Fora consultada ainda naquela repartição quando ela se organizou na rua André Puente nº 318, e disto nos dá conta o pesquisador Fernando Rona que a examinou naquele endereço. Depois ela desapareceu, como por encanto, deixando os estudiosos sem aquela importante fonte para a nossa história.

Na ocasião do sesquicentenário do Diário de Porto Alegre muitas comemorações foram feitas, inclusive com a impressão de um adesivo, contribuição da gráfica da Universidade de Santa Maria e a edição de um selo pela Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos. Seis meses antes da data, precisamente a 15 de janeiro de 1977 publicávamos no Correio do Povo a denúncia do desaparecimento do periódico, depois de nos munirmos de testemunha do que dissemos acima; não para descobrir o “coleccionador” mas, apenas para recuperar a coleção que é, sem dúvida, de excepcional importância para o historiador e o é ainda muito mais para a cultura rio-grandense.

O alerta não foi totalmente em vão. Ao menos algumas instituições se preocuparam em reunir a coleção mesmo que fosse número a número. O Museu Hipólito da Costa que naquela oportunidade só possuía o original do dia 25 de setembro de 1827, possui hoje mais seis em xerox, sendo 4 completos e três de página única, e o Arquivo Histórico de Porto Alegre que tinha então apenas dois xerox, hoje reúne cinco. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul dispunha e dispõe de dois. Ao todo podem hoje ser consultados dez números, o que representa menos de 3% da vida do periódico, amostragem que consideramos muito pequena para auxiliar o historiador da cidade.

Para o pesquisador a imprensa é uma fonte da história, é a informação do dia-a-dia por gente que sentiu o fato, que participou do episódio. Desde que o periódico não seja um órgão oficial, as notícias, os anúncios de compra e venda, de aluguel; os artigos, abaixo-assinados, protestos, etc., refletem a vida de um povo. Desde que tenha mesmo que pequena liberdade, já serve para cruzar com a documentação oficial e, assim, ajuizar da veracidade da notícia veiculada. Melhor ainda quando há dois ou mais jornais de tendências diferentes e ou opostas. É a diversidade de orientação que permitirá ao estudioso intuir a verdade do episódio narrado.

Alguns artigos escritos sobre o Diário de Porto Alegre diziam ser a sua orientação ditada pelo oficialismo, chegando mesmo a indicarem como sua primeira sede o próprio Palácio do Governo; e isto, por certo, o relegaria a um plano inferior como fonte primária, mas, na verdade, nada disto aconteceu. Já no primeiro número, na segunda página é dado o endereço, a casa do redator: “rua da Igreja nº 113, à esquerda, indo para a Praça da Matriz” (5). Também a acusação de oficialismo não lhe cabe, como vimos pela própria opinião de D. Pedro I (4) e mesmo através dos números atualmente existentes para consulta pública isto pode ser verificado como a seguir mostraremos. O importante é sabermos, em primeiro lugar, que o periódico era amplamente noticioso, o que nos revela o artigo de Rita Gomes Soares no Anuário do Terceiro Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia (vol. II pág. 81/106) e, em segundo, que o órgão não se prendia a uma orientação estritamente oficial.

Dizíamos que a imprensa, como fonte primária dá informações que a correspondência oficial não consegue, por razões do próprio oficialismo, que se autodefende com a filtragem da

notícia ou, apenas, por não interessar à administração assuntos considerados não pertinentes à sua área de ação. Assim, a vida da comunidade, os acontecimentos de todos os dias, de interesse do povo comum e que de certo modo o qualifica, não chega ao conhecimento do historiador, a não ser de modo muito restrito pela correspondência particular ou de modo bem mais amplo, pela imprensa.

A questão, por exemplo, da impopularidade da guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, que já vislumbramos pela correspondência da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, torna-se clara mesmo através dos poucos números de que dispomos. Relação dos feridos, notícia de 1º de junho de 1827, dos hospitalizados e seus problemas, notícia de 6 de junho, já dão uma idéia da significação daquela luta que, de certo modo, era a continuação da aventura guerreira de D. Carlota Joaquina, chegada aqui com a fuga da família real em 1808. Mas se isto dá uma idéia do que significava para o povo aquela aventura, dois outros textos nos revelam que no próprio seio das forças armadas ela era detestada. No número de 11 de janeiro de 1828 o capitão João Manoel de Pontes, em Fala à 2ª Companhia de Ordenanças do Distrito da Capela de Viamão concita os civis e ex-militares a se empenharem no esforço de guerra. Isto que à primeira vista parece uma rotineira relação entre o comandante e seus comandados era, na verdade, uma preocupação com o abandono e desinteresse demonstrado pelos capitães-mores, sargentos-mores e demais oficiais, denunciada, logo depois, no nº 14 de 17-1-1828 por um leitor que diz que a Fala do capitão de “idade avançada soube dar um exemplo que, praza aos céus, serviu de estímulo a seus camaradas que tão ensurdecidos ao grito da pátria se têm mostrado”.

E, como já se percebia pela Correspondência da Câmara de Vereadores, a outra razão da impopularidade daquela guerra resultava do sacrifício que ela custava a todo o povo também em gado e dinheiro. No número de 16 de julho de 1827 consta a “lista de doações de cavalos, bois e carretas para o serviço do Estado” e no número de 11 de janeiro de 1828 figura a “continuação da subscrição voluntária para as despesas de guerra da Província, inscrito no diário antecedente”, acusando, no final, a importância de 343:628\$000, o que, como veremos adiante por informações do próprio jornal, era realmente uma soma significativa.

As notícias de interesse geral como o movimento de navios e de passageiros em Porto Alegre e no Rio Grande, são freqüentes. Vendas de rapé, fugas de escravos, negócios em geral, de casas, de sítios, de negros, são também matéria freqüente que se pode ler nos números ainda restantes.

Além disto podemos encontrar neles algumas matérias bem diferentes que dão uma idéia da abrangência do periódico apesar das suas minúsculas duas páginas.

No número 14, de 17 de janeiro de 1828, é publicada a Carta de Lei de D. Pedro I sobre o processo de nomeação dos serventuários da justiça e da Fazenda no caso dos detentores de Ofícios Vitalícios não poderem mais trabalhar.

E literatura?

Também. No número de 5 de novembro de 1827, número 125 deste ano, está a continuação da “Faiscada”, uma espécie de folhetim, um drama de amor e morte que continua nos números seguintes. E no número de 25 de setembro do mesmo ano uma poesia: “soneto à fausta notícia da melhora da sereníssima Senhora Infanta Regente de Portugal”.

Além da loteria recentemente criada, e cuja perda ou roubo de bilhetes era muitas vezes noticiada, o jornal também publica anúncio de outras arapucas da sorte, como rifas. Sim, rifas de objetos de luxo e rifas muito caras: vinte e um prêmios e 169 bilhetes brancos ao preço de dois mil réis cada um, era a anunciada no número 91 de 1827. Algumas destas rifas rivalizavam com a loteria, tinham amplitude regional; a anunciada no número 48 de 1827 pelo senhor Pradel era vendida também em Rio Pardo pelo senhor João Ignácio de Oliveira.

Alguns dramas do dia-a-dia também apareciam.

Em 25 de setembro de 1827 o senhor Francisco de Azevedo Souza Filho queixa-se do juiz-de-fôra Agostinho Moreira Guerra. Episódio talvez muito raro que deu origem à questão, tem aspectos bem cômicos. O queixoso diz que passando pela rua estava o menino escravo com os pés estendidos e que sem tê-lo pisado o menino respondeu mal e que ele encostou a mão na face do mesmo e isto bastou para sofrer a injúria do juiz-de-fôra. E no final avisa que ninguém dê uma “pequena bofetada” naquele negrinho que pode se dar mal.

Outras vezes a matéria saía com tonalidade de crônica policial ou de novela de espionagem, como foi o caso tratado do aparecimento de uma “embarcação de desconfiança” vista ao Norte do Estreito no dia 17 de janeiro de 1828.

Parece que no ano de 1828, primeiro semestre, a frequência continuou a mesma do segundo semestre do ano anterior. Mas o certo é que, no fim do ano de 1827 já se sentiam capazes de realizar melhor a tarefa que se tinham colocado. O “prospecto do novo periódico”, notícia inserida no dia 29 de novembro de 1827 revela a experiência e o que pretendiam fazer em seguida. Dizia em certo trecho: não se recebe gratuitamente nenhuns comunicados, exceto aqueles que foram dirigidos contra o diretor... tudo quanto pertencer a versos ou outras produções de poetas de água doce, bem como despesas de hospitais, listas de donativos de cavalos ou outras iguais frioleiras não terão lugar neste periódico... — dirigir-se os interessados ao Diretor da Imprensa Francisco Pinto de Souza, rua da Graça, nº 14. Princípios a sair no dia 15 de dezembro do presente ano”.

Mas não saiu.

No entanto já estavam pensando em mudar de orientação. Talvez tenham mesmo mudado no ano seguinte, do qual conhecemos apenas três números, todos de janeiro.

Pouco mais resta a dizer sobre o Diário de Porto Alegre, primeiro jornal do Rio Grande do Sul, ao menos enquanto dele tivermos apenas nove números. Colecionadores ingênuos ou maliciosos guardam criminosamente a preciosa coleção desaparecida do Arquivo Histórico do Estado. Acreditamos que a pessoa que o tenha furtado não saiba o que significa para o pesquisador da história de nossa cidade e até mesmo para a do nosso Estado, o pequeno jornalzinho de duas páginas apenas. Ainda há quem veja nas suas notícias apenas coisas engraçadas sem muita valia para a história. Afinal, pensam eles, são uma montoeira de anúncios, de fugas, de aluguel, de venda de escravos. Pois é bom que saiba esse colecionador que um simples anúncio examinado convenientemente pode alterar, a às vezes mesmo mudar, a interpretação de um evento consagrado pela história oficial.

Vejamos.

Por mais de uma vez neste trabalho nos referimos à impopularidade da guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata; chegamos mesmo a dizer o quanto o povo foi compelido a contribuir para ela até o dia 11 de janeiro de 1828. O jornal, no entanto, publicou o montante da contribuição em contos de réis, o que não nos permite ter uma idéia do que isto significava, e efetivamente, em sacrifício para o povo porto-alegrense. Precisamos transpor a significação daquela importância para os dias de hoje.

Pois bem.

É ainda um anúncio daquele jornal que nos vai permitir isto. Rita Gomes Soares, em trabalho já citado, reproduz substancial informação a respeito dos açougues da cidade (6). Em alguns o preço da arroba de carne era de 800 réis, em outros ia a 880 réis, e quando fosse esco-

lhida o preço subiria a 40 réis a libra, o que dá, respectivamente 54,46 réis, 59,91 réis e 87 réis o quilo. Adotando o segundo destes preços o arredondamos para 60 réis e consideramos para hoje o quilo a 250 cruzeiros. A doação em dinheiro sendo de 343:628\$000 correspondia, portanto a 5727×10^3 quilos de carne, o que significaria para hoje 1.431.750.000 cruzeiros, isto é, quase um bilhão e meio de cruzeiros para uma população ligada à vida urbana estimada em 90.000 habitantes. Esta população estava ligada as quatro vilas então existentes: Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio, Rio Pardo e Cachoeira.

Não sabemos, de momento, em que período de tempo foi extraída aquela importância. Talvez se dispuséssemos de mais alguns números do Diário de Porto Alegre isto fosse possível. Mas contando entre a data da comunicação da guerra à Câmara de Vereadores (31.1.1826) e a do Diário de Porto Alegre que noticiou o total da importância (11.1.1828) temos um ano e nove meses, e admitindo uma distribuição normal da coleta podemos dizer que, para uma família de cinco pessoas foi de Cr\$ 3.700,00 por mês, o que significa 22.2% do salário mínimo: quase UM QUARTO DO SALÁRIO era entregue para a guerra.

Fica assim, bem clara, em primeiro lugar, a importância do jornal para o historiador, em segundo, a significação que pode ter qualquer notícia como documento histórico, inclusive, como vimos, um simples anúncio do preço do quilo da carne. O simples preço do quilo da carne permitiu ao pesquisador revelar ao leitor o quanto teria sofrido o porto-alegrense de hoje com aquela guerra.

Mas há nisto tudo uma espécie de compromisso do jornalista com o pesquisador. O jornalista projeta-se ao futuro, cada dia, com a notícia que publica. O pesquisador, trinta ou cinquenta anos depois, ao interpretar o fato, queira ou não queira, vai julgar o jornalista. Sempre será possível descobrir na notícia o desvio da verdade pelo cruzamento de documentos diferentes.

Avulta a importância do jornalista para a história porque ele está sempre produzindo uma informação para o futuro e esta informação será cotejada com a de seus colegas de outros periódicos coetâneos. Pode, às vezes, para o pesquisador, ser muito mais importante um jornal de clube, de associação, de sindicato, do que o grande jornal ligado às grandes empresas ou ao oficialismo, pois aqueles vão fornecer o material para ajuizar o comportamento destes. Não que uns mereçam mais fé que outros, mas é pela possibilidade de sentir o evento dentro de condições mais amplas.

Acreditamos que o exposto com base no primeiro jornal rio-grandense, o nosso Diário de Porto Alegre, baste para que se perceba o quanto pode ser importante um pequeno jornal. E se isto foi realmente percebido podemos, nesta oportunidade, com tranquilidade, apelar aos jornalistas, aos historiadores e aos colecionadores para que se dêem as mãos e, sinceramente, procurem a coleção completa do nosso Diário de Porto Alegre, para entregá-la ao Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, que é o lugar onde ela deve estar, oferecendo, ali, maior franquia e comodidade para o estudioso consultá-la.

-
- (1) — CENTENO, Alberto José — Opinião do eleitor da Paróquia de Triunfo, in “Correspondência Passiva da Câmara de Vereadores de Porto Alegre”, livro nº 3, 22 de fevereiro de 1822, Arquivo Histórico de Porto Alegre.
 - (2) — CORUJA, Antonio Álvares Pereira. Antigualhas: as alcunhas de Porto Alegre. in: “Boletim Municipal”, nº 10, 1942, pág. 96.
 - (3) — PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Memórias, in: “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do sul”, nº 84, 1941, p. 84.

Anexos:

- 1 — Relação dos números do Diário de Porto Alegre existentes no Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, Arquivo Histórico de Porto Alegre e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- 2 — Bibliografia sobre o Diário de Porto Alegre, incluindo, além de trabalhos específicos sobre o periódico, artigos e citações sobre a sua existência e seu conteúdo.

Anexo I

Números do
DIÁRIO DE PORTO ALEGRE
EXISTENTES EM INSTITUIÇÕES CULTURAIS DA CAPITAL
em 11 de junho de 1982

1º de junho de 1827	sexta-feira	número 1	MHC		(1)
6	quarta-feira	3	"		(1)
16 de julho	segunda-feira	?	"	e AHPA	
11 de agosto	sábado	55	"	"	(2)
25 de setembro	terça-feira	91	"	"	(3)
5 de novembro	segunda-feira	125	"		(3)
29 de novembro	quinta-feira	147	"		(1)
11 de janeiro 1828	sexta-feira	9	MHC	e AHPA	
31 de janeiro	quarta-feira	26	"		(3)
17	quinta-feira	14	"	"	

observações:

- (1) = um só lado da folha
- (2) = idem, publicado na Ilustração Rio-Grandense, ano I, nº 4, novembro de 1922
- (3) + originais

(4) — MELLO, Tancredo de — Os primeiros jornais do Rio Grande do Sul, in: "Almanaque Popular Brasileiro", 1905, p. 131.

(5) — SOARES, Rita Gomes — Coleção de anúncios do Diário de Porto Alegre, in: "Anais do III Congresso Sul-rio-grandense de História e Geografia", vol. II, pág. 81/82.

(6) — idem, idem, pág. 90.

Anexo 2

Bibliografia sobre o DIÁRIO DE PORTO ALEGRE

- 1 — ALMEIDA, João Pio de — Gênese da Imprensa Rio-Grandense, in Comemorações em honra da Independência. Oficinal Gráficas de A Federação, Porto Alegre, 1923.
- 2 — COELHO, Alfredo Soares — O primeiro jornal publicado no Rio Grande do Sul, in “Almanaque Histórico e Estatístico do Rio Grande do Sul”, 1906, p. 209/210.
- 3 — DAMASCENO FERREIRA, Athos — Jornais críticos e humorísticos de Porto Alegre no século XIX, Porto Alegre, 1944, p. 6.
- 4 — ERICKSEN, Nestor — Apontamentos para a história da imprensa no Rio Grande do Sul, in “Anais do III Congresso sul-rio-grandense de História e Geografia”, IV, p. 2165.
- 5 — idem — A origem da Imprensa no Rio Grande do Sul, in “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,” n.º 81, p. 15/26
- 6 — idem — O Sesquicentenário da Imprensa Rio-Grandense, Sulina Editora, 1977, p. 7/21.
- 7 — FILHO, Figueiredo — Ilustração Rio-grandense, ano I, n.º 4, nov 1922.
- 8 — MACEDO, F. Riopardense de — Diário de Porto Alegre, in “Correio do Povo”, 15.01.1977.
- 9 — idem — Sesquicentenário da Imprensa Rio-Grandense, in “Correio do Povo”, 28.05.1977.
- 10 — MELLO, Tancredo Fernandes de — Os primeiros jornais do Rio Grande do Sul, in “Almanaque Popular Brasileiro”, 1905, p. 129.
- 11 — idem - O primeiro jornal do Rio Grande do Sul, in “A Manhã”, Porto Alegre, 15.10.1921.
- 12 — PORTO, Aurelio — Fundação da Imprensa Rio-Grandense, in “Terra Farroupilha”, I, p. 216/236.
- 13 — PORTO ALEGRE, Achylles — A Imprensa, in “História Popular de Porto Alegre”, 1940, p. 114.
- 14 — REVERBEL, Carlos — Tendências do Jornalismo Gaúcho. In: Fundamentos da Cultura Rio-Grandense, Segunda Série. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1957, p. 101-124.
- 15 — SCHNEIDER, Edgar Luiz — Imprensa Sul-rio-grandense nos séculos XIX e XX, in “Fundamentos da Cultura Rio-Grandense, V série, p. 81.

- 16 — SOARES, Rita Gomes — Coleção de anúncios do Diário de Porto Alegre, 1827, in “Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia”, v.II, 1940, p. 81/106.
- 17 — SODRÉ, Nelson Werneck — História da Imprensa no Brasil, 2ª edição GRAAL, Rio de Janeiro, 1977, p. 101, 121, 213.
- 18 — SOUZA, Scylla Soares da Silva e — A imprensa em Porto Alegre (1827-1889). In: Anais do III Congresso de História e Geografia, Porto Alegre, 1940, v.3, p. 1181-1201.
- 19 — SOUZA, Scylla Soares da Silva e — A evolução da imprensa no Rio Grande do Sul. In: Imagem da Terra Gaúcha, Porto Alegre, 1942, p. 299-302.
- 20 — VARELLA, Alfredo Augusto — in “História da Grande Revolução”, v. 1, p. 415.
- 21 — VIANNA, Lourival — Imprensa Gaúcha, 1827-1852. Edição do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

OS TRÊS INSTITUTOS HISTÓRICOS DO RIO GRANDE DO SUL

Excerto do discurso de posse de **Renato Costa**

NOSSO PRIMEIRO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

Várias gerações do Rio Grande, desde os longínquos tempos da Província — quando em 1855 não excedia sua população de 284.414 almas, em seus aldeamentos indígenas contavam-se cerca de 2.082 indivíduos e o intercâmbio geral da Província já registrava movimento bruto superior a 15.726:000\$, de nossa boa moeda, comércio esse que se realizava com todos os países de maior densidade econômica e prestígio internacional, como a Grã-Bretanha, as Cidades Hanseáticas, a Espanha, as Repúblicas do Prata, os Estados Unidos, a Suécia, a Noruega, a Bélgica, a França, Portugal, a Itália e a Áustria e respectivas possessões — não se descuidaram seus homens de pensamento de dotar a Província do Rio Grande de São Pedro de uma entidade cultural, onde o estudo fosse facilitado e exequível a pesquisa sistemática de nossa história.

Data daí, de mais de um século, do ano de 1854 — e não de 1845 — como por equívoco, se tem referido, a iniciativa da fundação de um Instituto Histórico e Geográfico da Província, a exemplo do que o Visconde de São Leopoldo, o Cônego Januário da Cunha Barbosa e o Marechal Raimundo José da Cunha Matos — um magistrado, um padre e um soldado — haviam fundado em 1838 na Capital do Império e que é hoje o prestigiado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Governava, então, a Província de São Pedro o Conselheiro do Império dr. João Lins Vieira CANSANSÃO DE SINIMBU, depois Visconde de SINIMBU, nomeado por Carta Imperial de 16 de setembro de 1852, tendo ocupado o cargo até 30 de junho de 1855, quando se recolheu à Corte, entregando o governo ao 1º Vice-presidente, o rio-grandense, dr. Luiz Alves de Oliveira Belo. Durante a gestão do Visconde de SINIMBU, um grupo de homens representativos da Província resolveu tomar a si a idéia da criação de um Instituto Histórico e Geográfico. Para isso, reuniram-se no Palácio do Governo e chegaram a eleger uma diretoria, na qual figuravam, como Presidente, o próprio Governador Cansansão de Sinimbu, o barão de Porto Alegre, como Vice-presidente, e Machado Ourique, como secretário. Do grupo de fundadores, participou também o ilustrado médico rio-grandense, dr. Manoel Pereira da Silva UBATUBA, que, na Província, exerceu as altas funções de Inspetor-Geral da Saúde Pública, ao tempo em que a cólera invadia várias cidades da Província e lhe coube ação de excepcional relevo na defesa sanitária das populações da Capital e de outras regiões assoladas pela terrível peste.

Com a morte prematura de um dos grandes entusiastas da idéia, Machado Ourique, e o afastamento de Sinimbu do governo provincial, a iniciativa da fundação do primeiro Instituto Histórico e Geográfico da Província não lograria o êxito que seria de esperar.

O SEGUNDO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PROVÍNCIA

Ficara, entretanto, a idéia inicial. Cinco anos depois, em 1860, era ela novamente objeto de cogitação, já agora por numeroso grupo de homens ilustres da Província, entre eles, o Tenente-general Manoel MARQUES DE SOUZA, então barão de Porto Alegre. A primeira reunião para fundação do Instituto realizou-se a 19 de fevereiro de 1860, na Sala do Conselho Diretor da Instrução Pública, com a presença dos drs. Manoel Pereira da Silva UBATUBA, José Martins Pereira DE ALENCASTRE, José Antônio DO VALE CALDRE E FIAO — nosso primeiro romancista gaúcho —, de Jerônimo DA CUNHA GALVÃO, Cristóvão José VIEIRA, Francisco DE PAULA SOARES, José Maria DE ANDRADE, Carlos HOFFER, João Miguel SPENCER e tenente-coronel Manoel Lopes TEIXEIRA JÚNIOR. Presidia a *Província, a esse tempo, o Conselheiro Joaquim Antão FERNANDES LEÃO, que fora convidado para a instalação inaugural, a 26 de fevereiro de 1860.

Nessa data, na mesma Sala do Conselho Diretor da Instrução Pública, sede de suas reuniões, sob a presidência do tenente-general barão de PORTO ALEGRE e com a presença de vários sócios fundadores e mais a do dr. João PIRES FARINHA, do dr. Roberto LANDELL, do dr. José Maria TRINDADE, do bacharel Antônio Alves PEREIRA SALGADO, do bacharel Antônio Augusto DE ARRUDA, do tenente-coronel José Maria PEREIRA DE CAMPOS, do major Pedro Maria Xavier de OLIVEIRA MEIRELES e de Antônio VIEIRA DE AGUIAR, instalava-se o Instituto e era aprovado provisoriamente seu Estatuto.

Procedida a eleição da Diretoria, foram escolhidos: para presidente, o tenente-general Barão de Porto Alegre; vice-presidente, o dr. José M. Pereira de Alencastre; 1º secretário, Francisco de Paula Soares; 2º secretário, Cirurgião-Mor de Brigada, dr. Inácio Manoel DOMINGUES; orador, o dr. José Antônio do VALE CALDRE E FIAO e tesoureiro, João DAMASCENO FERREIRA. Também elegeu o Instituto, na mesma ocasião, as várias Comissões, assim distribuídas: 1ª de Fundos e Orçamento; 2ª de Estatuto e Redação da Revista; 3ª de Revisão de Manuscritos; 4ª de Trabalhos Históricos; 5ª de Trabalhos Geográficos; 6ª de Arqueologia, Etnografia e Língua dos Indígenas; 7ª de Admissão de Sócios e 8ª de Pesquisas de Manuscritos e Documentos. Entre alguns nomes, que não figuram nas referências já feitas, encontram-se, a integrar essas Comissões, os de José de ARAÚJO BRUSQUE, do bacharel José Joaquim FERNANDES PINHEIRO, do bacharel Antônio Augusto DE ARRUDA, do vigário Luiz Manoel GONÇALVES DE BENTO, de Ângelo FRANCISCO THER e de Firmiano Antônio DE ARAÚJO.

Uma das primeiras providências, constante aliás do Estatuto, foi a da filiação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado pelo Visconde de São Leopoldo. Convocou-se, a seguir, uma Assembléia Geral, para 1º de março de 1860, na qual foi aprovado definitivamente o Estatuto e à qual compareceu, especialmente convidado, o historiador e filólogo Antônio Álvares PEREIRA CORUJA, integrante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro constituiu seu quadro de Membros Efetivos, em número de trinta e de Correspondentes, inicialmente com onze membros. Na relação dos quarenta sócios, que vieram a formar o quadro inicial de Membros Efetivos, além dos nomes já enunciados, contavam-se mais os doutores Eduardo Pindaíba de MATOS, Fernando ANTÔNIO DE ARAÚJO, Luiz A. DE AZAMBUJA, bacharel Antônio DIAS DA COSTA, o Padre Joaquim PROCÓPIO DE OLIVEIRA NUNES, João Cavalcânti DE MELO E ALBUQUERQUE e o Presidente da Província, Conselheiro Joaquim ANTÃO FERNANDES LEÃO. No quadro de Membros Correspondentes figuraram, de início, o major J. da CUNHA LOBO BARRETO, o dr. João P. MARINHO, o dr. Justino J. A. JACUTINGA (que passaram a efetivos), o dr. ROBERTO LANDELL, o mineiro JAMES H. JOHNSON, o tenente-coronel engenheiro Afonso MABILDE, o tenente-coronel Manoel Pereira da

SILVA LIMA, o geólogo NATHANIEL PLANT, o historiador Antônio Álvares PEREIRA CORUJA, o dr. Tomás L. C. DE CAMPOS e o Cônego Joaquim G. DE OLIVEIRA PAIVA, de Santa Catarina.

A influência da novel organização teria imediata repercussão no interior da Província, onde prestigiosos nomes da cultura e da vida social e política do Rio Grande exerciam atividade. O Instituto fê-los logo seus Membros Correspondentes e Comissários, interessando-os nas finalidades do Sodalício. Deste modo, as figuras mais representativas da hinterlândia da Província integravam seus quadros. Eram nomes do porte do dr. Ângelo PIO DA SILVA, médico notável; do dr. Henrique FRANCISCO D'ÁVILA, Conselheiro do Império e depois Presidente da Província; o coronel Manoel LUCAS DE LIMA; o general farroupilha e brigadeiro honorário DAVID CANABARRO; o Marechal de Campo João PROPÍCIO MENA BARRETO, Barão de São Gabriel; o dr. Francisco de SÁ BRITO; o historiador cônego JOÃO PEDRO GAY, de São Borja; o vigário José de Noronha Nápoles MASSA e o dr. Antônio GOMES PINHEIRO MACHADO, de Cruz Alta; o coronel José ALVES VALENÇA, de Santa Maria da Boca do Monte; José Pinheiro DE ULHÔA CINTRA, de Caçapava; o comendador ANTÔNIO VICENTE DA FONTOURA, de Cachoeira; o marechal-de-campo Lopo de Almeida Henriques BOTELHO E MELO e o dr. Antônio Ferreira DE ANDRADE NEVES, de Rio Pardo; o dr. JOÃO DANIEL HILDEBRAND, de São Leopoldo, pioneiro da colonização alemã na Província; o dr. Francisco de Souza CIRNE LIMA e o dr. Antônio DE SOUZA MARTINS, de Santo Antônio da Patrulha, e inúmeros outros que não só vinham da era farroupilha, como estavam ligados à Província por atividades econômicas e políticas.

Meses depois, elegia o Instituto Sócios Efetivos o Comendador PATRÍCIO Corrêa da Câmara, que foi Vice-Presidente da Província e trazia como brasão ligações com velhos e nobres troncos da família rio-grandense; o doutor João Vespúcio de ABREU E SILVA, político e homem de letras; JUSTINO JOSÉ ALVES JACUTINGA; o dr. CIRO JOSÉ PEDROSA; os tenentes-coronéis PEDRO ÁLVARES CABRAL DA CUNHA SILVEIRA GODOLPHIM e FELIPE BETBEZÉ DE OLIVEIRA NERY.

O Instituto crescia em prestígio e mobilizava os melhores elementos da cultura e da vida da Província, interessando as novas gerações no estudo e na pesquisa histórica do Continente. Mas foi através de sua revista Trimensal que essa atividade teve maior e mais profunda influência, agitando em suas páginas os lances épicos do Ciclo Farroupilha, e de seus pró-homens, como transcrevendo Memórias das figuras de maior atuação na história agitada de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A REVISTA TRIMENSAL

Era uma das finalidades essenciais do Instituto “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos concernentes à história e topografia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e à arqueologia, etnografia e língua de seus indígenas”, bem como publicar, de três em três meses, um folheto, que tivesse pelo menos — rezava seu Estatuto — doze folhas de impressão, com o título seguinte: “Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro”.

Como se vê, a presença e a utilidade do Instituto, na vida cultural da Província, se justificavam precipuamente pela publicação de sua Revista Trimensal, que era afinal a mais alta expressão de suas atividades no campo da pesquisa histórica, da geografia e de suas ciências afins. Sem ela, não teria o Instituto realizado a obra fecunda, se bem que de curta duração, no publicismo daquela época, que enriquece as páginas de sua Revista. Através delas, fluíu toda a epopeia farroupilha, documentação preciosa das Revoluções Cisplatinas, da Campanha contra Oribe e contra Rosas, a vida social, econômica e política da Província.

Em agosto de 1860, o Instituto, presidido pelo Barão de PORTO ALEGRE, lançava à publicidade o número 1 da Revista Trimensal, editado na tipografia do “Conciliador”, na Capital da Província. Nele, além da apresentação habitual, no bom estilo da época, podem ler-se, além de valioso estudo e enumeração dos primeiros Comandantes Militares, Governadores, Capitães-Generais, membros do Triunvirato e do Governo Provisório e Presidentes da Província de São Pedro, de 1737 a 1859; Notas de Manoel da Silva PEREIRA LAGO, de 1834, sobre os 31 Povos nas margens dos Rios Uruguai e Paraná; noções topográficas e militares da Laguna e outras.

No 2º número da Revista, de 1860, além do discurso do Barão de Porto Alegre, de saudação a seus colegas do Instituto; de cópias de Atas de instalação de Cidades e Vilas da Província, como de Rio Pardo à categoria de Cidade, em 1846; de Cachoeira, em 1860; de Caçapava, em 1834; de Cruz Alta, em 1831; de São Leopoldo, em 1846; de Canguçu, em 1857; de Taquari, em 1849; de Encruzilhada, em 1859; do Vilamento da Capela Grande de Viamão, com a denominação de Vila Setembrina, em 1838 contém a 1ª Parte de “Ensaio Estatístico de São Pedro do Rio Grande do Sul” pelo Conselheiro ANTÔNIO MANOEL CORRÊA DA CÂMARA. Estes dois números da antiga Revista acham-se integralmente transcritos na de nosso atual Instituto, em seu nº 100, IV Trimestre, de 1945, a págs. 169 a 244.

Em março de 1861, publicava o Instituto os fascículos de nºs 1 e 2, do 2º volume, correspondentes a seu segundo ano, editados o primeiro ainda na Tipografia de “O CONCILIADOR” e o segundo na do “CORREIO DO SUL”, localizado no Beco da Ópera nº 21, em Porto Alegre.

No fascículo nº 1, de março de 1861, Ano II, o relator da Comissão de Estatuto e Redação da Revista, o dr. CALDRE E FIÃO, pede desculpas pela reduzida matéria do 1º volume. Neste — que nossa Revista do 1º Trimestre de 1946 também transcreve na íntegra — é dada notícia das comemorações realizadas no Paço Municipal, pelo primeiro aniversário da instalação do Instituto. Estiveram presentes os sócios fundadores residentes na Capital, além do Presidente da Província, ainda o Conselheiro FERNANDES LEÃO, o Governador do Bispado e seu Vigário-Geral, o Comandante Superior da Guarda Nacional da Comarca, membros do Corpo Consular, a diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência, a Comissão de Beneficência Porto-Alegrense. O tenente-general, Barão de PORTO ALEGRE, abriu a sessão, “dando vivas ao Imperador e sua Augusta Família e ao Sr. Presidente da Província, após o Hino Nacional, pela banda do 4º Batalhão de Infantaria, que dera a guarda de honra”. A Revista do Instituto, dessa data, dá na íntegra o discurso sóbrio do Barão de PORTO ALEGRE, em que se exalta a atividade da organização e salienta que “se não parecem estrondosos seus trabalhos, se não são eles ruidosos é que se assemelham aos do lavrador em terra nova, que, semeando, espera pela germinação e depois, em tempo mais tardio, pela colheita, que há de recompensar suas longas fadigas”.

Na mesma sessão solene, o sr. FRANCISCO DE PAULA SOARES, 1º Secretário do Instituto, expõe, em minucioso relatório, os trabalhos do ano social, de 1860 a 1861. Refere-se ao único sócio honorário com que contava o Instituto, o nosso co-provinciano Conselheiro CÂNDIDO BATISTA DE OLIVEIRA, Senador do Império, residente na Corte, abalizado matemático, economista e diplomata, o qual, por sua posição e escritos, tornou-se merecedor de uma tal distinção”.

O Instituto Histórico e Geográfico da Província, em seu primeiro ano de atividades, realizou realmente tarefa de esforços intensos: 18 sessões ordinárias e 3 de assembléia geral. Nesse extenso Relatório salienta o primeiro e esforçado Secretário — que tanto nos lembra a figura dinâmica do saudoso EDUARDO DUARTE, de nosso Instituto — “que sendo o principal fim de nossa associação coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos concernentes à história e topografia da Província e à arqueologia, etnografia e língua de nossos indígenas corriamos o dever de promover, com a maior brevidade possível, a publicação da Revista Trimensal

estatutária, o que levou os membros da Mesa diretora a lavrar o respectivo contrato com a empresa tipográfica, que maiores vantagens oferecesse”. Fez-se, então, o contrato com o periódico “O CONCILIADOR”, que se obrigou a imprimir, na tipografia do jornal, um folheto de seis folhas de impressão (48 páginas) pela quantia de sessenta e dois mil réis, fornecendo o Instituto o papel para a impressão e para a capa e, bem assim, mandá-la brochar: os dois folhetos iniciais, já impressos, nada deixavam a desejar, pelo que — dizia o 1º Secretário — respeita a nitidez do trabalho.” PAULA SOARES anuncia que o Instituto já recebera valiosa coleção” de importantes manuscritos, doados pelo Barão de PORTO ALEGRE, os tenentes-coronéis FELIPE BETBEZÉ DE OLIVEIRA NERY e J. DOS SANTOS VIEGAS, capitães JOSÉ AN-TÔNIO CORRÊA DA CÂMARA e TOMÉ J. DE ARAÚJO, drs. MANOEL UBATUBA, CALDRE E FIÃO e o Vigário de São Borja Cônego JOÃO PEDRO GAY, todos esses documentos posteriormente na Revista.

Procedeu o Instituto Histórico e Geográfico da Província, por seus fundadores, a pesquisas e trabalhos históricos de excepcional valor, alguns dos quais apareceram na Revista, inclusive biografias de homens ilustres do Rio Grande.

Lembrava PAULA SOARES a necessidade de ser compilada a vasta coleção de documentos existentes na Cidade do Rio Grande desde 1737 “ano em que se estabeleceram aí os primeiros habitantes, e que a precipitação com que se retiraram as autoridades da dita Vila de São Pedro para o Arraial de Viamão, por ocasião da invasão do numeroso exército espanhol do general D. Pedro de Cevallos, não permitiu que trouxessem os arquivos. É uma providência necessária para se colherem informações sobre as primitivas povoações do Estreito e das margens da Lagoa dos Patos”.

Fez ainda o Secretário PAULA SOARES menção, em seu minucioso relatório, sobre o primeiro ano de existência do Instituto, da necessidade do exato conhecimento da Geografia Física da Província, em face da deficiência de mapas topográficos e da imperfeição dos existentes. O Instituto fez publicar as informações topográficas de Santo Antônio da Patrulha, as Memórias da Exploração no município de Cruz Alta e a que escreveu o coronel JOÃO DANIEL HILDEBRAND sobre a Colônia de São Leopoldo. Aludiu também aos trabalhos da estatística de autoria do Conselheiro CORRÊA DA CÂMARA, mormente na parte física e que a Revista do Instituto já estava publicando em seu 2º volume, de março de 1861 e de que nossa Revista Trimestral de nº 101, do 1º Trimestre de 1946, já transcrevera grande parte. É com justiça que PAULA SOARES exalta o grande mérito desse trabalho “que tornará o nome de seu autor venerado, se por outros títulos ele não houvesse já merecido o amor e o respeito de seus compatriotas”. Como remate do Relatório apresentado, relaciona o 1º Secretário do Instituto os nomes dos 37 Sócios Efetivos e dos 31 Sócios Correspondentes, a que já aludimos linhas atrás. Finaliza seu trabalho relacionando os primeiros livros doados à Biblioteca do Instituto, entre os quais o raríssimo exemplar “Livro de Orações Religiosas”, escrito em Língua Guarani; a 1ª edição (rara) e a 2ª dos Anais da Província de São Pedro”, do Visconde de SÃO LEOPOLDO; a “Gramática da Língua Geral dos índios do Brasil” e outros.

Na Sessão Comemorativa do 1º aniversário do Instituto, pronunciou longo e entusiástico discurso o dr. CALDRE E FIÃO, orador oficial do sodalício, médico pela Faculdade de Medicina da Corte, orador de notáveis recursos e primeiro presidente da Sociedade Literária “Partenon”, de cuja Revista foi um dos mais assíduos colaboradores. Era, também, corajoso abolicionista, em época em que os arautos dessa idéia sofriam rudes ameaças dos senhores de escravos. Foi, finalmente, nosso primeiro romancista. Em seu longo discurso, salientou CALDRE E FIÃO que “o belo pensamento de criar na Província um Instituto Literário não foi exclusivo de uma cabeça, de um partido, de uma fração de homens... Surgiu mais de uma vez...” Sua oração é um hino de entusiasmo e de fé, uma afirmação de sua história e de seu passado. O consócio major PAULO JOSÉ PEREIRA exaltou também a obra do Instituto e o que ela representava para a cultura histórica da Província.

Todo o 1º número da Revista do Instituto da Província, relativo ao 2º ano de sua publicação, e que iria constituir o 2º volume, foi transcrito em nossa Revista, no 1º Trimestre de 1946, Ano XXVI, a páginas 47/87, e não XXV, e IV Trimestre, como saiu, por equívoco, no nº 101, de 1946.

Em outubro de 1861 vinha a público o nº II do volume 2º, do Ano II da Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província. Contém preciosa coleção de documentos da história militar e administrativa do Continente, de meados do século XVIII e princípios do séc. XIX. Também este número foi transcrito integralmente na Revista do nosso Instituto, páginas 87 a 128, correspondente ao I Trimestre de 1946, cit. nº 101, ano XXVI, com a ressalva acima.

Com o nº 2 do volume III, a Revista do nosso primitivo Instituto completava o 6º fascículo, que a Revista Trimestral deste sodalício reeditou na íntegra, bem como os cinco primeiros fascículos, transcritos nos números 100, IV Trimestre, de 1945; 101 (I Trimestre de 1946) e 102 (II Trimestre de 1946).

O 6º fascículo, a que nos referimos, editado em 1863 pelo antigo Instituto Histórico e Geográfico, foi impresso na tipografia do “Correio do Sul”, localizado na Rua da Alfândega nº 37, da Capital. Em suas primeiras páginas, publica a “Felicitação dirigida pelo Instituto Histórico a Sua Majestade o Imperador”, datada de 13 de fevereiro de 1863, como solidariedade e desagravo ao ato descortês do governo britânico, quando tentou humilhar o trono brasileiro, com a insólita presença de vasos de guerra nas águas da Guanabara. O Instituto solidarizou-se com sua Majestade Imperial por haver repellido dignamente o atentado inglês. Traça, mais adiante, o necrológio do Capitão de Engenheiros ANTÔNIO DIAS DA COSTA, seu ilustre Sócio fundador e autor do levantamento da planta e construção das fortificações do Pontal de São Miguel e do de Caçapava, bem como o dos limites do Brasil com o Estado Oriental, e de outras obras de caráter militar. Tinha o distinto oficial as Ordens de Aviz e da Rosa e fora dos mais profícuos servidores do Instituto.

No referido fascículo nº 6, o último da Revista publicado pelo Instituto, está a continuação dos “Ensaio de Estatística da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, pelo Conselheiro ANTÔNIO MANOEL CORRÊA DA CÂMARA, que os fascículos anteriores da Revista vinham transcrevendo. Encontra-se, ainda, nesse número o “Extrato das Atas da Câmara Municipal da Cidade de Porto Alegre”, trabalho oferecido ao Conselheiro ÂNGELO MUNIZ DA SILVA FERRAZ pelo dr. Manoel Pereira da Silva UBATUBA, desde 1824 a 1831 e bem assim o Mapa dos Casamentos, Batizados e Óbitos da Freguesia de São Borja, de 1790 a 1860, trabalho do Sócio correspondente Cônego JOÃO PEDRO GAY.

O terceiro e último volume da Revista Trimensal do antigo Instituto Histórico e Geográfico da Província, relativo ao 3º ano de sua publicação, foi editado, como outros, no “Correio do Sul” da capital, em 1862.

Depois dele, não se tem notícia de que prosseguisse a publicação da Revista, nem de que o Instituto Histórico e Geográfico, que teve à sua frente o futuro Conde de PORTO ALEGRE e uma plêiade de homens ilustres interessados na história da Província, ainda subsistisse.

No último fascículo da Revista, o do volume 3º, Ano III, há a notícia inicial da Diretoria do terceiro ano social do Instituto, eleita a 25 de março de 1862, em que foram escolhidos: para presidente, o tenente-general Barão de PORTO ALEGRE (reeleito); para vice-presidente, o dr. MANOEL JOSÉ DE CAMPOS, mais tarde Barão de GUAÍBA; para 1º secretário, o dr. JOSÉ LUIS DE ANDRADE VASCONCELOS; para 2º secretário, o bacharel JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO; para orador, o tenente-coronel FELIPE BETBEZÉ DE OLIVEIRA NERY e para tesoureiro, JOÃO CAVALCANTI DE MELO ALBUQUERQUE. Para

a Comissão de Estatuto e de Redação da Revista foram escolhidos o dr. MANOEL PEREIRA DA SILVA UBATUBA, como relator; o tenente-coronel OLIVEIRA NERY e o dr. JACINTO DE S. LIMA.

Nesse último fascículo do Ano III, publicou a Revista uma Sessão comemorativa do segundo aniversário do Instituto, realizada no Paço Municipal de Porto Alegre, a 23 de fevereiro de 1862, sob a presidência do Barão de PORTO ALEGRE. A ela compareceram o Presidente da Província, Desembargador FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA ROCHA, o da Câmara Municipal, os Cônsules de França e de Portugal, o Comandante da Escola Militar Auxiliar, além de outras autoridades civis e militares e pessoas de destaque social da cidade. Pronunciou eloquente discurso o Barão de PORTO ALEGRE. “Tínhamos contra nós — salientou o Presidente — o frio da descrença, as preocupações da quadra, as recordações de uma tentativa abortada e as desconfianças, que acompanham sempre toda a empresa nova. Criastes o Instituto; plantastes um belo e grande pensamento!” Exaltou o Barão a tenacidade de seus companheiros e a obra cultural e histórica que o Instituto, nesses dois anos de trabalho, havia construído. “Como me ufano da idéia e quanto me honro de haver partilhado dela!” Homem de espada, nos misteres contínuos da guerra, não pudera ele gastar seu tempo no aperfeiçoamento e cultivo da inteligência e mais não podia trazer que as animações de uma alma afeita a entusiasmar-se e exultar com a idéia da Pátria e a firmeza de quem aprendeu nas duras provações dos campos a não sucumbir às dificuldades. “Vossa bondade — exclamava o velho e glorioso cabo de guerra, vencedor de Rosas em Caseros — disse-me que era muito e quis-honrar nas câs do mais obscuro Soldado da Independência as tradições daquele heróico Exército, de que ele poderia contar a impertérrita coragem, o ânimo insuperável e as virtudes com que soube vencer os quase invencíveis lusitanos.” Faz, então, comovente exortação às novas gerações, a quem cabia receber o legado do Instituto e continuar a obra dos que o haviam fundado. Dirigindo-se ao Presidente da Província, que fora pessoalmente assistir às comemorações, disse o glorioso Soldado do Império: “Senhor Presidente. A presença de Vossa Excelência neste recinto nos é um novo penhor de prosperidade. Digno delegado daquele que honra seu reinado, protegendo as letras e continuando o íntimo laço, que une a coroa do Brasil a todas as grandezas da Pátria, Vossa Excelência não desdenhará dar a esta nascente associação a proteção pública de que careça.”

Eram assim os homens deste tempo!

Nessa mesma Sessão solene, comemorativa do segundo aniversário do Instituto, o 1º secretário, dr. JOSÉ LUÍS DE ANDRADE VASCONCELOS, lê o Relatório dos trabalhos naqueles dois anos de intensa atividade. Refere-se, então, à Revista do sodalício, “fonte de luzes que o Instituto legava à posteridade na parte histórica e geográfica da Província” e o grande interesse, que tem despertado a publicação de manuscritos e documentos importantes da história pátria. Salienta o auxílio valioso dos Conselheiros ANTÔNIO CORRÊA DA CÂMARA e Visconde DE SÃO LEOPOLDO, na difusão e pesquisa de valioso material histórico, mormente os “ANAIIS da PROVÍNCIA” — a maior obra de divulgação histórica de São Pedro do Rio Grande do Sul, havia pouco vindo a público. Daí, a homenagem que o Instituto iria prestar ao VISCONDE, colocando-lhe o retrato na Sala das Sessões. Anuncia, a seguir, o próximo trabalho do Cônego JOÃO PEDRO GAY, sobre a “História da República Jesuítica do Paraguai” e de uma “Gramática da Língua Guarani”.

O tenente-coronel FELIPE BETBEZÉ DE OLIVEIRA NERY, substituindo o orador do Instituto dr. CALDRE E FIÃO, pronuncia o discurso oficial, salientando os trabalhos da organização.

O Instituto aumentara o número de sócios efetivos nesses três anos, entre os quais figurava o Bispo D. SEBASTIÃO DIAS LARANJEIRA e inúmeros outros, do interior da Província, como JOÃO CARLOS MOREÍ, de São Jerônimo; tenente-coronel JOAQUIM AN-

TÔNIO DE BORBA; DOMINGOS RODRIGUES RIBAS; dr. PEDRO TITO RÉGIS; dr. ABRAHÃO DOS SANTOS SÁ; major PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELES; major JOÃO DE FREITAS LEITÃO e FRANCISCO PINTO DA FONTOURA BARRETO. Para sócios comissários ou correspondentes foram admitidos o brigadeiro MANOEL LUIZ OSÓRIO, de Bagé; ANTÔNIO MANOEL RIBAS; major JOSÉ LUIZ CORRÊA DA CÂMARA, de Jaguarão, entre tantos outros.

Dá notícia este último Fascículo da Revista de um Ofício de 25 de março de 1862, dirigido ao Imperador pelos sócios ANTÔNIO ÁLVARES PEREIRA CORUJA e JOSÉ MARIA TRINDADE, em representação do Instituto Histórico da Província, na solenidade inaugural da estátua equestre de D. Pedro 1º, Fundador do Império e da Monarquia, na CORTE. Nele se lê, também, a continuação dos trabalhos estatísticos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pelo Conselheiro ANTÔNIO MANOEL CORRÊA DA CÂMARA e finaliza com a publicação das Atas da CÂMARA MUNICIPAL de Porto Alegre, de 1812 a 1823, trabalho do dr. MANOEL PEREIRA DA SILVA UBATUBA.

Eis, aí, em exaustiva resenha, um dos aspectos mais interessantes da vida de nosso Primeiro Instituto Histórico e Geográfico da Província, através de sua curta existência, principalmente quando o Império iria, dentro de pouco, enfrentar a demorada Campanha do Paraguai, fazendo cessar todas as atividades culturais da Província, de que foi aquele grêmio de estudos e de Pesquisas históricas e geográficas uma das mais altas expressões.

OUTRAS TENTATIVAS DE CRIAÇÃO DE UM INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL EM COMEÇOS DO SÉCULO XX

A idéia e a realização, afinal, da criação de um Instituto Histórico e Geográfico, como o que realizaram nossos comprovincianos em 1860, tendo à frente a figura marcial do BARÃO de PORTO ALEGRE, inflamaram os homens representativos do Rio Grande e, menos de meio século depois, ALCIDES LIMA — o brilhante escritor da “História Popular do Rio Grande do Sul”, escrita em 1882, em plena mocidade, quando ainda cursava a Faculdade de Direito de São Paulo, e ARTHUR MONTENEGRO, o futuro pesquisador da história da Guerra do Paraguai e de notáveis trabalhos sobre a potamografia rio-grandense, tentaram o renascimento do antigo Instituto, na Cidade do Rio Grande, sem maior êxito, apesar do incontestável mérito de seus ideadores.

Pouco depois, em 1917, os irmãos ÁLVARO e AMARO BATISTA, DEMÉTRIO RIBEIRO, CÂNDIDO JAQUES, MANOEL TEÓFILO BARRETO VIANA, ANTÃO DE FARIA, JOSÉ PAULO RIBEIRO e ARTHUR CANDAL, por sua vez, esforçaram-se por fazer renascer aquela idéia, com igual e injustificado insucesso. Mas a mosca azul não abandonara os entusiastas da fundação de uma entidade que reunisse as maiores expressões da história e da pesquisa da Província.

O ATUAL INSTITUTO

Nesse meio tempo, OCTÁVIO AUGUSTO DE FARIA, profundo conhecedor e estudioso da geografia e da história rio-grandense, crioulo de São Gabriel — “que tantos homens representativos têm dado ao Rio Grande, em todos os setores culturais e militares — O CAPITÃO MANOEL JOAQUIM DE FARIA CORRÊA e o então Tenente EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA, três apaixonados pelo estudo da historiografia da Província, retomaram o problema da fundação de um Instituto Histórico e Geográfico e obtiveram, então, o apoio valioso e decisivo de AURÉLIO PORTO e do PADRE JOÃO BAPTISTA HAFKEMEYER, que, àquela hora, constituíam expoentes de nossa cultura histórica, de notável projeção no Estado e no País. Havia — como salientou certa feita SOUZA DOCCA — o Padre, o Soldado e

até o Poeta... Era preciso reunir ao grupo a figura indispensável do magistrado, para que a obra completasse seu circuito idealístico! E este seria quem deu ao Instituto, por longos anos, a força de seu idealismo e de sua vasta cultura histórica: o DESEMBARGADOR FLORÊNCIO CARLOS DE ABREU E SILVA.

De 5 de agosto a 9 de novembro de 1920, e sempre na Sala principal do Arquivo Público do Estado, de que o desembargador FLORÊNCIO DE ABREU era diretor, realizaram-se as oito Sessões Preparatórias da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, quando, não só foi discutido seu Estatuto como eleita a primeira Diretoria.

A 19 de novembro de 1920, no Salão Nobre do Paço Municipal de Porto Alegre, com a presença do mundo oficial, inaugurava-se o Instituto, presentes os Sócios Fundadores: FLORÊNCIO CARLOS DE ABREU E SILVA, DELFINO RIET, JOSÉ PAULO RIBEIRO, AMARO BATISTA, ADROALDO MESQUITA DA COSTA, LINDOLFO COLLOR, ARMANDO DIAS DE AZEVEDO, MANOEL TEÓFILO BARRETO VIANA, JOÃO BATISTA HAFKEMEYER, TANCREDO MELO, MANOEL JOAQUIM DE FARIA CORRÊA, BENJAMIM FLORES, EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA, AFONSO GUERREIRO LIMA, JOSÉ VIEIRA DE REZENDE E SILVA, ROQUE CALLAGE, FRANCISCO DE LEONARDO TRUDA e EDUARDO DUARTE.

Eleita, na última Sessão Preparatória, de 9 de novembro de 1920, a primeira Diretoria, teve ela a seguinte constituição: Presidente — FLORÊNCIO CARLOS DE ABREU E SILVA; Vice-Presidente — DELFINO RIET; 1º Secretário — FRANCISCO DE LEONARDO TRUDA; 2º Secretário — EDUARDO DUARTE; Orador — EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA; Tesoureiro — AMARO BATISTA; Bibliotecário — ARMANDO DIAS DE AZEVEDO. Na mesma ocasião, ficaram constituídas as diversas Comissões Permanentes, sendo que a da Revista e Estatuto ficou constituída dos sócios efetivos OCTÁVIO AUGUSTO DE FARIA, LINDOLFO COLLOR, ARTHUR CANDAL e PADRE JOÃO BATISTA HAFKEMEYER.

Na instalação inaugural do Instituto, o Desembargador FLORÊNCIO DE ABREU, presidente eleito, proferiu magnífico discurso, expondo as finalidades da organização e a necessidade de sua existência na vida cultural do Rio Grande. Fez rápida referência a igual iniciativa, havia mais de um século, e as razões por que a idéia não tivera o necessário êxito. “O Rio Grande já exigia a presença do seu Instituto Histórico e Geográfico!” — exclamava o Presidente FLORÊNCIO DE ABREU, que foi um dos seus mais entusiásticos artífices e a quem o sodalício deve a atual estrutura e progresso, nos primeiros anos de sua consolidação. Logo, a seguir, o orador do Instituto, o tenente SOUZA DOCCA fez um retrospecto da formação histórica do Rio Grande e das várias tentativas de formação do seu Instituto, cuja criação se estava comemorando.

(Pronunciado em 11 de Junho de 1964).

AS CAUSAS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

(Palestra proferida em 18-9-1981, na Fundação Universitária de Bagé-RS)

Sérgio da Costa Franco

Eis aí o grande desafio que se opõe a qualquer historiador: definir as causas de um determinado evento. Todos os conflitos, todos os debates em que se envolveram ou envolvem os filósofos da História têm justamente por finalidade a fixação das causas geradoras dos episódios ou dos ciclos de episódios em exame. Levantamentos puramente factuais, com arrolamento de datas e de nomes ou a reconstituição de documentos, esses não envolvem maior dificuldade. O grande problema, que desafia a própria postura filosófica do intérprete, é aprofundar a análise dos fatos e dos homens, discernir as correntes subjacentes aos acontecimentos e perquirir das motivações ocultas, não confessadas ou inconscientes.

Dificuldade de interpretação

Na fixação das causas da Revolução Farroupilha, a questão ainda se complica mais em virtude da longa duração do processo: uma revolução que dura dez anos, que se inicia pela simples deposição de um presidente da província, para um ano depois, converter-se em movimento separatista, inclusive com a formação de uma república soberana, é algo em que dificilmente se poderia diagnosticar causas únicas, singulares, definidas no tempo. Pois a eclosão do movimento pode ter tido motivações específicas; e a realimentação do processo, logo adiante, outros fatores sucessivos e complementares. De resto, as ações humanas têm muito de contingente, de acidental e de gratuito. E isso torna a explicação de cada lance do jogo uma tarefa de dificuldades quase invencíveis.

Esses embaraços, aliás, levaram muitos pensadores a descrever da possibilidade de um conhecimento histórico científico. VOLTAIRE escreveu que a História não passava de “um conjunto de fábulas convencionais”. E MAX NORDAU achava que eram os historiadores que fabricavam a História, asseverando que “a historiografia não desentranha nunca a realidade dos fatos; não é uma ciência, é literatura de ficção”.

Não me filio a essa posição cética. Estou em que, uma vez reunidos amplos elementos de certeza sobre o passado em exame, esgotado o esforço de recolher e documentar os fatos, é possível partir para a interpretação da realidade histórica. E aqui peço licença para citar um mestre da minha estima: o historiador LEÔNCIO BASBAUM.

“O estudo e a caracterização do fato histórico — escreveu BASBAUM —, nos coloca diante de outro problema: o da REALIDADE HISTÓRICA. Creio que os dois conceitos devem ser distintamente identificados, embora muitos historiadores os confundam. O fato histórico é o objeto puro reconstruído pelos documentos e pelas pesquisas reali-

zadas pelo historiador. A realidade histórica é uma síntese da ciência e da Filosofia da História, é o fato histórico analisado, em suas conexões transcendentes, em suas origens e consequências. O fato histórico é a matéria-prima com que trabalha o historiador, fornecida pelo cientista da História. O cientista, o pesquisador, trabalha com os dados e os testemunhos, para reconstituir os fatos históricos. O filósofo da História trabalha com os fatos, para reconstituir a realidade histórica” (in O PROCESSO EVOLUTIVO DA HISTÓRIA, Edaglit, S. Paulo, 1963, p. 36).

Essa operação, a da exegese dos fatos para a definição de uma realidade inteligível, é que é justamente a mais complicada e mais aleatória. Porque aí vêm interferir a ideologia, as paixões e os interesses do próprio intérprete, numa medida que às vezes invalida todos os esforços da pesquisa.

Existe hoje uma clara tendência, sobretudo entre historiadores latino-americanos que descobriram tardiamente o marxismo e o assimilaram por metade, a interpretar todos os fatos históricos à luz da economia, dos interesses e dos choques classistas. Acreditando-se donos de uma gazuza milagrosa para devassar todos os ângulos da realidade histórica, prescindem até mesmo da investigação historiográfica. De posse de meia dúzia de dados, logo construirão uma tese, sedutora às vezes pela coerência do sistema e pela clareza das conclusões, mas que assenta sobre alicerces de barro. Em verdade, o estreito esquematismo que crepita na obra de alguns historiadores ditos marxistas me parece ter pouco a ver com o Materialismo Histórico, que Marx e Engels enunciaram em síntese mas nunca chegaram a sistematizar. Ao se ler alguns dos ensaios históricos que o próprio Marx escreveu, poder-se-ia dizer que o fundador da doutrina não foi um historiador marxista...

Condicionamento dos exegetas

Outra dificuldade que se apresenta na interpretação de um acontecimento político-social das proporções da Revolução Farroupilha é que, ao longo do tempo quase todos os cronistas ou historiadores que o versaram estavam sob a influência de prejuízos ou de interesses políticos condicionantes. As memórias escritas depois da Revolução o foram principalmente para justificar posições pessoais. Trabalhos como o de Assis Brasil nasceram sob o influxo da paixão da propaganda republicana. Outros, mais adiante, foram concebidos com o específico objetivo de provar a brasilidade dos rio-grandenses, apesar da transitória síndrome separatista. Outros, como o de Alfredo Varela, surgiram sob o impulso de um preconceito inverso. Não significa isso, evidentemente, a pretensão de desterrar e ignorar a rica bibliografia que possuímos a respeito da Revolução Farroupilha. Bem ao contrário, sou dos que acredito que a ciência histórica se faz por acumulação, sem desprezar os trabalhos sérios dos antecessores e muito especialmente as opiniões dos contemporâneos dos fatos, mesmo se dominados pelas paixões do momento. Pois o passionalismo está presente nos eventos históricos em grau muito mais importante que as racionalizações.

A versão do chefe rebelde

No caso da Revolução Farroupilha, dias depois de sua eclosão, Bento Gonçalves da Silva a justificava através de um manifesto que foi divulgado a 25 de setembro de 1835.

“Correstes às armas — disse ele —, depois de haver esgotado todos os meios que a prudência e o amor à ordem vos sugeria, não para destruir, mas sim para consolidar a sagrada Constituição que juramos, não para vingar-vos dos ultrajes que diariamente vos faziam os corifeus de um partido antinacional, mas sim para garantir as liberdades pátrias de seus ataques, tanto mais terríveis por isso que eram exercidos à sombra da Carta Constitucional; correstes,, enfim, às armas, para sustentar em sua pureza os princípios políticos que nos conduziram ao sempre memorável Sete de Abril, dia glorioso da nossa

regeneração e total independência... Conheça o Brasil que o 20 de setembro de 1835 foi a consequência inevitável de uma má e odiosa administração; e que não tivemos outro objeto, e não nos propusemos a outro fim que restabelecer o império da lei, afastando de nós um administrador inepto e faccioso, sustentando o trono do nosso jovem monarca e a integridade do Império”.

Da análise desse manifesto não se poderia induzir mais do que a existência de motivações políticas. Mais adiante, em 1838, o mesmo Bento Gonçalves alinhará, como veremos, um elenco de motivações econômicas (ligadas, especialmente, à opressão e aos excessos fiscais) para justificar a rebelião e a separação da província. Dirá, então, que o Rio Grande fora transformado na “estalagem do Império”.

Haveria, pois, uma motivação oculta e outra ostensiva em 1835? Não parece correto afirmar isso. Tudo induz a pensar que, em 1835, apenas aflorassem ao nível da consciência dos chefes, como elementos causadores da sedição, fatos estritamente políticos: a rivalidade com a Sociedade Militar e os caramurus, mais a indignação contra o autoritarismo do presidente Antônio Rodrigues Fernandes Braga e o comandante das armas, Sebastião Barreto. Observa-se que, no primeiro pronunciamento de Bento Gonçalves, não aparece qualquer declaração de amor à forma republicana ou ao sistema liberal ou às então chamadas franquias provinciais. O que se desejava era salvaguardar a “sagrada Constituição do Império” e substituir um presidente provincial.

Já em 1836, depois de proclamada por Netto a República Rio-Grandense, a linguagem foi outra. Não se falou mais, obviamente, em defender a Constituição, mas na formação de um Estado livre e independente, que poderia ligar-se por laços de federação àquelas províncias do Brasil que adotassem o mesmo sistema e quisessem federar-se ao Rio Grande do Sul.

Sendo já presidente em pleno exercício da República, em 29 de agosto de 1838, Bento Gonçalves publicou outro manifesto, que, este sim, apontou um vasto elenco de inconformidades de natureza econômica e fiscal, que teriam sido a razão do movimento revolucionário e da separação da província.

“O que aí se lê — escrevi num ensaio específico sobre os fatores da insurreição farrapa —, é um libelo candente contra a política financeira do Império e contra as discriminações sofridas pela Província. Os excessivos sacrifícios materiais impostos ao Rio Grande do Sul em razão da Guerra Cisplatina ocupam vários parágrafos, feita menção especial à circunstância de não haver sido pago pelo Governo Imperial “o que se nos tirou a título de compra ou de empréstimo”. “Uma administração sábia — continua Bento Gonçalves —, nos teria indenizado de sacrifícios tais e de tão pesadas cargas pela abolição de alguns impostos e direitos; o Governo Imperial, pelo contrário, esmagou nossa principal indústria, vexando-a ainda mais. A carne, o couro, o sebo, a graxa, além de pagarem nas Alfândegas do país o duplo do dízimo de que se propuseram aliviar-nos, exibiam mais 15% em qualquer dos portos do Império. Imprudentes legisladores nos puseram desde esse momento na linha dos povos estrangeiros, desnacionalizaram a nossa Província e de fato a separaram da Nação brasileira”.

Ressalve-se, entretanto, que tais causas, não tendo sido expressamente apontadas no manifesto de setembro de 1835, quando nada desaconselharia a fazê-lo, seriam condições predispontes, racionalizadas e conscientizadas talvez depois da própria ocorrência dos fatos. Menos do que causas, propriamente ditas, seriam fatores que favoreceram e que deram lastro, entre as populações da Campanha, à insurreição convocada pelos caudilhos.

A opinião dos contemporâneos

Que disseram as testemunhas e os contemporâneos da guerra civil? Nunca é possível desprezá-los.

FRANCISCO DE SÁ BRITO, um contemporâneo dos episódios em exame, participante da Revolução em seu primeiro capítulo e autor de uma famosa “Memória sobre a Revolução de 20 de Setembro de 1835” (que Aurélio Porto transcreveu no 3º volume das Publicações do Arquivo Nacional que divulgaram o Processo dos Farrapos) apontou apenas motivações de sentido político.

“Temos como principal causa disso — escreveu —, o secular despotismo militar que pesou sobre a província, desde a fundação do seu primeiro presidio em 1737, o que, ainda depois de livre e independente o Brasil, não pequeno desenvolvimento teve durante a guerra contra a Confederação Argentina, que, principiada em 1825, finalizara três anos depois”. Alude ainda aos maus resultados da Guerra Cisplatina; à ação de um presiden-

Alude ainda aos maus resultados da Guerra Cisplatina; à ação de um presidente provincial que fizera recrutamento de soldados entre filhos de famílias importantes; à guerra civil uruguaia e aos planos de apoio a Lavalleja; às acusações do Comandante das Armas da Província, Sebastião Barreto Pereira Pinto, contra os coronéis Bento Gonçalves e Bento Manuel Ribeiro. E, além disso, SÁ BRITO não vacila em apontar uma causa de caráter estritamente pessoal.

“Nesse ínterim, são ambos os coronéis eleitos membros da Assembléia Legislativa Provincial e se achavam em Porto Alegre na ocasião da reunião desta em 1835. Ai muito se ofenderam da maneira desdenhosa com que os trataram o presidente Braga e seu irmão Dr. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves”.

Saliente-se que SÁ BRITO, conforme esclarece, foi pessoalmente aliciado por Bento Gonçalves para aderir à sedição de 20 de Setembro, quando aquele miliciano, de viva voz, lhe expôs os seus objetivos que eram “repelir da presidência da província o sr. Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga e do comando das armas o sr. Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto”.

O mesmo cronista, para explicar o desdobramento posterior dos acontecimentos, com a recusa de dar-se posse ao Dr. Araujo Ribeiro, situa Bento Gonçalves como vítima dos exaltados e facciosos da capital da província:

“Mas o sr. Bento Gonçalves — diz ele —, não pôde com esse povo, quando se tratou da posse do presidente nomeado para a província pelo governo central, parecendo então coagido pelos facciosos. Não houve aí meios diretos nem indiretos para conter os agitadores”.

Seria assim a sedição alimentada pelo entusiasmo subversivo, tornando-se incontrolável e se transformando em aberta rebelião.

Outro contemporâneo dos acontecimentos, o baiano RODRIGO DE SOUZA DA SILVA PONTES, que era juiz de direito de Rio Pardo e legalista encarniçado, deixou também uma Memória Histórica, carregada de malquerenças em relação a diversas personalidades, mas o historiador ALFREDO VARELA, com sua indiscutível autoridade, atesta que “no que nos legou (...) sobre as causas gerais do sucesso, merece atenta leitura”. SILVA PONTES salientou entre as causas da Revolução a demagogia que teria sucedido à abdicação de Pedro I, as sociedades secretas, o provincialismo exacerbado, a inclinação dos comandantes de milícias pela violência e a pilhagem, em que se haviam exercitado amplamente nas guerras da Cisplatina, a ambição de poder de alguns chefes provinciais, a proximidade e a influência das repúblicas vizinhas. A respeito das ligações com a política uruguaia, escreveu SILVA PONTES:

“O astuto Bento Gonçalves da Silva discorria desde o princípio, quando procurava aliciar pessoas de boa-fé para o partido de Lavalleja, assegurando que a vitória de tal partido em Montevidéu seria o sinal infalível da reunião da Cisplatina ao Império e demais (acrescentava o conspirador) quando esse resultado não se obtenha tão de pronto, co-

lhemos sempre a vantagem de entreter e sustentar entre nossos vizinhos o fogo da desordem e da anarquia, condição essencialmente eficaz para que nos deixem eles gozar de sossego e tranquilidade”.

A essas causas, SILVA PONTES ainda acrescentava o desacerto administrativo que representavam os sucessivos saques de fundos da Tesouraria provincial para acudir Santa Catarina, além da costumeira desatenção pelo pagamento da dívida pública.

A mesma importância que SILVA PONTES atribuiu aos enredos da política uruguaia e sua projeção sobre a vida rio-grandense, também é reconhecida por SEBASTIÃO FERREIRA SOARES, contemporâneo e autor de umas “Breves Considerações sobre a Revolução de 20 de Setembro de 1835”. Escreveu esse funcionário do Império;

“Os primeiros projetos da premeditada revolução e separação do Brasil daquela província tiveram começo na vila de Jaguarão no ano de 1833, quando ali chegou emigrado do Estado Oriental o general Lavalleja, com os restos de seus companheiros de armas (...). Além destes desvios do general Lavalleja, outros mais inqualificáveis atos praticou contra a nossa paz interna, organizando com seus asseclas uma propaganda revolucionária na província do Rio Grande, a qual começou a pregar a federação daquela província ao Estado Oriental”.

SEBASTIÃO FERREIRA SOARES faz de Lavalleja o culpado pela rebelião da província. Mas talvez haja visto apenas um lado da questão, sem perceber que a união de interesses entre Bento Gonçalves e o General Lavalleja, com a intermediação do Padre José Antônio Caldas, representava algo mais do que simples propósitos do uruguaio. De parte dos rio-grandenses, haveria o interesse de restaurar as ligações com a antiga Cisplatina, ligações que significavam muito em termos de intercâmbio econômico, e que se haviam perdido desastrosamente numa guerra mal conduzida por generais estranhos à província.

Muito a propósito se lê no depoimento de outro contemporâneo, também legalista, JÃO DA CUNHA LOBO BARRETO, autor de uns “Apontamentos sobre a Revolução do Rio Grande”:

“Em parte alguma do Império se sentiram mais os preliminares vergonhosos da paz de 1828, com o estado vizinho, do que no Rio Grande do Sul, visto que só pela falta de chefe não se triunfou da Cisplatina (...) Além disso, recordando-se os seus habitantes das brilhantes vitórias que até 1820 alcançaram sobre os seus vizinhos, não podiam resignar-se a sofrer tão dura e custosa acomodação, e por isso só desejavam propícia ocasião de voltar a ocupar um território que sendo possuído pelas armas brasileiras 11 anos, fora constituído independente...”

O ponto de vista dos historiadores

Feito este apanhado sobre a opinião dos contemporâneos da Revolução, julgo aconselhável sintetizar aquilo que, ao longo do tempo, foi apontado pelos principais historiadores regionais como o elemento causal da Revolução Farroupilha.

O primeiro a versar sistematicamente a história de insurreição foi o Conselheiro TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE, político e magistrado do Império, que presidiu o Rio Grande do Sul entre 1876 e 1877. Em seu livro “A Guerra Civil do Rio Grande do Sul”, publicado alguns anos após sua passagem pela nossa província, ele não aponta senão causas de ordem política:

“As rivalidades de influência provincial e atos pouco justos do governo central originaram a desobediência, que transformou-se em rebeldia declarada”. E, mais adiante:

“A alteração operada no governo do país por semelhante sucesso (a abdicação de Pedro

I) trouxera dois principais resultados, quais eram o afrouxamento do vínculo autoritário e o exaltamento das idéias democráticas. Em todo o Império eram sensíveis estes dois fenômenos políticos: na província do Rio Grande do Sul eles tiveram amplo desenvolvimento, e daí veio o influxo para a revolução, que começando com a deposição de um Presidente da Província, continuou-se pela proclamação da República”.

De sua parte, ele não parece ter visto traços de influência uruguaia no movimento farroupilha, nem muita fidelidade liberal e republicana. Tentando mesmo ridicularizar por sua falta de originalidade aquilo que chamou “república de Piratini”, Araripe comenta:

“...a república rio-grandense começou tendo por leis os códigos, os decretos e os avisos do Império do Brasil, como nós, ao iniciar a nossa vida política, tivemos por leis as ordenações do Reino, os alvarás e as cartas régias de Portugal”.

ASSIS BRASIL, que em seus verdes anos escreveu uma “História da República Rio-Grandense”, aponta para a Revolução diversas causas. Em primeiro lugar, causas ligadas à geografia e à antropologia:

“o que em primeiro lugar avulta é a diferença, a divergência profunda que se nota entre a constituição do todo e a constituição da parte, entre o Brasil e o Rio Grande. Efetivamente, não há província tão diversa do resto do país, como a província do Rio Grande, que rigorosamente não tem com qualquer das suas irmãs exato ponto de coincidência geográfica ou etnográfica”.

Além disso, ASSIS BRASIL aponta outros fatores, distantes uns, imediatos outros: o despotismo dos capitães-generais e o autoritarismo dos presidentes da província; a predisposição marcial da população gaúcha, o ressentimento dos oficiais rio-grandenses pelos fracassos da Guerra Cisplatina, a opressão fiscal manifestada pelos impostos sobre o charque, pelo “quinto” sobre os couros, mais o dízimo sobre o charque, o sebo, a graxa, a erva-mate e o trigo. Afora essas, também destaca, evidentemente, as causas políticas imediatas: a agitação subsequente ao 7 de Abril; a rivalidade entre os “farroupilhas” e caramurus e todos os pequenos incidentes que a assinalaram; a inabilidade e a agressividade do Presidente Braga, a criação de um imposto territorial gravando as estâncias, a polarização que se deu em torno da política uruguaia, com Bento Gonçalves e Bento Manoel protegendo Lavalleja e o General Sebastião Barreto a Rivera.

ALFREDO VARELA, com seus livros “Política Brasileira Interna e Externa”, “As Revoluções Cisplatinas” e a “História da Grande Revolução”, esta em 6 volumes, é, sem contraste, o mais copioso e bem informado historiador da Revolução Farroupilha. Seu arquivo, hoje integrado ao acervo do Arquivo Histórico do Estado e sendo paulatinamente publicado, é a demonstração eloquente de que ninguém mais do que ele penetrou nos mistérios da guerra civil rio-grandense. Infelizmente, porque pagava tributo a uma prolixidade delirante e porque escrevia num Português rebarbativo e gongórico, entremeados de citações literárias e de invocações à história da antiguidade, dificilmente é lido. Esse meu ilustre conterrâneo de Jaguarão dedicou dois volumes de sua obra ao estudo dos antecedentes causais da Revolução. Mas, ainda que lhe sobrassem informações específicas sobre os fatos do decênio e sobre todos os episódios precedentes, nem sempre lhe socorria o bom senso e nem sempre foi capaz de livrar-se de preconceitos que prejudicaram suas conclusões. Dando excessiva importância a alguns fatos da geografia, VARELA insiste em apresentar o Rio Grande do Sul como uma região muito diferenciada do restante do Brasil e que já se inclinaria para a natureza e o clima do Prata. E a partir daí, exasperando supostas afinidades platinas do povo rio-grandense, e atribuindo uma importância talvez exagerada às relações que se estabeleceram entre o uruguaio Lavalleja e alguns chefes gaúchos, se inclina por definir a Revolução Farroupilha como a expressão de uma tendência antibrasileira entre as populações da Campanha meridional. De resto, alinha tam-

bém as causas que ASSIS BRASIL já mencionara e valoriza ponderações de ALENCAR ARA-RIPE e de SILVA PONTES quanto ao espírito de rebeldia antimonárquica e demagógica im-
perantes no Rio Grande após a Abdicação.

As teses de ALFREDO VARELA, como se sabe, determinaram sérias réplicas dos outros historiadores, empenhados em demonstrar o sentido brasileiro da Revolução Farroupilha e o caráter accidental de seu separatismo. Relembro o trabalho do General SOUZA DOCCA, publicado, pela primeira vez, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2º trimestre de 1935. Segundo SOUZA DOCCA, o ideal farroupilha fora basicamente a federação das províncias, não o separatismo. No sentido de SOUZA DOCCA se pronunciaram quase todos os historiadores gaúchos, como MANSUETO BERNARDI, SALIS GOULART, JOÃO PINTO DA SILVA, OTHELO ROSA, WALTER SPALDING e COELHO SE SOUZA, este, autor de um ensaio específico sobre o assunto, que denominou "O Sentido e o Espírito da Revolução Farroupilha".

Não fujo à tentação de opinar no sentido de que a posição mais justa talvez esteja no meio termo. Embora ALFREDO VARELA fantasie ao descobrir sentimentos antibrasileiros nos farroupilhas e não tenha percebido que a principal aspiração do grupo rebelde era o exercício do poder local, não necessariamente soberano, porém com alguma autonomia, também é verdade que, no curso da luta, os rebeldes não duvidaram em estruturar uma república independente com todos os FF e RR, procuraram reconhecimento externo e tentaram alianças no continente. Também é verdade que vários caudilhos da Revolução, como Bento Gonçalves, Antônio de Souza Netto e Bento Manoel Ribeiro possuíam muitos interesses no Uruguai e poderiam aspirar a uma federação com aquele país. E não só eles: muita gente do sul da província era proprietária de estâncias no então chamado Estado Oriental e de lá retirava toda a sua renda. A perda da Cisplatina fora um golpe profundo para os habitantes de Jaguarão, de Bagé, da Capela do Livramento, de Alegrete, e até mesmo para os charqueadores de Pelotas. De que houve conluios entre Lavalleja e Bento Gonçalves em Jaguarão entre 1833 e 1834, há indícios muito conclusivos, que nenhum historiador probo se animaria a negar.

Ainda com relação às causas da Revolução, permito-me relatar a opinião de AUGUSTO TASSO FRAGOSO, autor de excelente trabalho de história militar, "A Revolução Farroupilha", editado pela Biblioteca do Exército. FRAGOSO salienta como causas básicas da rebelião rio-grandense os mesmos impulsos nacionalistas e antilusitanos que fervilharam em todas as províncias brasileiras durante o governo de Pedro I:

"O espírito independente, ativo e patriótico dos rio-grandenses não admitia novas submissões, mesmo indiretas, aos lusitanos. A lembrança das guerras em que haviam tomado parte defender o Brasil e o vento belicoso que soprava do Uruguai, deviam contribuir para lhes despertar o espírito combativo".

De resto, com muita propriedade, FRAGOSO destaca as razões expostas nos dois sucessivos manifestos de Bento Gonçalves, o de 1835 e o de 1838, onde as causas da Revolução foram declaradas por seu próprio líder.

Também cumpre recordar a tese do historiador OTHELO ROSA, "As Causas da Revolução Farroupilha", publicada na revista "Província de São Pedro", nº 2, de 1945. OTHELO distingue basicamente duas ordens de causas: as primeiras, a que dá maior destaque, de natureza intelectual; as segundas, de ordem material. Entre aquelas, alinha o ideal republicano, de que seriam impregnados quase todos os líderes rebeldes; a hostilidade à centralização imperial; as queixas contra a preponderância lusitana na administração e nas armas, mesmo depois da Independência. Quanto às causas de ordem material, seriam a opressão fiscal, o abandono administrativo em que vivia a Província e o excesso de sacrifícios que lhe impunha o governo central.

Uma tentativa de conclusões

Não me parece que se deva acreditar em fatores puramente intelectuais para as grandes disputas de poder que na História se manifestam pelas armas e a guerra. Idéias puras podem levar os homens ao debate pelos jornais e o livro, podem arrastar mesmo à disputa eleitoral e ao protesto retórico. Mas não sei de ideais capazes de arrastar fazendeiros e chefes milicianos a dez anos de ingentes combates. O orgulho ferido é capaz de fazê-lo; o ressentimento pessoal, também; os interesses contrariados e a ambição de poder, mais ainda. Mas não abstratas idéias republicanas ou liberais, que talvez fossem da intimidade de alguns líderes do movimento, mas não de seus comandantes mais conhecidos. Também se deve descrever de causas geográficas ou antropológicas que pudessem condicionar os rio-grandenses a uma prolongada rebelião contra o Império. Cada vez se inclina mais a ciência por atenuar a margem de influência que o meio físico pode exercer sobre a conduta dos homens, e, quanto à antropologia, nenhuma diferença de substância extremava os gaúchos dos brasileiros das demais províncias, no ciclo de 35.

Para um exame dos fatores que condicionaram, favoreceram e afinal determinaram a eclosão da rebelião de 1835, volto-me, antes de tudo, para a qualificação dos homens que a desencadearam. Não se pense numa massa de povo reivindicante e opinante, como só viemos a conhecer no século XX. Pense-se numa sociedade escravista, sem indústria, sem operariado livre e sem classe média, com a propriedade rural fortemente concentrada em poucas mãos e com alguns centros urbanos incipientes, onde conviviam com numerosa massa escrava, alheia à política, alguns funcionários públicos, militares e comerciantes. Mas também não se pense numa sociedade em que o único passaporte para o poder fosse o dinheiro e a fortuna, pois num esquema político centralista, em que nomeações e honrarias vinham da Corte do Rio de Janeiro e de seus delegados, por vezes triunfava sobre o próprio poder do dinheiro o poder das influências na burocracia e nas armas. Na evolução política brasileira, sempre foi muito ponderável a camada que RAIMUNDO FAORO, em "Os Donos do Poder", caracterizou como o "estamento burocrático".

No Rio Grande do Sul de após a Independência, que camada social poderia pretender o exercício autônomo do poder local? A resposta nos é dada pelo viajante francês SAINT HILAIRE, grande observador, no registro que fez a 20/6/1821 em seu diário. Dizia ele, então, que o Brasil não tinha propriamente um exército nacional, "mas todas as províncias têm suas tropas particulares, que não se entendem com uma direção comum e nem se compõem de um só conjunto. Tive já ocasião de expor alguns inconvenientes desse sistema militar; para esta capitania, eles existem e muito graves. Como os corpos dela dependentes, são quase inteiramente compostos de homens da região, tendo a guerra necessidade de grandes verbas e dando lugar a grandes fortunas, **formou-se aqui uma espécie de aristocracia de família, embaraçosa para os capitães-generais e perigosa para a paz dos cidadãos**". Não se pode ler esse trecho quase premonitório, sem pensar em Bento Gonçalves, em Netto, em Bento Manoel Ribeiro e outros chefes da insurreição farroupilha.

Não faltavam, portanto, lideranças pretendentes ao exercício de um poder autônomo. Faltaria, por acaso, o combustível de uma ideologia de autogoverno que os justificasse, e de uma consciência crítica em relação aos males do centralismo e do despotismo? Também isso não faltava. Permito-me lembrar que, em 1823, o charqueador português, radicado em Pelotas, Antônio José Gonçalves Chaves, publicara as suas notáveis "Memórias Econômomo-Políticas sobre a Administração Pública do Brasil", onde fazia a defesa dos princípios da Constituição Americana, apontava os graves defeitos do regime dos capitães-generais, a cupidiz do Fisco, a desordem tributária que oprimia e vexava a produção rio-grandense. Grande parte das queixas enunciadas mais adiante no manifesto do presidente Bento Gonçalves, em 29/8/1838, já estavam contidas na memória de Gonçalves Chaves. E também cumpriria lembrar que o contato com as repúblicas platinas, não desprezível, trazia até as elites gaúchas as idéias de Federação e República, veiculadas também através das sociedades secretas e da imprensa que fervia a partir de 1831.

A essas condições predisponentes, deve-se acrescentar o reconhecimento de possuirmos, então como hoje, uma economia marginal em relação ao processo econômico brasileiro. Fora das áreas dedicadas ao café e à cana-de-açúcar, produzíamos artigos que o Leste e o Nordeste consumiam e desejavam baratos. Daí a sabida desproteção do charque rio-grandense em relação ao platino. Opressão fiscal, excesso de direitos cobrados sobre vários dos produtos gaúchos, baixa rentabilidade, requisições abusivas de produtos agrícolas e pastoris para operações militares, tudo isso gerava, entre as populações da Campanha, um forte mal-estar. Por seu turno, a derrota de 1827/28 e a perda da Cisplatina agravavam a situação. Acentue-se que a Revolução Farroupilha foi, antes de mais nada, uma rebelião da Campanha. Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas nunca aderiram plenamente a ela. Se é verdade que a capital e Pelotas chegaram a estar nas mãos dos farroupilhas por algum tempo, parece que o forte do seu comércio e de suas lideranças não se deixaram atrair pelos insurretos. E Rio Grande, inconquistável, foi infalivelmente legalista.

Dentro daquele quadro antes esboçado, Bento Gonçalves da Silva, prestigioso coronel de milícias, comandante da Fronteira de Jaguarão, por manter entendimento e favorecer Lavalleja na revolução contra o Presidente Fructuoso Rivera, se atritou fortemente com o governo da província e com o comandantes das armas, tornando-se alvo de perseguições e desconsiderações. O mesmo aconteceu a Bento Manoel Ribeiro, de grande influência na região de Alegrete. Como imediato resultado, surgiu a conspiração para apelar do poder o presidente Fernandes Braga e o Marechal Sebastião Barreto, comandante das Armas. A agitação já imperante na capital e em Rio Pardo favorecia o movimento. A impopularidade dos governantes e as condições gerais da província estimulavam o levante. E o ressentimento pessoal dos dois chefes tinha força suficiente para multiplicar os inconformismos e estabelecer uma teia de conspiradores.

Entretanto, as rebeliões são processos incontroláveis. Uma vez deflagradas, quando não suscitam reação eficaz e se vêem aplaudidas, tendem a crescer e a ampliar seus objetivos. Em breve tempo, o movimento ultrapassava as dimensões que lhe haviam proposto seus condutores e chegava às últimas conseqüências, separando a província da comunhão nacional e proclamando a república. Parece imprescindível distinguir bem as duas fases do processo, ao contrário do que pretende OTHELO ROSA, na tese que atrás mencionei. Pretender que desde o início, Bento Gonçalves tivesse em mira uma revolução republicana e federativa é desconsiderar seu próprio manifesto de 25 de Setembro, tão claro e tão simples, fantasiar intenções e admitir como possível uma clandestinidade de propósitos, que seguramente não estava na cabeça do chefe rebelde. A acolhida favorável que a Revolução logo teve no interior da província e a inabilidade revelada pela Corte no enfrentá-la, se constituíram em novos fatores, capazes de agravar o processo de rebeldia, dando outra dimensão, mais larga e profunda, aos objetivos iniciais dos insurgentes.

Em síntese, entendo necessário reconhecer a presença de três tipos de causas da chamada Guerra dos Farrapos: predisponentes, imediatas e cumulativas. Foram causas predisponentes a formação de uma aristocracia de milicianos muito poderosos e influentes, que pretendiam o poder político; a opressão fiscal; o descaso administrativo e a falta de atenção pelos interesses econômicos, bem como a difusão de idéias republicanas e/ou federalistas. Foram causas imediatas a ação das sociedades secretas, a agitação política subsequente à abdicação de Pedro I, as ligações de Bento Gonçalves com Lavalleja e seu conseqüente atrito com o governo da província. Foram cumulativas várias circunstâncias que sucederam ao 20 de Setembro, estimulando o processo insurrecional depois de iniciado.

Estou longe de pensar que haja montado por inteiro o quebra-cabeças do ciclo farroupilha. Toda a minha esperança é de ter ajudado o auditorio a pensar os acontecimentos de 1835 com objetividade e frieza, sem entusiasmos líricos, sem descabidas ilusões regionalistas e sem preconceitos ideológicos. Só assim, afinal, é que se pode fazer história científica.

OS VARGAS

Uma estirpe faialense no Rio Grande do Sul

José de Araújo Fabrício

Os Vargas são originários da Espanha, apelido tomado do povo e lugar chamado Vargas, nas proximidades de Toledo, onde foram “senhores e principalíssimos cavaleiros”. Em Madrid havia um solar onde, em 1083, vivia Iban de Vargas. O apelido Vargas é extremamente comum em todos os países de língua espanhola. Da Espanha eles passaram para Portugal. Em 1512, obteve armas de D. Manuel, rei de Portugal, Tristão Fernandes Vargas, que se destacou na tomada de Tânger. Jerônimo de Vargas, em 1535, vivia em Alentejo, em Portugal.

Foram, depois, povoar o arquipélago dos Açores, localizando-se, preferentemente, na ilha do Faial, donde passaram, no decorrer do século XVIII, para o Rio Grande do Sul. Identificamos os dois representantes desta família que, integrando a primeira leva de ilhéus que aportaram ao Rio Grande, entre 1751 e 1752, se destinavam ao povoamento das Missões Orientais. São eles José de Vargas e Antônio José de Vargas, ambos oriundos da freguesia de São Miguel, na ilha de Faial, cuja descendência estudaremos adiante. Trinta anos depois, entre 1780 e 1800, vieram vários Vargas, todos parentes entre si, e oriundos, em sua quase totalidade, do lugar chamado Feiteira, no Faial, nascidos e batizados nas freguesias de N.ª Sr.ª da Conceição, N.ª Sr.ª da Ajuda, Santo Cristo e Espírito Santo. São eles: José Francisco de Vargas, Silvestre de Vargas, José Vargas de Andrade, José Correia de Vargas, Antônio Correia de Vargas, Antônio Pereira de Vargas, Manuel de Vargas, Manuel Vargas de Andrade, José Pereira de Vargas, Matias José de Vargas, José Vargas Leal, Manuel de Vargas Correia, Antônio Silveira de Vargas e outros que no decorrer do século XIX, aqui aportaram. Todos estes acima citados, que vieram depois de 1780, foram se localizar na Freguesia de N.ª Sr.ª dos Anjos da Aldeia (ou Aldeia dos Anjos, hoje Gravataí), em Sapucaia, São Leopoldo e arredores, onde, ainda hoje, encontramos grande parte de seus descendentes.

No início, eles eram simples agricultores, mas nas gerações seguintes, os Vargas, como grande parte dos ilhéus seus patrícios, foram se transformando em fazendeiros e criadores de gado, receberam suas sesmarias, maiores ou menores. Os Vargas acompanharam seus compatriotas, na linha da frente, no avanço de nossas fronteiras, tanto se fixando nas novas terras, com suas estâncias, seus rebanhos, como integrando as forças militares que as conquistaram e defenderam. Encontramos os Vargas, pais, filhos e netos, na tomada do forte de Santa Bárbara, sob o comando de Rafael Pinto Bandeira (1774), nas guerras Cisplatinas, sendo que um deles morreu na batalha de Catalã, em 1817, outros lutavam, de um lado ou de outro, na Revolução dos Farroupulos, e já em altos postos militares, nas forças governamentais, tiveram destacada atuação no combate aos revolucionários de 1893, tendo um de seus mais ilustres representantes atingido a Presidência da República, o Sr. Getúlio Dorneles Vargas.

Neste número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, estudaremos, somente, os casais troncos José de Vargas, Antônio José de Vargas e José Francisco de Vargas e suas descendências, ficando os demais, acima citados, para o próximo número desta revista.

ANTÔNIO JOSÉ DE VARGAS

ANTÔNIO JOSÉ DE VARGAS — nasceu, cerca de 1735, na freguesia de São Miguel, na ilha do Faial, e faleceu, a 9-10-1792, em Encruzilhada (1º, 8), com 57 anos. Era filho de Domingos Dutra e Francisca de Vargas, também, naturais da mesma freguesia de São Miguel. Domingos Dutra, já viúvo, veio para a Vila do Rio Grande em companhia de seu filho único, Antônio José de Vargas, este já casado. Aqui, Domingos Dutra, casou, pela segunda vez, com Maria Rosa da Ressurreição, de quem teve um segundo filho, também chamado Antônio, nascido em 1756, mudando-se para Rio Pardo, onde faleceu em junho de 1765, quando foi feito seu inventário.

Antônio José de Vargas veio, para o Rio Grande, já casado com Maria Josefa, natural de ilha Terceira, e que faleceu, na freguesia do Triunfo, 24-5-1824 (3º, 116v), em avançada idade, filha de Manuel Machado Neto e Maria das Candeias, naturais da ilha Terceira. No Rio Grande, onde nasceram seus quatro primeiros filhos, Antônio José de Vargas permaneceu até 1763, quando se deu a invasão espanhola que ocupou aquela praça, passando, então, para a freguesia de Triunfo, e daí, definitivamente, para Encruzilhada, onde encontramos a maior parte de sua descendência. Era “Casal del Rei desertado do Rio Grande, ante a invasão espanhola, para Santo Amaro”, como encontramos registrado em alguns batizados.

Identificamos 9 filhos do casal Antônio José de Vargas e Maria Josefa, sendo que os 4 primeiros nasceram no Rio Grande (de 1754 a 1762) e os cinco últimos nascidos na freguesia de Triunfo (de 1763 a 1774), deixando grande descendência.

F 1 — **Manuel José de Vargas** — bat. a 20-11-1754, no Rio Grande (2º, 36), e falecido em Encruzilhada, a 24-5-1820 (2º, 79v), com 66 anos. Casou duas vezes, a 1ª, em 1772, na freguesia de Viamão, com Ana Isabel Maria de Aguiar, b. 30-3-1756, na freguesia de Viamão (1º, 69v), e falecida a 8-9-1793, Encruzilhada (1º, 13), com 37 anos, filha de João Rodrigues de Aguiar, n. Fregª de Furquim, arc. Mariana, Minas Gerais, e Isabel Maria do Prado, n. fregª dos Prados, Minas Gerais, neta paterna de Antônio Rodrigues de Matos e Lucrécia Porte del Rei, naturais de Taubaté, neta materna de Felix Mendes do Prado e Josefa Ribeiro da Silva, naturais de Santo Amaro, em São Paulo (v. Rev. IHGRS-1947: A Freguesia de Nosso Senhor do Triunfo — p. 292). Ana Isabel Maria de Aguiar morava, com seus pais, na Fazenda do Mascarenhas, em Montenegro, na freguesia de Triunfo. Manuel José de Vargas, com sua família, transferiu-se para Encruzilhada, onde, no lugar em que está a vila de São José do Patrocínio (hoje Amaral Ferrador), junto ao rio Camaquã, recebeu uma sesmaria de campo, que, ainda hoje, é conhecida como a Sesmaria dos Vargas, e onde corre o arroio dos Vargas, o passo do Vargas Pinto e outros topônimos referente à família Vargas aí estabelecida. No recenseamento feito em Encruzilhada, em 1782, consta: “Manuel José de Vargas possui um campo na Costa do Camaquã, ao pé do Passo da Armada, que terá de comprimento 3 léguas e 1 de largo, e só apresenta um despacho do Sr. José Marcelino, de 3 de abril de 1780. Tem: 26 cavalos, 200 éguas, 700 gados, 2 bois e 40 potros”.

Em segundas núpcias, Manuel José de Vargas, casou, a 4-2-1797, em Rio Pardo (2B-154v), com Desidéria Clara de Oliveira (ou Desidéria Prates de Oliveira, como, também, aparece seu nome), bat. 13-2-1779, na fregª de Santo Amaro (1º, 19v), e + 2-9-1828, em São José do Patrocínio

(1º, 7v), com 49 anos, filha de Francisco José de Moraes Sutil, n. Sorocaba, e Maria Inácia Ribeiro, n. Vila de São Francisco do Sul, neta paterna de Miguel Sutil de Oliveira e Inês Maria de Moraes, naturais da cidade de São Paulo (v. Silva Leme: Gen. Paul.-1º-60), neta materna de João de Souza e Domingas Ribeiro Lima. Os descendentes deste segundo casamento de Manuel José de Vargas constituíram a família Prates de Vargas.

Do primeiro casamento de Manuel José de Vargas, com Ana Isabel, nasceram 10 filhos, e de seu segundo matrimônio, com Desidéria Clara, houve mais 9, num total de 19 filhos.

Filhos do primeiro casamento:

- N 1 — **José Rodrigues de Vargas** — b. 23-11-1773, freg.^a Triunfo (2º, 40v), casado e com descendência. Em 1820, não morava em São José do Patrocínio.
- N 2 — **Manuel** — n. 21-1, 4-2-1776, freg.^a Santo Amaro (1º, 7v). Faleceu na infância.
- N 3 — **Ângelo José de Vargas** — b. 26-11-1777, em Santo Amaro, casado. Em 1820 residia fora de São José do Patrocínio.
- N 4 — **Síria Maria dos Santos** — b. 24-12-1779, em Rio Pardo, e já falecida em 1820. Casada com José Gonçalves de Mesquita, n. Desterro. SC, filho de Francisco Gonçalves de Mesquita, n. Vila Real, arceb. Braga, P., e Luzia Teresa da Silveira, n. Faial. Residiam em Encruzilhada, com descendência, que não usava Vargas como sobrenome.
- N 5 — **Inácio José de Vargas** — b. 26-1-1782, em Rio Pardo. Casado, e residindo, em 1820, fora de Encruzilhada.
- N 6 — **Felisberta de Vargas** — b. 26-7-1784, na freg.^a de Rio Pardo, na capela de Santa Bárbara de Encruzilhada. Casou, a 1ª vez, a 30-10-1798, em Encruzilhada, com Pedro Antônio Barbosa de Sá, n. 1798. Tiveram 4 filhos. Em 2ªs núpcias, Felisberta casou com Leonardo Martins, e foram residir em Santa Catarina.
- N 7 — **Francisco José de Vargas** — b. 22-4-1786, freg.^a Rio Pardo, na capela de Santa Bárbara da Encruzilhada, casado e ausente de S. José do Patrocínio, em 1820.
- N 8 — **Manuel José de Vargas** — b. 11-5-1788, na capela de Santa Bárbara, Encruzilhada. Faleceu assassinado, a 9-11-1843, em São José do Patrocínio (1º, 23). Já viúvo, casou a 2ª vez, com Ana Florência de Jesus. Sem descendência.
- N 9 — **Ana Joaquina de Vargas** (ou Ana Maria de Jesus ou do Nascimento) — n. 7-4-1790, na capela de Santa Bárbara, Encruzilhada, e + 10-5-1875, em São José do Patrocínio (1º, 69v); casou com Francisco de Paula Bueno, natural, de Sorocaba, SP, + 4-9-1857, filho de Pedro de Alcântara Correia, n. Itú, e Rita Bueno de Moraes, n. Parapanema. SP. (casados a 30-7-1753, Sorocaba), neto paterno de João de Oliveira e Mariana Vaz, neto materno de Manuel Gomes França e Isabel Bueno. Francisco de Paula Bueno abandonou a família e 4 filhos.

- Bn 1 — **Teodoro Bueno de Vargas** — n. 18-10-1807, b. 25-11-1809, Encruzilhada (1º, 69), falecido a 26-9-1872, em D. Pedrito “de um tiro que levou”, casou em Livramento com Isabel Correia, b. 4-9-1814, Encruz. (2º, 67v), filha de Marcelino Correia da Silveira e Maria de Jesus, naturais de Rio Pardo, e moradores em Livramento. Teodoro residiu em Livramento, mas depois foi para São José do Patrocínio (Encruz.), e, em 1855, mudou-se definitivamente para D. Pedrito. Analfabeto. Deixou 9 filhos:
 - Tn 1 — **Marcelino Bueno de Vargas** — n.13-9-1844, b. 10-10-1846, Livramento (1º, 40).
 - Tn 2 — **Florentino Bueno de Vargas** — n. 1848, B. 12-1-1851, S. José do Patrocínio (1º, 188v).
 - Tn 3 — **Teodolino Bueno de Vargas** — bat. em 1847, em S. José do Patrocínio (1º, 188v), e casado, a 26-5-1872, em Rosário, com Antônia Serafina Severo, filha de Serafim Antônio Severo e Umbelina Alves, moradores em Rosário.
 - Tn 4 — **Manuel Bueno de Vargas** — natural de Encruzilhada. + menor
 - Tn 5 — **José Bueno de Vargas** natural de Encruzilhada.
 - Tn 6 — **Marcolino Bueno de Vargas** — natural de Encruzilhada.
 - Tn 7 — **Isaías Bueno de Vargas** — b. 25-2-1855, São José do Patrocínio (1º, 202).
 - Tn 8 — **Angelino Bueno de Vargas** — n. 8-8-1856, D. Pedrito (1º, 45).
 - Tn 9 — **Manuel Bueno de Vargas** — n. 3-1-1859, D. Pedrito (1º, 108).

- Bn 2 — **Evaristo José de Vargas** — (aparece, também, como Evaristo Manuel de Vargas) — nascido em Encruzilhada, cerca de 1809, e falecido, com perto de 90 anos, em 1898, em Palmeira, no lugar chamado Ramada, lugar este hoje pertencente ao atual Município de Ajuricaba. Casou na Vila de Rio Pardo, em 17-5-1832 (3º, 308), com Luzia Maria Tereza, n. 2-12-1817. b. 1-1-1818, Rio Pardo (9º, 194), e falecida a 27-11-1882, no então 5º distrito de São Borja, e

hoje município de Santiago, em sua fazenda do “Cerro”, filha de Manuel Antônio Rodrigues e Maria Teresa de Jesus, naturais do rio Pardo, neta paterna de Manuel Antônio Rodrigues, n. Faial, e Ana Maria da Trindade, n. Rio Pardo, neta materna de Bernardino Munhoz de Camargo e Ana Francisca, naturais de Rio Pardo.

Mais ou menos, pelo ano de 1836, Evaristo José de Vargas, com a mulher e dois filhos, deixou São José do Patrocínio, e mudou-se para Pulador, localidade próxima a Passo Fundo, onde nasceram mais 12 filhos, onde residiu durante 20 anos, até 1856, quando comprou a “Sesmaria do Cerro”, nos campos da Porteirinha, no atual município de Santiago, onde toda a família se encontrava em 1882, quando faleceu Luzia Rodrigues de Vargas, como ela passou a se chamar depois de casada. Já viúvo, Evaristo, mais uma vez muda de residência. Vendeu sua parte nos campos do “Cerro”, e mudou-se para o lugar chamado Ramada, no, município de Palmeira, e que hoje pertence ao novel município de Ajuricaba, onde comprou um pequeno campo, aí residindo até falecer em 1898. Na Ramada, aos 77 anos de idade, Evaristo casou, pela segunda vez, a 9-8-1886 (Palm. 3º, 91v.), com Maria Joaquina da Fonseca, de 25 anos, da qual logo se separou, sem filhos. O inventário de Luzia Rodrigues de Vargas está no Arq. Públ.: S. Borja — Orf. e Auz. — ano de 1883.

O genealogista padre Gaspar Dutra fez interessantes estudos, no interior do Estado, sobre este ramo da família Vargas, especialmente a respeito de Evaristo José de Vargas, e sua numerosa descendência, e os resultados de sua pesquisa muito contribuíram para este nosso trabalho.

O casal Evaristo José de Vargas e Luzia Rodrigues de Vargas gerou 16 filhos, que se-
guem:

- Tn 10 — **Jerônimo** — n. 31-5-1833, b. 31-1-1834, Rio Pardo (15, 57v) na capela de Santa Bárbara. Faleceu na infância.
- Tn 11 — **Cândida** — n. 21-2, b. 21-4-1835, Rio Pardo (13º, 117), na capela de Santa Bárbara, Encruz. Faleceu menor.
- Tn 12 — **Lino José de Vargas** — n. 1836, e faleceu em 1893, na Revolução Federalista. Casou, a 23-10-1858, Passo Fundo (1º, 72), com Bertolina Silva, n. Laguna, filha de Francisco Inácio da Silva e Clemência Maria de Jesus. Quando seus pais se mudaram para Santiago, Lino José continuou a residir em Passo Fundo, no distrito de Jacuizinho, hoje Carazinho. Passados alguns anos, Lino José, também, foi se estabelecer na Sesmaria do Cerro, em Santiago, onde residia em 1882, por ocasião do inventário de sua mãe. Tiveram vários filhos, dos quais identificamos os seguintes:
- Qn 1 — **Cândida** — n. 13-10-1859, b. 10-3-1860, Passo Fundo (2º, 275).
- Qn 2 — **Amando** — natural de Passo Fundo.
- Qn 3 — **Manuel José de Vargas** — agricultor em Jaguari, casado com sua prima Reassilvia Rodrigues Vargas, filha de Bernardino José de Vargas e Cirila Rodrigues, (Qn 48) F. q. i:
- Pn 1 — Bernardino de Vargas
- Pn 2 — Marciano de Vargas
- Tn 13 — **Evaristo José de Vargas Filho** — n. (1836), em Passo Fundo, faleceu em 1937, em Charruas, Santiago (hoje no atual município de Boçoroca), com 89 anos (v. Cart. Civil de Tupantuba — Lº 2, fls. 90). Casou, a 1ª vez, com Delfina Maria Ramos, e casou, a 2ª vez, a 22-2-1869, em São Francisco de Assis, com Maria da Conceição Vieira (3º, Lv), n. Paraná + 1908, em Santiago, filha de Antônio José Vieira dos Santos e Ana Maria de Souza. Comprou, em Charruas (Santiago) 10 quadras de campo, e aí sempre viveu, sendo enterrados, ele e sua mulher, no próprio campo, quando faleceram. Tomou parte na Revolução Federalista, de 1893, quando foi capitão das forças governamentais.
- Filho do 1º casamento:
- Qn 4 — **Elezeário**, n. 23-8-1864, Passo Fundo (4º, 27v.).
- Filhos do 2º casamento:
- Qn 5 — **Conceição de Vargas** — nascido em Santiago, + Boçoroca, em 1908. Em 1893 foi tenente na Revolução Federalista. Casou com Guilhermina Vieira, deixando 6 filhos.
- Qn 6 — **Manuel Ozones Vargas** n. Santiago, + em Charruas, onde morava, 74 anos. Criador. Casado com Onorata Carolina dos Santos. Deixou 13 filhos, todos naturais de

Charruas, onde moravam. Foi sepultado em Charruas, com sua mulher, no Cemitério dos Vargas (Tupantuba — C. C. — 2º, 193). Dos 13 filhos, somente 6 casaram; identificamos os seguintes:

- Pn 3 — **Pedro Vargas** — n. 1905, em Charruas, onde ainda residia em 1970, com três irmãos solteiros, ele mesmo solteiro.
- Pn 4 — **Bernardina Vargas** — n. 1907, Charruas. Solteira.
- Pn 5 — **Reassilvia Vargas** — n. 1910, em Charruas. Solteira.
- Pn 6 — **Felicidade Vargas** — n. 1923, Charruas. Solteira. Todas vivas em 1970.
- Qn 7 — **Felicidade Vargas** — n. Santiago, casada com o cap. Emilio Manuel de Andrade, que fez parte da Divisão do Norte, das tropas governistas, durante a revolução de 1893. Criaram 11 filhos, dos quais 8 ainda vivos em 1970, todos casados e com grande descendência em 1970, e moradores na região. Felicidade Vargas, que sempre residiu nas imediações de Charruas, faleceu, aí, com 98 anos (Tupantuba — C. C. — 3º, 125).
- Tn 14 — **Balbina Rodrigues de Vargas** — n. mais ou menos, em 1839, em Passo Fundo, onde casou, a 1-5-1855 (1º, 37), com Augusto Antônio Rodrigues, n. Rio Pardo. Em Passo Fundo nasceram dos filhos, depois, a família mudou-se para o "Cerro", onde ainda estavam em 1883. Posteriormente transferiram-se para o município de São Luiz Gonzaga, onde Balbina faleceu (Arq. Púb.: Santiago — C. C. — ano 1900). F. q. i:
- Qn 8 — **Rosalina Vargas Rodrigues** — n. 1860, b. 16-7-1868, Passo Fundo (5º, 74v).
- Qn 9 — **Augusto Vargas Rodrigues** — n. 30-5-1862, b. 14-7-1862, Passo Fundo (3º, 59v).
- Qn 10 — **Liberato Antônio Vargas Rodrigues**.
- Tn 15 — **Pedro José de Vargas** — n. cerca de 1840, em Passo Fundo, faleceu em São Miguel das Missões (Santo Ângelo), com 66 anos. Casou, a 10-5-1868, na vila de Cruz Alta (5º, 2), com Laurina Ribeiro Severo, n. C. Alta, e + São Miguel das Missões (C. C. — 1º, 181,v), onde residiam, e onde nasceram todos seus filhos.
- Qn 11 — **Luiza Severo Vargas** — casada.
- Qn 12 — **Maria Severo Vargas** — 14-9-1870, Santo Ângelo (4º, 86v), casada em São Miguel.
- Qn 13 — **Guilhermina Severo Vargas** — casada em São Miguel.
- Qn 14 — **Onória Severo Vargas** — casada em São Miguel.
- Qn 15 — **Jemiano Severo Vargas** — solteiro.
- Qn 16 — **Isabel Severo Vargas** — casada em São Miguel.
- Tn 16 — **Ana Rodrigues Vargas** — n. cerca de 1842, em Passo Fundo (Pulador), onde casou com Cesário Machado Flôres. Quando seu pai Evaristo se mudou, de P. Fundo para Santiago (no Cerro), Aná e seu marido continuaram em P. Fundo, onde ainda estavam em 1860, quando o filho Jesuino foi batizado. Mas, tempos depois, foram para Santiago, e, daí, para a Ramada, onde morreram, deixando grande descendência. Deixaram 6 filhos, todos casados em Palmeira.
- Qn 17 — **Jesuino Vargas Flôres**, — n. 5-6-1859, em Santa Maria, e bat. 5-10-1859, em Passo Fundo (2º, 27v), casado com Camila Sá. Ainda em 1901 morava na Sesmária do Cerro, mas depois foi para Ramada. Identificamos a filha:
- Pn 7 — **Adelicia Vargas Flôres** — n. 1910, na Ramada, casada com Nicanor Barbosa Prates. Com 9 filhos.

- Qn 18 — **Maria Vargas Flores**
- Qn 19 — **Onória Vargas Flores** — n. Palmeira (Cart. Civ. 9º, 116v).
- Qn 20 — **Esmênia Vargas Flores** — casada, com descendência.
- Qn 21 — **Praxedes Vargas Flores** — casada, com descendência.
- Qn 22 — **Joaquim de Vargas Flores**
- Tn 17 — **Maria Rodrigues de Vargas** — b. 11-8-1846, Passo Fundo (1º, 14), e + 11-7-1921, em Santiago (Unistalda, C.C. -1º, 163v), casada a 9-7-1866, São Francisco de Assis (2º, 34), com Carlos Augusto Frederico Müller, n. Kellerfeld, Alemanha, em 1840, + 5-1-1915. Em Ernesto Alves, Santiago, filho de João Cristiano Frederico Müller e Joana Cristiana Henriqueta, nats. da Alemanha, e que tinha uma casa comercial no Passo da Porteira. Carlos Augusto recebeu a herança de sua mulher e comprou, também, os campos de vários cunhados. Tinham 8 filhos.
- Qn 23 — **Guilherme de Vargas Müller** — ten. cel. — chefe político, fazendeiro no 5º distº de Santiago (Fazenda Bom Retiro), e proprietário de uma próspera casa comercial em Ernesto Alves, casado com Jerônima Müller. 4 filhos.
- Qn 24 — **Henriqueta de Vargas Müller** — n. Santiago, casada com João Alberto Wittes. Residiam em Erechim.
- Qn 25 — **Carlos Ernesto de Vargas Müller** — n. Santiago, proprietário de uma casa comercial no Passo da Porteira. Com descendência.
- Qn 26 — **Frederico de Vargas Müller** — n. Santiago, casado e com descendência.
- Qn 27 — **Idalina de Vargas Müller** — n. Santiago, casada com Pedro Tifle, residentes em Passo Fundo, com descendência.
- Qn 28 — **Jovita de Vargas Müller** — n. Santiago, casada com Boaventura dos Anjos Afonso, residentes em Santiago, e com descendência.
- Qn 29 — **Albertina de Vargas Müller** — n. Santiago, onde residiam, casada com Vitor da Conceição Afonso.
- Qn 30 — **Andalino de Vargas Müller** — n. Santiago, já falecido em 1915, deixando 5 filhos menores.
- Tn 18 — **Manuel do Nascimento Vargas** — general honorário, n. 25-11-1844, em Pulador, Passo Fundo, e falecido no Rio de Janeiro, a 21-10-1943, com 99 anos, sendo sepultado em São Borja. Casou, a 16-1-1872, em São Borja (3º, 1), com Cândida Francisca Dorneles, n. 7, b. 20-7-1850, em Taquari (6º, 58v), e falecida 29-10-1936, em São Borja, filha de Serafim Francisco Dorneles e Umbelina Maria Jacinta, naturais de Taquari, e abastados fazendeiros em São Borja, neta paterna de Joaquim Francisco de Souza e Vitória Joaquina da Conceição, naturais de Taquari, neta materna de Miguel José Cardoso, n. Santo Amaro, e Ana Maria do Rosário, n. Taquari. O general Manuel do Nascimento Vargas tomou parte ativa, e com destaque, na guerra do Paraguai e na revolução de 1893. Comprou a fazenda do Itu, e recebeu a de Santos Reis por herança de sua esposa. F.q.i:
- Qn 31 — **Jovita** — n. 3-11-1872, em São Borja (8º, 27). Faleceu na infância.
- Qn 32 — **Viriato Dorneles Vargas** — natural de São Borja, fazendeiro e político, residia em São Borja, até transferir-se para o Rio de Janeiro, onde faleceu. Casado com Umbelina Nunes, deixou 5 filhos.
- Pn 8 — **Cândida Vargas** — n. São Borja, casada com Newton Tatsch, médico, n. Itaqui. Tiveram uma filha única:
- 6ºn 1 — **Ivete Vargas Tatsch** — deputada federal, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro. Casada.
- Pn. 9 — **Manuel do Nascimento Vargas Neto** — n. São Borja, e falecido no Rio de Janeiro. Poeta regionalista. Casado com Zulmira Carneiro. Pais de Tanira, Mariza e Cláudio.
- Pn 10 — **Serafim Dorneles Vargas** — general da reserva, criador em São Borja, onde faleceu a 29-6-1977, casado com Joana Surreaux.
- 6ºn 2 — **Viriato Surreaux Vargas** — casado e com descendência.
- 6ºn 3 — ————— — casada com Floriano Zillig.
- 6ºn 4 — ————— — casada com Hugo Rubem Pereira.

- Pn 11 — **Umbelino Dorneles Vargas** — general da reserva, n. São Borja, residente no Rio de Janeiro, casado com Ziláh N. N. Com descendência no Rio de Janeiro. Pais de Viriato, Lino e Maria Alice.
- Pn 12 — **Inês Vargas** — n. São Borja, casada com Heraclides Fontela. Filhos:
- 6ºn 5 — **João Viriato**
 - 6ºn 6 — **Heraclides**
 - 6ºn 7 — **Eda Marta**
 - 6ºn 8 — **Zilda Maria**
- Qn 33 — **Protásio Dorneles Vargas** n. São Borja, engenheiro, fazendeiro e chefe político, nascido a 27-3-1877, e falecido, a 9-3-1969, em Porto Alegre, com 92 anos. Casou, a 1ª vez, a 7-12-1901, em Porto Alegre (12º, 27) na igreja Madre de Deus, com Alaíde Teixeira Mesquita, n. 12-8-1883, b. 15-7-1885. Faleceu em Porto Alegre, a 27-2-1915, filha do general Carlos Frederico de Mesquita e Idalina Vieira Teixeira. Casou, 2ª vez, a 16-8-1921, em Porto Alegre (Ros. 13º, 67), com Glasfira Correia da Silva, filha do coronel Agnelo Correia da Silva e Amália Silva. Sem descendência deste segundo casamento. Filhos do primeiro matrimônio:
- Pn 13 — **Lígia de Mesquita Vargas** — n. 15-11-1902, em Porto Alegre, casada com o general Israel Ramiro Souto, em 20-4-1927, em Porto Alegre, ele nascido a 28-1-1898, em Porto Alegre, onde faleceu a 20-2-1962, filho do general Ramiro da Silva Souto e Otaviana Maciel. 2 filhos.
- 6ºn 9 — **Fernando Vargas Souto** — oficial do Exército, nascido a 14-6-1928, em Porto Alegre, casou, a 29-3-1952, em Santiago com Iolanda Pinto. 4 filhos.
 - 6ºn 10 — **Carlos Ari Vargas Souto** — médico, nascido a 28-1-1935, em Porto Alegre, casado com Medy Stumpf. 2 filhos.
- Pn 14 — **Osmar de Mesquita Vargas** — n. 23-1-1908, em Porto Alegre, fazendeiro em São Borja, onde casou, a 25-11-1934, com Inah Rey Dorneles, filha de Ildefonso Dorneles e Francisca Rey. Filho único:
- 6ºn 11 — **Alaíde Dorneles Vargas** — n. 3-5-1945, em São Borja, casada com Miltom Franco Neto. Morreram, em 3-10-1969, em desastre de automóvel, no município de Alegrete.
- Pn 15 — **Ari de Mesquita Vargas** — n. 29-9-1914, em Porto Alegre, e faleceu em São Borja, 12-10-1933. Solteiro.
- Pn 17 — **Alaíde de Mesquita Vargas** — n. 27-2-1915, em Porto Alegre, onde faleceu a 7-10-1915, com 5 meses.
- Qn 33 — **Getúlio Dorneles Vargas** — nascido a 19-4-1883, em São Borja, e falecido no Rio de Janeiro, a 24-8-1954. Foi Presidente da República, Ministro, Governador do Rio Grande do Sul, tendo sido o homem público que mais se destacou na vida política no País. Casou, em São Borja, com Darcy de Lima Sarmanho, natural de São Borja e falecida no Rio de Janeiro, filha de Antônio Sarmanho e Alzira de Lima (esta filha do gen. Francisco Rodrigues Lima e Amabilia de Castilhos). Tiveram 5 filhos:
- Pn 18 — **Lutero Sarmanho Vargas** — médico e fazendeiro, residente no Rio de Janeiro. Casou com uma jovem alemã. Tem uma filha:
- 6ºn 12 — **Cândida Darci Vargas** — n. Rio de Janeiro, onde reside. Casada e divorciada nos Estados Unidos.
- Pn 19 — **Alzira Sarmanho Vargas** — n. São Borja, casada, no Rio de Janeiro, com o deputado e almirante Ernani do Amaral Peixoto. Filha única:
- 6ºn 13 — **Celina Vargas do Amaral Peixoto** — casada com Wellington Moreira Franco, político em Niterói, RJ. Três filhos.
- Pn 20 — **Jandira Sarmanho Vargas** — casada, no Rio de Janeiro, com o comandante Rui Costa Gama. 2 filhos:

- 6ºn 14 — **Getúlio Vargas Costa Gama**
 6ºn 15 — **Edite Maria**
- Pn 21** — **Manuel Antônio Sarmanho Vargas** — fazendeiro em Itaqui, residente em Porto Alegre. Ex-deputado e prefeito de Porto Alegre, casado com Vera Tavares. Com 4 filhos:
- 6ºn 16 — **Iara Tavares Vargas** — casada.
 6ºn 17 — **Getúlio Vargas Neto**.
 6ºn 18 — **Manuel Antônio Tavares Vargas**.
 6ºn 19 — **Betina Tavares Vargas**.
- Qn 34** — **Spartaco Dorneles Vargas** — natural de São Borja, casado com América Vargas. Faleceram no Rio de Janeiro, onde residiam. Sem filhos, mas adotaram:
- Pn 22** — **Iara Vargas** — residente no Rio de Janeiro, casada e com descendência.
- Qn 35** — **Benjamim Dorneles Vargas** — natural de São Borja, casado com Ondina Correia da Silva. Casou, no Rio, mais duas vezes. Sem descendência.
- Tn 19** — **Aníbia Luzia Rodrigues de Vargas** — nascida em Passo Fundo (1846), e faleceu em Bos-soroca. Casou em 9-7-1866, em São Francisco de Assis (2º, 34v), com Bernardino Alves Teixeira, nat. Rio Pardo, filho de Joaquim Alves Teixeira e Ana Matilde Pinto. Resi-diam na Sesmária do Cerro, em Santiago. Aníbia foi sepultada em Charruas, no Cemi-tério dos Vargas. Tiveram 7 filhos, dos quais identificamos os seguintes:
- Qn 36** — **Evaristo de Vargas Teixeira**.
Qn 37 — **Manuel de Vargas Teixeira**.
Qn 38 — **João de Vargas Teixeira**.
Qn 39 — **Luzia de Vargas Teixeira**.
Qn 40 — **Cândida de Vargas Teixeira**.
- Tn 20** — **Isabel Rodrigues de Vargas** — n. 7-3, b. 24-6-1848, Passo Fundo (1º, 33), casada, a 12-6-1864, em São Francisco de Assis (2º, 27), com Felisbino Borges de Menezes, n. Lages, SC, filho de Urbano Borges de Menezes e Vicência Maria da Conceição. Residiam na Sesmária do Cerro. Com descendência.
- Tn 21** — **Basilícia Rodrigues de Vargas** — natural de Passo Fundo (1850). Casou com Manuel Santana de Moura. Residiram, alguns anos, na Sesmária do Cerro, depois, mudaram-se para o 2º dist. de São Luiz, onde nasceram e casaram alguns filhos. Passados alguns anos, foram para a Ramada (Palmeira), onde ainda viviam em 1889, e onde morreram e deixaram sua descendência. Tiveram 7 filhos.
- Qn 41** — **Maria Vargas de Moura** — que faleceu com 45 anos, casada com Pedro Fernandes Si-mões. Viviam nos arredores de Ajuricaba. Tiveram 9 filhos, dos quais identificamos:
- Pn 23** — **Evaristo Vargas Fernandes** — casado com Josefa Rodrigues de Lima. Em 1970 resi-diam no lugar chamado Timbozal, perto de Ajuricaba. 9 filhos.
- Qn 42** — **João Vargas de Moura**.
Qn 43 — **Leandro Vargas de Moura**.
Qn 44 — **Bertoldo Vargas de Moura**.
Qn 45 — **Laufrido Vargas de Moura**.
Qn 46 — **Leodoro Vargas de Moura**.
Qn 47 — **Onória Vargas de Moura** — b. 31-12-1873, em Itaqui (3º, 7), que vivia com Pedro Ce-lestino Correia, agricultor residente em Ramada.
- Tn 22** — **Bernardino José de Vargas** — capitão — n. 18-6, b. 30-9-1851, em Passo Fundo (Cruz Alta, 4º, 134), casado com Cirila Rodrigues. Tomou parte ativa na revolução Federalis-ta de 1893, sob o comando de seu irmão Manuel do Nascimento Vargas (Tn 18). Depois emigrou para o Uruguai, onde faleceu a 3-5-1899. Residia no Cerro. Inventº no Arq. Publ. — 1900, Santiago. Tinham uma filha única:

- Qn 48 — **Reassilvia Rodrigues Vargas** — casada com seu primo Manuel José de Vargas, filho de Lino José de Vargas e Bertolina Silva (Qn 3, com a desc. ai).
- Tn 23 — **Joaquim José de Vargas** — nascido em Pulador, em Passo Fundo. Solteiro. Sempre viveu com os pais, no Cerro. Era Tropeiro, e foi assassinado ao transpor o rio Uruguai, conduzindo uma tropa.
- Tn 24 — **Marcolfa Rodrigues Vargas** — n. 1857, em Santiago, b. 11-3-1861, em Itaqui (1º, 68) casou, a 14-4-1871, em São Francisco de Assis (4º, 47), com Cesário dos Anjos Afonso, n. 1853, em São Francisco, filho de Fortunato dos Anjos Afonso e Florisbela Afonso. Sempre residiram na Sesmaria do Cerro. 8 filhos.
- Qn 49 — **Maria da Conceição Vargas Afonso.**
- Qn 50 — **Amália Vargas Afonso.**
- Qn 51 — **Etelvina Vargas Afonso.**
- Qn 52 — **Maria Cândida Vargas Afonso.**
- Qn 53 — **Maria Geralda Vargas Afonso.**
- Qn 54 — **Claro Vargas Afonso.**
- Qn55 — **Adolfo Vargas Afonso.**
- Qn 56 — **Natalício Vargas Afonso.**
- Tn 25 — **Onória Graciliana Rodrigues de Vargas** — n. 1862, em Santiago, casada, com 14 anos, a 4-11-1876, em Passo Fundo (2º, 95v), e + 27-10-1880, Passo Fundo, com 18 anos, casada com Francisco Antônio Rodrigues, n. Passo Fundo. Filho único:
- Qn 57 — **Alipio Vargas Rodrigues** — n. 1877, Passo Fundo, onde, em 1882, vivia na companhia de seu pai, viúvo.
- Bn 3 — **Zeferino José de Vargas** — gêmeo — b. 30-5-1814, nascido entre 1810 e 1814, “no Curato do bairro de Camaquã, no Passo da Armada”, São José do Patrocínio. Casou a 3-6-1828, com menos de 18 anos, na Capela Curada de Santa Maria da Boca do Monte (1º, 73v), com Ana Maria Marques, nat. de Sorocaba, filha de Francisco José e Maria Francisca, moradores em Santa Maria. O tenente Zeferino José de Vargas, depois de residir, por alguns anos, em Santa Maria, e tomado parte na Revolução Farroupilha, mudou-se para São Luís das Missões, onde deixou sua descendência. Filhos q. ident.:
- Tn 26 — **Maria de Vargas** — b. 23-5-1831, em Santa Maria (2º, 158v), casada em Santo Ângelo (1º, 27v).
- Tn 27 — **Generoso Vargas** — que casou em São Luís das Missões (1º, 42).
- Tn 28 — **Damázia Vargas** —
- Tn 29 — **Cesarina Vargas** — que casou em São Luís das Missões (1º, 42).
- Bn 4 — **Jesuino Xavier de Vargas** — gêmeo — b. 30-5-1814, em São José do Patrocínio, e falecido a 25-10-1862, Encruzilhada (inventº dos anos de 1863). Alistou-se, e tomou parte na Revolução dos Farrapos, onde conquistou o posto de capitão, tendo, depois, voltado para São José do Patrocínio. Casou, a 12-11-1832, Encruzilhada (1º, 184v), com sua prima irmã Joaquina Leite do Canto, n. 1810, e fal. a 13-6-1890, em São José do Patrocínio, filha de Inácio José Leite do Canto e Mariana Joaquina de Vargas (v. N. 10). F. que ident.:
- Tn 30 — **Basílio Xavier de Vargas** — n. 23-5-1833, em São José do Patrocínio, e fal. 25-1-1889, na mesma freguesia. Casou três vezes, mas só deixou descendência do último matrimônio, quando foi residir no 3º distrito de Canguçu, no lugar chamado Coxilha do Fogo, no outro lado do rio Camaquã. Casou, a 1ª vez, a 5-3-1859, São José do Patrocínio (1º, 78v), com Umbelina Mesquita, que faleceu ai, a 22-9-1860, de parto, aos 29 anos (1º, 41v), filha de Inácio Gonçalves de Mesquita e Escolástica Maria Rodrigues. Casou, a 2ª vez, a 12-10-1862, em São José do Patrocínio (1º, 94v), com sua prima Carmelina Rodrigues de Brito, filha de Francisco Bicudo de Brito e Ludovina Rodrigues de Oliveira. Casou, a 3ª vez, em Rivera, no Uruguai, com Antônia Nunes de Moura, natural e residente na Coxilha do Fogo, em Canguçu. Filhos do 3º casamento:
- Qn 59 — **Ana Joaquina de Vargas** — n. 1872.

- Qn 60 — **Briatus Xavier de Vargas** — n. 14-12-1877 na Coxilha do Fogo (cart. Civ. 1º, 75v).
- Qn 61 — **Francisco Antônio Xavier de Vargas** — n. 29-1-1880, na Coxilha do Fogo (C.C. 1º, 195).
- Tn 31 — **Ana Clara de Vargas** — n. 14-8-1849, São José do Patrocínio (1º, 174v), onde casou, a 6-2-1864, com o pardo livre José Domingos de Oliveira. Deixou 11 filhos, cujos descendentes não adotaram o sobrenome Vargas.
- N 9 — **Ana Joaquina de Vargas** — tendo sido abandonada pelo marido Francisco de Paula Bueno, e tendo ficado com 4 filhos menores, continuou a residir em São José do Patrocínio, e algum tempo depois, teve, de Francisco Antônio de Souza Xavier, natural de Jacarei, SP, e que faleceu, a 26-6-1834, em São José do Patrocínio (1º, 16v), com 80 anos, solteiro, a filha natural:
- Bn 5 — **Leonida** — falecida a 16-7-1834, com 13 anos, em São José do Patrocínio, onde nascera.
- N 9 — **Ana Joaquina de Vargas** — a partir de 1820, passou a viver maritalmente com Lourenço Bicudo de Brito, b. 16-7-1777, em Jacarei, SP, e que faleceu, a 25-7-1842, em São José do Patrocínio (1º, 21v), filho do cap.-mór Lourenço Bicudo de Brito e Maria Leme do Prado (v. Gen. Paul.-Silva Leme-6º, 435). Lourenço era fazendeiro junto aos campos dos Vargas. 5 filhos:
- Bn 6 — **Maria Joaquina do Prado** — b. 19-2-1821, São José do Patrocínio, casou, a 3-1-1835 (1º, 30v), com João Martins de Araujo, filho de Custódio Martins e Margarida Joaquina da Silva.
- Bn 7 — **Joaquim Bicudo de Vargas** — natural de São José do Patrocínio, onde casou com Umbelina Maria da Silva, n. 1819, e 20-12-1869, em São José do Patrocínio, com 50 anos. Identificamos, somente, o filho:
- Tn 32 — **Felisberto Bicudo de Vargas Sobrinho** — capitão — casado com sua prima Carlota Bicudo de Vargas, (Tn 39), filha de Manuel Bicudo de Vargas e Maria Jacinta da Silva. Era forte fazendeiro em São José do Patrocínio, e esteve na Guerra do Paraguai, onde conquistou o posto de capitão. Não tinham filhos, mas adotaram, como filha de criação, a mulata Floreana Bicudo de Vargas (Qn 71), filha de Malaquias Bicudo de Vargas e Vicência de tal.
- Bn 8 — **Felisberto Bicudo de Vargas** — natural de São José do Patrocínio, onde casou com sua prima Belarmina Leite do Canto (1º, 70), n. 1829, e que faleceu (suicidou-se), a 3-10-1869, em São José do Patrocínio, com 40 anos, filha de Inácio José Leite do Canto e Marana Joaquina de Vargas (N 10). F.q.i:
- Tn 33 — **Maria Joaquina** — n. 4-6-1858, b. 31-7-1859, Encruz.
- Tn 34 — **Quintina** — n. 20-10-1859, b. 14-11-1860, São José do Patrocínio.
- Tn 35 — **Lafaiete Bicudo de Vargas** — n. 30-4, b. 27-11-1861, São José do Patrocínio, e que morreu durante a Revolução Federalista de 1893, com 32 anos (C.C. Amaral Ferrador — 1º, 55). Casou com Rosalina Lock, de origem alemã. Tiveram 6 filhos, dos quais identificamos:
- Qn 62 — **Americano Brasileiro de Vargas** — n. São José do Patrocínio, onde faleceu com 85 anos, a 4-11-1970. Casado com sua prima Floreana Bicudo de Vargas (Qn 71), natural de São José do Patrocínio, onde faleceu em 1950, filha de Malaquias Bicudo de Vargas e Vivência de tal. Era um abastado fazendeiro em Amaral Ferrador, e seus descendentes são, atualmente, os proprietários da Sesmaria dos Vargas. Tiveram 9 filhos, todos casados e residentes em Amaral Ferrador (antiga São José do Patrocínio).F.q.i:
- Pn 25 — **Lourenço Bicudo de Vargas**.
- Tn 36 — **Rita de Vargas** — que casou, a 22-4-1882, em São José do Patrocínio, com Inácio José de Vargas, filho de Cândido José Barbosa e Clara Josefa de Vargas (N 18).
- Tn 37 — **Mariana de Vargas** — que casou, a 3-6-1882, São José do Patrocínio, com Fortunato José da Silva, filho de Maurício José da Silva e Ana Antônia de Vasconcelos.

- Bn 9 — **Manuel Bicudo de Vargas** — natural de São José do Patrocínio, onde, a 3-8-1882, (1.º, 93). Seu intário: Arq. Púb. Encruz. 1886-Cart. Orf. Auz. Aos 59 anos de idade casou com Maria Jacinta da Silva, de quem teve 7 filhos.
- Tn 38 — **Januário Bicudo de Vargas** — capitão — n. São José do Patrocínio, onde faleceu, em 11-1-1932 (Am. Ferrador — C.Civ. 3.º, 197v). Casado com Leonidia Fausta, já falecida em 1932. Recebeu o posto de capitão da Guarda Nacional, quando serviu durante a Guerra do Paraguai. Tiveram 13 filhos, dos quais só identificamos os seguintes:
- Qn 63 — **Quintino Bicudo de Vargas**.
- Qn 64 — **Maria do Carmo Bicudo de Vargas** — n. 1878, em São José do Patrocínio, onde casou, em 1911, com Camilo José Bueno, filho natural de Margarida Fagundes, solteira.
- Qn 65 — **Carmelita de Vargas** — que faleceu com 59 anos em São José do Patrocínio, onde casou com seu primo Otacilio José de Vargas (Qn 69), filho de Jesuino Bicudo de Vargas e Carmelita Nunes. Com a descendência ai.
- Qn 66 — **Raul Bicudo de Vargas** — n. 1889, em São José do Patrocínio, onde ainda vivia em 1970, casado com Zelinda de Tal, sua sobrinha. Tinham duas filhas casadas.
- Tn 39 — **Carlota Bicudo de Vargas** — cujo nome aparece, também, como Carlota Jacinta da Silva, casada, a 12-7-1882, em São José do Patrocínio, com seu primo irmão capitão Felisberto Bicudo de Vargas Sobrinho (Tn 32). Sem descendência.
- Tn 40 — **Francisca Maria Bicudo de Vargas** — que casou, em 1868, São José do Patrocínio (1.º, 103), com seu tio Mariano Bicudo de Vargas (Bn 10). Sem descendência.
- Tn 41 — **Jesuino Bicudo de Vargas** — n. São José do Patrocínio, onde casou com Maria do Carmo (Carmelita) Nunes de Oliveira. Jesuino, aos 42 anos, suicidou-se (Amaral Ferrador — C.C.-1.º, 90). Três filhos.
- Qn 67 — **Emílio Vargas** — que, aos 20 anos, morreu afogado no arroio dos Ladrões (A. Fer. — C.C. - 1.º, 155).
- Qn 68 — **Amorety Vargas** — n. 1889, em São José do Patrocínio, ainda vivo em 1970. Casado e com descendência.
- Qn 69 — **Otacilio José de Vargas** — n. São José do Patrocínio, onde casou com sua prima Carmelita de Vargas (Qn 65), filha de Januário Bicudo de Vargas e Leonidia Fausta. Tiveram 12 filhos, dos quais identificamos:
- Pn 26 — **Nilza de Vargas** — que suicidou-se aos 18 anos.
- Pn 27 — **Getúlio Vargas** — pastor protestante em Amaral Ferrador. Casado, com filhos. Vivo em 1970.
- Otacilio José de Vargas, aos 59 anos, casou novamente, com Ana Teodora dos Santos, com quem teve 3 filhos. Em 1922, alegando que precisava conhecer o seu quinhão na Sesmaria dos Vargas, entrou em juízo, requerendo “a competente ação de medição, demarcação e divisão” da mesma (Forum Encruzilhada — Civ. Crim.: “Medição dos Vargas”, v. 1.º, fls. 2).
- Tn 42 — **Eufrazina Bicudo de Vargas**.
- Tn 43 — **Emigdio Bicudo de Vargas**.
- Tn 44 — **Felício Bicudo de Vargas** — n. 1849, em São José do Patrocínio, onde suicidou-se em 14-4-1889. Casado.
- Tn 45 — **Carlinda Bicudo de Vargas** — já falecida em 1882.
- Tn 46 — **Mariano Bicudo de Vargas Sobrinho** — casado, a 30-3-1883, em São José do Patrocínio, com Delfina da Rocha Porto, filha de João Francisco da Rocha Porto. F.q.i:
- Qn 70 — **Ovidio Bicudo de Vargas** — casado com Belmira Menezes, que faleceu atingida por um raio, quando tinha 36 anos, (Am. Ferrador — C.C. - 1.º, 93). Tiveram 4 filhos.
- Bn 10 — **Mariano Bicudo de Vargas** — b. 3-2-1830, São José do Patrocínio (1.º, 53v), onde casou, em 1868, com sua sobrinha Francisca Maria (Tn 40), filha de Manuel Bicudo de Vargas e Maria Jacinta da Silva. Não identificamos filhos deste casal. Mas, Mariano deixou um filho natural, mulato:

- Tn 47 — **Malaquias Bicudo de Vargas** — n. São José do Patrocínio, onde casou com Vicência de Tal, mulata, de quem teve a filha:
- Qn 71 — **Floreana Bicudo de Vargas** — n. São José do Patrocínio, onde faleceu em 1950; casada com seu primo Americano Brasileiro de Vargas (Qn 62), filho de Lafaiete Bicudo de Vargas e Rosalina Lock. A descendência ai.
- N 10 — **Mariana Joaquina de Vargas** (ou do Espírito Santo) — n. em São José do Patrocínio, onde faleceu a 3-3-1847, com 60 anos, e onde casou, a 10-2-1807, com Inácio José Leite do Canto (viúvo de Joaquina Mendes de Moraes), natural de Parnaíba, SP, filho de Domingos Francisco Leite do Canto e Ana Maria de Arruda Leme (v. Silva Leme — v.3º, 447). Tiveram 7 filhos, que não adotaram o sobrenome Vargas.
- F 1 — **Manuel José de Vargas** — já viúvo de sua primeira mulher, Ana Isabel Maria de Aguiar, casou, em 2ªs núpcias, a 4-2-1797, na freguesia de Rio Pardo, com Desidéria Clara de Oliveira. Deste 2º casamento, nasceram 9 filhos, que seguem, e que são os troncos da família Prates de Vargas.
- N 11 — **João Prates de Vargas** — nascido em São José do Patrocínio (Encruzilhada), casou, a 7-4-1818, na freguesia de Rio Pardo (3º, 100), com Feliciano Gonçalves da Câmara, nat. Buenos Aires, filha de José Domingues Gonçalves, n. Espanha, e Rosaura Montenegro, n. Buenos Aires. Filhos que identificamos:
- Bn 11 — **Inocência Maria de Vargas** — n. e b. na Capela de São José do Patrocínio, onde, 17-10-1833, casou com João Pereira dos Santos, n. Viamão, filho de João Pereira dos Santos e Clara Maria de Jesus. Inocência n. 27-4, b. 27-6-1819.
- Bn 12 — **Manuel Prates de Vargas** — n. 23-11-1822, Encruz. (São José do Patrocínio).
- Bn 13 — **Januário Prates de Vargas** — n. 23-8, b. 12-9-1926, Encruz. (São José do Patrocínio).
- N 12 — **Leocádia Maria Prates de Vargas** — ou Leocádia Maria Clara — b. 28-9-1801, Encruzilhada (1º, 33), onde casou, a 12-1-1817, com Manuel Joaquim Alves da Costa, n. freg. São José, Santa Catarina, filho de Joaquim Alves da Costa e Escolástica Maria Clara.F.q.i:
- Bn 14 — **Manuel** — n. 11-9-1821, em São José do Patrocínio.
- Bn 15 — **Crispin** — n. 4-7-1827, São José do Patrocínio.
- Bn 16 — **Maria** — n. 2-8-1832, em São José do Patrocínio.
- N 13 — **Bernardino Prates de Vargas** — n. 8-5, b. 9-10-1803, Encruz. (São José do Patrocínio), onde faleceu, com 38 anos, em 28-5-1841 (1º, 20v), assassinado, com duas facadas, por um cunhado. Casou, a 13-6-1835, S. José do Patrocínio, com Ermelinda Leme de Souza, n. Pelotas, filha de Domingos José Coelho e Eufrásia Maria de Souza. Deixou duas filhas, uma das quais era:
- Bn 17 — **Bernardina Prates de Vargas** — n. São José do Patrocínio, onde casou, a 24-7-1852, com Zeferino Antônio Leme, nat. da freguesia de Santana da Boa Vista (Caçapava), filho natural de Felícia Maria Leme.
- N 14 — **Silyério Prates de Vargas** — natural de São José do Patrocínio, (Encruzilhada).
- N 15 — **Francisco Prates de Vargas** — n. 2-8-1807, b. 3-1-1808, Encruzilhada.
- N 16 — **José Prates de Vargas** — n. 15-8, b. 20-9-1809, Encruzilhada (1º, 165).
- N 17 — **Clara Josefa Prates de Vargas** — n. São José do Patrocínio, onde casou, a 12-9-1828 (Enc.), com Cândido José Barbosa, n. cidade de São Paulo, filho de José Pires Barbosa e Maria Jacinta da Silva.F.q.i:
- Bn 18 — **Inácio José de Vargas** — casado, 22-4-1882, São José do Patrocínio, com Rita de Vargas (Tn 36), filha de Felisberto Bicudo de Vargas e Belarmina Leite do Canto.
- Bn 19 — **Claudina Clara de Vargas** — n. São José do Patrocínio, onde casou com Bernardino Nunes de Souza, filho de Manuel Bernardino Nunes e Maria José.F.q.i:
- Tn 48 — **Claro Francisco** — n. 15-3, b. 28-5-1856, São José do Patrocínio.
- N 18 — **Bento Prates de Vargas** — n. São José do Patrocínio.
- N 19 — **Josefina Prates de Vargas** — n. 1819, em São José do Patrocínio.

- F 2 — **Maria de Jesus de Vargas** — bat. 26-6-1757, na vila do Rio Grande e casou, 16-2-1772, na freguesia de Triunfo, com Domingos Francisco Caldas Guimarães, natural da freguesia de Bizela, em Guimarães, Portugal, filho de Antônio Gomes e Juliana Maria Francisca, naturais de Guimarães. Tinham duas estâncias em Caçapava, perto do rio Camaquã. Uma delas com 1 1/2 légua quadrada, comprada ao capitão de dragões Antônio Ribeiro, e a outra, cuja sesmaria lhe foi concedida a 17-11-1781, pelo governador Sebastião da Veiga Cabral, da qual já havia se apossado anos antes, que limitava com os campos de José Joaquim de Cordova. A descendência deste casal constituiu a numerosa família Caldas (v. Rev. IHGRS — 1º volume 1945: “O sesmeiro de N.º Sr.ª das Can-deias” — J. Fabricio; v. Rev. Gen. Bras. n.º 13 pág. 218). A descendência deste casal deverá constar do título Domingos Francisco Caldas Guimarães.
- F 3 — **José** — b. 3-1-1760, no Rio Grande.
- F 4 — **Manuel** — n. 15-7, b. 15-8-1762, no Rio Grande (4º, 145) foi batizado por estar em perigo de vida.
- F 5 — **Francisco** — b. 20-11-1763, na freguesia de Triunfo. Faleceu menor.
- F 6 — **Domingos Antônio de Vargas** —
- F 7 — **João de Vargas Leal** — b. 6-8-1768, na freguesia de Triunfo e casado, em Encruzilhada, a 8-8-1805, com Joaquina Maria da Conceição, b. 29-5-1774, na freguesia de Triunfo, e falecida a 5-11-1856, com 82 anos, na freguesia de São José do Patrocínio, em Encruzilhada, filha de Antônio Rodrigues Cardoso, n. Mogi das Cruzes, SP, e de Mariana Francisca do Rosário, n. freg.ª Santa Bárbara das Nove Ribeiras, na Ilha Terceira (casados a 21-1-1764, em Triunfo), neta paterna de Antônio Rodrigues Cardoso e Maria de Jesus da Cunha Freire (v. Silva Leme — v. 8º — pg. 353; v. 7º — pg. 472), e neta materna de João Lourenço Mole e Gertrudes Maria Romeira naturais da Ilha Terceira. Em 1856, quando faleceu Joaquina Maria da Conceição, só havia viva uma filha: Miguelina.
- N 20 — **Felisberto** — n. 10-5-1806, Encruzilhada (S. José do Patrocínio).
- N 21 — **Miguelina de Vargas** — n. São José do Patrocínio (Encruzilhada), casada com Francisco Xavier da Cunha, n. Triunfo, filho de Francisco Antônio da Cunha, n. freguesia de N.º S.ª da Conceição da Lagoa, na ilha de Santa Catarina (+ 13-10-1831, e cas. 30-9-1790, freg. Triunfo) e de Angélica Maria da Conceição, b. 31-12-1770, Triunfo, neto paterno de Francisco da Cunha, n. ilha Graciosa, e Maria de Jesus, n. ilha do Faial, neto materno de José Francisco, n. Aroma, arc. Lamego, Portugal, e de Ana Maria de Jesus, n. São Gonçalo, no recôncavo do Rio de Janeiro (Niterói).F.q.i:
- Bn 20 — **Francisco** — n. 20-7-1826, Enc. (S. José do Patrocínio).
- Bn 21 — **Patrício** — n. 11-1-1828, Encruz. (S. José do Patrocínio).
- Bn 22 — **Joaquim** — n. 13-4-1830, Encruz. (S. José do Patrocínio).
- Bn 23 — **Domingos** — n. 15-9-1834, Encruz. (S. José do Patrocínio).
- F 8 — **Jerônimo José de Vargas** — tenente, b. 3-3-1771, na freguesia de Triunfo, onde faleceu, a 16-9-1823, com 52 anos, e onde casou, a 15-2-1790, com Dorotéia Leocádia de Bitencourt, b. 2-5-1774, em Triunfo, filha de Antônio Joaquim de Bitencourt, n. 1750, Rio Grande, e + 27-7-1800, em Triunfo, onde casou a 7-1-1772, e de Matilde Leocádia Bueno, b. 9-11-1755, em Rio Pardo, neta paterna de Joaquim de Bitencourt, n. Pico, e Josefa da Boa Nova, n. Pico, neta materna de Bartolomeu Bueno da Silva, n. Guaratinguetá, SP, e Margarida da Silveira, n. Faial, todos moradores no distrito do Cai, na freguesia de Triunfo.
- Em 1812, como alferes, Jerônimo José de Vargas comandava a 8ª Companhia do Regimento de Milícias de Porto Alegre, comandado pelo Ten. Cel. Inácio dos Santos Abreu.F.q.i:
- N 22 — **João José de Vargas** — que teve, em solteiro, de mãe incôgnita, o filho natural:
- Bn 24 — **Reinaldo de Vargas** — b. 11-8-1828, Triunfo.
- N 23 — **Felisberto José de Vargas** — n. 5-1-1791, na freg. de Triunfo.
- N 24 — **Joaquim José de Vargas** — n. 20-10-1792, freg. de Triunfo, e falecido, solteiro, com 25 anos, a 4-1-1817, no combate de Catalã, no Estado Oriental do Uruguai, na guerra contra Artigas, sendo seus despojos sepultados em Triunfo, a 20-4-1818.

- N 25 — **Clementino José de Vargas** — n. 9-11-1795, na freg. de Triunfo, onde casou, a 30-9-1820, com Cândida Maria de Araujo, n. Triunfo, filha de Estevão José de Simas, n. freg. do Nordeste, na ilha de São Miguel, e Leonarda Maria de Araujo Vilela, n. Aldeia dos Anjos, residentes na fazenda do Faxinal, em Montenegro, neta paterna de Manuel de Simas e Bárbara Correia, naturais da ilha de São Miguel, neta materna de José de Araujo Vilela e Ana Maria Garcez, n. Rio Pardo.F.q.i:
- Bn 25 — **Canuto de Vargas** — b. 14-6-1821, na capela do Rio dos Sinos, freg. de Triunfo.
- Bn 26 — **Balbina de Vargas** — b. 13-6-1823, na capela do Rio dos Sinos, freg. de Triunfo.
- Bn 27 — **Francisco José de Vargas** — n. 4-5, b. 4-7-1827, na freg. de Triunfo, onde casou, a 4-8-1851, com Maria Angélica Duarte, n. Triunfo, filha de Antônio Lopes Duarte, n. 8-6-1795, Triunfo, e Angélica Francisca Severina, neta paterna de Manuel Lopes Duarte, n. Itapetininga, SP, e Escolástica Maria de Jesus, n. Viamão, acima citados, e todos moradores no distrito do Cai, na freguesia de Triunfo, Montenegro.
- Bn 28 — **Júlio José de Vargas** — n. Triunfo, b. em Porto Alegre, casado, a 2-3-1851, freg. Triunfo, com Jerônima Maria da Conceição, n. Triunfo, filha de Jerônimo José de Vargas e Cândida Maria.F.q.i:
- Tn 48 — **Maria Júlia de Vargas** — n. Triunfo, onde casou, a 4-2-1869, com Ponciano José da Costa, n. Taquari, filho de Agostinho José da Costa e Joaquina Costa.
- Bn 29 — **Maria Vargas** — b. 7-8-1829, na freg. Triunfo.
- Bn 30 — **Felicidade Josefa de Vargas** — n. 1836, cc. Manuel Frco. Pereira.
- N 26 — **Jerônimo José de Vargas** — n. 28-7-1797, na freguesia de Triunfo, onde casou, a 6-8-1827, com Ana Joaquina de Jesus, n. Triunfo, filha de Joaquina Vieira de Brito e Maria Tomásia.
- N 27 — **Ana Jerônima de Bitencourt** — n. 6-8, b. 25-9-1799, em Triunfo, onde casou, a 24-7-1822, com José da Silva Barreto, n. 12-10-1897, em Triunfo, filho de André da Silva Barreto, n. ilha de São Miguel, e Ana Maria Garcez de Moraes, n. Rio Pardo, neto paterno de Manuel da Silva Barreto e Luzia Raposa, n. ilha Terceira, e neto materno de José Garcez de Moraes, n. cidade de São Paulo, e Teresa de Jesus, n. ilha de São Jorge.
- N 28 — **Maria** — gêmea — n. 31-10, e falecida 11-11-1802, Triunfo.
- N 29 — **Manuela** — gêmea — n. 31-10-1802, Triunfo, falecida com poucos dias.
- F 9 — **Francisco de Vargas** — b. 24-2-1774, na freguesia de Triunfo.

JOSE DE VARGAS

JOSE DE VARGAS era natural da ilha do Faial, no arquipélago dos Açores, onde casou duas vezes, a primeira com Isabel Rodrigues, de quem teve uma filha, e a segunda com Inês de Farias, ambas naturais da mesma ilha. José de Vargas veio para o Rio Grande de São Pedro acompanhado de sua segunda mulher, e de seus filhos, todos nascidos no Faial, e fez parte da leva de ilhéus que, em 1752, foi levada para Viamão, onde deram início ao povoamento do Porto dos Casais. Estavam destinados às Missões Jesuíticas, mas, com o fracasso do Tratado de Madri, eles se espalharam pelas margens do rio Jacui, e seus afluentes. Em 1753 e 54, a família de José de Vargas ainda permanecia no Porto dos Casais, mas, em 1755 já era batizada, em Rio Pardo, sua última filha. Até 1760 seu nome aparece várias vezes, como padrinho, em Rio Pardo, e algumas vezes vem como José de Vargas da Costa. Logo depois, foi para Taquari, da qual foi um dos fundadores, e onde ficaram seus descendentes.

Sua primeira filha, Inês de Vargas Correia, nasceu de seu primeiro matrimônio, com Isabel Rodrigues (vide Bn 4, adiante). Os outros seis são filhos de sua segunda mulher, Inês de Farias.

F 1 — **Inês de Vargas Correia** — única filha do primeiro casamento, era natural da ilha do Faial, onde casou com Antônio Garcia Pereira, também natural da mesma ilha, e falecido no Rio de Janeiro, onde a família fora residir. Trouxeram três filhos, nascidos no Faial. A filha Isabel ficou no Rio de Janeiro, e os filhos Francisco e José vieram para Santo Antônio da Patrulha e Aldeia dos Anjos. Pais de:

N 1 — **Isabel de Faria** — n. Faial, e residente na freguesia de Santa Rita, na cidade do Rio de Janeiro. Já viúva de um primeiro casamento, do qual teve dois filhos, ela casou novamente, em 1778, na freguesia de Santa Rita, RJ, com José Gomes Junqueira, natural da freguesia de São Simão de Junqueira, termo de Barcelos, arcebispado de Braga, em Portugal, e falecido a 2-4-1817, filho de Manuel Gomes e Maria Lopes, não havendo descendência deste segundo casamento. Seus descendentes ficaram no Rio de Janeiro.

N 2 — **Francisco de Vargas Correia (ou Pereira)** — natural da freguesia do Espírito Santo, na Feiteira, ilha do Faial, falecido, com testamento, a 2-6-1816, em Santo Antônio da Patrulha. Casou, a primeira vez, com Rosaura Jacinta, também natural da freguesia do Divino Espírito Santo, na Feiteira, Faial, e falecida a 15-7-1805, em Santo Antônio da Patrulha, filha de Manuel Duarte de Farias e Rosa de Santo Antônio, naturais da mesma freguesia e ilha. Casou, a segunda vez, a 8-11-1807, em Porto Alegre (regist. 31-8-1808, na Aldeia dos Anjos), com Ana Joaquina, n. Vila Nova, Laguna, SC, filha de Antônio Pereira Vieira e Maria da Conceição Pereira, naturais da ilha de São Jorge. Em 1776 já moravam em Santo Antônio. Francisco de Vargas Correia e seu irmão José vieram, depois da morte de seus pais, para Santo Antônio da Patrulha. O inventário de Francisco de Vargas Correia é de 1816, e o de Rosaura Jacinta, de 1805, ambos no 1º cartório de Órfãos de Porto Alegre.

Filhos do 1º matrimônio de N 2; Francisco de Vargas Correia:

Bn 1 — **Ana Jacinta** — nascida em 1774, em Laguna, e crismada em Santo Antônio da Patrulha, a 4-5-1783. Casou duas vezes, a primeira com Antônio de Vargas de Andrade, natural da freguesia do Espírito Santo, da Feiteira, ilha do Faial, filho de Manuel de Vargas de Andrade e Francisca Inácia, naturais da mesma freguesia (v. Tit. Manuel Vargas de Andrade, F1, com a descendência ai). Antônio de Vargas de Andrade faleceu em 1809, e sua viúva casou novamente, com Vitorino José Leite.

Bn 2 — **Eufrásia** — b. 27-11-1776, Santo Antônio da Patrulha. Fal. menor.

- Bn 3 — **Inácia Joaquina de Jesus** — b. 18-11-1778, Santo Antônio da Patrulha, e já falecida em 1816, casada com Antônio Dutra de Lemos, filho de outro Antônio Dutra de Lemos e de Ana Maria da Conceição, todos naturais da ilha do Faial. Residiam na freguesia da Aldeia dos Anjos.
- Bn 4 — **Francisca Joaquina de Jesus** — b. 5-11-1780, em Santo Antônio da Patrulha. Casou, em 1801, com seu parente José de Vargas de Andrade, n. da freguesia do Espírito Santo da Feiteira, ilha do Faial, filho de Manuel Vargas de Andrade e Francisca Inácia, naturais da mesma freguesia e ilha. Residiram na freguesia da Aldeia dos Anjos (v. Tit. Manuel Vargas de Andrade, F2), com a descendência ai.
- Na habilitação para o casamento, junto às autoridades eclesiásticas, de José de Vargas de Andrade e Francisca Joaquina de Jesus (que está no Arquivo da Cúria Metrop.), ano de 1801, eles alegam que são primos: "Que Sebastião Luis era irmão de Isabel Rodrigues. De Sebastião Luis, nasceu Francisca Inácia, e desta nasceu o declarante José de Vargas de Andrade. Que de Isabel Rodrigues nasceu Inês de Vargas (Correia), que desta nasceu Francisco de Vargas (Correia), e deste nasceu a declarante Francisca Joaquina de Jesus".
- Bn 5 — **Maria Joaquina de Jesus** — 11-3-1783, Santo Antônio da Patrulha, e casada, em Porto Alegre, a 24-4-1804, com Januário José da Rocha, natural da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia, filho de Joaquina José da Rocha, n. do Faial, e Ana Teresa das Chagas, n. do Rio Grande (Tit. Joaquim José da Rocha, com a descendência ai).
- Bn 6 — **Rosaura Jacinta de Jesus** — n. 9, b. 17-4-1785, Santo Antônio da Patrulha, + 18-4-1848, casada com Antônio de Souza Lima, n. freguesia da Lagoa, ilha de São Miguel, e + 20-4-1832 (c/test?), filho de Manuel de Souza Lima e Josefa Maria da Estrela. O inventário de Antônio de Souza Lima, que faleceu em Santo Antônio da Patrulha, está no 1º Cart. Órfãos P.A., ano de 1832. O casal Bn 6 teve 12 filhos, todos nascidos na freguesia da Aldeia dos Anjos, onde residiam, sendo que, somente 9 estavam vivos em 1832.
- Tn 1 — **João de Vargas Lima**
- Tn 2 — **Ana** — n. 26-4, b. 3-5-1806, Aldeia dos Anjos. Fal. menor.
- Tn 3 — **Maria de Vargas Lima**
- Tn 4 — **Teresa de Vargas Lima** — n. 1, b. 17-11-1809, Aldeia dos Anjos.
- Tn 5 — **José Antônio de Vargas Lima** — b. 16-4-1811, na Aldeia dos Anjos, casado com Faustina Joaquina de Jesus, filha de Joaquim Querino dos Santos e Porcina Joaquina de Jesus. Tiveram 8 filhos:
- An 1 — **Maria José de Vargas Lima** — n. P. Alegre, onde casou, a 15-3-1860 (Ros. 2º, 118), com Joaquim Ávila e Ana Maria da Silva.F.q.i:
- Pn 1 — **Afonsina Vargas Lima** — casada com João Batista Tubino.
- Qn 2 — **Cândida Maria de Vargas Lima** — n. P. Alegre, onde casou, a 4-11-1866 (Ros. 2º, 60), com Cristino Assuaga, n. Corrientes, Argentina, filho de Salvador Assuaga e Francisca Roja.
- Qn 3 — **José de Vargas Lima** — casado a 6-2-1875, Porto Alegre, com Bernardina Antônia d'Ávila, filha de Antônio José de Souza d'Ávila e Cândida Leopoldina.F.q.i:
- Pn 2 — **Aires de Vargas Lima** — cc. Francisca Pinheiros.
- Pn 3 — **Genuina Olinda** — b. 11-5-1889, S. Leopoldo.
- Pn 4 — **Miguelina** — n. 8-5, b. 28-8-1886, P.A. (Cat., 23, 60v).
- Qn 4 — **Generosa de Vargas Lima** — n. 12-7, b. 29-9-1845, na Aldeia dos Anjos, e casada em Porto Alegre, a ?-8-1871, com João Batista Pittet, nascido em 1933, na França.
- Qn 5 — **Cândido José de Vargas Lima** — casado com Cândida de Souza Ribeiro, falecida a 31-12-1897, P.A., filha de Jerônimo José Ribeiro e Claudina Rosa do Carmo. O invº de Cândida, em 1898, está no 3º Cart. Órfãos P.A.
- F.q.i: Gente pobre, que residia no Partenon.
- Pn 5 — **Manuel de Vargas Lima** — n. 4-7, b. 19-8-1871, P.A. (MD. 1º, 36), casado com Isabel de Magalhães, filha de Inocência Cândida de Magalhães, esta falecida a 21-4-1896 (na rua da Azenha, onde morava, com inventário no 1º Cart. do Cível, 1896-583-28-1, sendo inventariante o genro Manuel de Vargas Lima.
- Pn 6 — **José de Vargas Lima** — n. 18, b. 26-6-1872, P.A. (MD, 1º, 41v).

- Pn 7 — **Cândido de Vargas Lima** — casado com Malvina Sales. Identificamos o filho:
- 6º n 1 — **Candido Vargas Lima Filho** — n. 1911, Fal. 13-1-1981, em P.A. Funcionário estadual. Casado com Cecília Sieianka. Deixou um filho: Sérgio.
- Pn 8 — **Eliza de Vargas Lima** — n. 9-8, b. 24-10-1885, P.A. (MD, 2º, 22v).
- Qn 5 — **Cândido José de Vargas Lima** — teve, com Luiza Gonçalves de Brito, a filha ilegítima:
- Pn 9 — **Maria Francisca** — n. 17-4, b. 19-6-1869, P.A. (MD, 1º, 24).
- Qn 6 — **Marfisa de Vargas Lima** — n. 12-5-1854, b. 5-1-1855, em São Leopoldo, casada com Francisco Silveira de Souza, em Porto Alegre, no ano de 1875.
- Qn 7 — **Purcina** — n. 8-1-1856, b. 15-10-1859, na Aldeia dos Anjos.
- Qn 8 — **Carlota de Vargas Lima** — n. IV-1857, b. 24-6-1859, Aldeia dos Anjos, casada, em Porto Alegre, em 1873, com Manuel Joaquim da Silva.
- Tn 6 — **Cândido de Vargas Lima** — n. 27-10, b. 8-11-1812, na Aldeia dos Anjos.
- Tn 7 — **Laurindo de Vargas Lima** — n. 1, b. 29-9-1814, na Aldeia dos Anjos.
- Tn 8 — **Bernardina Jacinta de Lima** — que foi a inventariante em 1832, no inventário de seu pai.
- Tn 9 — **Ana Vargas de Lima** — n. 8-8, b. 29-9-1817, na Aldeia dos Anjos.
- Tn 10 — **Antônio** — n. 29-12-1818, b. 7-2-1819, Aldeia dos Anjos, e que faleceu menor.
- Tn 11 — **Boaventura** — gêmeo, b. 25-2-1821, Aldeia dos Anjos, e que faleceu menor.
- Tn 12 — **Joaquim de Vargas Lima** — gêmeo, b. 25-2-1821, na Aldeia dos Anjos.
- Bn 7 — **João José de Vargas** — b. 15-1-1787, na freguesia da Aldeia dos Anjos, onde casou com Josefa Antonia Gonçalves Santos, n. Aldeia, filha de Manuel Gonçalves dos Santos, n. ilha de São Jorge, e Teresa Felícia da Encarnação, n. Rio Grande, neta paterna de Matias Gonçalves e Isabel Maria, naturais da ilha de São Jorge, neta materna de Antônio Francisco dos Santos, n. Portugal, e Mariana Felícia da Encarnação, n. da ilha Terceira. F.q.i:
- Tn 13 — **Delfina** — n. 17, b. 28-7-1805, Aldeia dos Anjos, + menor.
- Tn 14 — **Maria** — n. 10, b. 20-2-1808, Aldeia dos Anjos, + menor.
- Tn 15 — **Isabel** — n. 7, b. 22-6-1812, Aldeia, + menor.
- Tn 16 — **João José de Vargas** — n. 7-5, b. 6-6-1814, na Aldeia dos Anjos, casado com Maria Cândida de Almeida, filha de Antônio Pinto de Almeida e Francisca Úrsula do Nascimento, naturais da freguesia da Aldeia dos Anjos. Pais de:
- Qn 9 — **José** — n. 21-12-1840, b. 21-2-1841, Aldeia.
- Qn 10 — **Cândido Alves de Vargas** — n. Aldeia dos Anjos, onde casou, a 8-2-1862, com Maria Cândida Alves de Jesus, n. Triunfo, filha de Manuel José Alves e Emerenciana Marques de Jesus. F.q.i:
- Pn 10 — **Inocente José de Vargas** — n. 15-4, b. 11-6-1863, na Aldeia dos Anjos, onde casou, em 1885, com Luiza Carolina do Nascimento, n. em 1863, na Aldeia, filha de Manuel José Gulart e Carolina Brandina do Nascimento.
- Pn 11 — **Cândido José de Vargas** — n. 2-7, b. 23-10-1864, na Aldeia dos Anjos, onde casou a 28-10-1885, com Maximília Ilustre de Souza, filha de Vitorino José de Souza e Emilia Antônia Soares. Era agricultor.
- Pn 12 — **Franklin José de Vargas** — n. 11-10-1865, b. 1-3-1866, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 10-6-1893, com Amália Inácia de Jesus, n. 1875, na Aldeia, filha de Boaventura José de Vargas e Ana Inácia. Em seu batizado, Franklin vem como Francelino.
- Pn 13 — **Hortência** — n. 2-7, b. 22-3-1868, na Aldeia dos Anjos.
- Pn 14 — **José** — n. 20-3, b. 23-10-1869, na Aldeia dos Anjos.
- Pn 15 — **Marcelina (ou Rosalina, no bat.) Maria de Vargas** — n. 5-11, b. 18-2-1871, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 20-5-1893, com José Antônio Soares, n. 1865, Aldeia, filho de João Correia e Maria José Carlota Soares.
- Pn 16 — **Maria** — n. 22-8-1872, b. 11-1-1873, na Aldeia dos Anjos.
- Qn 11 — **Inocente José de Vargas** — n. 28-1-1844, Aldeia dos Anjos, casado com Severiana Neves da Rocha, filha de Salvador Neves da Rocha e Maria Antônia Velho. F.q.i:

- Pn 17 — **Olivia** — n. 19-5-1873, b. 20-5-1874, Aldeia.
- Qn 12 — **Justino José de Vargas** — n. 8-1, b. 28-2-1845, na Aldeia dos Anjos.
- Qn 13 — **Boaventura José de Vargas** — n. 24-1, b. 25-3-1852, Aldeia dos Anjos.
- Qn 14 — **Florêncio José de Vargas** — natural da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia, casado com Maria José de Oliveira, filha de Inácio de Oliveira Pinto e Senhori-
nha Moreira da Silva.F.q.i:
- PN 18 — **Galdino** — n. 17-8, b. 27-11-1866, Aldeia dos Anjos.
- Pn 19 — **Amália de Oliveira Vargas** — n. 15-10-1867, b. 10-5-1868, Aldeia, onde casou, a 3-7-
1888, com ???
- Pn 20 — **Maria** — n. 13-11-1870, b. 15-4-1871, na Aldeia dos Anjos.
- Pn 21 — **Floriza** — n. 26-6-1872, b. 11-1-1873, na Aldeia dos Anjos.
- Pn 22 — **Palмира** — n. 27-12-1873, b. 16-5-1874, Aldeia dos Anjos.
- Pn 23 — **Virgílio José de Vargas** — n. 1877, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 11-2-1902,
com Maria Rosa da Conceição, n. 1881, na Aldeia, filha de José Francisco da Silva e
Ana Rosa da Conceição.
- Tn 17 — **José** — n. 31-7, b. 7-8-1816, na Aldeia dos Anjos, e faleceu menor.
- Tn 18 — **Maria** — n. 4, b. 8-6-1818, Aldeia dos Anjos.
- Tn 19 — **Cândido** — n. 8-9, b. 3-10-1819, Aldeia dos Anjos.
- Tn 20 — **Isabel Maria de Vargas** (ou do Espírito Santo) — n. 9-6, b. 1-7-1821, na Aldeia dos An-
jos, onde casou, a 14-11-1842, com Manuel Américo, n. Viamão, filho de Felisberto
Manuel Correia, n. Viamão, e Joana Tomasiada Conceição, n. Viamão, neta pat. de
Manuel José Correia e Ana Maria de Jesus, naturais do Rio Grande, neto mat. alf.
Américo Antunes Pinto e Maria Tomasia da Conceição (v. tit. Antônio Correia de
Aguiar).
- Tn 21 — **Maria Josefa de Vargas** (ou Espírito Santo) — n. 22-6, b. 17-7-1825, na Aldeia dos An-
jos, onde casou, a 10-6-1842, com Prudêncio Quirino dos Santos, n. da Aldeia, filho de
Joaquim Quirino dos Santos e Porcínia Joaquina de Jesus.
- Tn 22 — **Delfina Maria de Vargas** (ou Gonçalves dos Santos) — n. 18-4, b. 29-9-1828, na Aldeia
dos Anjos, onde casou com José Antônio Pacheco, filho de Antônio José Pacheco e
Ana Maria de Jesus, naturais de Santo Antônio da Patrulha. F.q.i:
- Qn 15 — **Maria** — n. VIII-1848, b. 31-1-1849, na Aldeia dos Anjos.
- Qn 16 — **José** — n. 5-8-1849, b. 20-1-1850, na Aldeia dos Anjos.
- Qn 17 — **Marciano José de Vargas** — n. Aldeia dos Anjos, que teve, com Isabela Maria de Je-
sus, filha de Abílio Frutuoso da Costa e Leonídia Maria de Jesus, a filha natural:
- Pn 24 — **Leonídia** — n. 10-10-1893, b. 18-8-1894, São Leopoldo.
- Bn 8 — **Bernardo José de Vargas** — n. 30-9, b. 12-10-1788, na freguesia da Aldeia dos Anjos. No 1º
Cart. de Órfãos, P.A., ano 1809-398-19-2, está o inventário de Bernardo da Silva Vargas.
- Bn 9 — **Felicidade** — n. 22, b. 29-6-1794, na Aldeia, onde faleceu menor.
- N 2 — **Francisco de Vargas Correia** — casou, pela segunda vez, em Porto Alegre, a 8-11-1807, com
Ana Joaquina, n. Laguna, filha de Antônio Pereira Vieira e Maria da Conceição Pereira, na-
turais da ilha de São Jorge.
Filhos do 2º casamento de Francisco de Vargas Correia:
- Bn 10 — **Bernardina Joaquina de Vargas** — n. 2-9, b. 2-10-1808, na Aldeia dos Anjos, casada com
José Teixeira Nunes, n. Santo Antônio da Patrulha, filho de João Teixeira Nunes e Maria
Antônia de Jesus, naturais da Vila Nova da Laguna, SC, neto paterno de Antônio Teixeira
Nunes e Ana Pereira, n. ilha de São Jorge, neto materno de Manuel Pereira da Luz e Rosa
Joaquina, n. dos Açores. Os filhos adotaram o sobrenome de Vargas.
Bernardina Joaquina de Vargas aparece, também, como Bernardina Maria da Conceição, e
seu testamento é do ano de 1882, P.A. Pais de:
- Tn 23 — **José** — n. 9-3, b. 10-4-1827, na Aldeia dos Anjos. Faleceu menor.
- Tn 24 — **Maria Bernardina de Vargas** (ou da Conceição) — n. 22-6, b. 6-7-1828, na Aldeia dos
Anjos, casada com Laurindo Antônio Ramos. Deste casal identificamos a filha:

- Qn 18 — **Maria José Ramos** — que casou com seu tio Joaquim Nunes de Vargas (ver Tn 29, adiante).
- Tn 25 — **José Nunes de Vargas** — n. 17, b. 27-5-1830, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 28-3-1853, com Ana Maria de Vargas, nascida em 1838, na Aldeia dos Anjos, filha de Antônio de Vargas de Andrade e Delfina Joaquina de Jesus (v. Tit. Manuel Vargas de Andrade, Bn 14). F.q.i:
- Qn 19 — **Maria José de Vargas** — n. Aldeia dos Anjos, onde casou, a 1-2-1873, com Francisco Alves Maciel, n. Aldeia, filho de José Francisco Maciel e Cândida Maria Alves.
- Qn 20 — **Delfina Cristina de Vargas** — n. Aldeia dos Anjos, onde casou, a 5-9-1880, com Antônio Inácio Soares, filho de Inocente Inácio Soares e Francisca Pereira.
- Qn 21 — **Rita Rosalina de Vargas** — n. 19-8, b. 20-9-1862, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 22-11-1881, com João Antônio da Fonseca, filho de João Maria da Fonseca e Dorotêa da Silveira.
- Qn 22 — **José Luiz de Vargas** — n. 27-11, b. 12-12-1865, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 24-5-1889, com Maria Rita da Fonseca, filha de João Maria da Fonseca e Dorotêa da Silveira, já acima citados.
- Qn 22 — **José Luiz de Vargas** — n. 27-11, b. 12-12-1865, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 24-5-1889, com Maria Rita da Fonseca, filha de João Maria da Fonseca e Dorotêa da Silveira, já acima citados.
- Qn 23 — **Osório de Vargas** — n. 27-7, b. 4-9-1870, na Aldeia dos Anjos, e ainda vivo em 1882.
- Tn 26 — **João Nunes de Vargas** — n. 21-11, b. 27-12-1834, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 1ª vez, a 20-9-1862, com Vitória Maria de Souza, falecida a 27-4-1877, Porto Alegre, (inv. no 1º Cart. Orfãos), filha de José Francisco de Souza e Joaquina Maria de Jesus. João Nunes de Vargas casou, novamente, em 14-5-1879, na Aldeia dos Anjos, com Maria Alexandrina da Silveira Gomes, filha de Laurindo Silveira de Azevedo. Identificamos, do 1º casamento, os filhos:
- Qn 24 — **Maria Francisca Vargas** — n. 8, b. 29-8-1863, na Aldeia dos Anjos. Ainda viva em 1882.
- Qn 25 — **José** — n. 24-10, b. 28-12-1867, na Aldeia dos Anjos, e ainda vivo em 1882.
- Tn 27 — **Maria Inácia Vargas** (ou Nunes) — n. Aldeia dos Anjos, onde casou com Bernardino Fialho de Vargas, filho de Manuel Fialho de Vargas e Maria Inácia de Jesus (Tit. Antônio Correia de Vargas N7, com a descendência ai).
- Tn 28 — **Maria ... de Vargas** — n. 12-11, b. 26-12-1846, na Aldeia dos Anjos, onde casou com José Inácio de Andrade.
- Tn 29 — **Joaquim Nunes de Vargas** — n. 6-3, b. 9-4-1849, na Aldeia dos Anjos, onde casou com sua sobrinha Maria José Ramos (v. Qn 18Z), filha de Laurindo Antônio Ramos e Maria Bernardina de Vargas. F.q.i:
- Qn 26 — **Maria** — n. 25-12-1869, b. 1-2-1870, na Aldeia. Faleceu menor.
- Qn 27 — **Maria do Nascimento Vargas** — n. 11-1, b. 18-2-1871, na Aldeia dos Anjos, e ainda viva em 1882.
- Qn 28 — **Maria Amélia de Vargas** — n. 14-9-1873, b. 6-2-1874, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 5-11-1898, com João Correia da Rosa, filho de Leopoldo Correia de Medeiros e Florinda Vieira da Rosa.
- Bn 11 — **Inácia ... de Vargas** — n. 10, b. 25-12-1809, na Aldeia dos Anjos e viva em 1816.
- N 3 — **José de Vargas Correia** — natural da ilha do Faial, casou, a 27-6-1775, na freguesia de Conceição do Arroio, com Antônia Jacinta de Jesus, filha de Manuel Duarte de Faria e Rosa de Santo Antônio, todos naturais da mesma ilha do Faial, e já citados em N 2. Pais de:
- Bn 12 — **José de Vargas Soares** — natural de Santo Antônio da Patrulha, faleceu a 31-8-1839 (inv. em 1843), casado com Maria Inácia Soares, n. 24-9, b. 2-10-1782, na freguesia de Viamão, e falecida a 2-7-1847, filha de Manuel Inácio Soares, n. Faial, e Antônia Maria de Jesus, n. Rio de Janeiro, todos moradores na freguesia da Aldeia dos Anjos. Sem descendência.

- Bn 13 — **Cipriana Rosa Joaquina de Vargas** — b. 13-5-1779, em Santo Antônio da Patrulha, casada com João Antônio Lourenço, b. 29-6-1777, em Santo Antônio da Patrulha, filho de Antônio Lourenço d'Ávila, n. ilha Terceira, e Rosaura Maria do Nascimento, n. Faial, neto paterno de Bartolomeu Lourenço d'Ávila e Antônia Vitória de São João, nats. ilha Terceira, neto materno de João Rodrigues Cavadore e Maria Silveira, nats. Faial (v. Tit: Bartolomeu Lourenço d'Ávila, com a descendência ai). Residiram nas freguesias de Santo Antônio da Patrulha e Aldeia dos Anjos.
- Bn 14 — **Laureana Joaquina de Vargas** — natural da freguesia de Conceição do Arroio, casada com Bernardo Luís de Souza, n. freguesia de N^o Sr^a da Conceição do Estreito, filho de Francisco Luís de Souza, e Isabel Inácia de Jesus, nats. ilha de São Jorge, neto paterno de Antônio Vieira da Rosa e Teresa Pereira. Residiam no distrito da freguesia da Aldeia dos Anjos, onde ficou sua descendência (v. Tit. Francisco Luiz de Souza, com a descendência ai).
- Bn 15 — **Ana de Vargas** — n. 20-6, b. 26-7-1729, na freguesia da Aldeia dos Anjos, onde, em 1807, ainda solteira, foi madrinha de um batizado.
- Bn 16 — **João José de Vargas** — natural da freguesia da Aldeia dos Anjos, morador na Costa do Itacolomi, na mesma freguesia, casou, a primeira vez, com Joana Inácia de Jesus, nat. da freguesia de Mostardas, filha de Francisco Luís de Souza e Isabel Inácia de Jesus, nats. ilha de São Jorge, e acima citados.
João José de Vargas, viúvo, casou novamente, em Porto Alegre, a 19-4-1828, com Cândida Inácia de Jesus, que faleceu em dezembro de 1838 (v. Invent. 1841, 1^o Cart. Orfãos).
Do primeiro casamento houve a filha:
- Tn 30 — **Maria Joana de Jesus** — n. 3, b. 14-9-1816, na freguesia da Aldeia dos Anjos, onde casou, a 15-5-1846, com Pedro José da Silva, n. Santo Antônio da Patrulha, filho de Marcelo da Silva do Prado e Genoveva Maria Pinheiro. Com descendência.
Do segundo casamento de João José de Vargas houve a filha única:
- Tn 31 — **Ana** — n. 27-2, b. 6-6-1835, na Aldeia dos Anjos.
- F 2 — **Antônio de Vargas** — nascido na freguesia de N^o Sr^a da Ajuda, na ilha do Faial, e falecido a 6-9-1815, em Taquari (com testamento). Casado com Maria de Jesus, natural da freguesia de Santo Amaro, na ilha de São Jorge, e falecida a 12-3-1821, em Taquari (com inventário), filha de Antônio Pereira Machado e Maria do Rosário, naturais da freguesia de Santo Amaro, na ilha de São Jorge. Antônio de Vargas, com seus pais e irmãos, esteve algum tempo em Viamão, no Porto dos Casais, depois passou para Rio Pardo, onde nasceram os seus três primeiros filhos, indo fixar-se definitivamente em Taquari, de que foi um dos fundadores. Em 31-1-1771, ele recebeu uma das datas distribuídas em Taquari, e, depois, comprou a que, na mesma época, fora concedida a seu irmão João de Vargas, e, em 1784, vivia nestes campos, da lavoura “possuindo 66 reses e 28 cavalos”, e viviam em suas terras os filhos José e Francisco de Vargas, já casados, e que, também, trabalhavam na lavoura (V. Relação dos Moradores do distrito de Taquari, 1784). Em 1774, Antônio de Vargas era soldado de Rafael Pinto Bandeira, e, com seu irmão João de Vargas, tomou parte na tomada do forte de Santa Bárbara. Em 1796 ele recebeu uma pequena sesmaria, de 1/4 de légua quadrada, concedida pelo governador Sebastião da Veiga Cabral situada na margem do rio Taquari “no lugar denominado arroio da Capivara, indo até ao outro arroio chamado do Caramujo”. Em 1797, na “Relação dos moradores do distrito do Cai”, procedida pelo comandante do distrito Tenente José de Azevedo e Souza, Antônio de Vargas consta como sendo possuidor de uma légua de campo, comprada de João José Nogueira, em 1787.
O casal Antônio de Vargas e Maria de Jesus (que, também aparece como Maria do Rosário), de 11 filhos, dos quais 9 constam do inventário de 1821.
- N 4 — **José Antônio de Vargas** — natural do Rio Pardo, foi casado duas vezes, a primeira em Taquari, a 13-8-1780, com Eufrásia Maria, bat. a 23-3-1761, na freguesia de Triunfo, filha de José de Souza Valadão, n. freg. São Mateus, e Ana Maria Pereira, n. freguesia de N^o Sr^a das Neves, ambas na ilha de São Jorge, neta paterna de Antônio Machado de Souza e Felipa da Conceição, nats. da freguesia de São Mateus, São Jorge, neta materna de Manuel Ferreira, nascido na Ribeira, na ilha do Pico, e Antônia Pereira, n. freguesia de N^o Sr^a das Neves, no lugar de Monte Grande, na ilha de São Jorge, todos moradores em Taquari. Casou, a 2^a vez, a 10-5-1799, na freguesia de Triunfo, com Feliciano Inácia, viúva de Vitório Antônio da Silva, batizada a 26-9-1780, em Santo Antônio da Patrulha, filha de Manuel Francisco de Souza e Antônia Maria da Conceição, ele nascido no Rio Grande e ela em Laguna. Nos primeiros anos de casado, José Antônio viveu em taquari, nas terras de seu pai, onde trabalhava na lavoura. Depois, mudou-se para a freguesia de Triunfo (Montenegro), onde comprou, em 1788, um cam-

po, de 1/4 de légua, a Maria do Prado Moreira, viúva de João de Campos. Em 1797Z, no recenseamento feito no distrito do Cai, José Antônio de Vargas aí aparece como sócio de seu irmão Francisco Antônio de Vargas e de sua cunhada, viúva, Maria da Conceição, explorando o referido campo. Seus filhos nasceram na freguesia de Triunfo.

Filhos do 1º casamento:

- Bn 17 — **Maria** — n. 8, b. 16-10-1781, Taquari, e que faleceu menor.
- Bn 18 — **Jerônimo José de Vargas** — bat. 15-10-1787, freg. Triunfo, casou, a 25-5-1809, em Taquari, com Faustina Maria, nat. Taquari, filha de Jerônimo José Rodrigues e Laureana Maria, nats. freguesia de Triunfo, neta paterna de José Rodrigues e Mariana Luiza, nats. freguesia de São Mateus da Calheta, na ilha Terceira, neta materna de Antônio Garcia da Rosa e Ana Maria, nats. Faial, todos moradores em Taquari. Jerônimo José de Vargas passou a residir no distrito de Cai, na freguesia de Triunfo. Filhos q. ident:
- Tn 32 — **Severina** n. 15-2, b. 7-3-1811, Taquari.
- Tn 33 — **Firmina** — n. 29-9, b. 16-10-1813, Taquari.
- Tn 34 — **Francisco** — n. 2, b. 19-12-1817, Taquari.
- Bn 19 — **Maria Joaquina de Vargas** — bat. 18-10-1789, freguesia de Triunfo, onde casou, a 13-12-1814, com José Inácio Espindola, n. Santa Catarina, filho de João Inácio Espindola e Joaquina Rosa. Com descendência.
- Bn 20 — **Antônio** — n. 21-4-1792, freguesia de Triunfo
- Bn 21 — **José** — n. 20-3-1795, freguesia de Triunfo.
- Bn 22 — **Manuel** — n. 16-6-1796, freguesia de Triunfo.
Filhos do 2º casamento de José Antônio de Vargas:
- Bn 23 — **José** — n. 26-7, b. 30-8-1800, freguesia de Triunfo.
- Bn 24 — **Joaquim** — b. 12-5-1808, em Taquari.
- N 5 — **Francisco Antônio de Vargas** — natural de Rio Pardo, e falecido, com 57 anos, a 4-8-1819, na freguesia de Triunfo. Casou, a 7-6-1784, em Taquari, com Mariana Rosa de Jesus, n. Faial, filha de Francisco Silveira e Teresa Maria de Jesus, nats. Faial. Francisco Antônio de Vargas, em 1784, conforme consta da “Relação dos Moradores de Taquari”, vivia nas terras de seu pai, onde tinha suas lavouras e 12 reses. Depois de casado, em sociedade com seu irmão José Antônio de Vargas e a cunhada Maria da Conceição, comprou, em 1788, de Maria do Prado Moreira, viúva de João de Campos, um campo em Montengro, na freguesia de Triunfo, onde estabeleceu-se. Em 1813 recebeu terras, meia légua quadrada, na costa da serra de Montenegro, limitando com as de seu irmão João de Vargas, (v. Rev. Arquivo Publ. nº 18, pgs. 171 e 172). Muitas vezes aparece com o nome de Francisco José de Vargas. Seus filhos foram:
- Bn 25 — **João Antônio de Vargas** — nat. da freguesia de Triunfo (seu inventário é de 1850, em Triunfo). Residia no distrito do Cai, e sua propriedade ficava situada nas margens do mesmo rio. Casou, a 1ª vez, com Januária Maria da Conceição, n. freguesia do Estreito, filha natural de Lourença Maria da Conceição, solteira. Casou, a 2ª vez, com Cecília Maria de Oliveira. Sem descendência.
Filhos do 1º casamento:
- Tn 35 — **Francisco Inácio de Vargas** — n. Taquari, casado, a 8-1-1829, freguesia de Triunfo, com Miguelina Bárbara da Silveira, n. Encruzilhada, filha de Albano Machado da Silveira e Ricarda Maria Lopes. Em 1850 residiam em São Gabriel. Identificamos, somente, um filho.
- Qn 29 — **João** — n. 23-1, b. 23-11-1831, freguesia de Triunfo.
- Tn 36 — **Bernardino Antônio de Vargas** — n. 17, b. 25-2-1810, em Taquari, casado, a 10-4-1834, Triunfo, com Silvana Rosa de Jesus, n. Triunfo, filha de José Lopes de Castro e Maria Rosa.
- Qn 30 — **João Antônio de Vargas** — n. Taquari, casou a 14-9-1865, Triunfo, com Feliciano da Silva, n. S. João Camagã, filha natural de Urbana de Jesus.
- Qn — **Tristão Antônio de Vargas** — n. Taquari, casado, a 28-5-1859, Triunfo, com Maria de Azevedo, n. Taquari, filha de José Manuel de Azevedo e Maria Antônia de Jesus.

- Tn 37 — **Justina Maria da Conceição** — n. 10, b. 30-11-1812, na freguesia de Triunfo, casada, a 18-2-1830, Triunfo, com Severo Antônio de Vargas, filho de Manuel Antônio Machado, n. Laguna, e Isabel Maria de Vargas, n. Taquari, neto paterno de Manuel Antônio, n. Açores, e Maria Rosa, n. Enseada do Brito, SC, neto materno Manuel Antônio de Vargas, n. Rio Pardo, e Maria da Conceição, n. Taquari (v. Tn 60). Descendência ai. 4 filhos.
- Tn 38 — **Flaubiano Antônio de Vargas** — n. 2, b. 19-11-1820, Triunfo, onde casou, a 9-4-1850, com Ana Joaquina da Conceição, n. Triunfo, filha de Joaquim Pinto da Silva e Joaquina Maria de Jesus. F.q.i:
- Qn 32 — **Virgínia** — n. 13-7-1852, b. 13-2-1853, em São Leopoldo.
- Bn 26 — **Pedro Antônio de Vargas** — b. 18.10.1789, na freguesia de Triunfo, onde casou, a 1ª vez, a 25-2-1808, com sua prima Mariana Joaquina de Vargas, n. 11.10.1792, Triunfo, filha de Jerônimo Francisco de Vargas e Vicência Maria da Conceição (Bn 83). Mariana faleceu logo, sem descendência. Em segundas núpcias, Pedro Antônio de Vargas casou, entre 1808/09, com Florentina Rosa da Silva, n. 2-7-1792, Triunfo, filha de Manuel da Silva Machado, n. Triunfo, e Maria do Nascimento, n. Rio Pardo, neta paterna de José da Silva Machado e Francisca Maria, e neta materna de Amaro Francisco da Silveira e Francisca Maria, todos naturais da ilha de São Jorge.
Filhos que identificamos de 2º casamento:
- Tn 39 — **Florinda** — n. 9-8, b. 8-9-1810, Triunfo.
- Tn 40 — **Américo José de Vargas** — n. 2, b. 27-11-1813, Triunfo, onde casou, a 16-11-1836, com Damazia Alves de Assunção e Teresa Francisca. F.q.i:
- Qn 33 — **Maria Francisca de Vargas** — n. Triunfo, bat. em Taquari, casou, a 3-2-1861, Triunfo, com Laurentino Antônio de Vargas, nasc. Rio dos Sinos, e filho natural de Florinda Rosa de Jesus.
- Qn 34 — **Damazia Alves de Assunção** — n. Triunfo, onde casou, a 25-5-1863, com João Lisboa de Vargas, n. Triunfo, filho de João Manuel da Silva e Clara Rosa de Jesus.
- Tn 41 — **Clara** — n. 20-7-1815, b. 6-8, Triunfo.
- Tn 42 — **Pedro Antônio de Vargas** — n. 20-3, b. 2-6-1817, Triunfo, casado com Jesuina Felícia da Silva, n. Rio Pardo, filha de Felicíssimo José Teixeira e Clara Maria. F.q.i:
- Qn 35 — **Manuel** — n. 11-2-1840, b. 26-8-1841, Triunfo.
- Tn 43 — **José Antônio de Vargas** — n. 2-2, b. 5-4-1819, Triunfo, onde casou, 08-1-1855, com Angélica Vitorina da Silva, n. Taquari, filha de Manuel Gonçalves da Silva e Vitorina Maria da Conceição. José Antônio de Vargas era proprietário de um pequeno campo no distrito do Cai, e seu inventário é de 1862, em Triunfo. Filhos:
- Qn 36 — **Ana Luiza de Vargas** — n. Taquari, casada, em Triunfo, a 13-5-1857, com Bento da Silva Barreto, n. Triunfo, filho de Inácio da Silva Barreto e Maria Angélica da Conceição.
- Qn 37 — **João Antônio Machado** — casado com Josefa Antônia Flores.
- Qn 38 — **João Antônio de Vargas** — n. 1844.
- Qn 39 — **Antônio José de Vargas** — n. 1846
- Qn 40 — **Florentino José de Vargas** — n. Triunfo, onde casou, a 19-4-1869, com Maria Faustina Barreto, filha de Inácio da Silva Barreto e Maria Angélica da Conceição. Nasceu, Florentino, em 3-11-1847, bat. 15-11-1848, em Santa Maria.
- Qn 41 — **Pedro** — n. 1858.
- Bn 27 — **Luís Antônio de Vargas** — n. 16-12-1793, freg. Triunfo. Casou, a 18-2-1826, em Alegrete (L. 1, 27v), com Ana Joaquina de Souza, n. 29-7, b. 6-8-1780, Taquari, filha de José de Souza Valadão e Ana Maria Pereira, nats. ilha de São Jorge.
- Bn 28 — **Fidélis Antônio de Vargas** — n. 12-6-1795, Triunfo, onde casou, a 10-9-1824, com Íria Clara de Araujo (que, também, aparece como Íria Maria de Vargas e Íria Clara da Conceição), nasc. 8-9, b. 1-11-1810, em Triunfo, filha de João Antônio de Vargas, (N 9) e Clara Maria da Conceição. Pais de:

- Tn 44 — **Jesuino Antônio de Vargas** — bat. 20-12-1832, na freguesia de Triunfo, na capela do Rio dos Sinos. Em 1854 foi padrinho em Triunfo.
- Tn 45 — **Policarpo Antônio de Vargas** — bat. 3-12-1827, Triunfo, onde casou, a 29-6-1849, com Leopolda Tomasia de Jesus, n. Triunfo, filha de Urbano Francisco Galvão e Mariana Tomasia de Jesus.
- Tn 46 — **Eulália Maria de Vargas** — n. Triunfo, onde casou, a 15-10-1854, na freguesia do Rio dos Sinos, com Justino Martins da Rocha, filho de João Martins da Rocha e Libânia Maria de Jesus.
- Tn 47 — **Antônio** — b. 1-8-1829, freg. Triunfo.
- Tn 48 — **João Antônio de Vargas** — b. 1-6-1831, Triunfo, casado com Maria Angélica Flores, filha de Onofre José Flores e Prudenciana Maria de Oliveira. Filhos que identif.
- Qn 42 — **Guilhermino** — n. 10-5-1860, em Santana do Rio dos Sinos (6º, 91v)
- Qn 43 — **Virgínia** — n. 26-8-1861, Santana do Rio dos Sinos (7º, 46v)
- Qn 44 — **Vitalino** — n. 7-1-1863, Santana do Rio dos Sinos (7º, 90)
- Qn 45 — **João** — n. 6-10-1864, Santana do Rio dos Sinos (7º, 124).
- Bn 29 — **Manuel Antônio de Vargas** — vivo em 1820.
- Bn 30 — **Antônio Francisco de Vargas** — vivo em 1820.
- Bn 31 — **Inácio** — n. 2-8-1797, em Triunfo, e que faleceu menor.
- Bn 32 — **Feliciano Antônio de Vargas** — bat. 19-8-1798, em Triunfo, onde casou, a 10-2-1834, com damasia Maria do Espírito Santo, nat. Taquari, filha de Silvério José Rodrigues e Ana Joaquina do Espírito Santo. F.q.i.
- Tn 49 — **Antônio** — n. 15-7-1838, b. 15-10-1842, em Triunfo.
- Bn 33 — **Clara Maria de Vargas** — nat. de Triunfo, e casada, em Porto Alegre, em 19-10-1817, com Manuel Joaquim da Silva (viúvo de Águida Maria da Conceição), natural da freguesia de N.º Sr.ª dos Prazeres, em Itapetininga, S. Paulo, filho de Pedro Manuel da Silva, n. Minas Gerais, e Ana Maria de Quadros, n. Itapetininga. Filhos q.i:
- Tn 50 — **Ana** — n. 12-9, b. 18-11-1818, Triunfo
- Tn 51 — **Margarida** — n. 2-9, b. 3-12-1820, Triunfo
- Tn 52 — **Elíbio** — n. 13-4, b. 29-10-1827, Triunfo
- Tn 53 — **Angélica** — n. 22-9-1829, b. 30-8-1830, Triunfo
- Bn 34 — **Angélica Rosa de Vargas** — n. 15-4, b. 25-5-1806, na Capela de Santana do Rio dos Sinos, freguesia de Triunfo, casada, a 11-6-1827, em Triunfo, com Policarpo José de Azevedo, viúvo de Maria Francisca de Azevedo.
- Bn 35 — **Umbelina Rosa de Vargas** — n. 2, b. 25-7-1809, na Capela de Santana do Rio dos Sinos, casada, a 21-5-1827, Triunfo, com José Francisco de Abreu, n. 4-11-1790, Triunfo, filho do cap. Felisberto Francisco e Margarida Engrácia de Menezes, nats. da freguesia de Triunfo, neto paterno de Antônio Francisco de Abreu, nat. Lisboa, e Rita da Conceição, nat. ilha do Pico, neto materno de Luís Vicente Pacheco de Miranda, n. Portugal, e Gertrudes Barbosa de Menezes, n. Viamão. Residiam na fazenda de Montenegro.
- Bn 36 — **Claudiano Antônio de Vargas** — n. 6-10-1811, b. 15-2-1812, em Triunfo. Vivo em 1820.
- N 6 — **Manuel Antônio de Vargas** — nasceu em Rio Pardo (ou Taquari), e faleceu, com 31 anos, a 5-7-1794, em Taquari, onde casou, a 13-8-1780, com Maria da Conceição, bat. 23-5-1763, em Triunfo, filha de José de Souza Valadão e Ana Maria Pereira, (acima citados em Bn 27), ele natural da freguesia de São Mateus, na ilha de São Jorge, e ela natural da freguesia de N.º Sr.ª das Neves, da mesma ilha, neta paterna de Antônio Machado de Souza e Felipa da Conceição, nats. ilha de São Jorge, neta materna de Manuel Ferreira, nat. ilha do Pico, e Antônia Pereira, n. São Jorge. Em 1784, já casado, Manuel Antônio de Vargas morava nos campos de seu sogro (Montenegro), empregando-se na lavoura, e tinha 22 reses e 9 cavalos. Em 1797, Maria da Conceição, já viúva, era sócia de seus cunhados Francisco Antônio e José Antônio de Vargas, num campo de 1/4 de légua, em Montenegro. Pais de:
- Bn — **José** — n. 9, b. 20-8-1781, Taquari.
- Bn 38 — **Manuel Antônio de Vargas** — n. Taquari, casado com Perpétua Martins, b. 29-5-1782, taquari, filha de Manuel Martins Coelho, n. Triunfo, e Vicência Rosa de Jesus, n. Rio Grande, neta paterna de José Martins Faleiro e Jacinta Rosa, neto materno Antônio Caetano e Rosa Perpétua de Jesus, todos naturais da ilha Terceira. F.q.i:

- Tn 54 — **Maria Claudia** — n. 28-5, b. 13-6-1805, em Taquari, onde casou, a 18-12-1818, com Alexandre José Coleho, já viúvo de Ana Matilde.
- Tn 55 — **Delfina** — n. 20, b. 29-5-1807, Taquari.
- Tn 56 — **Francisco** — n. 21, b. 27-4-1809, em Taquari
-
- Bn 39 — **Ana Maria de Vargas** — nat. freg. do Triunfo, casada com José Pereira, n. 14, b. 2-5-1777, em Viamão, filho de Mateus Pereira Dias, n. São Jorge, e Maria Rosa Rodrigues Moreira, n. Laguna, neto paterno de Amaro Dias e Isabel Pereira, nats. São Jorge, neto materno de João José de Leão, n. Espanha, e Maria Rodrigues Moreira, n. Laguna. F.q.i:
- Tn 57 — **Josefa** — n. 8-4, b. 8-5-1814, Triunfo.
- Bn 40 — **Maria da Conceição de Vargas** — b. 18-4-1786, em Triunfo, onde casou, 6-11-1798, com Manuel José Pinto, v. Vila Nova de Benaventos, nos campos de Atacares (será Goitacazes?), filha de João Moreira Pinto e Vitória Coutinho.
- Bn 41 — **Inácia** — b. 15-10-1787, em Triunfo.
- Bn 42 — **Lucrécia** —
- Bn 43 — **Luciano** — n. 10-3-1790, freg. de Triunfo, faleceu menor.
- Bn 44 — **Isabel Maria de Vargas** — n. Taquari, casada, a 27-7-1805, Triunfo, com Manuel Antônio Machado, n. Açores, e Maria Rosa de Bitencourt, n. Enseada do Brito, SC. Pais de:
- Tn 58 — **Rafael** — b. 20-6-1806, Taquari.
- Tn 59 — **Domingos** — n. 10-2, b. 3-3-1808, na freg. Aldeia dos Anjos
- Tn 60 — **Severo Antônio de Vargas** — nasc. e bat. na Capela do Rio dos Sinos, casado a 18-2-1830, em Triunfo, com sua prima Justina Maria da Conceição, n. 10, b. 30-11-1812, Triunfo, filha de João Antônio de Vargas e Januária Maria da Conceição (v. Tn 37). Tiveram 4 filhos.
- Tn 61 — **Esmênia** — n. 5-10, b. 1-11-1811, Triunfo
- Tn 62 — **Manuel** — n. 2, b. 28-5-1817, Triunfo
- Tn 63 — **Felisberto** — n. 10-10-1825, b. 14-4-1826, Triunfo
- Tn 64 — **Angélica** — n. 1827, b. 11-5-1829, Triunfo
- N 7 — **Domingos Antônio de Vargas** — bat. 9-6-1765, freg. Triunfo, casado com Clara Jacinta (cujo nome, também, aparece como Clara Maria e Clara Luiza), natural do Rio de Janeiro, filha de José Joaquim Ermenegildo Borges, natural de São Paulo, e Luiza Maria do Sacramento, nat. do Rio de Janeiro. F.q.i:
- Bn 45 — **Damázia Rosa de Vargas** — n. 10, b. 28-1-1806, freg. Triunfo, onde casou, a 22-9-1822, com Simão Pereira Jorge, natural da freg. de Santo Antônio, na ilha de Santa Catarina, filho de Lourenço Dias Jorge, nat. Laguna, e Francisca de Jesus, nat. ilha de Santa Catarina. 7 filhos batizados em Triunfo e São Leopoldo.
- Bn 46 — **Vitorino** — n. 20-4, b. 15-5-1808, Triunfo
- Bn 47 — **Tomáz Antônio de Vargas** — n. 31-1, b. 19-3-1810, Triunfo; casado, 19-1-1829, em Taquari, com Maria Angélica da Encarnação, nat. Santo Antônio da Patrulha, filha de Mateus Pereira Jorge e Damiana Rosa da Encarnação.
- Bn 48 — **Francisca** — n. 1812, e faleceu em 12-8-1813, Triunfo
- Bn 49 — **Domingos** — n. 2, b. 10-12-1814, Triunfo
- Bn 50 — **Joaquim Antônio de Vargas** — nat. Taquari, casou, a 29-6-1821, em Triunfo, com Rosa Bernardina, nat. Santa Catarina, filha de Mateus Pereira Jorge e Damázia Rosa da Encarnação. Identificamos os dois filhos:
- Tn 65 — **Serafim** — b. 5-6-1826, Triunfo
- Tn 66 — **Zeferino** — b. 30-12-1820, Taquari
- Bn 51 — **João ... de Vargas** — n. 2, b. 13-1-1817, Triunfo
- Bn 52 — **Faustina** — n. 18-5, b. 28-6-1819, Triunfo
- Bn 53 — **Felisberto** — n. 2, b. 20-3-1822, Triunfo
- Bn 54 — **José ... de Vargas** — n. 2-3, b. 8-4-1824, Triunfo
- N 8 — **Natália Maria de Vargas** — bat. 20-12-1767, em Taquari, onde casou, a 3-5-1784, com Felipe José Antônio, n. Rio Grande, filho de Antônio Caetano e Rosa Perpétua de Jesus, naturais da

ilha Terceira, neto paterno de Francisco Cardoso e Isabel da Conceição, neto materno de José Nunes e Margarida da Ressurreição, todos naturais da ilha Terceira, e residentes em Taquari. F.q.i:

- Bn 55 — **Silvana** — n. 5, b. 13-6-1806, Taquari
 Bn 56 — **N.N b. 2-10-1808, Taquari**
 Bn 57 — **João** — n. 15, b. 21-10-1810, Taquari
 Bn — **Júlio** — n. 21-10, b. 21-11-1813, Taquari.
- N 9 — **João Antônio de Vargas** — nat. freg. Triunfo, casado com Clara Maria da Conceição, natural da freguesia de Triunfo, filha de Manuel Antônio da Cunha, nat. Rio Grande, e Úrsula das Virgens de Araujo, n. Triunfo, neta paterna de Francisco da Cunha, nat. ilha Graciosa, e Maria de Jesus, nat. ilha do Faial, neta materna de Pedro de Araujo Lopes, nat. ilha São Miguel, e Águida de Nazarê, nat. Pico. Em data de 1-1-1814, dom Diogo de Souza concedeu a João Antônio de Vargas, uma sesmaria com 1/4 de légua em quadro, “na Serra Geral do distrito de Taquari”, fazendo frente ao Sul e fundos ao Norte, dividindo-se, por um lado, com terras de Clemente José, e, pelo outro lado, com as de Antônio de Vargas (seu pai). Filhos que identificamos:
- Bn 59 — **João** — n. 11-8-, b. 19-9-1809, em Triunfo
 Bn 60 — **Íria Clara de Araujo** — n. 8-9, b. 1-11-1810, Triunfo, onde casou a 10-9-1824, com seu primo Fidelis Antônio de Vargas (v. Bn 28, com a descendência ai).
 Bn 61 — **Maria** — n. 6-7, b. 1-8-1814, Triunfo.
 Bn 62 — **Úrsula** — n. 10-1, b. 25-2-1816, Triunfo
- N 10 — **Pedro Antônio de Vargas** — bat. 7-6-1770, em Taquari, onde casou, a 13-1-1799, com Maria Martins de Oliveira, n. 22, b. 30-11-1780, em Taquari, filha de Manuel Martins Coelho, b. 2-3-1759, Triunfo, e Vicência Rosa de Jesus, n. Rio Grande, neta paterna de José Martins Faleiro e Jacinta Rosa, neta materna de Antônio Caetano e Rosa Perpétua (v. N 8), todos naturais da ilha Terceira, e moradores em Taquari. F.q.i:
- Bn 63 — **Manuel de Vargas** — n. 23, b. 29-11-1805, em Taquari
 Bn 64 — **Firmino José de Vargas** — n. 1, b. 16-7-1809, em Taquari, onde casou com Ledovina (ou Ludovina) Freitas. Esta família, lá pelo ano de 1850, mudou-se para Caçapava, onde deixou grande descendência. Tiveram 13 filhos.
- Tn 67 — **Silvestre José de Vargas** — n. 10-4, b. 8-5-1832, em Taquari, casado com Cândida da Silveira. Pais de:
- Qn 46 — **Pacífico Silveira de Vargas**
 Qn 47 — **Francelina de Vargas**
 Qn 48 — **Ursolina de Vargas**
 Qn 49 — **Etelvina de Vargas**
 Qn 50 — **João Tomas de Vargas**
 Qn 51 — **Irineu de Vargas**
 Qn 52 — **Januário de Vargas**
 Qn 53 — **Carolina de Vargas**
 Qn 54 — **Maria Cândida de Vargas** — n. 1873 e + 1911, casada, em Caçapava, com Julião Cheuiche, n. 1869, em Zahlé, no Libano, filho de Elias e Catarina Cheuiche. Pais de:
- Pn 25 — **Alita de Vargas Cheuiche**, cas. Fredolino Francisco Ferreira. Com geração.
 Pn 26 — **Argeu de Vargas Cheuiche** cas. Vilda Gorga. C. desc.
 Pn 27 — **Alceu de Vargas Cheuiche** cas. com Filinha Barreto, de Bagé.
 Pn 28 — **Acelita de Vargas Cheuiche**, cas. Mario Prates, de Cachoeira do Sul.
 Pn 29 — **Anita de Vargas Cheuiche**, cas. Heitor Coelho, bancário em São Sepé.
 Pn 30 — **Gen. Alcy Vargas Cheuiche**, cas. Zilah Garcia Tavares.
 Pn 31 — **Acely Vargas Cheuiche**, madre da Ordem da Penitência, em São Paulo.
 Pn 32 — **Aly Vargas Cheuiche**, cvas. Dorival Alves da Costa.
 Pn 33 — **Aracy Vargas Cheuiche**, cas. Talita Soares, de Camaquã.
- Qn 55 — **Antônio Luís de Vargas (Chirú)** — n. 1877, e fal. em 1951, com 74 anos, casado com Maria Dolores da Fontoura, filha do coronel Vasco Antônio da Xananeo e Joana Batista.

- Qn 56 — **Antenor Juvenal de Vargas** (Nenê)
 Qn 57 — **José Acácio de Vargas**
 Qn 58 — **Eukina de Vargas**
 Qn 59 — **Gentil de Vargas**
- Tn 68 — **Fidelis de Vargas** — bat. 23-11-1833, em Taquari, casado com Clara Âgueda dos Santos.
 Pais de:
- Qn 60 — **Júlio dos Santos Vargas**
 Qn 61 — **Carlinda Vargas**
 Qn 62 — **Isolina Vargas**
 Qn 63 — **Pedro Vargas**
 Qn 64 — **Lucinda Vargas**
 Qn 65 — **Deolinda Vargas**
- Tn 69 — **Leocádia Maria de Vargas** — casada com Manuel Teixeira de Souza. Pais de:
- Qn 66 — **Floriano Vargas de Souza**
 Qn 67 — **Firmina Vargas de Souza**
 Qn 68 — **João Vargas de Souza**
- Tn 70 — **Silvéria de Vargas** — casada, residente em Santana do Livramento, e deixou geração.
 Tn 71 — **Ângela de Vargas** — casada com Manuel Severo, residente em D. Pedrito. Pais de:
- Qn 69 — **Pacífica Vargas Severo**
 Qn 70 — **Lúcia Vargas Severo**
 Qn 71 — **Generosa Vargas Severo**
- Tn 72 — **Severina de Vargas** — casada com Antônio Lopes. Pais de:
- Qn 72 — **Lúcia Vargas Lopes**
 Qn 73 — **Senhorinha Vargas Lopes**
 Qn 74 — **Ana Luiza Vargas Lopes**
 Qn 75 — **Miguelina Vargas Lopes**
 Qn 76 — **José Pedro Vargas Lopes**
 Qn 77 — **João Carlos Vargas Lopes**
- Tn 73 — **João de Vargas** — que faleceu solteiro, na guerra com o Paraguai.
 Tn 74 — **José de Vargas**, que faleceu solteiro
 Tn 75 — **Joaquim de Vargas**, casado, a 1.ª vez, com Maria Emília, e casado, a 2.ª vez, com Emericiana Tavares. Deste 2.º casamento teve 3 filhos.
 Filhos do 1.º casamento:
- Qn 78 — **Dinarte de Vargas**
 Qn 79 — **Francisco de Vargas**
 Qn 80 — **Zulmira de Vargas**
 Qn 81 — **Edelmira de Vargas**
 Qn 82 — **Ernesto de Vargas**
 Qn 83 — **Idalino de Vargas**
- Tn 76 — **Silvina de Vargas**, casada e residente em Cachoeira do Sul.
 Tn 77 — **Prudência de Vargas** — casada com Gabriel José dos Santos. Pais de:
- Qn 84 — **Firmino Vargas dos Santos**
 Qn 85 — **Bernardino Vargas dos Santos**
 Qn 86 — **Jerônimo Vargas dos Santos**
 Qn 87 — **Justina Vargas dos Santos**
 Qn 88 — **Brandina Vargas dos Santos**
 Qn 89 — **Pedro Vargas dos Santos**
 Qn 90 — **Âgueda Vargas dos Santos**
 Qn 91 — **Alzida Vargas dos Santos**

- Qn 92 — **Idalina Vargas dos Santos**
 Qn 93 — **Isidoro Vargas dos Santos**

Tn 78 — Felício de Vargas — casada com Alexandrina Gonçalves de Melo. Pais de:

- Qn 94 — **Franklim de Melo Vargas**
 Qn 95 — **Josefina Melo Vargas**
 Qn 96 — **Alfredo Melo Vargas**
 Qn 97 — **Laudelino Melo Vargas**
 Qn 98 — **Avelino Melo Vargas**
 Qn 99 — **João Melo Vargas**
 Qn 100 — **Vitalino Melo Vargas**
 Qn 101 — **Floripa Melo Vargas**
 Qn 102 — **Virgília Melo Vargas**
 Qn 103 — **Cesária Melo Vargas**

- Qn 104 — **Generosa Melo Vargas**
 Qn 105 — **Alexandrina Melo Vargas**

Tn 79 — Dionísia de Vargas — casada com João Machado.

Pais de:

- Qn 106 — **Virgilino Vargas Machado**
 Qn 107 — **Lúcio Vargas Machado**
 Qn 108 — **Benevenuto Vargas Machado**

Bn 65 — Claudino José de Vargas — nat. Taquari, casado com Veríssima Maria (ou Veríssima Antônia de Jesus), filha de Miguel Luís e Emerenciana de Jesus.

Bn 66 — Felisbino José de Vargas — n. 5-1, b. 8-2-1813, Taquari, onde casou, a 23-2-1835, com Eu-lália Maria, nat. Taquari, filha de João José da Costa e Águida Maria.

Bn 67 — Senhorinha de Vargas — bat. 4-7-1815, Taquari

Bn 68 — Guilhermina de Vargas — Bat. 4-8-1817, Taquari

N 11 — Joaquim — bat. 12-10-1772, em Taquari, e que faleceu menor.

N 12 — Tomásia Joaquina de Vargas — n. 9, b. 22-2-1775, Taquari, casou na freguesia de Triunfo, a 22-2-1791, com Antônio Pais Fernandes, nat. da vila de Parnaíba, São Paulo, filho de Estevão Pais Fernandes e Joana Garcia, naturais de Parnaíba (v. Tit. Antônio Pais Fernandes, com a desc. ai).

N 13 — Antônio José de Vargas — n. 5, b. 20-5-1777, em Taquari, casado com Severina Maria de Je-sus, n. 10, b. 18-11-1781, em Taquari, filha de José Pereira Luís, nat. ilha Terceira, e de Ana Maria do Rosário, nat. Rio Grande, neta paterna de Manuel Pereira Godinho e Ana de Frei-tas, nats. da Terceira, neta materna de Antônio Machado de Souza e Rita Maria do Rosário, nats. ilha de São Jorge. Em 1814, Antônio José de Vargas recebeu uma sesmaria junto a Serra de Taquari.

Houve:

Bn 69 — Maria — n. 18, b. 26-10-1806, Taquari

Bn 70 — Ana — n. 19-3, b. 30-4-1809, Taquari.

Bn 71 — Ricardo — n. 8, b. 18-11-1810, Taquari

Bn 72 — Isabel Maria de Vargas — n. Taquari, onde casou, a 21-8-1831, com João Inácio dos San-tos, bat. Viamão, e filho de pais incógnitos.

Bn 73 — João — n. 22-7, b. 5-10-1815, Taquari.

Bn 74 — Manuel — bat. 12-6-1822, Taquari

N 14 — Matias — n. 11, b. 19-12-1779, em Taquari, e que faleceu menor.

F 3 — João de Vargas — natural da freguesia de São Miguel, na ilha do Faial. Veio junto com seus pais, e irmãos, ainda solteiro, tendo se casado, em 27-6-1764, na freguesia de Triunfo, com Maria dos Anjos, natural da freguesia de São Miguel da Lages, na ilha Terceira, filha de Salvador Lourenço e Francisca de São José, naturais da ilha Terceira. Maria dos Anjos já era viúva de José da Costa. Foi um dos povoadores de Taquari, e em 1771 recebeu uma data, a qual vendeu ao seu irmão An-tônio, e, logo depois, comprou a data recebida, na mesma época, por Manuel Pereira de Souza, e dedicou-se a lavoura. Em 1784 seu nome constava do recenseamento como possuidor de 66 reses e

- 30 cavalos. João de Vargas, em companhia de seu irmão Antônio, e sob o comando de Rafael Pinto Bandeira, tomou parte na tomada do forte de Santa Bárbara, em 1774. Filhos que identificam o s :
- N 15 — **Caetano** — bat. 21-5-1767, em Taquari.
- N 16 — **Laureano** — bat. 12-2-1769, em Taquari.
- N 17 — **Isabel Maria de Vargas** (ou Isabel Maria dos Anjos) — natural de Taquari, onde casou, a 20-1-1796, com Inácio Machado de Souza, natural de Taquari, filho de Manuel Machado de Souza, nat. da freguesia de São Mateus, ilha de São Jorge, e Escolástica do Rosário, nat. Triunfo, neto paterno de Antonio Machado de Souza e Felipa da Conceição, nats. São Jorge, e neto materno de José Rodrigues e Mariana Luiza, nats. Terceira. Todos moradores em Taquari.
- F 4 — **Francisco José de Vargas** — natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, lugar de São Miguel, na ilha de Faial. Casou, a 8-11-1767, na freguesia de Taquari, com Maria de Jesus, já viúva de Francisco Ferreira Peniche, nascida na freguesia do Espírito Santo, da cidade de Angra, na ilha Terceira, filha de Manuel Dias Ferreira e Mariana de Jesus, naturais da mesma freguesia e ilha. Em 1784, Francisco José de Vargas possuía uma chácara em Taquari “na freguesia, dentro da povoação”, e vivia da lavoura, possuindo, também, 30 reses e vinte cavalos. Filhos que identificam o s :
- N. 18 — **Inácia Maria de Vargas** (ou de Jesus) — bat. a 23-10-1768, Taquari, casada com João Pereira Luis, nat. Taquari, filho de Manuel Pereira Luis, natural da freguesia de Santa Catarina de Castelo Branco, na ilha do Faial (cvas. 21-5-1764) e de Maria do Rosário, nascida na freguesia de N.ª Sr.ª do Rosário, na ilha de São Jorge, neto paterno de Bartolomeu Luis e Maria Pereira Faria, nats. ilha do Faial, neto materno de Manuel de Quadro Pereira, nat. freguesia de Santana, lugar de Rosales, ilha de São Jorge, e Maria de Ávila, nat. da mesma freguesia. Os filhos foram todos batizados na freguesia de Santo Amaro (v. Tit. Manuel Pereira Luis, com a desc. ai).
- N 19 — **Simeana Maria de Vargas** (ou do Rosário) — bat. 17-3-1771, em Taquari, onde casou a 14-2-1789 com Francisco de Lima, nat. da freguesia de São José, em Curitiba, filho Antônio de Lima e Joana Ribeiro.
- N 20 — **Bibiana Maria de Vargas** — nascida a 13, bat. 21-2-1773, em Taquari, onde casou, a 9-1-1791, com Francisco Antônio de Souza, natural de Porto Alegre, filho natural de Ana Maria.
- N 21 — **Genoveva Maria de Vargas** — n. 10, b. 19-2-1775, em Taquari, onde casou, a 20-7-1793, com Inácio da Costa Ortega, bat. 24-6-1774, em Taquari, filho de João Ambrósio Ortega, natural da freguesia de São Pedro, na cidade de Sevilha, no, então, Reino de Castela (cas. 21-5-1767, Taquari) e de Madalena do Rosário, natural do Rio Grande, neto paterno de João Ambrósio Ortega e Maria da Conceição, naturais da freguesia de São Pedro, na dita cidade de Sevilha, e neto materno de Manuel de Quadros Machado e Maria do Rosário, naturais da ilha Graciosa, nos Açores., Residiam em Taquari.
- N 22 — **Francisca de Vargas** — n. 27-12-1776, bat. 20-1-1777, em Taquari, onde casou, a 22-8-1793, com Florestino da Silva Ferreira, nascido a 24-4-1773, Taquari, filho de Sebastião da Silva Ferreira, natural da freguesia de N.ª Sr.ª da Conceição, da cidade de São Salvador da Bahia, e Marta Maria da Silveira, natural da ilha do Pico, neto paterno de José da Silva Ferreira, natural de Portugal, e Maria Leite, natural da Bahia, neto materno de José Pereira Fagundes e Maria da Silveira, naturais da ilha do Pico
- N 23 — **Cristina Maria de Vargas** (ou Cristina Maria de Jesus), nasc. 7, bat. 20-9-1778, em Taquari, onde casou a 28-9-1800, com José Antônio de Abreu Viana, natural da freguesia de São Sebastião de Darque, vila de Viana, arcebispo de Braga, filho de Manuel José de Abreu e Maria Ribeiro Monteiro, naturais de Darque. Com descendência.
- N 24 — **Maria** — nasc. 21-6-1780, Taquari.
- N 25 — **Tomazia Maria de Jesus** — n. 15, b. 21-3-1782, Taquari, onde casou, a 25-11-1799, com Manuel João do Nascimento, nat. freguesia de N.ª Sr.ª da Luz, de Curitiba, filho de Bento Alves e Inês Coutinho. Com desc.
- F 5 — **Manuel de Vargas de Assunção** — natural da freguesia de N.ª Sr.ª da Ajuda, ilha do Faial, falecido a 9-2-1824, em Rio Pardo, com testamento. Casou a 11-9-1768, em Taquari, com Maria Ana de Jesus, natural da ilha de São Jorge, filha de Manuel Teixeira de Quadros e Mariana de Jesus, naturais da freguesia de São Mateus, na ilha de São Jorge, e moradores em Taquari, neta paterna de Antônio de Quadros e Maria Cardoso, neta materna de José Manuel de Ávila e Maria da Luz, todos naturais da ilha de São Jorge. Manuel de Vargas Assunção residia na freguesia de Rio Pardo, mas fixou-se em Encruzilhada, onde ficaram seus dependentes. Filhos que identificamos:

- N 26 — **Francisco Antônio de Vargas**
- N 27 — **Ana de Vargas** — casada.
- N 28 — **Silvério de Vargas** — que, em 1812, com 28 anos, casado, era soldado da 7ª Cia. do 1º Regimento de Milícias do Rio Grande de São Pedro, no distrito de São Sebastião.
- N 28 — **João de Vargas Teixeira** — bat. 5-6-1781, em Rio Pardo, casou, a 21-11-1802, em Encruzilhada, com Perpétua Rosa de Jesus, nat. Rio Pardo, filha de João José dos Santos e Catarina de São José, nats. Rio Pardo. F.q.i:
- Bn 75 — **Flora Maria de Vargas** — n. Rio Pardo, casou, a 7-9-1822, em Encruzilhada, com Antônio Dorneles de Oliveira, n. Taquari, filho de Matias Dorneles de Souza e Joana Maria do Espírito Santo. Em 1822 moravam na freguesia de Caçapava.
- Bn 76 — **Urbana** — n. 28-5, b. 2-10-1805, em Encruzilhada.
- Bn 77 — **Brigido** — n. 1, b. 15-2-1800, Encruzilhada
- N 29 — **Cristina Maria de Vargas** — bat. 25-2-1776, em Rio Pardo, casada com Elias Antônio, nat. freguesia de Nª Srª da Conceição da Lagoa, ilha de Santa Catarina, filho de Manuel Antônio Alves e Joana Maria de Jesus, naturais da ilha de Santa Catarina, na freguesia da Lagoa. A descendência ficou em Encruzilhada.
- N 30 — **Manuel Luís de Vargas** — n. 10, b. 25-4-1778, em Taquari, casou, a 4-2-1797, em Rio Pardo, com Bernarda Maria, natural de Rio Pardo e filha de Sebastião Ferreira de Carvalho, natural do Rio de Janeiro, fazendeiro em Caçapava, e Florência Maria, nat. Rio Pardo, neta paterna de João Ferreira e Vivência de Carvalho, neta materna do cap. João Teixeira de Magalhães e Rosa Joaquina de Souza. Bernarda Maria (ou Bernarda Florência) foi bat. em Rio Pardo em 8-10-1778, e era filha única. Fazendeiros junto ao cerro do Irapuá. Filhos que identificamos:
- Bn 78 — **Florisbela Francisca de Vargas** — nat. Rio Pardo, casada com Cipriano Francisco Xavier.
- Bn 79 — **Gertrudes** — b. 5-5-1800, Encruzilhada.
- F 6 — **Quitéria Maria de Vargas** (ou Quitéria Maria da Trindade) — natural da freguesia de Nª Srª da Ajuda, na ilha do Faial, casada com Manuel de Quadros Machado, natural da freguesia de São Mateus da Praia, na ilha Graciosa, filho de Manuel dos Reis de Quadros Machado e Inês Novais, naturais da ilha Graciosa.
- Todos moradores em Taquari, onde Manuel de Quadros Machado possuía uma data de terra, e para onde tinha ido antes de 1760. Vamos descrever a descendência aqui porque, parte dela, adotou o sobrenome Vargas.
- Pais de:
- N 31 — **Antônio de Vargas** — b. 19-3-1760, em Triunfo.
- N 32 — **Silvestre de Vargas** — b. 8-11-1761, Triunfo
- N 33 — **Florência Maria de Vargas** — b. 22-3-1763, Triunfo, casada com Vicente Ferreira de Oliveira, natural de Santo Amaro, filho de José Ferreira de Farias, natural de Lisboa, e Francisca Josefa do Espírito Santo, natural da ilha Terceira.
- N 34 — **João Francisco de Quadros** — bat. 5-1-1766, em Taquari, onde casou, a 29-1-1783, com Luiza Maria do Rosário, nat. Taquari (ou P. Alegre), filha de pai incógnito e Maria do Rosário. Em 1784, João Francisco vivia ainda nas terras de seu pai, onde plantava. Depois, foi para a freguesia de Triunfo, onde encontramos os nascimentos e batizados de seus filhos.
- N 35 — **Jerônimo Francisco de Vargas** — bat. 24-1-1768, Taquari, e faleceu assassinado (baleado) pelos revolucionários farroupilhas no dia 15-2-1840, aos 72 anos, em sua fazenda da Serra, no distrito de Cai, freguesia de Triunfo (invent. em 1842, em Triunfo).
- Casou, a primeira vez, a 7-1-1786, em Triunfo, com Vicência Maria da Conceição, nat. Rio Grande, filha ilegítima de Manuel Alves de Carvalho e mãe incógnita, quando ainda solteiro (Vicência já era viúva de Pedro Gonçalves Souto). Conforme consta do inventário de Jerônimo Francisco Vargas, ele dela se "apartou" em 18-5-1813. Deste primeiro casamento ficaram cinco filhos. Casou, pela segunda vez, a 30-12-1825, em Porto Alegre, com sua nora (viúva de seu filho Antero), Maria Francisca de Oliveira (ou de Araujo), n. 18-12-1789, Triunfo, com quem já vivia maritalmente e de quem tinha 6 filhos naturais, todos legitimados, filha de José de Araujo Lopes e Francisca Leite de Oliveira.
- Residia no distrito de Cai (Montenegro), na freguesia de Triunfo, e em 1797 já havia comprado um campo, com 1/2 légua, de José Coelho da Silva. Em 1820 recebeu uma sesmaria de 1/2 légua, no distrito de Cai, talvez a mesma. Em 1842, depois de sua morte, todos os seus herdeiros residiam em Porto Alegre.
- Filhos do 1º casamento, com Vicência Maria da Conceição, e que constam do inventário:

- Bn 80 — **Antero Pinto Carneiro** — (ou como vem no assento de casamento: Antônio Pinto Carneiro) — bat. 14.8.1786, em Porto Alegre (este batizado está registrado no L. 1, de Triunfo). Casou a 20-5-1807, Triunfo, com Maria Francisca de Araujo (ou Oliveira), n. 18-12-1789, Triunfo, filha de José de Araujo Lopes, n. Triunfo, e Francisca Leite de Oliveira, n. Taquari, neta paterna de Manuel de Araujo Lopes, n. ilha de São Miguel, e Maria de Santo Antônio, n. ilha do Pico, neta materna de Antônio Correia Sarafana, n. S. Paulo, e Genoveva Leite de Oliveira, bat. Viamão. Tiveram 2 filhos. Maria Francisca casou, novamente, com seu sogro Jerônimo Francisco de Vargas (N 35).
- Bn 81 — **Jerônimo** — b. 5-6-1788, freguesia de Triunfo, faleceu menor.
- Bn 82 — **Bibiana Maria de Vargas** — n. 19-6-1790, em Triunfo, onde casou, 7-1-1806, com José Maria Triunfo, nat. freguesia de São Mamede, no patriarcado de Lisboa, filho de Simão Correia e Inácia Joaquina. Bibiana faleceu antes de 1840, e deixou uma filha.
- Bn 83 — **Mariana Joaquina de Vargas** — n. 11-10-1792, freguesia de Triunfo, onde casou a 25-2-1808, com Pedro Antônio de Vargas (Bn 26), seu primo, filho de Francisco Antônio de Vargas e Mariana Rosa de Jesus. Mariana deve ter falecido antes de 1842, pois seu nome não consta do inventário de seu pai.
- Bn 84 — **Bernardina de Vargas** — n. 1-10-1796, em Triunfo, casou com Manuel José do Porto, já viúvo de Cristina Galvão, e já falecido em 1840. Vem, também, como Bernardina Cândida dos Anjos.
Do 2º casamento de Jerônimo Francisco de Vargas, com sua nora Maria Francisca de Araujo, identificamos 11 filhos, dos quais 8 vivos em 1842. Não os estudaremos aqui porque adotaram o sobrenome da família materna: Araujo ou Oliveira.
- N 36 — **Maria** — bat. 5-9-1770, em Taquari
- N 37 — **Inês Maria de Vargas** — bat. 13-12-1772, em Taquari, onde casou, a 29-6-1794, com Manuel Jacinto de Jesus, nascido em 1770, e bat. na Sé da cidade do Rio de Janeiro, filho de João Francisco de Souza e Genoveva Inácia de Jesus.
- N 38 — **Feliciano** — n. 25-10, b. 13-11-1774, em Taquari.
- N 39 — **Vicência Maria de Vargas** — nat. Triunfo, casou a 12-2-1783, em Taquari, com Vicente Ferreira, n. Triunfo, filho de João Ferreira, nat. São Paulo, e Francisca Maria, nat. ilha de São Sebastião, SP.
- F 7 — **Isabel Francisca de Vargas** — bat. a 7-9-1755, na freguesia do Rio Pardo, casada com José Dutra Fialho (que vem, também, como José Dutra da Silva), natural da freguesia de Santo Amaro, e bat. a 23-3-1756, na freguesia de Viamão, filho de Antônio Dutra Fialho e Ana Maria, naturais da freguesia de São Mateus, na ilha do Pico, neto paterno de Manuel Dutra e Águida Rodrigues, neto materno de Francisco Ferreira Frade e Mariana Gulart, naturais da dita freguesia de São Mateus. Em 1784 José Dutra Fialho morava nas terras de sua mãe, viúva, em Taquari, e tinha 20 reses e 10 cavalos. Com descendência.

JOSÉ FRANCISCO DE VARGAS

JOSÉ FRANCISCO DE VARGAS — natural da freguesia de São Miguel, na ilha do Faial, era filho de Francisco Luís Terra e Francisca Maria de Jesus, naturais da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, da mesma ilha. Seus pais vieram para Santa Catarina, como casais del Rei, e se localizaram na Enseada do Brito, onde nasceram outros filhos, que se mudaram, posteriormente, para o Rio Grande do Sul. Em 15-8-1768, na freguesia de N.º Sr.ª do Rosário, na Enseada, do Brito (1.º, 25v), casou José Francisco de Vargas com Maria de São José, natural da freguesia de São Miguel, Faial, filha de João Rodrigues Gultart e Maria de São José, naturais da freguesia de Santa Bárbara, ilha do Faial, casal del Rei, que, também, vieram para a Enseada do Brito, e, posteriormente se mudaram para Viamão.

Em Santa Catarina nasceram todos os filhos de José Francisco de Vargas, o qual transferiu-se depois para Viamão, calculamos que esta transferência tenha se dado pelos anos de 1780 a 90. Vieram, também, seus dois irmãos, todos casados, mas que não adotaram o sobrenome Vargas.

Filhos que identificamos:

- F 1 — **Luiza Rosa de São José** — natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, da Enseada do Brito, Santa Catarina, casada com Antônio de Souza Oliveira, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, do lugar do Topo, na ilha de São Jorge, filho de José de Souza de Oliveira, e Maria de Jesus, naturais da mesma freguesia. De 1794 a 1817 este casal batizou 12 filhos na Aldeia dos Anjos (Gravataí) (v. Título Antônio de Souza Oliveira, com a descendência ai).
- F 2 — **Cipriano José de Vargas** — natural da freguesia de N.º Sr.ª do Rosário, da Enseada do Brito, na ilha de Santa Catarina, casado com Violante Maria de Jesus, nasc. 1-6-1777, em Porto Alegre, filha de Manuel Pereira Pinheiro, n. Faial, e (cas. 16-10-1770, Viamão) Rosa Joaquina de Jesus, nat. Rio Grande, neta paterna de José Pereira Pinheiro e Joana Rosa, e neta materna de João Inácio e Helena Maria, todos naturais da ilha do Faial. Residiam na paróquia da freguesia dos Anjos.
- N 1 — **José Cipriano de Vargas** — nasc. Aldeia dos Anjos, casado, a 7-4-1823, na freguesia de Triunfo, com Joana Alves de Assunção, nat. Triunfo, filha de José Alves de Assunção, n. Cabo Frio, Rio de Janeiro, e Teresa Francisca, n. Rio Pardo. Moradores na freguesia de Triunfo, onde, em 1869, foi feito o inventário de José Cipriano de Vargas. Pais de:
- Bn 1 — **Violante Maria de Vargas** — n. 20-11, b. 26-12-1824, Triunfo, onde casou, a 2-11-1853, Cândido José de Simas, bat. na Capela do Rio dos Sinos, freguesia Triunfo, filho de Felisberto José de Simas e Isabel Maria Joaquina.
- Bn 2 — **Josefa Alves da Assunção** — n. 7-9, b. 22-10-1826, freguesia de Triunfo, onde casou, a 11-1-1865, com Manuel Faustino Bonofre (ou da Silva, como vem no inventário do sogro, em 1869), filho de João Agostinho Bonofre e Faustina Maria de Jesus.
- Bn 3 — **Constança Francisca de Vargas** — n. 13-3, b. 5-4-1830, freguesia Triunfo, onde casou, a 19-11-1849, com José Pereira da Silva, natural de Taquari, filho de Vicente Pereira Duarte e Ana Luiza de Jesus. Em 1869 residiam em Taquari.
- Bn 4 — **José Ângelo de Vargas** — n. 12-7, b. 28-9-1828, freg. Triunfo, casado com Teodora Maria dos Reis. Em 1869 residiam em São Gabriel.
- Bn 5 — **Bibiana Martimiana de Vargas** — natural de Triunfo, onde casou, a 21-9-1866, com Dionísio José de Azevedo, já viúvo de Josefa Aldina de Lima, e que, em 1869, já havia falecido.
- Bn 6 — **Julião Antômo de Vargas** — que casou, a 5-2-1856, na freguesia de Aldeia dos Anjos, com Maria José de Jesus, n. 27-1-1836, b. 19-11-1842, na Aldeia dos Anjos, filha de José Antônio de Faria Dutra e Ana Maria de Jesus, naturais da Aldeia dos Anjos, neta paterna de José Inácio Furtado n. Aldeia dos Anjos, e Ana Maria de Jesus, n. Santa Catarina, neta materna de Cipriano José de Vargas e Violante Maria de Jesus (F 2-N 5)
- Bn 7 — **Teresa Maurícia de Vargas** — n. 1-11-1834, b. 20-10-1835, na freguesia de Triunfo.
- Bn 8 — **Maria Antônia de Vargas** — casada com Amaro Correia de Oliveira.
- Bn 9 — **Cipriano José de Vargas** — n. 19-2-1840, b. 6-3. freguesia de Taquari.
- Bn 10 — **Maria Serafina de Vargas** — nascida em 1845

- N 2 — **Serafim José de Vargas** — n. 19, b. 30-8-1807, na freguesia da Aldeia dos Anjos, onde casou com Ana Maria de Jesus, sua prima, nascida em Porto Alegre, e filha de João José de Vargas e Laureana Rosa de Jesus (N 11). Residiam no distrito do Pinhal.
- Bn 11 — **Manuel** — n. 23-12-1832, b. 9-1833, freguesia Aldeia dos Anjos.
- Bn 12 — **Maria** — n. 14-1, b. 18-2-1834, freguesia Aldeia dos Anjos.
- Bn 13 — **João** — n. 8-3, b. 28-6-1845, freguesia Aldeia dos Anjos.
- Bn 14 — **Generosa** — n. 3-8, b. 20-4-1850, freguesia Aldeia dos Anjos.
- N 3 — **Zeferino** — n. 12, b. 14-6-1809, na freg.^a da Aldeia dos Anjos.
- N 4 — **Felisbina Maria de Vargas** — n. 29-10-1810, b. 7-1-1811, na freg.^a da Aldeia dos Anjos, casada com João Dias de Souza Ávila, natural da freguesia de Viamão, filho de Manuel de Ávila e Souza e Rosa Maria do Nascimento. Residiam na freguesia da Aldeia dos Anjos, onde nasceram todos os seus filhos.
- N 5 — **Ana Maria de Vargas** — n. 17, b. 27-3-1813, freg.^a Aldeia dos Anjos, casada com José Antônio de Faria Dutra, natural da Aldeia dos Anjos, filho de José Furtado, n. Aldeia dos Anjos, e Teresa Maria de Jesus, n. Santa Catarina. Residiam na freguesia da Aldeia dos Anjos, onde nasceram todos os filhos. Ana Maria de Vargas casou, novamente, com Antônio Francisco
- N 6 — **Nazário** — n. 3, b. 7-9-1814, na Aldeia dos Anjos.
- N 7 — **Maria Joaquina de Vargas** — n. 16, b. 20-5-1816, freg.^a Aldeia dos Anjos, onde casou, a 2-2-1856, com Joaquim Felizardo da Trindade, natural da Aldeia dos Anjos, e já viúvo de Maria Francisca da Silva.
- N 8 — **Cândida Maria de Vargas** (ou do Nascimento) — n. 23-12-1817, b. 4-1-1818, na freguesia da Aldeia dos Anjos, onde casou, a 22-2-1846, com seu primo José Antônio de Vargas, nat. Porto Alegre, filho de João José de Vargas e Laureana Rosa de Jesus (v. F 3-N 15). Com a descendência em F 15.
- N 9 — **Joaquina** — bat. 2-10-1820, na freguesia da Aldeia dos Anjos.
- N 10 — **Cipriano José de Vargas** — n. 5-4, b. 20-6-1818, freguesia Aldeia dos Anjos, onde casou, a 20-2-1844, com Generosa Maria de Lemos, nat. Aldeia dos Anjos, filha de Vicente Fernandes Lima (ou Lemos) e Angélica Maria da Soledade. Filhos que identificamos:
- Bn 15 — **Maria** — n. 25-6-1856, b. 29-1-1858, na Aldeia dos Anjos.
- Bn 16 — **David Lemos de Vargas** — natural de São Leopoldo, onde casou, a 3-4-1880 (3º, 69), com Florisbela Tavares Freire, natural de São Leopoldo, filha de Zeferino Tavares Freire e Maria José Ramires. David nasceu em Pinhal, São Leopoldo. Viviam em Sapucaia. Filhos q.id:
- Tn 1 — **Amâncio Tavares de Vargas** — n.º 8-4, b. 30-5-1882, em São Leopoldo (8º, 96v), onde casou, a 10-10-1908 (5º, 55), com Florisbela de Souza, filha de Francisco Timóteo de Paula e Francisca Maria de Souza.
- Tn 2 — **Salviano** — n. 5-4-1883, São Leopoldo (Bat. 31-5-1884, S. L. 1º-9-40).
- Tn 3 — **José** — n. 10-12-1887, São Leopoldo (10,35).
- F 3 — **João José de Vargas** — natural da Enseada do Brito, na ilha de Santa Catarinas. Casou, a 29-4-1811, em Porto Alegre, com Laureana Rosa de Jesus, natural de Porto Alegre (viúva de Manuel Coelho d'Ávila), filha de Antônio José Leal, n. Santa Catarina, e Maria Joaquina de Jesus, também, de Santa Catarina, neta paterna de José Garcia da Rosa e Maria Josefa, e neta materna de Antônio de Melo e Maria de Santo Antônio, todos açorianos. No assento de seu casamento, João José de Vargas vem como João Francisco de Vargas, mas, em todos os batizados de seus filhos e netos, seu nome vem como João José de Vargas. João José de Vargas, viveu muitos anos em Porto Alegre, onde casou e nasceu a maioria de seus filhos, mas, depois, toda a família mudou-se para a freguesia da Aldeia dos Anjos (Gravataí), onde se radicou.
- N 11 — **Ana Maria de Vargas** — natural de Porto Alegre, casada com seu primo Serafim José de Vargas, filho de Cipriano José de Vargas e Violante Maria de Jesus (v. N 2).
- N 12 — **Manuel** — n. 15, b. 29-8-1815, em Porto Alegre, faleceu menor.
- N 13 — **Senhorinha Maria de Vargas** (ou da Conceição) — natural de Porto Alegre, casou, a 20-6-1841, na Aldeia dos Anjos, com Duarte da Silva Pacheco, nat. ilha de Santa Catarina, filho de Lourenço Rodrigues Cardoso e Rita Felícia de Jesus, de Santa Catarina. Identificamos a filha:
- Bn 17 — **Belmira** — n. 23-8, b. 1-10-1850, Aldeia dos Anjos.

- N 14 — **Antônio José de Vargas** — natural da Aldeia dos Anjos, onde casou, a 28-4-1842, com Francisca Antônia de Jesus, natural da ilha de Santa Catarina, filha de João Pereira dos Santos e Senhorinha Mendes, da mesma ilha. F.q.i:
- Bn 18 — **Maria** — n. 18, b. 25-2-1843, na Aldeia dos Anjos, e que faleceu menor.
 Bn 19 — **João** — n. 31-1-1845, b. 18-1-1845, na Aldeia dos Anjos.
 Bn 20 — **Eliziário** — n. 3-7-1848, b. 21-1-1849, Aldeia dos Anjos.
 Bn 21 — **Manuel** — n. 18-6, b. 20-1-1849, na Aldeia dos Anjos.
 Bn 22 — **Maria Antônia de Vargas** — n. 11, b. 22-2-1852, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 22-7-1871, com Eufrázio Gomes de Almeida, natural de Santa Catarina, filho de Moisés Antônio Pereira de Almeida e Ana Joaquina da Soledade.
 Bn 23 — **Antônio** — n. 22-8, b. 1-11-1853, na Aldeia dos Anjos.
 Bn 24 — **Francisca** — n. 4-10, b. 3-11-1855, Aldeia dos Anjos.
 Bn 25 — **Moisés** — n. 8-9-1865, b. 1-1-1866, na Aldeia dos Anjos.
- N 15 — **José Antônio de Vargas** — natural de Porto Alegre, casou, a 22-2-1846, na Aldeia dos Anjos, com sua prima Cândida Maria de Vargas (v. N 8), filha de Cipriano José de Vargas e Violante Maria de Jesus. Filhos que identif.:
- Bn 25 — **Maria** — n. 3-3, b. 15-1848, na Aldeia dos Anjos.
 Bn 26 — **Francisco Cândido de Vargas** — n. 2-8, b. 4-10-1850, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 24-4-1876, na Aldeia dos Anjos, com Zeferina Josefa de Jesus, filha de Máximo Antônio da Costa e Luiza Maria de Jesus. Moradores em Santa Cristina do Pinhal (atual município de Taquara).
 Bn 27 — **José** — b. 6-1-1855, na Aldeia dos Anjos.
 Bn 28 — **Antônio** — n. 6, b. 12-2-1856, na Aldeia dos Anjos.
 Bn 29 — **Generosa** — 15-1, b. 13-4-1858, na Aldeia dos Anjos.
- N 16 — **Modesto José de Vargas** — n. 22-4, b. 2-6-1826, na Matriz de Porto Alegre; casou 16-5-1846, na Aldeia dos Anjos, com Ana Maria Mendes, natural da freguesia de N.º Sr.ª da Conceição da Lagoa, na ilha de Santa Catarina, filha de João Pereira dos Santos e Senhorinha Mendes. Faleceu a 27-11-1881, na freguesia de Triunfo. Invent. — 1881 — 3.º C.O. P.A. Filhos
- Bn 30 — **Francisco Pereira de Vargas** — n. 25-10, b. 25-12-1847, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 27-8-1870, com Rita Mendes Coelho, filha de Florentino Pereira dos Santos e Maria Mendes Coelho. Pais de
- Tn 4 — **Francelino** — n. 6-7, b. 27-8-1871, Aldeia.
 Tn 5 — **Maria** — n. 29-7, b. 30-11-1872, na Aldeia.
 Tn 6 — **Manuel** — n. 3-12-1873, b. 8-2-1874, na Aldeia dos Anjos.
- Bn 31 — **Manuel Pereira de Vargas** — n. 12-10, b. 29-12-1850, na Aldeia dos Anjos, onde casou com Cândida Maria Inácia, filha de Manuel Antônio de Farias e Cândida Joana Inácia
 Bn 32 — **João Pereira de Vargas** — n. 12-7, b. 5-8-1854, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 22-9-1888, com Basilicia Florentina Mendes, n. 1867, na Aldeia dos Anjos, filha de Manuel Jacinto da Silveira e Florentina Maria Mendes
 Bn 33 — **Maria Rita de Vargas** — n. 8-2, b. 17-2-1859, na Aldeia, casada com Galdino Jacinto Silveira.
 Bn 34 — **José Pereira de Vargas** — n. 2, b. 18-10-1855, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 20-5-1882, com Francisca Maria de Jesus, filha de Fortunato José Bernardes e Maria Alexandrina da Silva.
 Bn 35 — **Antônio Pereira de Vargas** — n. 15-3-1861, b. 31-3, na Aldeia dos Anjos. Solteiro em 1881.
 Bn 36 — **Modesto Pereira de Vargas** — n. 4-7, b. 2-8-1863, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 23-5-1863, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 23-5-1890, com Ana Mendes de Barcelos, filha de Manuel Pereira dos Santos e Leandra Mendes de Barcelos.
 Bn 37 — **Belmira Maria de Vargas** — n. 8-5, b. 27-6-1869, na Aldeia dos Anjos.
 Bn 38 — **Cândido** — b. 5-12-1865, na Aldeia dos Anjos, onde faleceu menor.
- N 17 — **Manuel** — n. 3, b. 30-3-1828, na Aldeia dos Anjos.
 N 18 — **Jacinta Rosa de Jesus** — natural de Porto Alegre, casou, a 28-8-1850, na Aldeia dos Anjos, com Matano Tomaz de Souza Rocha, natural da freguesia de São José, em Santa Catarina, filho natural de Ana Lizarda.

- N 19 — **Generosa Maria de Vargas** — natural da Aldeia dos Anjos, onde casou, a 18-12-1858, com Manuel Rodrigues Cardoso, filho de Felisbino José Cardoso e Marcelina Rosa de Jesus. Identificamos somente o filho:
- Bn 39 — **Silvino Rodrigues de Vargas** — n. 19-11-1859, na Aldeia dos Anjos, onde casou, a 28-4-1879, com Maria Cândida Inácia, filha de Manuel Antônio de Farias e Cândida Joana Inácia.
- F 4 — **Inocência Rosa de Jesus** — natural da ilha de Santa Catarina, Enseada do Brito, casada com João Tavares Freire, também, natural da ilha de Santa Catarina, filho de Antônio Tavares Freire, natural de Portugal, e Maria da Encarnação, nascida no arquipélago dos Açores. Com descendência.
- F 5 — **Antônio José de Vargas** — nascido em 1764, e bat. na freguesia de N.º Sr.º do Rosário, da Enseada do Brito, Santa Catarina, e falecido a 14-6-1859, em Alegrete (L. 3-4, fl. 8), com 95 anos. O inventário é de 1860. Casado com Silvéria Maria Moreira, natural de Porto Alegre, filha de José Moreira Lopes, n. Viamão, e Faustina Maria da Conceição, n. Triunfo, neta paterna de Manuel Braz Lopes e Francisca Moreira, naturais de Laguna, neta materna de José de Souza Valadão e Ana Maria Pereira, naturais da ilha de São Jorge.
- Em 1816 Antônio José de Vargas já era fazendeiro, no então, 1.º distrito, onde morava. Em suas terras foi edificada a capela de Nossa Senhora Aparecida de Alegrete, origem da cidade de Alegrete, em 1817. Tiveram 8 filhos:
- N 20 — **Silvério José de Vargas** — nascido em 1807, e casado com Rita de Oliveira. Em 1859 moravam em Cruz Alta.
- N 21 — **Florinda Joaquina de Vargas** — n. 1809, em Santa Maria, casada com Agostinho Antônio da Silveira, falecido em 1840, em Alegrete (inv. 1854). Em 1854 a viúva e os filhos residiam na vila de Alegrete. Houve
- Bn 40 — **Carlota Vargas da Silveira** — n. Alegrete, casada com Miguel Augusto Penedo.
- Bn 41 — **Generosa Vargas da Silveira** — n. 1834, Alegrete.
- Bn 42 — **Pacífico Vargas da Silveira** — n. 1846, Alegrete.
- Bn 43 — **Laudelina Vargas da Silveira** — n. 1838, Alegrete. Gêmea.
- Bn 44 — **Timóteo Vargas da Silveira** — n. 1838, Alegrete, gêmeo, faleceu, com 27 anos, em Alegrete, a 21-11-1865 (invent. em 1866, Alegrete). Casado com Clara Freitas. Morava na estância que pertenceu a seu pai. Filho único:
- Tn 7 — **Inácio** — n. 1864, Alegrete.
- Bn 45 — **Senhorinha Vargas da Silveira** — n. 1841, Alegrete
- Bn 46 — **Antônio Vargas da Silveira** — n. 1842, Alegrete.
- N 22 — **Floriano José de Vargas** — n. 1811, e solteiro em 1859.
- N 23 — **Joaquim Antônio de Vargas** — n. 1814, e falecido em Alegrete, a 2-9-1891, com 77 anos.) Era solteiro, mas teve de Francisca Soares, com que sempre viveu toda a vida, os filhos naturais, que ele reconheceu e legitimou (invent. 1891, em Alegrete). Eram todos analfabetos. Residia em sua fazenda no 1.º distrito de Alegrete. Pais de:
- Bn 47 — **Amalia Joaquina de Vargas** — n. 1864, Alegrete.
- Bn 48 — **Cândida Joaquina de Vargas** — n. 1866, Alegrete.
- Bn 49 — **Crescêncio Joaquim de Vargas** — n. 1870, Alegrete
- Bn 50 — **Silvéria Joaquina de Vargas** — n. 1872, Alegrete
- Bn 51 — **Antônio Joaquim de Vargas** — n. 1880, Alegrete.
- N 24 — **Lino Antônio de Vargas** — nascido em 1821, Alegrete. Casado com descendência.
- N 25 — **Luciana de Vargas** — n. 1828, Alegrete, casada com o capitão Quirino de Lara Ribas, que foi escrivão do Cartório de Órfãos de Alegrete.
- N 26 — **Albano de Vargas** — n. 16-7-1829, em Santa Maria.

SEGUNDA PARTE

**PEQUENO DICIONÁRIO TOPONOMÁSTICO
DO RIO GRANDE DO SUL
(T a Z)
Afonso Guerreiro Lima**

Concluimos neste número a publicação do dicionário de topônimos rio-grandenses de autoria de nosso saudoso confrade Prof. Afonso Guerreiro Lima, e que, iniciada em 1949 através do n.º 116/117, fora interrompida pelas mesmas circunstâncias que motivaram a temporária suspensão desta Revista.

T

- Tabira** — arroio no m. de Antônio Prado;
— arroio no m. de Rio Pardo.
- Tablada** — local no m. de Pelotas.
- Taboão** — arroio, núcleo colonial, e lugar no m. de Cachoeira do Sul;
— lugar e arroio no m. de Cruz Alta;
— arroio no m. de Getúlio Vargas;
— lugar no m. de Palmeira das Missões;
— arroio no m. de Passo Fundo;
— arroio no m. de Santa Maria;
— arroio no m. de S. Ângelo.
- Taboleiro** — arroio (ex-Camaquã do Taboleiro), no m. de Bagé, coxilha no mesmo município;
— passo no m. de Caçapava do Sul;
— cerro e lugar no m. de Encruzilhada do Sul;
— lugar e cerro no m. de Lavras do Sul;
— cerro no m. de Livramento;
— morro no m. de S. Francisco de Paula;
— coxilha e sanga no m. de S. Sepé;
— morro no m. de Taquari.
- Taboleiro Santo Antônio** — lugar no m. de Lavras do Sul.
- Tabahsthal** — lugar no m. de Caí.
- Tabaí** — (ex-S. Joaquim) dist. adm. e jud. no m. de Taquari;
— vila, sede do distr. de seu nome.
- Tabará** — arroio no m. de Pinheiro Machado.
- Tabatinga** — subdist. adm. e jud. no m. de Rio Pardo;
— povoado, sede do dist. de seu nome.
- Tabatingaí** — povoado no m. de Cachoeira do Sul;
— lugar, arroio e fazenda no m. de Rio Pardo.
- Tacã** — povoado e arroio no m. de Caxias do Sul.
- Tacai** — arroio no m. de Taquari.
- Tacambira** — arroio no m. de Canguçu.
- Tacangava (ex-Lagoa Grande)** — arroio no m. de Guaporê.
- Tacari** — arroio no m. de Caxias do Sul.
- Taciba** — arroio no m. de S. Jerônimo.
- Tacuru** — banhado no m. de S. Gabriel.
- Taguará** — arroio no m. de Palmeira das Missões.
- Taguá** — sanga no m. de S. Gabriel;
— arroio no m. de Soledade.
- Taipinha** — povoado no m. de Soledade.
- Taiá** — arroio no m. de Soledade.
- Taiassu** — arroio no m. de Palmeira das Missões.
- Taicum** — ilha no m. de Osório.
- Taim** — dist. adm. e jud. no m. de Rio Grande, com 2.350 hab;
— vila, sede do dist. de seu nome;
— arroio.
- Taimbé** — lugarejo no m. de Novo Hamburgo;
— arroio no m. de Santa Maria.
- Taimbezinho** — arroio no m. de Vacaria.
- Tainhas** — Palmeira das Missões;
— arroio no m. de Passo Fundo;
— dist. adm. e jud. no m. de S. Francisco de Paula, com 6.030 hab.;
— vila, sede do dist. de seu nome;
— rio, no m. de S. Francisco de Paula.
- Taipa** — arroio no m. de Cruz Alta;
— arroio no m. de Lagoa Vermelha;
— arroio no m. de Palmeira das Missões;
— arroio no m. de S. Ângelo;
— arroio no m. de Soledade.

Taipas — cachoeira no rio Uruguai, no m. de Irai;

— banhado no m. de S. Francisco de Paula.

Taipinha — arroio e povoado no m. de Soledade.

Taipuca — arroio no m. de Carazinho.

Tajaçu — lugar e arroio no m. de Uruguaiana.

Tajuro — cerro no m. de General Vargas.

Talas — arroio no m. de Rosário do Sul.

Talhaço — lugar no m. de S. Gabriel.

Talhares — lugar no m. de Lagoa Vermelha.

Talsch — colônia no m. de Santa Cruz do Sul.

Tamanca — picada no m. de Caçapava do Sul;
— estrada e lugar no m. de Santa Cruz do Sul;
— lugar no m. de S. Francisco de Paula.

Tamanadu — arroio no m. de Sarandi.

Tamandaibi — arroio no m. de Erval.

Tamandaré — ver Almirante Tamandaré, no m. de Carazinho;

— lagoa no m. de Cruz Alta;
— povoado e estação ferroviária no m. de Garibaldi;

— lagoa e lugar no m. de Jaguarão;
— povoado no m. de Passo Fundo;
— colônia no m. de S. José do Norte;
— colônia no m. de Veranópolis.

Tamandúá — arroio no m. de Bom Jesus de Triunfo;

— povoado e arroio no m. de Lajeado;
— arroio e lugar no m. de Piratini;
— Santa Rosa;
— arroio no m. de Sobradinho;
— arroio no m. de Soledade;
— morro no m. de Torres.

Tâmara — fazenda no m. de Alegrete.

Tamarupará — (ex-Pessegueiro) — arroio no m. de S. Rosa.

Tambaretã — arroio no m. de Tupanciretã.

Tanangá — arroio no m. de Sarandi.

Tangerinas — lugar no m. de Venâncio Aires.

Tanimbu — arroio no m. de Caxias do Sul.

Tannemwal — povoado no m. de São Leopoldo.

Tapado — arroio no m. de Pelotas.

Tapera — arroio e povoado no m. de Taquara;

— lugarejo no m. de Taquari;
— arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo;
— fazenda no m. de Camaquã;
— rincão no m. de Canguçu;
— dist. adm. e jud. no m. de Carazinho, com 7.860 hab.;
— vila, sede do dist. de seu nome;
— morro no m. de Guaíba;
— arroio no m. de Jaguarão;
— lagoa no m. de Osório;
— povoado e arroio no m. de Passo Fundo;
— arroio no m. de Santa Maria;
— linha colonial no m. de S. Ângelo;
— arroio no m. de S. Gabriel;
— lagoa no m. de S. José do Norte;
— arroio no m. de S. Luiz Gonzaga;
— lugarejo e sanga no m. de S. Sepê.

Tapera da Desidéria — lugarejo no m. de Caí.

Tapera de Quadros — lugar no m. de Osório.

Tapera do Agostinho Mendes — lugarejo no m. de Osório.

Tapera do Alegrete — lugarejo no m. de S. Ângelo.

Tapera do Alexandre — arroio no m. de S. Gabriel.

Tapera do João Inácio — arroio no m. de S. Gabriel.

Tapera do Marcondes — arroio no m. de S. Leopoldo.

Tapera do Miranda arroio no m. de S. Gabriel.

Tapera Queimada — lugar no m. de S. Gabriel.

Tapejara — dist. adm. e jud. no m. de Passo Fundo, com 8.680 hab. (ex-Teixeira);
— vila, sede do dist. de seu nome;
— arroio e rio (ver Carreteiro), no m. de Passo Fundo.

Tapereã — (ex-Palmas) — arroio no m. de Cachoeira do Sul.

Taperó — arroio no m. de Bento Gonçalves.

Tapereta — lugarejo no m. de Passo Fundo.

Tapes — (ex-Dores do Camaquã) — município da Serra do Sudeste, entre os de Camaquã, S. Jerônimo, Guaíba e a Lagoa dos Patos.

Mede 1.852 km² e conta com 23.789 hab. ou 12,8 por km².

Divisão administrativa e judiciária;

— 1º dist. — Tapes;

— 2º dist. — Vasconcelos;

— 3º dist. — Cerro Grande.

São principais centros urbanos: uma cidade - Tapes e duas vilas: Cerro Grande e Vasconcelos.

Tapes — dist. adm. e jud. com 9.860 hab.;

— cidade, sede do m. com 3.033 hab.;

— porto na Lagoa dos Patos, ilha, ponta e saco na Lagoa dos Patos;

— serra no m. de Canguçu;

— serra no m. de Pelotas;

— serra no m. de S. Lourenço do Sul.

Tapichi — arroio no m. de S. Jerônimo.

Tapicoçu — arroio no m. de Uruguaiana.

Tapirapé — arroio no m. de Lajeado.

Tapiri — arroio no m. de Soledade.

Tapixava — arroio no m. de Montenegro.

Taporu — (ex-Água Branca) — arroio no m. de Nova Prata.

Tapsiringa — arroio no m. de S. Francisco de Paula.

Tapuiri — arroio no m. de Tupanciretã.

Tapujá — arroio no m. de Sobradinho.

Tapumes — sanga no m. de Gravataí e Viamão.

Taquara — arroio (ver Segurança), no m. de Bagé;

— arroio no m. de Caçapava do Sul;

— arroio no m. de Cachoeira do Sul;

— arroio no m. de Erval;

— passo, lugar e arroio no m. de Gravataí;

— arroio no m. de Guaporé;

— fazenda no m. de Júlio de Castilhos;

— local no m. de Pelotas;

— coxilha no m. de Pinheiro Machado;

— lagoa no m. de Porto Alegre;

— lugar no m. de Rio Pardo;

— colônia no m. de Santa Cruz do Sul;

— arroio no m. de Santa Maria;

— arroio no m. de Santa Rosa;

— banhado no m. de S. Gabriel;

— arroio no m. de S. Luiz Gonzaga;

— arroio no m. de S. Pedro do Sul.

Taquara — município da Encosta da Serra, entre os de Novo Hamburgo, S. Leopoldo, Cai, Caxias do Sul, S. Francisco de Paula, Canela, Santo Antônio e Gravataí.

Mede 1.317 km² e conta com 51.583 hab. ou 39,1 por km².

— Divisão administrativa e judiciária:

— 1º dist. — Taquara;

— 2º dist. — Santa Cristina;

— 3º dist. — Parobé;

— 4º dist. — Três Coroas;

— 5º dist. — Gramado;

— 6º dist. — Padilha;

— 7º dist. — Igrejinha.

— São principais centros urbanos: uma cidade-Taquara, seis vilas-Gramado, Igrejinha, Padilha, Parobé, Santa Cristina e Três Coroas.

Taquara — comarca de 2ª circunscrição;

— dist. adm. e jud. do m. de Taquara, com 13.580 hab.;

— cidade, sede do m. e do dist. de seu nome, com 7.419 hab.;

— estação ferroviária no km 88, da Linha Porto Alegre — Canela;

— arroio no m. de Taquara;

— estrada no m. de Taquari;

— arroio no m. de Viamão.

Taquara do Mundo Novo — ver Taquara.

Taquaral — arroio no m. de Passo Fundo;

— lugarejo e passo no m. de Pelotas;

— lugarejo no m. de Santo Antônio;

— (ex-Bom Jesus) — subdist. adm. e jud. no m. de S. Lourenço do Sul, com 5.440 hab.;

— povoado e linha colonial no m. de S. Lourenço do Sul;

— lugarejo no m. de Soledade;

— ilha no rio Uruguai.

Taquaranchim — arroio no m. de Santa Maria;

— arroio no m. de S. Ângelo;

— arroio no m. de S. Luiz Gonzaga;

— arroio no m. de Tupanciretã;

— ou Taquarachy — rio e arroio no m. de S. Luiz Gonzaga.

Taquaras — ilha no m. de Itaquí.

Taquaras de Cuná — ilha no rio Uruguai.

Taquaraçu — arroio no m. de Candelária;

— lugar no m. de Palmeira das Missões;

— arroio no m. de Santa Maria;

— arroio af. dos Pratos; arroio af. do Tupendi, arroio af. do Amendaú, no m. de Santa Rosa;

— lugar no m. de S. Sepé;

— arroio no m. de Sarandi.

Taquarembó — povoado, arroio, arroio (ver Santaninha) e coxilha no m. de Dom Pedrito;

- povoado e rio no m. de Júlio de Castilhos;
- coxilha no m. de Lavras do Sul;
- rio no m. de Santa Maria;
- lugar, estação ferrov. e arroio no m. de S. Borja;

- arroio no m. de S. Luiz Gonzaga;
- povoado e arroio no m. de Santiago.

Taquarembó Grande — lugar no m. de D. Pedrito.

Taquarembzinho — povoado, arroio, e coxilha no m. de D. Pedrito.

Taquari — município da Encosta da Serra, entre os de Venâncio Aires, Estrela, Montenegro, Bom Jesus do Triunfo e General Câmara.

— Mede 766 km e conta com 28.053 hab. ou 36,6 por km².

— Divisão administrativa e judiciária:

— 1º dist. — Taquari;

— 2º dist. — Tabai;

— 3º dist. — Inhandava;

— 4º dist. — Paverama.

— São principais centros urbanos: uma cidade — Taquari; três vilas — Inhandava, Paverama e Tabai.

Taquari — comarca de 1ª entrância;

— dist. adm. e jud. no m. de Taquari, com 12.260 hab.;

— cidade, sede da comarca e dist. com 3.633 hab.;

— ilhas no m. de Santa Vitória do Palmar;

— fazenda e arroio no m. de S. Francisco de Assis;

— lugar no m. de Soledade;

— rio, af. do Jacuí.

Taquariano — arroio no m. de Júlio de Castilhos.

Taquari-Cascata — lugarejo no m. de Passo Fundo.

Taquarichim — lugarejo no m. de Cruz Alta.

— dist. adm. e jud. no m. de Jaguari, com 5.650 hab.;

— vila, sede do dist. de seu nome;

— lugarejo no m. de Santa Maria;

— lugarejo e estação ferrov. no m. de Santo Ângelo;

— lugarejo no m. de S. Gabriel.

Taquari Mirim — fazenda no m. de General Vargas;

— rio no m. de Santa Cruz do Sul;

— povoado no m. de Taquari.

Taquarizinho — arroio no m. de Tupanciretã.

Taquató — arroio no m. Palmeira das Missões.

Taraba — canal no m. de Osório.

Tarará — arroio no m. de Taquari.

Tarimba — arroio no m. de Guaporé.

Tarobá — arroio no m. de Encruzilhada do Sul.

Taroncos — arroio no m. de D. Pedrito.

Tarumã — arroio no m. de Livramento;

— arroio no m. de Rosário do Sul;

— lugar no m. de Santa Cruz do Sul;

— sanga no m. de Santa Maria;

— arroio af. do Tigre, arroio af. do S. Cristo no m. de Santa Rosa;

— lugar no m. de S. Ângelo;

— arroio no m. de S. Francisco de Assis;

— lugar no m. de Viamão.

Tatapuinha — arroio no m. de Cachoeira do Sul.

Tatinga — arroio no m. de Tupanciretã.

Tatu — arroio no m. de S. Rosa.

Tatuim — arroio no m. Montenegro.

Tatuvi — arroio no m. de Palmeira das Missões.

Tatsch — linha colonial no m. de Santa Cruz.

Taú — arroio no m. de Osório;

— arroio no m. de Santa Rosa.

Tauá — arroio no m. de Cruz Alta.

Tavares — lugarejo no m. de S. José do Norte;

— arroio no m. de Soledade.

Teapui — arroio no m. de Arroio Grande.

Tebiquari — lugar no m. de Bom Jesus do Triunfo.

Tecaba — arroio no m. de S. Gabriel.

Teixeiras — fazenda no m. de Encruzilha do Sul.

Teixeira Soares — povoado e rio no m. de Passo Fundo.

Teixeira — lugarejo e passo no m. de Caçapava do Sul.

Teixeira — (ex-sede Teixeira) — dist. adm. e jud. no m. de Passo Fundo;

- vila, (ver Tapejara);
- arroio no m. de Passo Fundo;
- arroio no m. de Santa Vitória do Palmar;
- arroio no m. de S. Jerônimo;
- sanga no m. de S. Pedro do Sul.

Teju — arroio no m. de Jaguari.

Teles — campos no m. de Alegrete;
— povoado e arroio no m. de Cruz Alta;
— arroio no m. de Santa Cruz do Sul.

Telha — passo no rio Ibicuí, no m. de Alegrete;
— lugarejo no m. de Erval;
— povoado no m. de Guaporé;
— arroio no m. de Lagoa Vermelha;
— lugarejo no m. de Santa Vitória do Palmar;
— lugarejo e rio no m. de Vacaria.

Telheiro — cerro no m. de General Vargas;
— arroio no m. de Lagoa Vermelha.

Telho — passo no rio Ibicuí, no m. de Alegrete;
— arroio no m. de Arroio Grande;
— arroio no m. de Erval;
— povoado e arroio no m. de Jaguarão;
— arroio (ver Galpão), no m. de Santa Vitória do Palmar;
— passo no rio Ibicuí, no m. de Uruguaiana.

Tembetá — arroio no m. de Soledade.

Tembiu — arroio no m. de Canguçu.

Tenente — arroio no m. de Cachoeira do Sul;
— arroio no m. de Canguçu.

Tenente Portela — povoado no m. de Três Passos.

Tenente Rodrigues — arroio no m. de Uruguaiana.

Tenguite — arrabalde da c. de Passo Fundo.

Teodoro — lugar e lagoa no m. de Dom Pedrito;
— sanga no m. de Estrela;
— sanga no m. de Jaguari;
— sanga no m. de Santiago.

Teodósio — povoado, estação ferrov. no m. de Pelotas.

Terceira — colônia no m. de Santiago.

Terceira Légua — lugar no m. de Passo Fundo.

Terceira Linha — lugar no m. de Caxias do Sul.

Terêncio — arroio no m. de Santa Rosa.

Teresa — (ex-Vila Teresa) — dist. adm. e jud. no m. de Santa Cruz do Sul; com 9.990 hab.;
— vila, sede do dist. de seu nome.

Terezinha — lugar no m. de Venâncio Aires.

Teresinha — ver Ivagaci, no m. de Três Passos.

Teresópolis — arrabalde no m. de Porto Alegre.

Terra — lugar e arroio. (ver Cardoso), no m. de Torres.

Terra de Areia — povoado no m. de Osório.

Terra Dura — fazenda, lugar e arroio no m. de Guaíba;
— lugar no m. de Passo Fundo.

Terras — arroio no m. de Jaguarão.

Terras Altas — local no m. de Pelotas.

Terres — local no m. de Passo Fundo.

Terrinha — local no m. de Lagoa Vermelha.

Tesoureiro — lugar no m. de S. José do Norte.

Testão — lugar no m. de Encantado.

Tesouras — ver Cairé.

Tenfelsberg — morro no m. de Estrela;
— morro no m. de S. Leopoldo.

Teutônia — (ex-Boa Vista da Teutônia) — dist. adm. e jud. no m. de Estrela, com 4.550 hab.;
— vila, sede do dist. de seu nome;
— picada no m. de S. Ângelo.

Thiesen — arroio no m. de S. Leopoldo — ver Peão.

Thompson Flores — lugar no m. de Caxias do Sul.

Tia Benta — sanga no m. de S. Francisco de Assis.

Tiapiira — arroio no m. de Júlio de Castilhos.

Tiaraju — dist. adm. e jud. no m. de S. Gabriel, com 4.980 hab.;
— vila, sede do dist. de seu nome;
— estação ferrov. no m. de S. Gabriel.

Tiatá — arroio no m. de S. Cruz do Sul.

Tibiri — arroio no m. de Cachoeira do Sul.
— arroio no m. de Candelária.

Tico — garganta na serra do Pinhal, no m. de Santa Maria.

Tico-Ticos — morro e lugar no m. de Montenegro.

Ticupi — arroio no m. de Erval.

Tié — arroio no m. de Caxias do Sul.

Tigana — coxilha e banhado no m. de Itaqui.
— coxilha no m. de Santiago.

Tigerthral — lugar no m. de Montenegro.

Tigre — lugarejo, cerro e estação ferroviária no m. de Alegrete;

— arroio af. do rio Candiota e arroio af. do Camaquã Chico no m. de Bagé;
— arroio no m. de Bento Gonçalves;
— arroio no m. de Cai;
— arroio no m. de Camaquã;
— arroio no m. de Cruz Alta;
— arroio no m. de Guaporé;
— arroio no m. de Ijuí;
— banhado e passo no m. de Itaqui;
— arroio no m. de Jaguarí;
— arroio no m. de Júlio de Castilhos;
— arroio no m. de Lagoa Vermelha;
— linha colonial e arroio no m. de Lajeado;
— arroio e cerro no m. de Lavras;
— arroio no m. de Passo Fundo;
— arroio e cerro no m. de Quaraí;
— local no m. de Rio Grande;
— linha colonial, arroio af. do Castelhanos e arroio af. do Pardinho, no m. de Santa Cruz do Sul;
— arroio e banhado no m. de Santa Maria;
— arroio af. do S. Cristo; arroio af. de S. Rosa, margem direita; arroio af. do S. Rosa margem esquerda, no m. de Santa Rosa;
— arroio e cerro no m. de S. Jerônimo;
— cachoeira no rio Passo Fundo, no m. de Sarandi;
— arroio no m. de Sobradinho;
— local e arroio no m. de Soledade;
— arroio no m. de Taquara;
— arroio no m. de Taquari;
— arroio no m. de Torres.

Tigreiro — arroio no m. de Soledade.

Tigrinho — povoado no m. de Arroio do Meio;
— arroio no m. de Guaporé;
— povoado no m. de Lajeado.

Tijolo — arroio no m. de Sarandi.

Tijuca — linha colonial no m. de Flores da Cunha.

Tijuco — lugar no m. de Passo Fundo.

Tijuco Preto — lajeado no m. de Passo Fundo;
— sanga no m. de Vacaria.

Tijupá — arroio no m. de Soledade.

Timbauva — povoado no m. de Alegrete;
— lugar no m. de Cachoeira do Sul;
— lugar no m. de Cruz Alta;
— lugar no m. de Itaqui;
— povoado no m. de Montenegro;
— lugar no m. de Palmeira das Missões;
— local e estância no m. de Pelotas;
— arroio no m. de Santa Rosa;
— lugar no m. de Santa Maria;
— lugar e cerro no m. de S. Ângelo;
— lugar no m. de S. Gabriel;
— estrada no m. de S. Luiz Gonzaga;
— povoado no m. de S. Sepé.

Timbaúva da Boa Vista — lugar no m. de Viamao.

Timburi — arroio no m. de Caxias do Sul.

Timóteo — coxilha no m. de Cachoeira do Sul.

Tingarã — arroio no m. de Pinheiro Machado.

Tingatú — arroio no m. de Passo Fundo.

Tinguassu — arroio no m. de Sarandi.

Tingui — arroio no m. de Arroio Grande.

Tinguité — arroio no m. de Taquari.

Tipiaia — arroio no m. de Tupanciretã.

Tipica — arroio no m. de Caçapava do Sul.

Tipió — arroio no m. de Santo Antônio.

Tipiquá — sanga no m. de S. Francisco de Assis.

Tipiti — sanga no m. de S. Sepé.

Tipói — arroio af. da margem direita do Torrinhas, ex-Velhaco. Em todo o seu curso, serve de limite entre os municípios de Pinheiro Machado e Bagé.

Tiquá — arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo.

Tiqui — sanga no m. de Jaguarão.

Tira Ceroulas — banhado no m. de Tapes.

Tiradentes — (ex-Nova Bréscia), — vila — ver Canabarro no m. de Arroio do Meio;
— linha colonial no m. de Caxias do Sul;
— linha colonial no m. de Estrela;
— linha colonial no m. de Guaporê;
— linha colonial no m. de S. Francisco de Paula;

Tira Saco — baixio no rio Cai.

Tiribá — arroio no m. de Soledade.

Tiririca — arroio no m. de Novo Hamburgo;
— sanga no m. de S. Sepê;
— cerro no m. de Tapes;
— arroio no m. de Taquara;
— arroio e linha colonial no m. de Viamão.

Tobapina — arroio no m. de Caxias do Sul.

Toca — lugar e passo no rio Paranhamba, no m. de Taquara.

Tocas — lugarejo no m. de Bagé;
— arroio no m. de Carazinho;
— povoado no m. de Lajeado, arroio no mesmo município;
— arroio no m. de Soledade.

Tocos — passo no rio Negro, no m. de Bagé.

Todos os Santos — povoado no m. de Farroupilha.

To-Hus — granja no m. de Viamão.

Toldo Case — lugarejo no m. de Lagoa Vermelha.

Toledo — arroio no m. de Getúlio Vargas;
— linha no m. de Lagoa Vermelha;
— colônia e passo no m. de Pelotas.

Tomaz Flôres — colônia no m. de Veranópolis.

Tomba da Anta — lugar no m. de Rio Pardo.

Tombador — povoado e arroio no m. de Passo Fundo.

Tomé — lugar e rio no m. de S. Francisco de Paula.

Toniolo — povoado no m. de Santa Maria.

Topador — cerro no m. de Livramento.

Tope — povoado no m. de Passo Fundo.

Tordilhas — Cruz Alta;
— lugar no m. de Rosário do Sul.

Tordilhos — (rincão dos) — lugar no m. de Rosário do Sul.

Tori — arroio no m. de Soledade.

Toriba — arroio no m. de Pinheiro Machado.

Torinhos — lugarejo no m. de Bagé.

Toroaipi — lugarejo no m. de General Vargas.

Toropasso — estação ferroviária e lugarejo no m. de Alegrete;
— lugarejo no m. de Uruguaiana;
— subdistrito do m. de Rosário do Sul.

Toropi — povoado no m. de Júlio de Castilhos;
— rio de af. do Ibicuí Mirim;
— dist. adm. e judiciário no m. de Tupanciretã, com 7.750 hab.
— vila, sede do dist. de seu nome.

Toropi Mirim — linha colonial no m. de Jaguarí.
— lugar e rio no m. de Júlio de Castilhos;
— lugar no m. de Santa Maria.

Toropisinho — arroio.

Toroquá — fazenda no m. de General Vargas.

Toroquá — (ex-Vila Farroupilha) — dist. adm. e judiciário no m. de S. Francisco de Assis, com 5.620 hab.
— vila, sede do dist. de seu nome.

Torotama — povoado e ilha no canal de Rio Grande, no m. de Rio Grande.

Torquato Severo — (ex-S. Sebastião) — dist. administrativo e judiciário no município de D. Pedrito, com 3.490 hab.
— vila, sede do dist. de seu nome.

Torres — município do Litoral, entre os de S. Francisco de Paula, Osório, Oceano Atlântico e o Estado de Santa Catarina.
Mede 1.240 kmq e conta com 31.017 hab. ou 25,0 por kmq.
Divisão administrativa e judiciária:

1º dist. — Torres;
2º dist. — Guaranazes;
3º dist. — Piratá;
4º dist. — Morro Azul.

São principais centros urbanos: uma cidade — Torres; três vilas — Guaranazes, Morro Azul e Piratá.

Torres — comarca de 1ª entrância;
— dist. administrativo e judiciário no m. de Tôres, com 8.010 hab.
— cidade, sede da comarca do dist., com 3.036 hab.

Torrinhas — lugarejo no m. de Bagé.
— Subdist. adm. e jud. no m. de Pinheiro Machado, com 3.690 hab.
— povoado e arroio no m. de Pinheiro Machado, ver Velhaco.

Torrinho — lugar no m. de Vacaria.

Tórto — cerro no m. de General Vargas.

Tostado — (rincão) — lugarejo no m. de S. Sepé.

Touro — lugar e arroio no m. de Pelotas;
— lugar no m. de Uruguaiana;
— lugar e arroio no m. de Vacaria.

Tourinhos — arroio no m. de Vacaria.

Touros — lugarejo, rio e passo no m. de Bom Jesus do Triunfo.
— arroio no m. de Santa Rosa.

Trabuco — arroio no m. de Vacaria.

Trairas — arroio no m. de Bagé.
— lagoa no m. de Osório;
— braço do rio Guaíba no m. de Porto Alegre.

Trajano — arroio no m. de Guaporé;
— linha colonial no m. de Veranópolis.

Trajano Guerra — linha no m. de Antônio Prado.

Tramandaí — dist. adm. e jud. no m. de Osório, com 1.830 hab.;
— vila, sede do dist. de seu nome;
— canal e lagoa no m. de Osório.

Trancoso — sanga no m. de S. Sepé.

Tranqueira — arroio no m. de Candelária.
— local no m. de Estrela;
— local no m. de Santa Maria;
— lagoa no m. de S. Lourenço do Sul.

Trapstal — local no m. de Montenegro.

Trás do Cerro — lugar no m. de Veranópolis.

Travessa — lugar no m. de Venâncio Aires.

Travessado — cerro no m. de Caçapava do Sul.

Travessão — local no m. de Pelotas;
— povoado no m. de S. Leopoldo;
— arroio no m. de Sobradinho.
— Soledade.

Travessão Alfredo Chaves — linha no m. de Caxias do Sul.

Travessão Aliança — povoado no m. de Caxias do Sul.

Travessão Bonito — lugar no m. de Caxias do Sul.

Travessão Cablotz — lugar no m. de Caxias do Sul.

Travessão Carvalho — lugar no m. de Caxias do Sul.

Travessão Claro — lugar no m. de Caxias do Sul.

Travessão Diamantino — lugar no m. de Caxias do Sul.

Travessão Herminia — lugar no m. de Caxias do Sul.

Travessão Erval — lugar no m. de S. Leopoldo.

Travessão Müzzel — lugar no m. de Caxias do Sul.

Travesseiro — povoado e arroio no m. de Arroio do Meio;
— povoado no m. de Lajeado.

Tremedais — Canal no m. de Camaquã.

Trepada — cerro no m. de Santa Cruz do Sul.

Três — linha no m. de Cachoeira do Sul;
— linha colonial no m. de General Vargas;
— linha colonial no m. de Ijuí;
— linha colonial no m. de Jaguari.

Três Arroios — lugar no m. de Erechim;
— lugarejo no m. de Passo Fundo.

Três Barras — lugarejo, canal, arroio Lagoa Vermelha af. Chimarrão, arroio af. Carreiro, no m. de Camaquã;
— lugarejo no m. de Santa Maria.

Três Bocas — ilha no m. de Camaquã.

Três Cachoeiras — morro e lugarejo no m. de Torres;
— cachoeira no rio Taquari.

Três Cantos — lugarejo no m. de Carazinho;
— arroio no m. de Passo Fundo.

Três Capões — subdist. adm. e jud. no m. de Cruz Alta, com 1.550 hab.;
— lugarejo no m. de Cruz Alta;
— estrada no m. de Pelotas;
— arroio no m. de Rio Pardo;
— arroio (ver Santo André), no m. de Santiago.

Três Cerros — fazenda no m. de Alegrete;
— arroio no m. de Erexim;
— lugar no m. de Eral;
— lugar no m. de Lagoa Vermelha;
— cerro no m. de Pelotas;
— cerros e fazenda no m. de Rosário do Sul.

Três Côroas — (ex-Mundo Novo) — dist. adm. e jud. no m. de Taquara, com 9.240 hab.;
— vila, sede do dist. de seu nome.

Três de Maio — povoado no m. de Erexim;
— linha colonial no m. de Guaporé;
— fazenda no m. de Quaraí;
— dist. adm. e jud. do m. de S. Rosa, com 13.160 hab.;
— vila, sede do dist. de seu nome;
— linha colonial no m. de Santo Ângelo;
— linha colonial no m. de Soledade.

Três Distritos — fazenda no m. de Canguçu.

Três Divisas — arroio, estação ferroviária e lugar no m. de Alegrete;
— povado e arroio no m. de S. Gabriel.

Três Estradas — lugarejo e estação ferrov. no m. de Lavras do Sul.

Três Figueiras — lugarejo no m. de Gravataí.

Três Forquilhas — vila (ver Itapeva), rio no m. de Osório;
— vila (ver Três Irmãos), rio, morro e serra no m. de Torres.

Três Guaritas — lugarejo no m. de Palmeira das Missões.

Três Irmãos — ilha e cerro (ver Monte Alegre), no m. de General Câmara;
— cerro no m. de Santa Cruz do Sul;
— linha no m. de S. Ângelo.
— arroio no m. de Taquara;
— (ex-Três Forquilhas) — ver Guaranazes e morro no m. de Torres;
— banco no rio Taquari.

Três Lagoas — arroio, linha e lagoa no m. de Lajeado.

Três Lajeados — arroio no m. de Santa Rosa.

Três Leste — linha no m. de Ijuí.

Três Mares — arroio no m. de Cai;
— arroio no m. de Ijuí;

Três Marias — fazenda no m. de Guaíba.

Três Oeste — linha no m. de Ijuí.

Três Passos — (ex-Passos Vila) — município de Missões entre os de Santa Rosa, Santo Ângelo, Ijuí, Palmeira das Missões, Estado de Santa Catarina e República Argentina.

Mede 4.495 km² e conta com 112.779 hab. ou 25,0 por km²

Divisão administrativa e judiciária:

1º dist. — Três Passos;
2º dist. — Ivagaci;
3º dist. — Tenente Portela;
4º dist. — Redentora;
5º dist. — Campo Novo;
6º dist. — Crissiumal;
7º dist. — Alto Uruguai;
8º dist. — Santo Augusto.

São principais centros urbanos: uma cidade — Três Passos, sete vilas — Alto Uruguai, Campo Novo, Crissiumal, Ivagaci, Redentora, Santo Augusto e Tenente Portela.

Três Passos — comarca de 2ª entrância;
— dist. adm. e jud. no m. de Três Passos, com 10.850 hab.;
— cidade, sede da comarca do dist. de seu nome, com 1.694 hab.;
— arroio no m. de Farroupilha;
— lugarejo e arroio no m. de Passo Fundo;
— lugarejo no m. de Pelotas;
— lugarejo, arroio e lagoa no m. de Rosário do Sul;
— sanga (ver Curral Alto), no m. de S. Gabriel;
— arroios, no m. de S. Sepé;
— lugar no m. de Viamão.

Três Pedras — marco situado na estrada da Cordilheira. Ponto que assinala o limite entre Arroio do Meio e Encantado;
— arroio no m. de Encantado;
— arroio no m. de Santa Rosa.

Três Pinheiros — povoado e lugarejo no m. de Lagoa Vermelha;
— lugarejo no m. de Santo Antônio;
— lugarejo no m. de Vacaria.

Três Portos — povoado no m. de S. Leopoldo.

Três Ranchos — cachoeira no rio Taquari.

Três Saltos — povoado e arroio no m. de Arroio do Meio.

Três Vendas — lugarejo e povoado no m. de Cachoeira do Sul;

- lugarejo no m. de Dom Pedrito;
- lugarejo no m. de Jaguarão;
- lugarejo no m. de Livramento;
- povoado e arroio no m. de Pelotas;
- lugarejo no m. de Rio Pardo;
- povoado no m. de Santo Ângelo.

Treviso — lugarejo no m. de Júlio de Castilhos.

Treze — linha no m. de Ijuí;
— linha colonial no m. de Jaguarí.

Treze Colônias — povoado no m. de S. Leopoldo.

Treze de Janeiro — (ex-S. Antônio) — subdist. adm. e jud. do m. de S. Borja, com 3.820 hab.;
— povoado no m. de S. Borja.

Treze de Maio — ver Princesa Isabel, no m. de Erechim;

- linha colonial no m. de Guaporê;
- linha colonial no m. de Lajeado;
- fazenda no m. de Quarai;
- linha colonial no m. de Santo Antônio.

Treze de Março — linha no m. de Osório.

Triangulação — arroio no m. de Santa Cruz do Sul.

Trici — sanga no m. de Vacaria.

Trilha — arroio no m. de Livramento;
— lugar no m. de S. Gabriel.

Trindade — passo no rio Inhanduí, no m. de Alegrete;

- cerro no m. de Livramento;
- lugar no m. de Quarai;
- linha colonial no m. de Venâncio Aires.

Trinta de Dezembro — linha no m. de S. Antônio.

Trinta de Junho — linha no m. de S. Antônio.

Trinta e Cinco — povoado no m. de Passo Fundo.

Trinta e Um de Maio — arroio no m. de Caxias do Sul.

Trinta e Um de Outubro — lugar no m. de Estrela.

Tripas — lugar no m. de S. Leopoldo;
— arroio af. do Antas.

Tripas de Vacas — lugar no m. de S. Leopoldo.

Tristão Lara — lugar no m. de Soledade.

Triste — arroio no m. de Camaquã.

Tristeza — arrabalde do m. de Porto Alegre.

Triunfo — ver Bom Jesus do Triunfo;

- colônia no m. de Canguçu;
- local no m. de Pelotas;
- lugãr no m. de Santa Maria.

Tromba da Anta — Serra no m. de Candelária;

Trombudo — núcleo colonial, cerro e marco divisorio no m. de Cachoeira do Sul;

- cerro e arroio no m. de Júlio de Castilhos;
- cerro, dist. adm. e jud. no m. de Santa Cruz do Sul, com 7.630 habitantes;
- vila, sede do dist. de seu nome;
- arroio no m. de S. Francisco de Paula.

Tronco — arroio no m. de Lagoa Vermelha;

- arroio no m. de Passo Fundo;
- arroio no m. de Vacaria.

Tronqueira — lugarejo no m. de Santa Maria.

Tronqueiras — fazenda no m. de Erval.

Tropas — passo no m. de Bagé;

- passo no m. de Cachoeira do Sul;
- estrada e passo no m. de Pelotas;
- arroio no m. de Santa Maria;
- passo no m. de S. Sepé.

Tropa Velha — fazenda no m. de S. José do Norte.

Tubangá — arroio no m. de Erval.

Tucanos — arroio, linha e estrada no m. de Taquara.

Tucunduva — dist. adm. e jud. no m. de S. Rosa, com 9.970 hab.;

- vila, sede do dist. de seu nome;
- arroio no m. de Santa Rosa.

Tucura — sanga no m. de Jaguarí.

Tuiuti — povoado no m. de Bento Gonçalves.

Tuiuiquá — arroio no m. de Vacaria.

Tujá — arroio no m. de S. Borja.

Tuna — fazenda no m. de Alegrete;

- fazenda no m. de Erval;
- sanga af. do Garupá, sanga af. do Mata Olho, no m. de Quarai;

- cerro no m. de Rosário do Sul;
- passo no m. de Lavras do Sul;
- passo no m. de Pinheiro Machado;
- lugar no m. de Rio Grande;
- lugar no m. de Santiago.

Tunas — cerro no m. de Alegrete;

- lugarejo no m. de Bagé;
- passo no m. de Cachoeira do Sul;
- rincão no m. de Cruz Alta;
- arroio no m. de Guaporé;
- arroio no m. de Santa Rosa;
- lugarejo no m. de Santiago;
- rincão no m. de S. Ângelo;
- lugar no m. de S. Borja;
- passo no m. de S. Sepé;
- arroio e povoado do m. de Soledade;

Tunhapeva — lugar no m. de Torres.

Tuninhas — arroio no m. de S. Ângelo.

Tupã — arroio no m. de Antônio Prado;

- ex-Nova Treviso — marco divisório no m. de Cachoeira do Sul.

Tupabari — arroio no m. de Cachoeira do Sul.

Tupaberá — ex-Grande — arroio no m. de Cachoeira do Sul.

Tupambaí — arroio no m. de Caçapava do Sul.

Tupanci — arroio no m. de S. Sepé.

Tupanciretã — arroio no m. de Santa Maria.

Tupanciretã — município do Planalto Médio, entre os de Jaguarí, Santiago, Santo Ângelo, Ijuí, Cruz Alta, Júlio de Castilhos, S. Pedro do Sul e General Vargas.

Mede 4.156 kmq. e conta 25.730 hab. ou 6,4 por kmq.

Divisão administrativa e judiciária:

- 1º dist. — Tupanciretã;
- 2º dist. — Jóia;
- 3º dist. — Jari;
 - 1º subdist. — Jari;
 - 2º subdist. — S. Bernardo;
- 4º dist. — Taropi.

São principais centros urbanos: uma cidade-Tupanciretã; três vilas—Jari, Jóia e Taropi.

Tupanciretã — dist. adm. e jud. do m. de Tupanciretã, com 6.900 hab.;

- cidade, sede do dist. de seu nome, com 5.242 hab.

Tupandi — (ex-Natal) — dist. adm. e jud. do m. de Montenegro, com 3.480 habitantes;

Tupantuba — vila sede do dist. de seu nome.

- estação ferrov. na linha Santiago — S. Luiz Gonzaga

Tuparaí — povoado no m. de Itaqui;

- estação ferroviária, banhado e coxilha no m. de Itaqui.

Tuparendi — (ex-Cinquentenário) — dist. adm. e jud. do m. de S. Rosa, com 10.770 hab.;

- vila, sede do dist. de seu nome.
- (ex-Laje Grande) — rio no m. de Santa Rosa.

Tuparoca — (ex-Boa Vista) — arroio no m. de Caçapava do Sul.

Tupé — arroio no m. de Lajeado.

Tupi Silveira — subdist. adm. e jud. do m. de Bagé, com 2.500 hab.;

- povoado no m. de Bagé.

Turpim — lugarejo no m. de S. José do Norte.

Turumã — sanga no m. de S. Sepé.

Turuçu — arroio no m. de Canguçu.

Turvinho — arroio m. Lagoa Vermelha;

- arroio no m. de Palmeira das Missões.

Turvo — rio (ver Humatã) no m. de Antônio Prado;

- lugarejo no m. de Cachoeira do Sul;
- povoado no m. de Lagoa Vermelha;
- arroio no m. de Palmeira das Missões;
- arroio no m. de Sobradinho;
- lugar no m. de Soledade;
- linha colonial no m. de Veranópolis;

Tutinga — arroio no m. de Santiago.

Tuxava — arroio no m. de Viamão.

U

Ubaldo — cerro no m. de Piratini.

Ubatuba — linha colonial no m. de Lajeado.

Ubiretama (ex-Laranjeiras) — distrito adm. e jud. do m. de Santa Rosa, com 12839 hab.;

- vila, sede do distrito de seu nome.

Uguaboi — arroio no m. de Itaqui.

Um — linha colonial no m. de Jaguarí.

Umbu — segundo distrito administrativo e judiciário do m. de Cacequi, com 2770 hab.;

- vila, sede do dist. de seu nome;

— estação ferroviária no km 91 da linha Santa Maria — Uruguiana;
— arroio no m. de Carazinho;
— arroio no m. de General Vargas;
— arroio no m. de Lagoa Vermelha;
— arroio no m. de Palmeira das Missões;
— arroio no m. de Passo Fundo;
— arroio no m. de Santa Vitória do Palmar, af. do arroio Del Rey;

— arroio no mesmo m., af. da Lagoa Mirim;
— cerro no m. de General Vargas;
— coxilha no m. de General Vargas;
— coxilha no m. de São Gabriel;
— fazenda de criação no m. de Júlio de Castilhos;
— fazenda de criação no m. de Pelotas;
— fazenda de criação no m. de Rosário do Sul;
— fazenda de criação no m. de S. Gabriel;
— local no m. de Pelotas;
— lugarejo no m. de General Vargas;
— lugarejo no m. de Passo Fundo;
— lugarejo no m. de Uruguiana.

Umbui — arroio no m. de Caçapava do Sul.

Umbuseiro — banhado no m. de Alegrete.

Umbu Leste — linha colonial no m. de Ijuí.

União (ex-Harmonia) — quarto subd. adm. e jud. do m. de S. Lourenço do Sul, com 4450 hab.;

— povoado, sede do subdistrito;
— arroio no m. de Santa Rosa;
— fazenda no m. de Jaguarão;
— fazenda no m. de Tapes;
— picada no m. de Venâncio Aires.

Unistalda — povoado no m. de Santiago;
— estação no km 229 da linha Santa Maria — S. Borja.

Upacarái — povoado e estação ferrov. no m. de Livramento;

— arroio no m. de D. Pedrito;
— lagoa no m. de D. Pedrito.

Upamaroti — povoado no m. de Livramento;
— rio no mesmo m.

Uparai — povoado no m. de D. Pedrito.

Upareá — lagoa no m. de Osório.

Urarai — povoado no m. de Uruguiana.

Urbano — baixio no rio Camaquã.

Uricano — lugar no m. de Montenegro.

Úrsula — cachoeira no rio Taquari, m. deste nome;

— sanga no mesmo m.

Úrtica — arroio no m. de Lagoa Vermelha.

Uru — arroio no m. de Santa Rosa.

Urubu — arroio no m. de Palmeira das Missões.

Urubucarú — arroio no m. de S. Luiz Gonzaga;
— serra no mesmo m.

Urubucaruzinho — arroio no m. de Santo Ângelo.

Urucá — arroio no m. de Encruzilhada do Sul.

Urucatai — arroio no m. de S. Borja;
— arroio no m. de S. Luiz Gonzaga.

Urucati — arroio no m. de S. Luiz Gonzaga.

Uruguai — rio entre o Rio Grande do Sul e a República Argentina;

— arroio no m. de Vacaria;
— fazenda no m. de Rio Grande;
— serra no m. de Getúlio Vargas.

Uruguiana — município da Campanha, limita-se com a República Argentina; municípios de Itaquí, Alegrete, Quaraí, e com a República Oriental do Uruguai.

Mede 6955 kmq. e abriga 41810 hab. ou 6,01 por kmq.

Administrativamente, divide-se em 2 distritos:

1º distrito — Uruguiana;
1º subd. — Uruguiana;
2º subd. — Vertentes;
3º subd. — Braz;
4º subd. — Ipané.

2º distrito — Barra do Quaraí

O município tem os seguintes centros urbanos: uma cidade-Uruguiana; uma vila-Barra do Quaraí.

Uruguiana — comarca da 3ª entrância;
— primeiro distrito adm. e jud. do m. com os subd. de Uruguiana, Vertentes, Braz e Itanê;
— cidade importante, com porto no Rio Uruguai, transportes aéreos, fluviais, ferroviários e rodoviários;
— primeiro subd. do primeiro dist.;

— estação no km 373 da linha Santa Maria — Uruguiana.

Uruguai Mirim — nome antigo do rio Passo Fundo.

Uruguai Puitã — nome antigo do rio da Várzea.

Urupé — sanga no m. de Caçapava do Sul.

Urupu — povoado no m. de Cruz Alta;
— arroio no m. de Tupanciretã.

Urupuí — arroio no m. de Cruz Alta.

Urupu-Mirim — arroio no m. de Cruz Alta.

Urupuzinho — arroio no m. de Cruz Alta.

Uruquá — povoado no m. de Santo Ângelo;
— arroio no m. de S. Luiz Gonzaga.

Urus — ilha no rio Uruguai.

Urutau — arroio no m. de Taquara.

Uvas — ilha, m. de Arroio Grande;
— volta no rio Camaquã.

— V —

Vacacaí — arroio e estação ferrov. no m. de Alegrete;
— dist. adm. e jud. no m. de S. Gabriel, com 1.360 hab.;
— vila, sede do dist. de seu nome;
— rio af. do Jacui (mapa).

Vacacaí Mirim — arroio no m. de Cachoeira do Sul;
— linha e arroio no m. de Santa Maria.

Vacaiquá — subdist. adm. e jud. no m. de Dom Pedrito, com 3.420 hab.;
— povoado no m. de Dom Pedrito;
— arroio no m. de Livramento.

Vacaquá — arroio e lugar no m. de Livramento;
— arroio, cerro e fazenda no m. de Rosário do Sul.

Vacarái — arroio no m. de Camaquã.

Vacaria — município do Planalto Nordeste entre os de Lagoa Vermelha, Nova Prata, Veranópolis, Antônio Prado, Caxias do Sul, S. Francisco de Paula, Aparados da Serra e o Estado de Santa Catarina. Mede 6.478 kmq. e conta 42.180 hab. ou 6,5 por kmq.

Divisão administrativa e judiciária:

- 1º dist. — Vacaria;
- 2º dist. — Ipê;
- 3º dist. Ituí;
- 4º dist. Korf;
- 5º dist. Esmeralda;
- 6º dist. Coxilha Grande;
- 7º dist. Muitos Capões;
- 8º dist. Esteira;
- 9º dist. Segredo;
- 10º dist. Pinhal da Serra.

São principais centros urbanos: uma cidade — Vacaria; nove vilas—Coxilha Grande, Esmeralda, Esteira, Ipê, Ituí, Korf, Muitos Capões, Pinhal da Serra e Segredo.

Vacaria — dist. adm. e jud. no m. de Vacaria, com 8.910 hab.;
— cidade, sede do m. e do dist., com 5.615 hab.;
— comarca de 2ª entrância.

Vai — arroio no m. de S. Luiz Gonzaga.

Valada Morta — sanga no m. de Porto Alegre.

Val da Serra — povoado e estação ferrov. no m. de Santa Maria.

Valdeck — colônia no m. de Pelotas.

Valder — local no m. de Pelotas.

Val do Espírito — linha no m. de Caxias do Sul.

Vale — arroio no m. de Caí.

Vale da Cera — colônia no m. de Santa Maria.

Vale da Cangerana — povoado no m. de Montenegro.

Vale de Buia — lugar no m. de S. Maria.

Vale do Lobo — lugarejo no m. de Caí.

Valença — arroio no m. de S. Maria.

Valente — lugar, estrada e passo no m. de Bagé.

Valentes — lugar e passo no m. de Pelotas.

Valentim — lugar no m. de Caxias do Sul;
— (rincão do) — lugarejo no m. de Santa Maria.

Valentins — arroio no m. de Júlio de Castilhos.

Vale Real — povoado no m. de Caí.

Valeriano — cerro no m. de Erval;
— lugar, passo no m. de Taquari.

Vale Velho — lugarejo no m. de Santo Ângelo.

Vale Vêneto — povoado no m. de Cachoeira do Sul;
— lugarejo no m. de Santa Maria.

Vale Veronez — colônia no m. de Santa Maria.

Val Feltrine — lugarejo no m. de S. Maria.

Valin — povoado no m. de S. José do Norte.

Valinho — banhado no m. de Palmeira das Missões e Passo Fundo.

Valo do Birk — lugar no m. de S. Leopoldo.

Valonguinho — lugar no m. de S. Francisco de Paula.

Valo Novo — arroio no m. de Sarandi.

Valorosos — arroio no m. de Passo Fundo.

Valos (rincão dos) — lugarejo no m. de Cruz Alta.

Vanini — povoado no m. de Guaporé.

Vaporzinho — lugar no m. de Taquari.

Vapor Velho — povoado no m. de Montenegro.

Vaqueiros — Banhado no m. de S. Gabriel;
— lagoa no m. de Osório.

Varanda — picada no m. de Estrela.

Varame — arroio no m. de Soledade.

Vareta — arroio no m. de S. Francisco de Paula.

Varejão — arroio no m. de Canguçu.
— arroio no m. de Cruz Alta;
— arroio no m. de Ijuí;
— arroio no m. de Palmeira das Missões;
— arroio no m. de Passo Fundo;
— arroio no m. de Santo Ângelo.

Vargem — povoado no m. de Júlio de Castilhos.

Vargedo — passo no rio Vacacaí, no m. de S. Sepê.

Vargas — arroio no m. de Caçapava do Sul;
— arroio e ilha no m. de Santa Rosa.

Variante — sanga no m. de Santa Maria.

Varlim — lugarejo no m. de S. José do Norte.

Várzea — arroio no m. de Caçapava do Sul.
— lugar no m. de Cai.
— (ex-Cerrito) — lugarejo no m. de Jaguarão;
— rio no m. de Passo Fundo;
— bairro no m. de Pelotas;
— cerro no m. de Rio Pardo;
— lugarejo e arroio no m. de Santa Maria;
— arroio no m. de Santo Ângelo;
— lugar no m. de S. Francisco de Paula;
— lugar no m. de S. Gabriel;
— lugarejo no m. de S. José do Norte;
— lugar no m. de S. Leopoldo;

— povoado no m. de Taquara;
— lugar no m. de Vacaria.

Varzea Bonita — local no m. de S. Sepê.

Varzea Comprida — lugar no m. de Montenegro.

Varzea do Correia — local no m. de S. Francisco de Paula.

Varzea do Agudo — lugar no m. de Cachoeira do Sul.

Varzea da Alexandrina — local no m. de Viamão.

Varzea do Arroio — local no m. de Cachoeira do Sul.

Varzea da Forqueta — lugar no m. de Lajeado.

Varzea de S. João — povoado no m. de S. Francisco de Paula.

Varzea do Apanhador — lugar no m. de S. Francisco de Paula.

Varzea do Buriti — passo no m. de S. Sepê.

Várzea do Cedro — povoado no m. de S. Francisco de Paula.

Várzea do Gravataí — lugar no m. de Porto Alegre.

Várzea do Pareci — povoado no m. de Montenegro.

Várzea Grande — lugar e estação ferrov. no m. de Taquara.

Várzea do Meio — local no m. de Cachoeira do Sul.

Várzea de Sant'Ana — local no m. de Livramento.

Varzinha — local no m. de Lagoa Vermelha;
— fazenda no m. de Passo Fundo;
— arroio no m. de Rio Pardo.

Vasco Alves — subdist. adm. e jud. no m. de Alegrete, com 2.340 hab.;
— lugarejo e estação ferrov. no m. de Alegrete.

Vasco de Macedo — passo no rio Caverá, no m. de Rosário do Sul.

Vasco Lopes — porto no m. de Cai.

Vasconcelos — sanga no m. de Quaraí.
— (ex-Dores de Camaquã) — dist. adm. e jud.

no m. de Tapes, com 5.170 habitantes;
— vila, sede do dist. de seu nome.

Vasconcelos Jardim — povoado e estação ferroviária no m. de Canoas.

Vasques — linha colonial no m. de Guaíba.

Vassouras — arroio no m. de Bom Jesus do Triunfo.

Vatapu — arroio no m. de Sarandi.

Vateiro — arroio no m. de S. Ângelo.

Vau — cachoeira no rio Passo Fundo, no m. de Sarandi;

— passo no m. de Cachoeira do Sul;
— passo no rio Ijuí, no m. de S. Ângelo.
— passo no rio Piratini, no m. de S. Luiz Gonzaga.

Vau do Pareci — baixio no rio Caí.

Vauthier — povoado e estação ferrov. no m. de Dom Pedrito.

Vazulmiro Dutra — dist. adm. e Jud. no m. de Lagoa Vermelha, com 3.790 habitantes;
— vila, sede do dist. de seu nome.

Veadeiro — fazenda no m. de Itaqui.

Veadinho — arroio e passo no m. de S. Antônio.

Veado — arroio (ver Guatapara), no m. de Antônio Prado;

— arroio no m. de Erechim;
— arroio no m. de Guaporé;
— arroio no m. de Lagoa Vermelha;
— arroio no m. de Lajeado;
— lugar no m. de Rosário do Sul;
— passo no m. de S. Leopoldo; arroio no mesmo município;
— passo no m. de Taquara;
— arroio no m. de Santa Maria;
— arroio no m. de S. Pedro do Sul.

Veado Branco — colônia no m. de Jaguari.

— lugarejo no m. de Júlio de Castilhos;
— lugarejo no m. de Lagoa Vermelha.

Veado Pardo — arroio no m. de Passo Fundo.

Veados — lagoa no m. de Osório;
— arroio no m. de Passo Fundo;
— (rincão dos) — lugarejo no m. de Rosário do Sul;
— lagoa no m. de S. José do Norte.

Vedoi — linha no m. de Lajeado.

Veiga — arroio no m. de Bom Jesus.

Veils — núcleo colonial no m. de Dom Pedrito.

Veleda — Serra, fazenda no m. de Pinheiro Machado.

Velha — lugar, picada (ver Santa Cruz), no m. de Santa Cruz do Sul;

— serra no m. de S. Francisco de Paula;
— serra no m. de Taquara.

Velhaco — arroio (ver Torrinhas), no m. de Bagé;
— arroio no m. de S. Jerônimo;
— lugar no m. de Tapes.

Velhaco do Norte — arroio no m. de Camaquã.

Velhaco do Sul — arroio no m. de Camaquã.

Velha Flor — arroio no m. de Montenegro.

Velha Inácia — arroio no m. de Vacaria.

Velhaquinho — arroio no m. de Camaquã.

Velho Bernardo — lugar no m. de Porto Alegre.

Velha Lessa — lugar no m. de S. Leopoldo.

Velho Pádova — lugar no m. de Caxias do Sul.

Veloso — cachoeira no rio Jacuí.

Veludo — sanga no m. de S. Lourenço do Sul.

Venâncio — passo no rio Capivari, no m. de Alegrete.

Venâncio Aires — município da Encosta da Serra, entre os de Santa Cruz do Sul, Lajeado, Taquari, General Câmara e Rio Pardo.

Mede 767 km² e conta 3.182 hab. ou 41, 4 por km².

Divisão administrativa e judiciária:

1º dist. — Venâncio Aires;

2º dist. — Mariente;

3º dist. — Deodoro.

São principais centros urbanos: uma cidade — Venâncio Aires; duas vilas — Deodoro e Mariente.

Venâncio Aires — dist. adm. e jud. no m. de Venâncio Aires, com 20.130 habitantes;

— cidade, sede do m. e do dist., com 2.958 habitantes;

— linha colonial no m. de Estrela;
— linha colonial no m. de Guaporé.

Venda — povoado no m. de Cachoeira do Sul;
— cerro no m. de Rosário do Sul.

Vendas — passo no Taropi, no m. de Júlio de Castilhos.

Venda Velha — arroio e lugarejo no m. de Tapes.

Vendinha — lugarejo no m. de Passo Fundo.

Vêneto — povoado no m. de Cachoeira do Sul.

Vento — cerro no m. de Encruzilhada do Sul.

Ventoso — arroio no m. de Farroupilha.

Ventura — povoado no m. de Lajeado.
— arroio no m. de Passo Fundo;
— rincão do no m. de Santa Maria;
— lugarejo no mesmo município.

Venturosa — arroio no m. de S. Ângelo.

Veranópolis — (ex-Alfredo Chaves) — município da Encosta da Serra, entre os de Guaporê, Nova Prata, Vacaria, Antônio Prado e Bento Gonçalves. Mede 692 km² e conta 20.627 hab. ou 29,8 por km².

Divisão adm. e judiciária:
1º dist. — Veranópolis;
2º dist. — Cotiporã;
3º dist. — Fagundes Varela.

São principais centros urbanos: uma cidade — Veranópolis e duas vilas — Cotiporã e Fagundes Varela.

Veranópolis — dist. adm. e jud. do m. de seu nome, com 10.400 hab.;
— cidade, sede do m. e do dist. com 2.664 hab.;
— comarca de 1.ª entrância.

Verão — lugar no m. de S. Leopoldo.

Verde — cerro, no m. de Livramento, (ver Vigia);
— lagoa no m. de Rio Grande;
— coxilha no m. de S. Sepê.
— rio no m. de Torres.

Vergara — colônia no m. de Pelotas.

Vertentes — (ex-Ibirocaí), subdist. adm. e jud. no m. de Uruguaiana, com 3.410 hab.;
— povoado e arroio no m. de Uruguaiana.

Vesithral — lugar no m. de S. Leopoldo.

Vespasiano Correia — dist. adm. e jud. no m. de Guaporê, com 5.230 hab.;
— vila, sede do dist. de seu nome.

Viadutos — dist. adm. e jud. no m. de Marcelino Ramos, com 5.460 hab;

— vila, sede do dist. de seu nome;
— estação, ferrov. no m. de Marcelino Ramos.

Viamão — município da Depressão Central, entre os de Porto Alegre, Gravataí, Santo Antônio e Osório.

Mede 2.097 km² e conta 21.016 hab. ou 10,0 hab. por km².

Divisão administrativa e judiciária:

1º dist. — Viamão;
1º subdist. — Estiva;
2º dist. — Itapuã;
2º subdist. — Passo da Areia;

São principais centros urbanos: uma cidade — Viamão; uma vila — Itapuã.

Viamão — dist. adm. e jud. no m. de Viamão, com 9.930 hab.;
— cidade, sede do m. e do dist. de seu nome, com 1.905 hab.;

— comarca de 2.ª entrância.

Viana — arroio no m. de D. Pedrito.
— passo no m. de Pelotas;
— arroio no m. de Vacaria.

Vianez — ilha na embocadura do Camaquã;
— braço do rio entre a ilha do Vianez e as de Três Bocas e Martins.

Vicente — banhado no m. de General Câmara.

Vicente Batista — lugar no m. de Montenegro.

Vicente Rosa — arroio no m. de Veranópolis.

Vicentes — arroio no m. de Encruzilhada do Sul;
— arroio no m. de Júlio de Castilhos;

Vicentina — linha no m. de Caxias do Sul;

Vicenza Velha — povoado no m. de Farroupilha.

Vida — arroio no m. de S. Antônio.

Vidal — arroio no m. de Cruz Alta.

Vidoti — arroio no m. de Santa Rosa.

Vieira — arroio no m. de Antônio Prado;
— arroio no m. de Guaíba;
— lugarejo e arroio no m. de Pelotas;
— povoado e estação ferrov. no m. de Rio Grande;
— arroio af. do Amandaú e arroio af. do Bugre, no m. de Santa Rosa;
— arroio no m. de Tupanciretã;
— arroio e serra no m. de Vacaria.

Vieira Bueno — lugar no m. de Lavras do Sul.

- Vieiras** — porto no m. de General Câmara;
— arroio no m. de Palmeira das Missões;
— arroio no m. de Soledade.
- Vigário** — arroio e passo no m. de Viamão.
- Vigia** — morro, povoado e arroio no m. de Cai;
— cerro no m. de Caçapava do Sul;
— cerro no m. de Cachoeira do Sul;
— cerro no m. de Encruzilhada do Sul;
— cerro (ver Verde) e cerro no m. de Livramento;
— povoado no m. de Osório;
— lugar no m. de S. Gabriel;
— morro no m. de Soledade;
— morro no m. de Vacaria.
- Vigiadeiro** — cerro no m. de Bagé;
— fazenda no m. de Itaqui.
- Vila Alegre** — povoado no m. de Carazinho.
- Vila Assunção** — bairro de Porto Alegre.
- Vila Bela** — ver Vilabela.
- Vilabela** — povoado no m. de Lajeado;
— povoado no m. de Guaíba.
- Vila Branca** — fazenda no m. de Uruguaiana.
- Vila Cândida** — fazenda no m. de Stª Vitória do Palmar.
- Vila Clara** — ver Clara — estação ferrov. no m. de General Vargas;
— povoado no m. de Passo Fundo.
- Vila da Casca** — povoado no m. de Cai.
- Vila da Graça** — local no m. de Pelotas.
- Vila Dolores** — fazenda no m. de Bagé.
- Vila do Prado** — lugar no m. de Pelotas.
- Vila Egatéia** — lugar no m. de Porto Alegre.
- Vila Etelvina** — povoado e estação férrea no m. de Santa Maria.
- Vila Farroupilha** — ver Toroquã.
- Vila Ferreira** — lugar no m. de S. Ângelo.
- Vila Flores** — ver Florida.
- Vila Fogo** — colônia no m. de Passo Fundo.
- Vila Erval** — lugar no m. de Erval.
- Vila Gerani** — lugarejo no m. de Alegrete.
- Vila Germânia** — ver Candelária.
- Vila Hortência** — povoado no m. de Erechim.
- Vila Hungria** — povoado no m. de General Vargas.
- Vila Jutai** — povoado no m. de S. Sepé.
- Vila Kappel** — povoado no m. de Bom Jesus do Triunfo.
- Vila Nova** — povoado no m. de Carazinho;
— lugar no m. de Garibaldi;
— povoado no m. de Gravataí;
— colônia no m. de Passo Fundo;
— povoado no m. de Porto Alegre;
— colônia no m. de Santo Antônio;
— arroio no m. de Soledade.
- Vila Olimpo** — lugar no m. de Canguçu.
- Vila Oliva** — povoado no m. de Vacaria.
- Vila Pobre** — povoado no m. de Lajeado.
- Vila Povoado** — povoado no m. de Nova Prata.
- Vila Rica** — povoado no m. de Cai;
— coxilha no m. de Júlio de Castilhos;
— povoado no m. de Nova Prata.
- Vila Rita** — arroio no m. de Santa Rosa.
- Vila de S. Jerônimo** — lugar no m. de S. Francisco de Paula.
- Vila Seca** — povoado no m. de S. Francisco de Paula.
- Vila Siqueira** — lugarejo no m. de Pelotas;
— povoado e estação ferrov. no m. de Rio Grande.
- Vila Teresa** — ver Teresa.
- Vila Teodósio** — lugar no m. de Pelotas.
- Vila do Torrão** — arrabalde no m. de Bagé.
- Vilinha** — arroio no m. de Taquara.
- Vimes** — sanga no m. de Bagé.
- Vinagre** — linha no m. de Lajeado, ver Essig;.
- Vinte** — linha colonial no m. de Ijuí;
— arroio no m. de Irai;
— linha colonial no m. de Jaguari.

Vinte e Cinco de Agosto — linha no m. de S. Antônio.

Vinte e Cinco de Março — linha no m. de Caxias do Sul.

Vinte e Cinco de Setembro — povoado no m. de Guaporê.

Vinte e Dois de Abril — linha no m. de S. Antônio.

Vinte e Nove de Outubro — linha no m. de S. Antônio.

Vinte e Oito de Julho — linha no m. de S. Antônio.

Vinte e Oito de Setembro — lugar no m. de Encruzilhada do Sul;
— linha colonial no m. de S. Antônio.

Vinte e Quatro de Abril — linha no m. de Veranópolis.

Vinte e Quatro de Maio — linha no m. de Bento Gonçalves.

Vinte e Três de Abril — linha no m. de S. Antônio.

Vinte e Três de Julho — linha na Colônia Guarani.

Vinte e Três de Junho — povoado no m. de Santa Rosa.

Vinte e Um de Abril — linha colonial no m. de Antônio Prado;
— linha colonial no m. de Estrela;
— linha colonial no m. de Guaporê;
— linha colonial no m. de Santo Ângelo;
— linha colonial no m. de Santo Antônio;
— ver Inconfidência — povoado no m. de Tupanciretã.

Vinte e Um de Setembro — linha no m. de Santo Antônio.

Vinte de Setembro — núcleo colonial no m. de Taquari.

Vinte de Novembro — linha no m. de S. Antônio.

Vinte Pinheiros — lugar e estação ferrov. no m. de Santiago.

Vinte Tiros — lugarejo e arroio no m. de Tupanciretã.

Viola — lugarejo no m. de Alegrete;
— passo no m. de Bagé.

Violetas — arroio no m. de Vacaria.

Vira Carreta — arroio no m. de S. Ângelo.

Virador — morro no m. de Cai;
— arroio e cerro no m. de Encruzilhada do Sul;
— arroio no m. de Rosário do Sul.

Vira Machado — lugar no m. de Gravataí;
— cerro no m. de Santa Cruz do Sul;
— lugar no m. de S. Leopoldo.

Viraripá — arroio no m. de Palmeira das Missões.

Viriato — (rincão do) — lugar, e passo no Inhaçapetum no m. de S. Ângelo.

Visconde da Graça — local no m. de Pelotas.

Visconde de Mauá — estação ferrov. no km 51 da linha Basílio — Jaguarão.

Visconde de Pelotas — linha no m. de Veranópolis.

Vista Alegre — cerro no m. de Arroio Grande;
— lugar, fazenda e povoado no m. de Bagé;
— povoado no m. de Cruz Alta;
— lugar no m. de Erval;
— povoado no m. de Getúlio Vargas;
— lugar no m. de Lavras do Sul;
— subdistrito (ver Cati), no m. de Livramento;
— fazenda no mesmo município;

— vila, no m. de Nova Prata — ver Augusto Severo;
— lugarejo no m. de Santa Maria;
— lugar no m. de Santo Antônio;
— vila (ver Chapéu), no m. de S. Francisco de Paula;
— lugar no m. de S. Sepé;
— lugar no m. de Santiago;
— vila (ver Entre Rios), no m. de Vacaria.

Vital — arroio no m. de Viamão.

Vitalina — arroio (ver Itapororó), no m. de Alegrete;
— linha no m. de Caxias do Sul.

Vitória — sanga no m. de Antônio Prado;
— lugarejo no m. de Garibaldi;
— lugar no m. de Gravataí;
— lugarejo e estação ferroviária no m. de Montenegro;
— colônia no m. de Santo Ângelo;
— ver Mauricio Cardoso, no m. de Soledade;
— lugar no m. de Taquari;
— sanga no m. de Vacaria.

Vitoriano — lugar no m. de Montenegro;
— ponta e baixio no m. de Tapes.

Vitorina — passo no m. de Camaquã;

Vitorino — lugar no m. de Camaquã;
— lugar no m. de Montenegro;
— rincão no m. de S. Antônio.

Vitorino Monteiro — linha colonial no m. de Guaíba;
— linha no m. de Guaporé;
— linha colonial no m. de Venâncio Aires.

Vitor Manoel — linha no m. de Caxias do Sul.

Vitor Português — arroio no m. de Rio Pardo.

Viúva Kraemer — morro do município de Montenegro.

Vivoca — arroio no m. de Lagoa Vermelha.

Vizeu — linha no m. de Pelotas.

Volante — cerro no m. de Caxias do Sul.

Volim — lugar no m. de Cruz Alta.

Volta — arroio no m. de Santa Maria;
— sanga no m. de S. Pedro do Sul.

Volta Alegre — povoado no m. de Soledade.

Volta Bonita — passo no rio Cai.

Volta da Ana Gomes — lugar no m. de Montenegro.

Volta da Figueira — lugar no m. de Canoas;
— lugar no m. de Viamão.

Volta do Anacleto — povoado no m. de Montenegro.

Volta do Frade — lugar no m. de Camaquã.

Volta do Freitas — povoado no m. de General Câmara.

Volta do Furado — lugar no m. de General Câmara.

Volta do Pantanoso — lugar no m. de Canguçu.

Volta Grande — fazenda no m. de Bom Jesus do Triunfo;
— arroio e colônia no m. de Cai;
— lugar no m. de Canoas;
— fazenda no m. de Santa Vitória do Palmar;
— arroio no m. de Taquari.

Voluntária — morro e arroio no m. de Taquara.

Von Bock — parada ferroviária no km 81 da linha Bagé — Cacequi — Livramento.

Votouro — povoado no m. de Erechim;
— aldeamento no m. de Passo Fundo.

— W —

Wachei — povoado no m. de S. Leopoldo.

Wagner — arroio no m. de Sobradinho.

Waldeck — núcleo colonial no m. de Pelotas.

Wallachei — povoado — ver Wachei;
— arroio no m. de S. Leopoldo.

Wasem — lugar no m. de Novo Hamburgo.

Wasserfall — lugar no m. de Montenegro.

Weimann — núcleo colonial no m. de Santa Maria.

Weinz — núcleo colonial no m. de S. Leopoldo;
— arroio no mesmo m.

Weinzemann — cerro no m. de Lajeado.

Welpp — núcleo colonial no m. de Estrela;
— morro no mesmo m.

Wendelel — cerro no m. de Santa Cruz do Sul.

Wendt — núcleo colonial no m. de Lajeado;
— porto no rio Taquari, no mesmo m.

Werlang — lugar no m. de Santa Cruz do Sul.

Wianof — núcleo colonial no m. de S. Leopoldo.

Wiesenthal — núcleo colonial no m. de S. Leopoldo.

Wilhelm Hoel — núcleo colonial no m. de Pelotas.

Wilhelbust — núcleo colonial no m. de S. Leopoldo.

Winck — lugar no m. de Estrela.

Windhof — lugar no m. de S. Leopoldo.

Wintersneitz — lugar no m. de Montenegro.

Wolff — lugar no m. de Estrela;
— arroio no m. de Santa Maria.

Wolfsthal — núcleo colonial no m. de Cai;
— morro no mesmo m.;
— morro no m. de S. Leopoldo.

Wolffrang — arroio no m. de Santa Cruz do Sul.

Worm — lugar no m. de Lajeado.

— X —

Xadrez — arroio no m. de Passo Fundo;
— arroio no m. de Pinheiro Machado;
— arroio no m. de Piratini.

Xafalote — cerro no m. de Livramento.

Xanxorim — arroio (ver Sanchuri).

Xapecó — povoado no m. de Erechim.

Xará — arroio no m. de Cachoeira do Sul;
— arroio no m. de Gravataí.

Xarqueada — povoado no m. de Itaquí;
— povoado no m. de Montenegro;
— lugarejo no m. de Cachoeira do Sul;
— lugarejo no m. de Encantado;
— lugarejo no m. de Jaguarão;
— lugarejo no m. de Quaraí;
— linha colonial no m. de Lajeado;
— estação no km 82 da linha Uruguaiana-S. Borja;
— arroio no m. de Montenegro;
— lagoa no m. de S. José do Norte.

Xarqueada Caxiense — Ver Desvio Rizzo.

Xarqueadas — povoado no m. de S. Jerônimo;
— povoado no m. de Tapes;
— lugarejo no m. de Bagé.

Xavier — povoado no m. de Arroio Grande;
— arroio no m. de Cai;
— arroio no m. de Encruzilhada do Sul;
— arroio no m. de S. Jerônimo.

Xaxim — povoado no m. de Lajeado;
— arroio no m. de Passo Fundo;
— arroio no m. de Santa Rosa.

Xicolomão — banhado (ver Chicolomão).

Ximarrão — ver Chimarrão.

Ximburu — arroio no m. de S. Luiz Gonzaga.

Ximburuzinho — lugarejo no m. de S. Luiz Gonzaga.

Xingu — lugarejo no m. de Sarandi;
— arroio no mesmo m.

Xiniquá — núcleo colonial no m. de Estrela;
— arroio no m. de S. Pedro do Sul.

Xiripá — arroio no m. de Ijuí.

Xiriscal — arroio no m. de D. Pedrito.

Xix — arroio no m. de Passo Fundo.

Xuhi — arroio (ver Chuí).

— Y —

Yolanda — linha (ver Iolanda).

— Z —

Zacarias — núcleo colonial no m. de Pelotas.

Zainos — arroio no m. de Palmeira das Missões.

Zambecari — linha colonial no m. de Guaporê;
— linha colonial no m. de S. Francisco de Paula.

Zamith — ver Monte Belo;
— linha colonial no m. de Bento Gonçalves.

Zanetti — fazenda no m. de Veranópolis.

Zavagna — lugarejo no m. de Cruz Alta.

Zeferino — povoado no m. de Encantado;
— arroio no mesmo m.

Zeferino Moura (ex-Passo do Centurião) — povoado no m. de Erval.

Zero — travessão colonial no m. de Ijuí.

Zeitung Pikade — linha colonial no m. de Santa Cruz do Sul.

Zézimo Paz — arroio no m. de Taquara.

Zigana — rio no m. de Lagoa Vermelha.

Zig-Zag — sanga no m. de Jaguarão.

Zizenthal Norte — linha colonial no m. de Santa Cruz do Sul;
— morro no mesmo m.

Zizenthal Sul — linha colonial no m. de Santa Cruz do Sul;
— morro no mesmo m.

Zorrilho — arroio no m. de Piratini.

Zozico — morro no m. de Piratini.

Zucker Klumb — morro no m. de Estrela.

Zuzarte — passo no m. de Bagé.

**ANAIS DOS CONGRESSOS DE HISTÓRIA E GEOGRAFICA
SUL-RIO-GRANDENSE
(1935 — 1937 — 1940 — 1945)
REALIZADOS PELO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL**

ÍNDICE por títulos

Organizado por
THOMAZ CARLOS DUARTE

ABOLIÇÃO — Vide: Centro Abolicionista

ABOLIÇÃO — Vide: Escravatura e a sua Abolição no Brasil

ABOLIÇÃO — Vide: Imprensa do Rio Grande do Sul da Abolição à República.

ABERTURA SOLENE DO CONGRESSO pelo Dr. Loureiro da Silva D.D. Prefeito Municipal/foto — Anais do III Congresso — 1940 — Volume, pág. 143.

AÇÃO DOS JESUÍTAS EM SÃO PAULO, por Dorival Teixeira Vieira — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1665.

AÇÃO MILITAR DE JOÃO MANUEL e o Plano Republicano em 1836 (A), por Fernando Luiz Osório — Anais do I Congresso — 1935 — Volume II, pág. 267.

AÇÃO E OS PROPÓSITOS ORGÂNICOS DOS FARRAPOS (A), por Fernando Luiz Osório — Anais do I Congresso — 1935 — Volume II, pág. 45.

AÇORIANOS — Vide: Casais.

ACRE (A CONQUISTA DO), por Arthur Cezar Ferreira Reis — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2065.

ADAPTAÇÃO AO NOVO MEIO, DOS PRIMEIROS COLONIZADORES DO BRASIL, por José Francisco de Camargo — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1875.

ALEXANDRE VI — Vide: Bula de Alexandre VI (A)

ALGUNAS NOTAS DA IMPRENSA RIO-GRANDINA SOBRE O II CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 51.

ALGUMAS NOTÍCIAS SOBRE EL MARECHAL DIOGO FUNCK, por Buenaventura Cavi-
glia (hijo) Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 7, C/mapas.

AMAZONAS — Vide: Formação Econômica do Amazonas.

AMAZÔNIA — Vide: Casais, Soldados e Degredados na Colonização do Amazonas.

ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-
RIOGRANDENSE comemorativo ao Centenário da Revolução Farroupilha — Volume
I, pág. 3. 1935.

ANAIS DO SEGUNDO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-
GRANDENSE — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 5.

ANTÔNIO DE SOUZA SARDINHA, por Jorge Godofredo Felizardo — Anais do III Con-
gresso 1940 — Volume III, pág. 1929.

ANTROPOGEOGRAFIA — Vide: Gado Bovino e sua influência etc.

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA IMPRENSA NO RIO GRANDE DO SUL, por
Nestor Ericksen. Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2165.

- ARQUIVO E BIBLIOTECA DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE — Vide: Centro Abolicionista e Escravatura em Porto Alegre.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO (Serviço) — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 11.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO (Serviço) — Vide: Imprensa de Porto Alegre durante o século XIX no Serviço de Arquivo Histórico do Estado.
- ARQUIVO PÚBLICO — Vide: Catálogo da Revista do Museu e Arquivo etc.
- ARQUEOLOGIA — Vide: Material lítico, Cerâmica etc.
- ARQUEOLOGIA — Vide: Sambaquis y otros ensayos de arqueologia brasileña.
- ARQUEOLOGIA DEL VALLE DEL RIO DAS VELHAS (III Parte) — Vide: Sambaquis y otros ensayos de arqueologia brasileña (LOS)
- ARQUITETURA — Vide: Evolução arquitetônica de Porto Alegre.
- ARTES PLÁSTICAS NO RIO GRANDE DO SUL (AS) — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2095, por Ângelo Guido.
- ASPECTOS ECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO SUL, por Gabriel Mena Barreto — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 129.
- ASPECTOS DA FORMAÇÃO RIO-GRANDENSE, por Jorge Salis Goulart (Transcrição e Comentários de Valquíria Neves Salis Goulart). Anais do II Congresso 1937 — Volume III, pág. 61.
- ASPECTOS DA GEOGRAFIA DAS CALAMIDADES, por Raul Correa Bandeira de Mello. Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1135.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE 1835 (Atas da) — Vide: Atas da Assembléia Legislativa Provincial de 1835.
- ASSUCAR — Vide: Influência Madeirense e o Início do Cyclo de Assucar etc.
- ATAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE 1835, por Olyntho Sanmartin. Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 369.
- ATAS DAS SESSÕES REFERENTES AO CONGRESSO — Volume I, pág. 43 — Anais do I Congresso — 1935.
- ATAS DO SEGUNDO CONGRESSO — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 71.
- ATAS DA SESSÃO DO TERCEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 281.
- ATAS DAS SESSÕES DO IV CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 103.
- AUDIÇÃO DO ORFEÃO ERNANI BRAGA DA ESCOLA TÉCNICA PAROBÉ — PROGRAMA. Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 101.
- AUTORES DRAMÁTICOS — Vide: Nossos Autores Dramáticos.

B

BANDEIRA DE ARACAMBI (A), por Olyntho Sanmartín — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 7 — c/mapa.

BARÃO DE GRAVATAÍ (O), por Jorge Godofredo Felizardo — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1911 — c/foto (João Batista da Silva Pereira).

BARÃO DE TAQUARÍ — Vide: Breve Notícia Biográfica etc.

BARCA DE VAPOR LIBERAL (A) — Início da navegação a vapor no Rio Grande do Sul e na Marinha de Guerra do Brasil, por Paulo Duval — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 135 — c/fotos.

BATALHA DE CAIBOATÉ — Vide: Guerra Guaranítica (A).

BENTO JOSÉ MARTINS, por Jorge Godofredo Felizardo — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1959.

BENTO MANUEL RIBEIRO — Vide: Genealogia do Paulista Bento Manuel Ribeiro.

BIBLIOTECA DO MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS DE PORTO ALEGRE — Anais do III Congresso 1940 — Volume II, pág. 3.

BICENTENÁRIO DO RIO GRANDE E O INSTITUTO HISTÓRICO (O) — Anais do II Congresso 1937 — Volume I, pág. 19.

BRASIL E A ARBITRAGEM INTERNACIONAL (O), por Bruno de Almeida Magalhães — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1127.

BRASIL — Vide: Adaptação ao novo meio dos primeiros colonizadores do Brasil.

BRASIL — Vide: Ciclo do Pau-Brasil.

BRASIL — Vide: Descobrimento do Brasil.

BRASIL — Vide: Fósseis do Brasil.

BRASIL — Vide: Reconhecimento da Costa Sul-brasileira etc.

BRASILEIROS & BRASILENSE, por Manuel Duarte — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1595.

BREVE NOTÍCIA BIOGRÁFICA DO Tte. General Barão de Taquari (Manoel Jorge Rodrigues), por Bueno de Azevedo Filho — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 753.

BULA DE ALEXANDRE VI (A) “Inter Caetera Divina Majestatis” 1943 — c/gravura - Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 407, c/fotocópia.

BULAS E OS TRATADOS DE LIMITES (As), por De Paranhos Antunes — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 225 — c/mapas.

C

CANAL — Vide: Fortificações do Canal e a Cidade do Rio Grande.

CÁLCIO — Vide: Influência da Meteorologia sobre o cálculo etc.

CAMILO MACHADO DE BITTENCOURT (Sargento-mór), por Henrique Boiteux — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2233 — c/foto.

CAPITANIAS HEREDITÁRIAS — Vide: Regime Feudal e as Capitânias Hereditárias.

CARNÍVOROS E DESDENTADOS — FÓSSEIS DO BRASIL, por Carlos de Paula Couto — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1749 — c/gravuras.

CARTOGRAFIA — Vide: Exposição de Geografia etc.

CASAIS, SOLDADOS E DEGREDADOS na Colonização da Amazônia, por Arthur Cezar Ferreira Reis — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2605.

CASAIS (Algumas Notícias de Açorianos), por Laura J. Cepollaro — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 43.

CASAS DA CIDADE, por Fernando Corona — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1165.

CATÁLOGO DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 121.

CATÁLOGO DA REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 107.

CAUSAS DA MORTALIDADE INFANTIL NA CIDADE DE PORTO ALEGRE, por Leonidas Soares Machado — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2509.

CAUSAS REMOTAS E IMEDIATAS DA GRANDE REVOLUÇÃO — A Paz de Poncho Verde, por Luiz Carlos de Moraes — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 295.

CAUSAS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA, por Othelo Rosa — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 783.

CAXIAS E A PACIFICAÇÃO DE 1845, por Luiz Alves de Oliveira Bello — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 337.

CAXIAS E A PACIFICAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL — Discurso pronunciado pelo Gen. Emilio Fernandes de Souza Docca, no lançamento da pedra fundamental do Monumento a Caxias — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 43 — c/fotos.

CENTRO ABOLICIONISTA (O) — Diretoria do Arquivo e Biblioteca da Prefeitura Municipal de Porto Alegre — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 187.

CERÂMICA — Vide: Material Lítico, cerâmica etc.

CHILE — Vide: Rio Grande do Sul en la Mapoteca de Chile (El).

- CICLO DO PAU-BRASIL (O), por Maria Amélia C. Aranha — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1837.
- CLERO NA EPOPÉIA FARROUPILHA (O), por Padre Luiz Gonzaga Jaeger, S.J. — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 619.
- COBERTA D'ALMA (A), por Manoel Fernandes Bastos — Volume I, Anais do I Congresso 1935 — pág. 375.
- COLEÇÃO DE ANÚNCIOS DO “DIÁRIO DE PORTO ALEGRE” DE 1827, por Rita Gomes Soares — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 81.
- COLONO ITALIANO E A LIBERTAÇÃO DO NEGRO (O), por Luiz Amaral — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1025.
- COLONOS — Vide: Revolução Farroupilha etc. (Henriqueta G.G. Galeno).
- COLONIZADORES — Vide: Adaptação ao novo meio dos primeiros colonizadores do Brasil.
- COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA — Vide: Casais, Soldados e Degredados.
- COLONIZAÇÃO — Vide: Questão da superioridade racial e sua aplicação aos primeiros colonizadores do Brasil.
- COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA do Estado do Rio Grande do Sul, por Walter Spalding — Anais do I Congresso — 1935. Volume III, pág. 215.
- COMISSÃO ESPECIAL ORGANIZADORA DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA — Anais do III Congresso — 1940. Volume I, pág. LI
- COMISSÕES PERMANENTES — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 41
- COMO SANT-HILAIRE viu o Negro no Rio Grande do Sul, por Dante de Laytano — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 15.
- COMO SE DESENVOLVERAM OS TRABALHOS DO CONGRESSO — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 119.
- COMUNICAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 83 e Volume IV, pág. 2739
- CONCEIÇÃO DO ARROIO — Vide: Fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio.
- CONCURSO DAS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS PARA A FORMAÇÃO CULTURAL DO POVO RIO-GRANDENSE, por Mons. Francisco Silvano de Souza — Anais do II Congresso — Volume III, pág. 325 — 1937.
- CONDADO DE PORTO ALEGRE (O), por L. F. de Castilhos Goycochêa — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2211.
- CONFERÊNCIA DE DANIEL DUPUY — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 315.

- CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA — Vide: Considerações sobre o IX Congresso de Geografia etc.
- CONGRESSO DE HISTÓRIA SUL-RIO-GRANDENSE (O Primeiro) — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 17.
- CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA (IV) — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 2
- CONGRESSO TERCEIRO (III) — Vide: Atas das Sessões.
- CONGRESSO TERCEIRO (III) — Vide: Como se Desenvolveram os Trabalhos do Congresso.
- CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS — Vide: Concurso das Congregações Religiosas para Formação Cultural etc.
- CONGRESSISTAS — Vide: Relação dos congressistas que não enviaram Teses, Presentes às sessões e Aderentes — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 409.
- CONQUISTA DO ACRE (A), por Arthur Cezar Ferreira Reis — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2065.
- CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — Vide: Exposição (Mapas).
- CONSIDERAÇÕES SOBRE ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERIOR DE DOM JOÃO VI E DOM PEDRO I, nas margens do Prata, por Sebastião Pagano — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2439.
- CONSIDERAÇÃO SOBRE O IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA realizado em Florianópolis de 7 a 16 de setembro de 1940, por Helena Brener. Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 211.
- CONTRIBUIÇÃO DA DELEGAÇÃO URUGUAIA — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 393.
- CONTRIBUIÇÃO AO IV CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL, por Olyntho Sanmartin — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 389.
- COOPERAÇÃO INTERPROVINCIAL DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA (A), por Walter Spalding — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 853.
- CÓPIA das ATAS 119º, 120º, 121º, 122º, 123º, 124º e 125º das Sessões do IV Congresso Sul Rio Grandense de História e Geografia — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 103.
- CORREIOS — Vide: Memória Relativa à Criação do Correio etc.
- CRISTÓVÃO DE MENDONÇA, S.J. (Padre) — Vide: Martírio do Venerável Padre Cristóvão de Mendonça S.J.
- CULTURA LÍTICA DE SUR BRASILEÑO (LA) — Vide: Sambaquis y otros ensayos de arqueología brasileña (Los) II Parte.

DECÊNIO FARROUPILHA (No) (Passo Fundo), por Francisco Antonino Xavier e Oliveira
Anais do IV Congresso, 1945 — Volume II, pág. 943.

DEGREDDADOS — Vide: Casais, Soldados e Degredados etc.

DELEGADOS AO CONGRESSO E REPRESENTAÇÕES — Anais do III Congresso — 1940
— Volume I — pág. 297 — c/fotos.

DESCOBRIMENTO DO BRASIL (O), por Roberto Pinto de Souza — Anais do III Congresso
— 1940 — Volume III, pág. 1847.

DEVOCION DE GOMES FREIRE DE ANDRADE A SANTA TERESA em “Jubilos da
América... (La) por Buenaventura Caviglia (Hijo) — Anais do II Congresso — 1937 Vo-
lume II, pág. 339 — c/gravura.

DIOGO FUNCK — Vide: Algumas Notícias sobre el marechal Diogo Funck.

DIREITO INTERNACIONAL — Vide: Epopéia dos Fronteiros.

DIRETORIA DO ARQUIVO E BIBLIOTECA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POR-
TO ALEGRE — 5 (Cinco) documentos interessantes, por Walter Spalding — Anais do
III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 169.

DIRETORIA, COMISSÕES PERMANENTES e Sócios do Instituto — Anais do IV Congres-
so — 1945 — Volume I, pág. 5 — c/foto. Anais do III Congresso — 1940 — pág. 40, Vo-
lume III.

DISCURSO pronunciado pelo Presidente do Instituto Senhor Adroaldo Mesquita da Costa na
Sessão Inaugural do IV Congresso de História e Geografia. Anais do IV Congresso —
1945 — Volume I, pág. 33 — c/fotos.

DISCURSO do Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República — Anais do III Congresso — Vo-
lume I — 1940 — pág. 330.

DISCURSO do Dr. Leonardo Macedonia, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do
Rio Grande do Sul — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 127 — c/fotos.

DISCURSO do Dr. Manuel Duarte, saudando o Dr. Getúlio Vargas — Anais do III Congresso
— 1940 — Volume I, pág. 321.

DISCURSOS pronunciados por ocasião da realização do IV Congresso Sul-Riograndense de
História e Geografia — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, págs. 65-89-93-97.

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA DE PORTO ALEGRE, por Isa
Cecília de Oliveira — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 69.

DOCUMENTOS INTERESSANTES — Vide: Diretoria do Arquivo e Biblioteca da Prefeitura
Municipal de Porto Alegre, etc.

DOIS SÉCULOS DE LINGUAGEM PORTUGUÊSA, por Elpidio Ferreira Paes — Anais do
III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2517.

DOM PEDRO I — Vide: Considerações sobre aspectos da Política Exterior etc.

DOM PEDRO II na Pacificação do Rio Grande do Sul, por Alcindo Sodré — Anais do IV
Congresso — 1945 — Volume I, pág. 257.

DOM JOÃO VI — Vide: Considerações sobre aspectos Políticos do Exterior etc.

DRAGÕES — Vide: Formação dos Dragões e os Primeiros Osórios do Rio Grande.

DRAGÕES — Vide: Formação do Regimento de Dragões do Rio Grande de São Pedro.

DRAGÕES — Vide: Revolta dos Dragões do Rio Grande.

DRAMATURGO RIO-GRANDENSE (Um) — Manoel José da Silva Bastos — por Antenor de Oliveira Monteiro — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1117.

E

ECONOMIA — Vide: Aspectos Econômicos do Rio Grande do Sul.

ECONOMIA — Vide: Formação Econômica do Amazonas.

ECONOMIA — Vide: Fenômeno na Revolução Farroupilha.

ECONOMIA — Vide: Revolução Farroupilha, etc.

EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NA REPÚBLICA FARROUPILHA (A), por Firminiano Ramos Soares — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 289.

EFEMÉRIDES DA REVOLUÇÃO RIO-GRANDENSE de 1835-1845, por Celso M. Schröder — Anais do I Congresso — 1935 — Volume II, pág. 297.

ELEMENTOS ESTRANGEIROS NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA (Os), por Othello Rosa — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 121.

ENSINO Comum e as primeiras tentativas de sua Nacionalização na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889), por Primitivo Moacyr — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1685.

ENSINO Sobre a Causalidade Histórico-Geográfica de Porto Alegre, por Amadeu de Oliveira Freitas — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2249.

ENSINO — Vide: Reforma do Ensino Secundário (A).

EPOPÉIA DOS FRONTEIROS (A) — (Primeiro Poema do Rio Grande) Perante o Direito Internacional (Principais Atos Diplomáticos) Na Integração do Nosso Território!, por Fernando Luiz Osório — Anais do II Congresso — Volume I, pág. 399-1937.

ESCOLA TÉCNICA PAROBÉ — Vide: Audição do Orfeão Ernani Braga etc.

ESCORÇO BIOGRÁFICO DE JOSÉ DA SILVA PAIS, por Edgar Fontoura — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 151.

ESCRAVATURA E A SUA ABOLIÇÃO NO BRASIL (A), por Percy Alvim Martin — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1203.

ESCRAVATURA EM PORTO ALEGRE (A) — Contribuição da Diretoria do Arquivo e Biblioteca da Prefeitura Municipal de Porto Alegre — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 203.

ESCRAVOS — Vide: Libertação dos Escravos.

ESTÂNCIA, por Manuel Duarte — Anais do III Congresso — 1940. Volume III, pág. 1607.

ESTÂNCIA — Vide: Porto Alegre “Síntese Histórica — De Estância a Capital”.

ESTÂNCIA — Vide: Rincão de Pelotas.

ESTRADA DA LAGUNA AO RIO GRANDE (A), por Manuel E. Fernandes Bastos — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 295.

ESTRANGEIROS — Vide: Elementos Estrangeiros na Revolução Farroupilha (Os).

ESTRUTURA POÉTICA DA HISTÓRIA (A), por Aldo Obino — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2263.

ESTRUTURA DA SERRA — Nas Bacias do Cai e do Rio-dos-Sinos (A), por Padre Balduino Rambo, S.J. — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 89.

ESTUDO DO POVOAMENTO DO RIO GRANDE DO SUL E DIVISAS DO RIO GRANDE DO SUL COM POVOS VIZINHOS, por Maria Mendes Pereira — Anais do III Congresso — 1940 —, pág. 1611, Volume III — c/gravuras.

ESTUDANTES DO RIO GRANDE DO SUL em Ouro Preto, por Vicente de Andrade Racioppi — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 977.

ESTUDANTES — Vide: Velha Porto Alegre.

ETNOLOGIA — Vide: Gente Sul-Riograndense.

EVOLUÇÃO ARQUITETÔNICA DE PORTO ALEGRE, por Ernani Corrêa — Anais do III Congresso 1940 — Volume IV, pág. 2567.

EXPEDIÇÃO DE JORGE SOARES DE MACEDO (A), Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 109.

EXPEDICION DE DON PEDRO DE CEVALLOS AL RIO GRANDE Y RIO DE LA PLATA, por Henrique Arana — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 325 — c/mapas.

EXPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 381, c/mapas e fotos.

EXPOSIÇÃO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 347 — c/fotos.

EXPOSICION DE LOS DELEGADOS ORIENTAIS Contra Almirante (R) José Aguiar y Coronel Manuel Carlos Tiscorinia — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 397.

F

FAMÍLIA BRASILEIRA E SUAS ORIGENS (A), por Admar Vidal — Anais do II Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2153.

- FAMÍLIA GUARANÍ CRISTIANIZADA (A), por Padre Luiz Gonzaga Jaeger, S. J. — Anais do III Congresso — 1937 — Volume I, pág. 264.
- FAMÍLIA PINTO BANDEIRA (A), por Mário Teixeira de Carvalho — Anais do III Congresso 1940 — Volume IV, pág. 2467.
- FARRAPO PEDRO VIEIRA “Perico El Bailarin” e seu Americanismo (O), por Fernando Osório — Anais do I Congresso — 1935 — Volume II, pág. 27.
- FARRAPOS — Vide: Ação e os Propósitos Orgânicos etc.
- FARRAPOS — Vide: Religiosidade e o Sacerdócio dos Farrapos (A).
- FARROUPILHAS — Vide: Foram os Chefes Farroupilhas Republicanos antes do Seival?
- FARROUPILHAS — Vide: Poetas Farroupilhas.
- FAZENDAS “AURORA E ANHUMAS” — Vide: Monografias das Fazendas “Aurora e Anhumas”.
- FENÔMENO ECONÔMICO NA REVOLUÇÃO DOS FARRAPOS (O), por Félix Contreiras Rodrigues — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 59.
- FLORA MEDICINAL DO HERBÁRIO ANCHIETA NA EXPOSIÇÃO FARROUPILHA (A), por Padre Canísio Orth, S.J. — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 269.
- FLORIANÓPOLIS — Vide: Considerações sobre o IX Congresso Brasileiro de Geografia etc.
- FOLCLORE — Vide: Seis Mitos Gaúchos.
- FORAM OS CHEFES FARROUPILHAS REPUBLICANOS ANTES DO SEIVAL?, por Walter Spalding — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 815.
- FORMAÇÃO ECONÔMICA DO AMAZONAS (Período Colonial), por Moacyr Paixão e Silva — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 443, c/mapas.
- FORMAÇÃO DOS DRAGÕES E OS PRIMEIROS OSÓRIOS DO RIO GRANDE (A), por Fernando Luiz Osório — c/gravuras — Anais do II Congresso — Volume II, pág. 169 — 1937.
- FORMAÇÃO DO REGIMENTO DE DRAGÕES DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (A), por J. C. Rego Monteiro — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 127.
- FORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL — Resenha Histórica, por João Maia — Volume I — Anais do I Congresso — 1935 — pág. 61.
- FORMAÇÃO SOCIAL E PSICOLÓGICA DO GAÚCHO BRASILEIRO, por Félix Contreiras Rodrigues — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 317.
- FORMAÇÃO TERRITORIAL DE MINAS GERAIS (A), por J. Resende Silva — Anais do III Congresso — Volume II, pág. 681, 1940.

FORTE DE SANTA TECLA (O), por Walter Spalding — Anais do II Congresso — Volume II, pág. 265 — c/gravuras, 1937.

FORTE DE SANTA TERESA — Vide: Trincheira de Castilhos.

FÓSSEIS DO BRASIL — Vide: Carnívoros e Desdentados.

FÓSSEIS DO BRASIL — Vide: Répteis Fósseis do Brasil.

FORTIFICAÇÕES DO CANAL E CIDADE DO RIO GRANDE — 1777, por J. Rego Monteiro — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 243 — c/plantas.

FREGUESIAS, VIGARARIAS, CURATOS E VARAS DA FUNDAÇÃO DO RIO GRANDE À REPÚBLICA, por Walter Spalding — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III pág. 1441.

FRONTEIROS — Vide: Últimos Fronteiros nas terras do Sul (Os).

FUNDAÇÃO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DO ARROIO (A), por Manoel E. Fernandes Bastos — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 131.

FUNDAÇÃO DO RIO GRANDE, por João Borges Fortes — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 203.

FUNDAMENTOS DO ESPIRITO BRASILEIRO, por Paulo Tollens — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1631.

G

GADO BOVINO e sua influência sobre a Antropogeografia do Rio Grande do Sul (O), por Florêncio Carlos de Abreu e Silva. Anais do III Congresso 1940 — Volume IV, pág. 2133.

GARIBALDI EM MONTEVIDÉO — Vide: Incidente Régis (O)

GARIBALDI, ROSSETTI E ZAMBECCARI, por Eduardo Duarte — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 763.

GAÚCHO BRASILEIRO — Vide: Formação Social e Psicológica do Gaúcho Brasileiro.

GAÚCHO — Vide: Revolução Farroupilha etc. (Henriqueta G. G. Galeno)

GAÚCHO — Vide: Terra do Gaúcho.

GAÚCHOS — Vide: Seis Mitos Gaúchos.

GASPAR SILVEIRA MARTINS — Tribuno do Liberalismo — Resenha da Época e Episódios, por Leopoldo de Freitas — Anais do I Congresso — Volume III — 1935 — pág. 329.

GASPAR SILVEIRA MARTINS — Vide: Nascimento de Gaspar Silveira Martins.

GENEALOGIA GAÚCHA (PINTO BANDEIRA), por Bueno de Azevedo Filho — Anais do III Congresso — Volume III — 1940 — pág. 1071.

GENEALOGIA — Vide: Antônio de Souza Sardinha.

GENEALOGIA — Vide: Barão de Gravataí.

GENEALOGIA — Vide: Bento José Martins.

GENEALOGIA — Vide: Família Pinto Bandeira.

GENEALOGIA DO PAULISTA — Bento Manoel Ribeiro, por Bueno de Azevdo Filho — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 717.

GEOGRAFIA — Vide: Aspectos da Geografia das Calamidades.

GEOGRAFIA — Vide: Rio Grande do Sul — Explicação da História pela Geografia.

GEOGRAFIA — Vide: Problema de la distribución geográfica etc.

GENTE SUL-RIOGRANDENSE, por E. F. de Souza Docca — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 643.

GETÚLIO VARGAS — Vide: Recepção a S. Exa. etc.

GOMES FREIRE DE ANDRADE — Vide: Devoción de Gomes Freire de Andrade a Santa Teresa etc.

GOVERNO DE JOSÉ MARCELINO DE FIGUEIREDO NO GOVERNO DE SÃO PEDRO — 1769 a 1780, por Florêncio Carlos de Abreu e Silva — Anais do II Congresso — 1937 Volume III, pág. 177.

GOVERNO REPUBLICANO — Vide: Palácio do Itamarati, como Primeira Sede do Governo Republicano de 89.

GRAMÁTICA, O Uso e a Norma (A), por Rosário Farani Mansur Guérios — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2225.

GUARANIS — Vide: Família Guarani Cristianizada.

GUERRA GUARANÍTICA (A), A Batalha De Caiboaté — Atuação de Thomaz Luiz Osório, por Fernando Luiz Osório — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II pág. 379.

H

HISTÓRIA — Vide: Estrutura Poética da História (A).

HISTÓRIA — Vide: Resumo da História Político-Militar do Rio Grande do Sul.

HOUE SUPERIORIDADE RACIAL DOS PRIMEIROS POVOADORES?, por Daisy Brescia — Anais do III Congresso, Volume III, pág. 1855, 1940.

HOMENAGEM DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA à Companhia de Jesus no seu IV Centenário — Anais do III Congresso — Volume III, pág. 1024, 1940.

HOMENAGEM DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA ao Dr. J. Loureiro da Silva, D.D. Prefeito Municipal de Porto Alegre — Anais do III Congresso — Volume II, pág. 1 — 1940.

I

IGREJA NO VELHO CONTINENTE DE SÃO PEDRO DO SUL (A), por Walter Spalding — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1433.

IMPRENSA EM PORTO ALEGRE (1827-1889), por Scylla Soares da S. e Souza — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1181. c/facsimilar do 1º livro impresso em Porto Alegre.

IMPRENSA DE PORTO ALEGRE, Durante o Século XIX no Serviço de Arquivo Histórico do Estado (A), por Prof. Rivadavia Coelho, Anais do III Congresso 1940 — Volume II, pág. 37.

IMPRENSA DO RIO GRANDE DO SUL — Da Abolição à República, por Nestor Ericksen — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2187.

IMPRENSA — (II Exposição) — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 355 — c/fotos.

IMPRENSA — Vide: Apontamentos para a História da Imprensa no Rio Grande do Sul.

INDEPENDÊNCIA NACIONAL — Vide: Rio Grande do Sul etc.

INFLUÊNCIA MADEIRENSE E O INÍCIO DO CICLO DO ASSUCAR NA CAPITANIA DE SÃO VICENTE, por Enzo Silveira — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2299.

INFLUÊNCIA METEOROLÓGICA SOBRE O CÁLCIO NO ORGANISMO, por Mário Bernd — Anais de III Congresso — Volume III, 1940 — pág. 1365.

INCIDENTE — REGIS (O) — Garibaldi em Montevidéo, por João Dornas Filho — Anais do III Congresso — Volume III, pág. 1515 — c/gravuras, 1940.

ÍNDICE POR AUTORES — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2745.

ÍNDICE GERAL DOS (Três) 3 VOLUMES DO I CONGRESSO — Anais do I Congresso — Volume III, 1935, pág. 345.

ÍNDICE GERAL DOS (Três) 3 VOLUMES DO II CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 411.

ÍNDICE POR MATERIAIS — Anais do III Congresso — 1940. Volume IV, pág. 2737.

ÍNDICE POR SECÇÕES — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2733.

INAUGURAÇÃO DO OBELISCO EM PONCHO VERDE — Discurso, por Aurélio Porto — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 65 — c/fotos.

INSTITUTO, por Leonardo Macedonia e Souza — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 7.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Vocabulário Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul — A a M — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 809.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL — Comissões Permanentes — Diretoria e Sócios — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 37.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL — Vide: Catálogo da Revista.

INSTRUÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL — Vide: Professor Thomaz Luiz Osório Filho — Pioneiro da Instrução etc.

INTRÓITO — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 7.

INTRÓITO E RELAÇÃO DOS SÓCIOS DO INSTITUTO — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 5 — c/fotos.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO PRESÍDIO DAS TORRES E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA, por Dante de Laytano — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 177.

INVASÃO DE SÃO BORJA (A), por Osório Tuiti de Oliveira Freitas — Anais I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 5.

INVESTIGAÇÕES CIENTÍFICAS — Vide: Primeiras Investigações Científicas no Rio Grande do Sul (As).

ITALIANOS — Vide: Colono Italiano e a Libertação do Negro. (O).

J

JACUÍ — Vide: Notas para o estudo de bacia do Jacuí.

JESUÍTAS EM SÃO PAULO — Vide: Ação dos Jesuítas em São Paulo.

JOÃO BATISTA DA SILVA PEREIRA — Barão do Gravataí, por Jorge Godofredo Felizardo — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1911 — c/foto.

JOÃO MANUEL — Vide: Ação Militar de João Manuel etc.

JOBIM (Sua Vida e seu tempo), por Alcindo Sodré — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 249.

JORGE SOARES DE MACEDO — Vide: Expedição de Jorge Soares de Macedo (A).

JOSÉ DE ARAÚJO RIBEIRO — Visconde de Rio Grande, por Olyntho Sanmartin — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1697.

JOSÉ MARCELINO DE FIGUEIREDO — Vide: Governo de José Marcelino de Figueiredo etc.

JOSÉ MARTINS DA CRUZ JOBIM — Vide: (Jobim, Sua vida e seu tempo).

JOSÉ DA SILVA PAIS — Vide: Rio Grande de São Pedrona Visão de José da Silva Pais.

JOSÉ DA SILVA PAIS — Vide: Rio Grande e São Pedro na Visão de José da Silva Pais.

LAGUNA — Vide: Estrada da Laguna ao Rio Grande (A).

LAGUNA E RIO GRANDE, por Oswaldo R. Cabral — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1895.

LAGUNISTAS E SILVA PAIS (Os), por Henrique Oscar Wiederspahn — Anais do II Congresso 1937 — Volume III, pág. 25.

LENDAS — Vide: Seis Mitos Gaúchos.

LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS (1871-1888 — Síntese), por Eugênio Egas — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2017.

LIMITES — Vide: Bulas e os Tratados de Limites.

LINGUAGEM PORTUGUESA — Vide: Dois Séculos de Linguagem portuguesa.

LITERATURA GAÚCHA — Vide: Nossos Autores Dramáticos (Os).

LITERATURA GAÚCHA — Vide: Poetas do Rio Grande do Sul.

M

MANOEL JORGE RODRIGUES — Breve Notícia Biográfica do Tte. General Barão de Taquari, por Bueno de Azevedo Filho — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 753.

MANOEL JOSÉ DA SILVA BASTOS — Vide: Dramaturgo Rio-Grandense. (Um).

MAPOTECA — Vide: Rio Grande do Sul en la Mapoteca de Chile (El).

MARINHA DE GUERRA DO BRASIL — Vide: Barca de Vapor Liberal (A).

MARTÍRIO DO VENERÁVEL PADRE CRISTÓVÃO DE MENDONÇA, S.J. (Notas para um livro em preparo), por A. Aurélio Porto — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 767.

MATERIAL LÍTICO, Cerâmica e Inscrições da Lapa Vermelha em Minas Gerais, por Anibal Mattos — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1455 — c/gravuras.

MEDALHA COMEMORATIVA DO III CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 63.

MEDALHA E SELO COMEMORATIVO DO IV CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 20.

MEMÓRIA — Vide: Teatro em Porto Alegre no século XIX (O).

MEMÓRIA RELATIVA À CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE CORREIO NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, por Mário Teixeira de Carvalho — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 177.

MEMÓRIAS — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 87.

MEMÓRIAS — Anais do II Congresso — 1937 — pág. 219.

MEMÓRIAS HISTÓRICAS E COMENTÁRIOS, por J. O. Pinto Soares — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 205.

MERIDIONALIS BRASILIAE ARX'', por Afonso de Escragnole Taunay — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2721.

MESTIÇAGEM EURO-AMERICANA NO PLANALTO PAULISTA (Séculos seiscentista e setecentista), por José Fernando Martins Bonilha — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1589.

MINAS GERAIS — Vide: Formação Territorial de Minas Gerais (A).

MINAS GERAIS — Vide: Material Lítico, cerâmica etc.

MINEIROS NO RIO GRANDE DO SUL (Os), por J. V. Rezende Silva — Anais do I Congresso — 1935 — pág. 303 — Volume I.

MISSÕES — Vide: Primitivas Reduções Jesuíticas no Rio Grande do Sul.

MISSÕES — Vide: Sete Povos das Missões e o Tratado de Madrid.

MOÇÃO DE APLAUSOS ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul pela realização do IV Congresso — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 937.

MOÇÃO E PROPOSTAS — Diversas — Vide: Propostas.

MOÇÕES — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 303.

MONOGRAFIAS DAS FAZENDAS “Aurora e Anhumas”, por Maria Stella de Abreu Bergo — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2353 — c/gravuras.

MONOGRAFIAS — Vide: Teses e Monografias.

MONUMENTO A DUQUE DE CAXIAS — Vide: Caxias e a Pacificação do Rio Grande do Sul etc.

MONUMENTO — Vide: Inauguração do Obelisco em Poncho Verde.

MORTALIDADE INFANTIL — Vide: Causas da Mortalidade Infantil etc.

MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS — Vide: Biblioteca do Museu Júlio de Castilhos.

MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS — Vide: Catálogo da Revista etc.

N

NASCIMENTO DE GASPAR SILVEIRA MARTINS (O), por Mário Teixeira de Carvalho — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 311.

NAVEGAÇÃO A VAPOR NO RIO GRANDE DO SUL etc. — Vide: Barca de Vapor Liberal.

NEGRO — Como Saint-Hilaire viu o Negro no Rio Grande do Sul, por Dante de Laytano — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 15.

NEGRO — Vide: Colono Italiano e a Libertação do Negro (O)

NEGRO — Vide: Terra do Gaúcho.

NEGRO NO BANDEIRISMO (O), por Alfredo Ellis Júnior — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1571.

NOSSOS AUTORES DRAMÁTICOS (Os), por Ari Martins — Anais do III Congresso — Volume III, pág. 1419, 1940.

NOTAS PARA O ESTUDO DA BACIA DO JACUÍ, por Othilo Adamy — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2031.

NOTICIÁRIO — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 311 — c/fotos.

NÚCLEOS URBANOS — Vide: Origem dos Primeiros Núcleos no Rio Grande do Sul.

NUEVA CONTRIBUCION AL ESTUDIO DE LOS VIENTOS IMPETUOSOS EM EL ESTUÁRIO DEL PLATA, por Luiz Morandi — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1497 c/gravuras.

O

OBELISCO — Vide: Inauguração do Obelisco em Poncho Verde.

ORIGENS DOS PRIMEIROS NÚCLEOS URBANOS NO RIO GRANDE DO SUL (Municipalismo), por De Paranhos Antunes — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 359.

OSÓRIO E A REVOLUÇÃO FARROUPILHA, por Walter Spalding — Anais do IV Congresso — Volume I, pág. 323. 1945.

OURO PRETO — Vide: Estudantes do Rio Grande do Sul em Ouro Preto.

P

PACIFICAÇÃO DE 1845 — Vide: Caxias e a Pacificação de 1845.

PACIFICAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL — Vide: Dom Pedro II na Pacificação do Rio Grande do Sul.

PALÁCIO DO ITAMARATI, como Primeira sede do Governo Republicano de 89 (O), por Sylvio Peixoto — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 1013.

PALAVRAS DO DR. Dante de Laytano, apresentando o Relatório dos Trabalhos preparatórios do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 134 — c/fotos.

PALEONTOLOGIA — Vide: Fósseis do Brasil.

PAPÉIS CONSULARES DO SÉCULO XIX REFERENTES AO RIO GRANDE DO SUL (Consulados Francês e Alemão), por Carlos Waltrudes de Oliveira — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 59.

PARECERES APROVADOS — Os Pareceres estão distribuídos pela Ordem que foram Discutidos — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 149.

PARTIDOS POLÍTICOS NO RIO GRANDE DO SUL (1822-1889) (Os), por De Paranhos Antunes — Anais do I Congresso — 1935 — Volume II, pág. 215.

PASSO INICIAL DA GRANDE REVOLUÇÃO (O), por Eduardo Duarte — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 309.

PASSO FUNDO — Vide: Decênio Farroupilha (No).

PAU-BRASIL — Vide: Ciclo do Pau-Brasil (O).

PAZ DE PONCHO VERDE (A) — Vide: Causas Remotas e Imediatas da Grande Revolução.

PECUÁRIA — Vide: Martírio do Venerável Padre Cristóvão de Mendonça, S.J.

PEDRA FUNDAMENTAL DO MONUMENTO A SILVA PAIS — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I pág. 58.

PEDRO DE CEVALLOS — Vide: Expedição de Don Pedro de Cevallos al Rio Grande y Rio de La Plata.

PEDRO VIEIRA — Vide: Farrapo Pedro Vieira “Perico El Bailarin”.

PEDRO TEIXEIRA, por Daniel Ortega Ricaurte — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2543.

PELOTAS — Vide: “Rincão de Pelotas”

“PERICO EL BAILARIN” — Vide: Farrapo Pedro Vieira etc.

PESCADORES — Vide: Vocabulário dos Pescadores etc.

PINTO BANDEIRA — Vide: Família Pinto Bandeira.

PINTO BANDEIRA: Vide: Genealogia Gaúcha.

PIRATINI — Vide: Tratado de Piratiny.

POESIAS — Vide: Poetas Farroupilhas...

POETAS DO RIO GRANDE DO SUL, por Ari Martins — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1389.

POETAS FARROUPILHAS, por Alcides Lopes Miller — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 203.

POETAS — Vide: Velha Porto Alegre.

POLÍTICA EXTERIOR — Vide: Considerações sobre aspectos etc.

POLÍTICA MILITAR — Vide: Resumo da história Político-Militar do Rio Grande do Sul.

POLÍTICA DOS MINISTÉRIOS E A REVOLUÇÃO FARROUPILHA (A), por Manuel Duarte — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 537.

PONCHO VERDE — Vide: Causas Remotas e Imediatas da Grande Revolução.

PONCHO VERDE — Vide: Inauguração do Obelisco em Poncho Verde.

PORTO ALEGRE DE ONTEM E DE HOJE — Vultos, Fatos e Idéias... por Mário Bernd — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1295.

“PORTO ALEGRE NO SÉCULO XVIII”, por De Paranhos Antunes — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1037 — c/gravuras.

PORTO ALEGRE — Síntese Histórica — De Estância à Capital, por Jaci Antônio Louzada Tupi Caldas — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1527 — c/mapas.

PORTO ALEGRE — Vide: Documentos Interessantes para a história de Porto Alegre.

PORTO ALEGRE — Vide: Casas da Cidade.

PORTO ALEGRE — Vide: Coleção de Anúncios do “Diário de Porto Alegre — 1827”.

PORTO ALEGRE — Vide: Causas da Mortalidade Infantil etc.

PORTO ALEGRE — Vide: Condado de Porto Alegre.

PORTO ALEGRE — Vide: Ensaio sobre a causalidade histórico-geográfica de Porto Alegre.

PORTO ALEGRE — Vide: Evolução Arquitetônica de Porto Alegre.

PORTO ALEGRE — Vide: Imprensa em Porto Alegre.

PORTO ALEGRE — Vide: Teatro em Porto Alegre no Século XIX (O).

PORTO ALEGRE — Vide: Velha Porto Alegre (A)

POSSIDONO MANCIO DA CUNHA JUNIOR — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1987 — c/fotos.

POVO RIO-GRANDENSE (O), por Margarida Pardelhas — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 112.

POVOAMENTO — Vide: Estrada da Laguna ao Rio Grande (A).

POVOAMENTO — Vide: Monografia das Fazendas “Aurora e Anhumas”.

POVOAMENTO do Rio Grande do Sul — Vide: Estudo do Povoamento do Rio Grande do Sul etc.

POVOAMENTO do Rio Grande do Sul — Vide: Origens dos Primeiros Núcleos do Rio Grande do Sul.

POVOAMENTO — Vide: Houve superioridade racial dos primeiros povoadores?

PRATA — Vide: Considerações sobre aspectos da Política etc.

PRÉ-HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL — Unidade de uma raça desconhecida, por Aurélio Porto — Anais do I Congresso — Volume I, pág. 243, 1935.

PRESÍDIO DAS TORRES — Vide: Introdução ao Estudo do Presídio das Torres e sua evolução histórica.

PRIMEIRAS INVESTIGAÇÕES CIENTÍFICAS NO RIO GRANDE DO SUL (As), por Abeillard Barreto — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 111.

PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA — Regulamento, programa etc. — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 5.

PRIMITIVAS REDUÇÕES JESUÍSTICAS DO RIO GRANDE DO SUL (1626-1636) (As), por Padre Luiz Gonzaga Jaeger, S. J. — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 399 — c/mapas.

PRIMITIVOS HABITANTES DO RIO GRANDE DO SUL, por Aurélio Porto — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 273.

PROBLEMA DE LA DISTRIBUCION GEOGRÁFICA DE LAS ESPECIES RESUELTO POR LA TEORIA DE LAS TRASLACIONES CONTINENTALES (El), por Daniel Hanmerly Dupuy — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1239 — c/gravuras.

PROBLEMA DE UMA RAÇA (O), por Geraldo Brandão — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1885.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE (A), por Paulino Jacques — Anais do III Congresso — 1940 - Volume IV, pág. 2123.

PROFESSOR THOMAZ LUIZ OSÓRIO FILHO — Pioneiro da Instrução no Rio Grande do Sul (O) por Fernando Luiz Osório — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 211.

PROPOSTA — General Souza Docca designado para chefiar a Comissão encarregada de escrever a biografia de Duque de Caxias — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 936.

PROPOSTA — Para que seja constituída uma comissão para apresentar uma síntese de princípios básicos e verdadeiros sobre a Revolução Farroupilha — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume II, pág. 938-939-940.

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL — Vide: Ensino Comum e as Primeiras Tentativas de sua Nacionalização etc.

PROVÍNCIAS IRMÃS DO SUL (As) — Vide: Três Províncias Irmãs do Sul.

Q

QUÍMICA GEOLÓGICA DO CÁLCIO SUL-RIOGRANDENSE — Relação com a tuberculose e a cárie dentária, por Mário Bernd — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1369.

QUESTÃO DA SUPERIORIDADE RACIAL E SUA APLICAÇÃO AOS PRIMEIROS COLONIZADORES DO BRASIL — Anais do III Congresso — Volume III, 1940, pág. 1675.

R

RELAÇÃO DOS BACHAREIS SUL-RIOGRANDENSES DIPLOMADOS PELA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO, nos Anos de 1832 a 1888 — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 2006, por Eugênio Egas.

RAÇA (Racismo) — Vide: Fundamentos do Espírito Brasileiro.

RAÇA — Vide: Problema de Uma Raça (O).

RAÇAS — Vide: Povo Rio-Grandense (O).

RACISMO — Vide: Questão da Superioridade Racial e sua Aplicação aos Primeiros Colonizadores do Brasil (A).

RECEPÇÃO A S. Ex.^a o Sr. Presidente da República — Entrega do Diploma de Sócio Grande Benemérito ao Dr. Getúlio Vargas — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 317 — c/fotos.

RECONHECIMENTO DA COSTA SUL-BRASILEIRA — O Rio Grande de São Pedro — O Brasil, por J. O. Pinto Soares — Anais do III Congresso — 1940. Volume IV, pág. 2049.

RECURSOS FINANCEIROS DA REPÚBLICA DE PIRATINI, por Florêncio Carlos de Abreu e Silva — Anais do I Congresso — 1935 — Volume III, pág. 91.

REDUÇÕES JESUÍTICAS — Vide: Primitivas Reduções Jesuíticas do Rio Grande do Sul (As).

REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO (A), por Antônio de Paula Filho — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2221.

REGIME FEUDAL E AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS (O) — Breve Estudo comparativo, por Raul de Andrade e Silva — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2597.

REGIMENTO INTERNO E PROGRAMA — 19 a 24 de fevereiro de 1937 — Anais do II Congresso 1937 — Volume I, pág. 11.

REGIMENTO INTERNO E RELAÇÃO DAS TESES etc. — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 7.

REGULAMENTO INTERNO — Vide: Regulamento e Regimento Interno.

REGULAMENTO E REGIMENTO INTERNO — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 13.

REGULAMENTO E PROGRAMA DO III CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 55.

RELAÇÃO DA DIRETORIA E SÓCIOS DO INSTITUTO (Intróito) — Anais do IV Congresso — 1945. Volume I, pág. 5.

RELAÇÃO DOS CONGRESSISTAS QUE NÃO ENVIARAM TESES. Presentes às Sessões e aderentes — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 409.

RELATORES — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 99.

RELATÓRIO DO Dr. Dante de Laytano, Presidente da Comissão Especial organizadora do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 65.

RELATÓRIO DO IV CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL, por Virgílio Corrêa filho — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 27.

RELIGIÃO — Vide: Concurso das Congregações Religiosas para a Formação Cultural etc.

RELIGIOSIDADE E O SACERDÓCIO DOS FARRAPOS (A), por Fernando Luiz Osório — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 381.

RÉPTEIS FÓSSEIS DO BRASIL, por Carlos de Paula Couto — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1801 — c/gravuras.

REPÚBLICA FARROUPILHA — Vide: Educação Primária na República Farroupilha.

REPÚBLICA DE PIRATINI — Vide: Recursos Financeiros da República de Piratini

REPÚBLICA RIOGRANDENSE — Vide: Proclamação da República Riograndense (A).

REPUBLICANOS — Vide: Foram os Chefes Farroupilhas Republicanos antes do Seival?.

RESUMO DA HISTÓRIA POLÍTICO-MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL, por Gustavo Moritz — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2325.

REVISTA — Vide: Catálogo do Museu e Instituto.

REVOLTA DOS DRAGÕES DO RIO GRANDE (A), por Walter Spalding — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 137 — c/foto.

REVOLUÇÃO — Vide: Causas Remotas e Imediatas da Grande Revolução.

REVOLUÇÃO — Vide: Passo Inicial da Grande Revolução (O).

REVOLUÇÃO DE 1835 — Vide: O Trono da Grécia, A Casa de Bragança e a Revolução de 1835.

REVOLUÇÃO dos FARRAPOS — Vide: Fenômeno Econômico da Revolução dos Farrapos (O).

REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Causas Sociais, Políticas e Econômicas (A), por Henriqueta G.G. Galeno — Anais do I Congresso — 1935 — Volume II, pág. 83.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Causas Sociais, Políticas e Econômicas (A), por Manuel Duarte — Anais do I Congresso — Volume I, pág. 145, 1935.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Causas Sociais, Políticas e Econômicas (A), por L. F. Castilhos Goycochêa — Anais do I Congresso — 1935 — Volume II, pág. 121.

- REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Vide: Causas da Revolução Farroupilha.
- REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Vide: Clero na Epopéia Farroupilha (O).
- REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Vide: Cooperação Interprovincial na Revolução Farroupilha.
- REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Vide: Elementos Estrangeiros na Revolução Farroupilha.
- REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Vide: Osório e a Revolução Farroupilha.
- REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Vide: Política dos Ministérios e a Revolução Farroupilha (A).
- REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Vide: Sentido Histórico da Revolução Farroupilha.
- REVOLUÇÃO RIOGRANDENSE — Vide: Efemérides da Revolução etc..
- “RINCÃO DE PELOTAS”, por Fernando Luiz Osório — Anais do II Congresso — 1937 — volume II, pág. 53, c/mapas.
- RIO ANTIGO (O) — Explendor e galanteria, por Gastão Penalva — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2555.
- RIO CAÍ — Vide: Estrutura da Serra etc.
- RIO DE LA PLATA — Vide: Expedición de Don Pedro Cevallos etc.
- RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, na Visão de José da Silva Paes, por Edgar Fontoura — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 83.
- RIO GRANDE DO SUL — Donatária dos Assecas, por Aurélio Porto — Anais do I Congresso 1935 — Volume I, pág. 85.
- RIO GRANDE DO SUL — Vide: Rio Grande de São Pedro etc.
- RIO GRANDE DO SUL — en la Mapoteca de Chile (El)-(1500-1809), por Carlos E. Grez Pérez — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 243
- RIO GRANDE DO SUL — Explicação da História pela Geografia, por F. de Paula Cidade — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 711 — c/gravuras.
- RIO GRANDE DO SUL — na Independência Nacional (O), por Edgar Fontoura — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2201.
- RIO GRANDE DO SUL — Vide: Apontamentos para a História da Imprensa do Rio Grande do Sul.
- RIO GRANDE DO SUL — Vide: Aspectos Econômicos do Rio Grande do Sul.
- RIO GRANDE DO SUL — Vide: Aspectos da Formação Rio Grandense.
- RIO GRANDE DO SUL — Vide: Artes Plásticas no Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Barca de Vapor Liberal.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Bi-Centenário do Rio Grande e o Instituto Histórico.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Catálogo da Revista do Museu etc.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Catálogo da Revista do Instituto etc.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Caxias e a Pacificação — (Discurso-Monumento).

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Comércio, Indústria e Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Concurso das Congregações Religiosas etc.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Dom Pedro II na Pacificação do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Efemérides da Revolução Rio-Grandense — 1835-1845.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Ensino Comum e as Primeiras tentativas etc.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Estudantes do Rio Grande do Sul em Ouro Preto.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Estudo do Povoamento do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Expedição de Don Pedro de Cevallos Al Rio Grande etc.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Formação do Rio Grande do Sul etc.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Fortificações do Canal e Cidade do Rio Grande.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Freguesia, Vigararia, Curatos e Varas etc.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Fundação do Rio Grande.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Gado Bovino e sua Influência etc.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Gente Sul-Riograndense.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Igreja no Velho Continente de São Pedro do Sul (A).

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Imprensa do Rio Grande do Sul da Abolição à República.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Laguna e Rio Grande.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Mineiros no Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Negro.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Notas para o Estudo da Bacia do Jacuí.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Papéis Consulares no século XIX referentes ao Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Partidos Políticos no Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Poetas do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Povo Rio-Grandense.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Pré-história do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Primeiras Investigações Científicas no Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Primitivos Habitantes do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Proclamação da República Rio-Grandense.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Reconhecimento da Costa Sul-brasileira etc.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Relatório do IV Congresso etc.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Resumo da História Político-Militar no Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Sugestões para o estudo Histórico Social etc.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Vegetação atual do Estado do Rio Grande do Sul, no século XVIII (A).

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Vocabulário dos Pescadores do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Vocabulário Geográfico do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL — Vide: Um caso de Xifopagia no Rio Grande do Sul.

RIO DOS SINOS — Vide: Estrutura da Serra etc.

ROSSETTI — Vide: Garibaldi, Rossetti e Zambecari.

S

SACERDÓCIO — Vide: Religiosidade e o Sacerdócio dos Farrapos (A).

SAMBAQUIS Y OTROS ENSAYOS DE ARQUEOLOGIA BRASILEÑA (Los), por Antônio Serrano — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 327 — c/diversas estampas.

SANTA TECLA — Vide: Forte de Santa Tecla (O).

SANTA TERESA — Vide: Devoción de Gomes Freire de Andrade a Santa Teresa en “Jubilos da América” (La).

SANTA TERESA — Vide: Trincheira de Castilhos (A).

SÃO BORJA — Vide: Invasão de São Borja. (A).

SÃO PAULO — Vide: Ação dos Jesuitas em São Paulo.

SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL — Vide: Rio Grande de São Pedro na Visão de José da Silva Paes.

SÃO PEDRO DO SUL — Vide: Igreja do Velho Continente de São Pedro do Sul.

SÃO VICENTE (Capitania) — Vide: Influência Madeirense e o Início do ciclo do Açúcar etc.

SARGENTO-MÓR — Camillo Machado de Bittencourt, por Henrique Boiteux — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2233 — c/foto.

SEÇÕES — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 107.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA — Homenagem — Discurso do Secretário interino Caio Brandão de Melo — Anais do IV Congresso — 1945 — Volume I, pág. 93.

SEIS MITOS GAÚCHOS, por Luiz da Câmara Cascudo — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2275.

SEIVAL — Vide: Foram os Chefes Farroupilhas Republicanos antes do Seival?

SELO — Vide: Medalha e Selo etc.

SENTIDO HISTÓRICO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA (O), por Cesar Feliciano Xavier — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1377.

SEPÚLVEDA — Vide: Governo de José Marcelino de Figueiredo etc.

SETE POVOS DAS MISSÕES E O TRATADO DE MADRID (Os), por Renato Mendonça — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2577, c/gravuras..

SILVA PAIS — Pedra Fundamental — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 58.

SILVA PAIS — Vide: Lagunistas e Silva Pais.

SOBRADOS NO RIO GRANDE DO SUL — Vide: “Sugestões para o estudo Histórico Social etc”.

SÓCIOS DO INSTITUTO — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 45.

SUGESTÕES PARA O ESTUDO HISTÓRICO SOCIAL DO SOBRADO NO RIO GRANDE DO SUL — por Gilberto Freyre — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 11, c/gravuras.

SOLDADOS — Vide: Casais, Soldados e Degredados etc.

SUL — Vide: Sambaquis y otros ensayos de arqueología brasileña (Los).

SUL — Vide: Três Províncias Irmãs do Sul.

T

TEATRO EM PORTO ALEGRE no século XIX (O) — Memória, por Olyntho Sanmartin — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1729.

TERCEIRO CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA — Patrocinado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Comemorativo do Bi-Centenário da colonização da Capital Gaúcha — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 221.

- TERRA DE GAÚCHO, por Rúbio Brasileiro — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 163.
- TESES APROVADAS E RESPECTIVOS PARECERES — Anais do I Congresso — 1935 — Volume I, pág. 57.
- TESES APROVADAS E RESPECTIVOS PARECERES — Anais do II Congresso — 1937 — Volume I, pág. 84.
- TESES E MONOGRAFIAS — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 91.
- TESES E MONOGRAFIAS — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1387.
- TESES E MEMÓRIAS — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 338.
- THOMAZ LUIZ OSÓRIO FILHO — O Pioneiro da Instrução no Rio Grande do Sul, por Fernando Luiz Osório — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 211.
- THOMAZ LUIZ OSÓRIO — Vide: Guerra Guaranítica.
- THOMAZ LUIZ OSÓRIO — Vide: “Rincão de Pelotas”.
- TIRO 4 (QUATRO) — Sua vida e Sua Grandeza (O), por Gaston Hasslocher Mazon — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2725.
- TORRES — Vide: Introdução ao Estudo do Presídio das Torres e Sua Evolução Histórica.
- TRABALHOS RECEBIDOS, segundo a ordem de entrada — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 81.
- TRATADO DE PIRATINY — 1838 — Anais do III Congresso — 1940 — Volume I, pág. 431 c/gravuras.
- TRATADOS DE LIMITES — Vide: Bulas e os Tratados de Limites.
- TRATADOS DE LIMITES — Vide: Epopéia dos Fronteiros (A).
- TRATADOS DE MADRID — Vide: Sete Povos das Missões e o Tratado de Madrid.
- TRÊS PROVÍNCIAS IRMÃS DO SUL (As), por José Vieira da Rosa — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 223 — c/diversos mapas.
- TRINCHEIRA DE CASTILHOS (A) — (Forte de Santa Teresa), por Fernando Osório — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 287 — c/gravura.
- TRONO DA GRÉCIA, A Casa de Bragança e a Revolução de 1835 (O), por J. Egon D’Abreu Prates — Anais do I Congresso — 1935 — Volume II, pág. 5.
- TROPEIROS, por João Borges Fortes — Anais do II Congresso — 1937 — Volume II, pág. 73.

U

ÚLTIMOS FRONTEIROS PAULISTAS NAS TERRAS DO SUL (Os), por Osmar Simões Magro — Anais do III Congresso — 1940 — Volume IV, pág. 2455.

UM CASO DE XIFOPAGIA NO RIO GRANDE DO SUL, por Jorge Godofredo Felizardo — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1983.

V

VEGETAÇÃO DO ATUAL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no século XVIII (A), por Irmão Teodoro — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 125.

VELHA PORTO ALEGRE (A) — (Memorial do Bacharel João Braz), por Armando Sylveira — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 515.

VENTOS — Vide: Nueva Contribución al estudio de los vientos etc.

VISCONDE DE RIO GRANDE (O), por Olyntho Sanmartin — Anais do III Congresso — 1940 — Volume III, pág. 1697.

VOCABULÁRIO GEOGRÁFICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — Primeira Parte “A a M” — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Anais do III Congresso — 1940 — Volume II, pág. 809.

VOCABULÁRIO DOS PESCADORES DO RIO GRANDE DO SUL, por Dante de Laytano — Anais do II Congresso — 1937 — Volume III, pág. 237.

VULTOS, FATOS, IDÉIAS — Vide: Porto Alegre de ontem e de hoje.

X

XIFOPAGIA — Vide: Um caso de Xifopagia no Rio Grande do Sul.

Z

ZAMBECCARI — Vide: Garibaldi, Rossetti e Zambecari.

TERCEIRA PARTE

DOCUMENTOS

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

Da antiga “Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico da Província de S. Pedro”, nossa revista republicou, em seus números 100, 101, 102 e 109/112, respectivamente relativos ao IV Trimestre de 1945, I Trimestre de 1946, II Trimestre de 1946 e I a IV Trimestres de 1948, os cinco primeiros fascículos, correspondentes aos volumes I, II e III.

Mais recentemente, nosso confrade ABEILLARD BARRETO localizou na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o 6.º número da aludida Revista Trimensal, editado em 1863, como n.º 1 do Ano IV, e do mesmo nos enviou uma cópia xerox.

É a matéria que a seguir transcrevemos, com a reprodução de sua folha de rosto e a transcrição “*ipsis litteris*” de seu conteúdo. Fica assim concluída a republicação da raríssima Revista Trimensal do primitivo Instituto provincial, que floresceu entre 1860 e 1863.

REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

DA

PROVINCIA DE S. PEDRO.



ANNO IV.



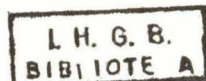
VOLUME IV. — N.º 1.



PORTO ALEGRE.

TYPOGRAPHIA DO CORREIO DO SUL.

RUA DA ALFANDEGA N.º 37.



INSTITUTO HISTÓRICO

**Discurso pronunciado em sessão de 26 de Abril
de 1863 pelo presidente reeleito o Exm^o Sr.
Barão de Porto Alegre.**

SENHORES

Quiz ainda uma vez a vossa benevolencia chamar-me a ocupar um lugar, que a outros mais aptos pertencia.

Preso longe de vós por deveres impreteriveis, a vossa deferência não esqueceu meu nome, impondo-me nova cadeias pela gratidão, a mim que ja tantas tinha pela sympathia, pela estima e pela amizade que a todos vos tributo.

A consciencia me diz, Senhores, nesta conjunctura que devo declinar uma honra superior às minhas forças e merecimento; a experiencia me convence de que não tenho para dar-vos mais que uma boa vontade esteril: mas prende-me o reconhecimento aos vossos desejos, e submetto-me a uma exigência que me lisongea tanto como me honra.

Felizmente a vossa esclarecida escolha me deu collaboradores capazes de remediar a minha insufficiencia. Delles fio para que a nossa sociedade seja ovante, máo grado os entraves que a circundão, e que cada dia temos novos estímulos para superar.

A historia do Brasil cada dia descobre veias mais ricas; e se hoje mesmo, Senhores, não fizessemos mais que gravar dia por dia as memorias da patria, grande seria para o porvir o serviço e maior para aquella a gloria.

Os povos tem uma historia moral como a tem material; a vida intellectual das nações se enriquece diariamente de factos cada vez mais notaveis, e eis-ahi justamente um campo vasto para as vossas notas, Senhores, para os vossos estudos.

Dous grandes acontecimentos marcão uma das mais nobres phases dessa especie de revoluções no Imperio: o movimento da idéia liberal, chegando ao poder pelo poder da opinião, e o alçamento sublime da nação inteira contra a insolita aggressão de uma potencia estrangeira.

Aquelle, Senhores, não se manifestou só pelos grandes successos do nosso parlamento. Se a autorisada palavra de muitos e illustrados estadistas o levou pela senda estreita da legalidade até operar a mais bella das revoluções pacificas, o sentimento publico corroborou magnanimo esse triumpho, e o corrobora duas vezes pela sua adhesão e pelo espirito de ordem, de morigeração e de firmeza que lhe derão o cunho de um progresso real e de uma verdadeira e solida popularidade.

O segundo ainda é mais bello, mais glorioso, Senhores. A Europa fecha os olhos para não vêr áquem do Atlantico, povos que não desmentem, mas antes melhorão a sua estirpe; nações que medrão pela intelligencia, inriquecendo-se pelo trabalho; e uma civilisação que acompanha a civilisação do velho continente quando não com vantagem sem desmerecimento ao menos. Emperrada na mente de um atrazo que só existe na sua imaginação quer-nos considerar eternamente subditos se não vassallos da sua prepotencia, e quando saúdão os pavilhões americanos é sempre com uma reserva mental que lhes contesta a soberania.

Pois bem: o Brasil protesta neste momento contra esse juízo anachronico e injusto. Renovando a suprema epopeia de 1822, engrandecendo-a mesmo, vejo a nossa joven nação levantar-se tão alto que a sombra do seu cocar airoso vai embaciar o brilho da corôa britanica. O Imperador, a veneranda constellação de velhos servidores que formão o seu ministerio, esse povo heroico da capital do imperio e detraz delle o das provincias todas, unidas n'um só laço por um sentimento commum, fazem deste anno, Senhores, uma epoca sem par, e dizem em actos eloquentes, quão vigorosa e viril é essa nacionalidade que o desvairado orguho não da nação, mas do gabinete britânico, considerão a par das cabildas do Riff, que vivem pelo saque e se escarmentão pela força.

Acompanhai, Senhores, essas manifestações do nosso progresso, e dizei se não sentis como eu que que atravessamos uma grande epocha, e que temos por diante uma missão magnifica! E não só entre nós, em todo o mundo, em toda a parte onde passa o sopro vivificador do seculo 19; o sopro que resuscita a Itália, que agita a Niobe das nações, essa Polonia tão digna de amor e sympathia, que commove o christianismo do Oriente e abala como um tremor de terra a barbara denominação da meia lua, e que atravez dessas revoluções, rasga o isthmo de Suez e vem as entranhas dos Alpes para levar o progresso sobre as azas da industria a todos os povos!

E' bello viver n'um tempo destes! Sois mais felizes do que eu, vós que entraes cheios de seiva nesse movimento grandioso; vós, que tendes diante de vós — o espaço que vos promette a mocidade, e a luz que vós dão a illustração e a intelligencia. Eu, que commovido por este espetaculo magnifico me associo a elle pelo amor e pela dedicação mais sincera, não posso todavia mais que apontar-vos a senda rutilante que vos chama, e excitar-vos, Senhores, a não ser menos que o nosso paiz e a nossa epocha.

Resenha dos Factos mais notaveis occorridos na Provincia durante o mez de Maio de 1863.

Em sessão de 26 de Abril do corrente anno, por indicação do Sr. Dr. Ubatuba, resolveu o Instituto nomear mensalmente um de seus socios para resenhar os factos mais notaveis occorridos durante cada mez, devendo apresental-a por escripto na primeira sessão do mez seguinte, para ser archivada e impressa na revista. Esta idéa de importancia sobre tudo para as épocas futuras, tem sido executada pelos diversos socios nomeados, e já o archivo possui diversos trabalhos desta natureza, os quaes serão agora impressos integralmente se a Revista podesse desde já tomar maior formato; porém em quanto o espaço de que dispõe não permittir a publicação completa, serão esses trabalhos dados em resumo, como neste numero se procede a respeito da Resenha do mez de Maio apresentada ao Instituto pelo socio o Sr. Dr. Jacintho da Silva Lima, sufficientemente desenvolvida e commentada.

A primeira occorrença de que se occupou o Sr. Dr. Lima, foi a noticia que dá o *Mercantil* d'esta cidade, em 1º de Maio, de ter entrado em julgamento no dia 30 do mez anterior, perante o tribunal do jury, o processo em que foi o Sr. coronel João Luiz Gomes accusado por crimes de injuria e calumnia, contra o Sr. brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves; tendo o tribunal por presidente o Juiz de Direito da 1ª vara crime o Sr. Dr. João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato, e sendo os Srs. Drs. Gaspar da Silveira Martins e Felix Xavier da Cunha advogados do réo e do Sr. brigadeiro Neves, os Srs. Dr. Antonio Angelo Christino Fioravanti e tenente coronel Felipe B. de Oliveira Neri. O jury absolveu o Sr. coronel João Gomes, e o autor da Resenha, convencido da necessidade, que terão os historiadores, de bem julgar da moralidade e illustração da epocha que terão de historiar, analysa, como jurisconsulto, a natureza das provas apresentadas ao tribunal e moralisa a sentença dada pelos juizes. Do jornal *A Ordem* (dia 6), extrahio o Sr. Dr. Lima umas cartas do Marquez do Pombal, escriptas quando ainda Conde de Oeiras, e dirigidas a lord Chatam, pedindo satisfação por se ter queimado uma esquadra Franceza na costa do Algarve, junto a Lagos, por encontrar nestas cartas um exemplo de energia e patriotismo com que se deve defender os direitos nacionaes agredidos por qualquer potencia; exemplo este que no Brasil se punha em pratica, na epocha da transcripção das cartas, de um modo bem solemne, porque em cada Brasileiro se achou um patriotismo igual ao eximio estadista e ministro Portuguez, concorrendo quanto cada um podia para a defesa dos nossos direitos e repressão das exigencias do ministro Britannico.

Mencionou em terceiro logar o Sr. Dr. Lima uma circular do Governo dirigida ás camaras municipaes para que estas promovão quanto puderem pelos seus municipios a cultura do algodão e do fumo, visto o augmento do consumo, que tem havido nos mercados estrangeiros, destes generos de nossa produção. Menciona tambem duas medidas importantes que passarão em segunda discussão no dia 9, na assembléa provincial, destinadas á melhorar a nossa industria nos seus dous ramos principaes: — a criação do gado e a agricultura. — A primeira é o emprestimo ao Sr. Dr. Ubatuba para a preparação de carnes de conserva pelo methodo de sua invenção e a segunda é a emenda do Sr. Dr. Felix da Cunha, consignando premios para a cultura do algodão e fumo.

O autor da Resenha dá ainda as seguintes occorrencias:

A camara municipal desta cidade nomeou uma commissão composta dos Srs. Dr. Florencio Carlos de Abreu e Silva, (relator), Francisco Isidoro Duarte, vigario José Ignacio de Carvalho e Freitas, Henrique da Silva Mariente, e Dr. João Luiz de Andrade Vasconcellos, para visitar as prisões civis e militares, e estabelecimentos de caridade, afim de informar á camara do seu estado e os melhoramentos de que precisão.

Os jornaes do Rio Grande noticião um assassinato praticado por Domingos Corrêa Simões Sobrinho na pessoa de Eloy Corrêa Simões.

No dia 1º de Maio o Rio Grande enriqueceu-se com mais um jornal intitulado — *Cruzeiro do Sul* — redigido pelo Sr. José Vieira Braga, que se annunciou liberal, mas sem compromisso de partido.

O Governo Imperial mandou agradecer as offertas e manifestações que desta provincia lhe forão dirigidas por motivos da questão Anglo-Brasileira.

Foi approved na assembléa provincial o requerimento do Exm^o Sr. Barão de Porto Alegre e varios outros Srs. deputados para que a Assembléa, em demonstração do seu profundo pezar pelo passamento de seu illustre membro o reverendo padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito, tome luto por tres dias, fazendo constar expressamente na acta com quanta magoa soube desse acontecimento, pela consideração e apreço que tributava a tão estimavel quanto digno sacerdote. Deve-se notar, accrescenta o relator, que o unico deputado que votou contra o requerimento foi o Sr. Dr. Bitencourt.

Na *Ordem* do dia 10 vem transcripto um bello e brilhante artigo onde se retrata o gênio do violonista de primeira força, o Sr. Paulo Julien, que tem encantado os salões desta capital.

No dia 10 deu-se começo nesta cidade á publicação de um periodico romantico, poetico e recreativo, denominado — *Esperança* — que é regido por alguns jovens estudantes.

O officio da presidencia de 25 de abril deste anno, dirigido ao Sr. tenente general commandante das armas, declara que, para o preenchimento da força do exercito, decretada pela lei n^o 1163 de 31 de Julho de 1862, deve esta provincia contribuir com cento e tres recrutas no anno financeiro de 1863 a 1864.

Termina-se a resenha pelo officio que o Sr. Diogo José de Oliveira dirigio á camara municipal da villa do Passo Fundo, sobre a exploração que fez com o fim de reconhecer se era possivel dotar o seu municipio de vias de boa communicação em direcção ao rio das Antas, e pela importancia do assumpto vai aqui transcripto o officio integralmente.

Illms. Srs. — No intuito do augmento e progresso commercial deste municipio, que tão difficeis vias communicativas têm para o coração da provincia; certo de que grande impulso daria ao municipio com a descoberta de um lugar na *Serra Geral* em que se podesse abrir caminho em direcção ao Rio das Antas, para d'ali os transeuntes por mansas aguas seguirem com facilidade á capital da provincia: mandei ha dous mezes explorar as vastas mattas que no districto do Campo do Meio atravessão a cordilheira da serra denominada *Serra Geral*; e apezar de muito custo e trabalho, tirei desse passo satisfactorio resultado, pois que de facto nas mencionadas mattas existia a facilidade da abertura de uma estrada em direcção ao referido rio, indo findar-se ella em suas margens aquem da villa de Taquary, obra de 8 a 10 leguas, segundo informações que hei obtido. E sendo real a idéa de formar-se para aquelle districto uma facil via communicativa para a capital da provincia, venho pressuroso communicar á VV.SS. tão agradável nova, prevenindo-os das vantagens que este municipio colherá com a fixabilidade da mesma estrada.

Para conseguir a exploração das mattas e obter o ambicionado resultado, resolvi empregar indigenas oriundos d'aquellas paragens com quem contractei, á custa de minha bolsa, a abertura de um pique, em direcção e a findar-se no Rio das Antas. De facto, os contractados, praticos do logar em que a cordilheira da serra é separada pelas vastas mattas indicadas, ali entrarão e forão fazendo o pique, tanto que presentemente nesse lugar existem já para mais de cem pessoas empregadas no fabrico de erva matte, que ali abunda admiravelmente. Por conseguinte mais esse grandioso resultado appareceu com a minha resolução da exploração mencionada; por quanto fica sendo ali a fonte de riqueza publica, visto que é já sabido e reconhecido que não ha no municipio outro lugar onde abunde tanta arvore de herva primeiro ramo do commercio do municipio; e as ha em tanta quantidade, que se pôde dizer que as sete leguas de matto por onde atravessa o pique, é todo composto e enfeitado com a abençoada *arvore de oiro*!

Sei que desta villa a entrada do pique tem cerca de seis a oito leguas, e por informações, que tem o caminho feito pelo matto explorado, em rigor, oito leguas ao rio, e d'ahi á Porto Alegre, obra de trinta leguas navegaveis; ficando claro que será grande a facilidade e presteza de communicação d'este municipio para a dita cidade. Tambem sei, por pessoas fidedignas, que os hervaes denominados do *Marão*, situado na serra proxima a esta villa, ficão áquem do pique, em certa altura, obra de uma e meia a duas leguas; de maneira que d'esta villa em direcção á elles se pôde tambem abrir caminho. Igualmente me consta que dos districtos da Soledade, se pôder ir dar ao pique dos campos de Florentino Soares e outros. Fazendo eu que fossem exploradas as mattas do Campo do Meio, nada quero e nem exijo pela lembrança, pois me considero mais que pago com a idéia de ter prestado um serviço ao municipio com a convicção de ter cooperado dessa fôrma para o engrandecimento e riqueza do paiz.

“Mas, por isso que a respeito hei feito o que em minhas forças estava, trago tudo ao conhecimento de VV.SS., afim de que, sciente dos factos, possam, como devem, dar impulso ás cousas, de maneira que consigão o estabelecimento e fixação d'aquella estrada que servirá sem duvida para a prosperidade do municipio. Deos Guarde a VV.SS. &c.”

**Biographia do fallecido vigario da Freguezia da
Madre de Deus desta capital e sócio do Instituto
Historico Geographico Rio Grandense
Padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito.**

Factos se dão na natureza, que assombrão os mais valentes espiritos.

No número d'estes registra o Instituto Histórico Geographico Rio Grandense e do passamento do seu illustrado consocio, o vigario da Freguezia da Madre de Deos d'esta capital, Padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito.

A biographia do illustre consocio deliberou o mesmo Instituto, em sessão de vinte e sete de Maio de mil e oitocentos sessenta e tres, escrever, commisionando-me d'esta tarefa.

Traçar o quadro brilhante de sua tão curta existencia, acompanhando desde os seus primeiros passos na vida monastica, até o arrebol de sua vida publica, como vulto que foi nos grandes circulos da sciencia, e da sociedade, é encargo que demandaria outra capacidade, outra illnstração, que não possuo; no entanto fiel á confiança lisongeira de minhas poucas forças, tão altamente consideradas pelo Instituto Histórico nessa escolha, de que me honro, eu confesso-me inspirado do desejo de contribuir como possa, no intuito de gravar nas paginas historicas da illustrada corporação d'esta provincia, os invejados feitos, do illustre consocio, que deixou-nos ainda no raiar da vida, e quando apenas lançara os primeiros passos, para bem cedo ligar a posteridade um nome digno dos maiores respeitoes e homenagens; um nome que distingue uma alma predestinada para fins mais grandiosos; de facto a historia registrará com gratidão e com memoria um nome que não será esquecido em tantos corações embalsamados como forão pela mão benefica do santo perigrinador.

A capital de S. Pedro do Rio Grande do Sul, cobrio se de luto ao receber a noticia do passamento rápido do vigario; que d'esde a classe menos aquinhoada da sociedade, até aquella que prima nas gallas da mais brilhante esphera, era amado com extremo, como tributo do que valia, o que reflete, pelo prisma da verdade, as primorosas qualidades, os sentimentoes não communs do illustre finado.

E' o assumpto que pretendo desenvolver dividindo em três phases a vida do vigario d'esta capital, o reverendo padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito: na primeira tratarei de sua vida escolarica, já singular, já distincta, porque desde cedo se fez notoria a sua conducta; na segunda parte me occuparei só do sacerdote, e do vigario da primeira Freguezia da provincia, não deixando de desde já recordar a feliz coincidência de succeder no seu padroado, o exemplar e virtuoso vigario Thomê Luiz de Souza; na terceira por ultimo a sua vida publica na carreira a que quiz a sua proverbial santidade abraçar-se, á exforços de um partido, que na escolha de tão prestimoso lidador, deu provas da opinião com que tem marchado, com o mais geral e solemne criterio da sociedade.

Estas tres partes da vida do illustrado e benemerito consocio é o prologo da historia que em traços mais vivos e fieis ficará esboçada com a simples enumeração dos actos manifestos e tão espontaneos de toda a população d'esta capital: e que nas vehementes orações com que prantearão o fatal passamento do illustre vigario, nas preces que elevarão ao Todo Poderoso, pelo feliz destino da alma bemfaseja, do conselheiro severo e amigo, derão as mais expansivas provas do sentimento profundo, da grande magoa que só merece o justo e o santo filho da Igreja.

O vigario Luiz Manoel Gonçalves de Brito, oriundo n'esta cidade, de uma familia menos abastada, e menos hierarchica, assignalou com os grandes fructos, que deu a seu velho pai, destinado para o galope cruento de lançar-lhe a derradeira benção, o dia 5 de Novembro de 1830, dia de seu nascimento modesto, e que passou despercebido, como não aconteceu por certo ao dia funesto de seu passamento.

D'esde a sua adolescencia, todo inspirado dos sentimentoes proprios de uma alma caridosa, soube logo comprehender a missão que o melhor lhe cabia; e de facto, na sua dedicação á vida sacerdotal, em que o veio encontrar o leito da agonia, foi o modelo dos apostolos, de uma religião tão philosophica, que soube estudar e comprehender na altura d'onde dimanão as suas resplandecentes verdades.

A provincia lhe foi prospera na criação do Seminario d'esta cidade, o primeiro estabelecimento, que mereceu a solicitude desvellada do primeiro prelado, o saudoso, o protector d'essa mocidade, e do nosso chorado vigario, um de seus primeiros discipulos, sendo este um dos primeiros fructos d'essa benefica instituição, e um dos primeiros sacerdotes, que recebeu ordens da mão do virtuoso pai e prelado.

Da mais vigorosa intelligencia deu provas o digno finado, atravessando, em dous annos de estudo no Seminario criado, o curso completo das douctrinas, que damandão o sacerdocio, matriculando-se como interno no primeiro de Março de mil oitocentos cincoenta e cinco, e recebendo as ultimas ordens no dia vinte e oito de Setembro de mil oitocentos cincoenta e seis.

Dias depois era escolhido o illustre e jovem sacerdote para o encargo de coadjutor da Freguezia do Rosario por provisão do Bispado de cinco de Outubro d'esse anno, sendo d'esta transferido em igual dignidade para a Freguezia da Madre de Deos por provisão de nove de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e sete.

Era então vigario da Freguezia o ancão virtuoso, conego Thomê Luiz de Souza, que já sentindo as fadigas da idade avançada, e exaustas as forças, por padecimentos chronicos a que succumbio, se retirara da vida activa e laboriosa de doutrinar a sua Igreja, declinando com plena confiança na assiduidade no amor evangelico de seu coadjutor. A sorte lhe predestinara o lugar que com raras virtudes era desempenhado pelo sacerdote mais considerado da provincia. O conego Thomê Luiz de Souza, foi sempre o sacerdote typo das soberbas qualidades que lhe derão o nome historico de Santo com que desceu ao tumulo.

Nas condições em que ficava a Igreja da Madre de Deos, com a perda insondavel, do mais recto e justo pastor, difficilima se tornava a escolha de seu successor. Mas a Providencia que dirige todos os acontecimentos da humanidade, e que no meio da catastrophe inspira o modo de acalmal-a, tinha preparado no joven successor, um coração também raro, e unico capaz de fazer passar menos sensivelmente a orphanidade da Igreja, e de estancar o pranto dos desolados parochianos. A opinião publica foi a primeira a pronunciar se antecipando a escolha do digno sacerdote, que desde logo se preparara para concorrer á Igreja acephala.

Era já o fallecido padre Brito um nome venerado pelos actos esmoleres que com mão prodiga praticava, attestando elles um coração, desinteressado e bemfazejo em prol da humanidade desvalida. A escolha pois do novo pastor estava talhada pela mão Providente.

A outro ancião respeitavel estava destinado lavar a provisão de vigario encomendado, em que foi apresentado a Igreja da Madre de Deos em deseseis de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e oito; escolhido pelo então vigario capitular, e na mesma freguezia foi collado por provisão de vinte oito de Agosto de mil oitocentos cincoenta e nove, tendo sido apresentado por carta imperial de deseseite do mesmo mez e anno.

Bem veloz foi a marcha do joven sacerdote. Elevado com tanta distincção e apreço á dignidade de vigario da mais importante freguezia desta provincia, e quando um benemerito ancião seu antecessor, descia ao tumulto cercado dos mais adhesivos testemunhos d'esse respeito santo, que a historia da provincia registra recordando o nome do virtuoso conego Thomé Luiz de Sousa.

O joven discipulo de tão estupendo mestre soube não desmentir a tradição d'essas virtudes, e na sua curta tarefa parochial deixou proverbial a sorte de longos annos de uma parochia, que devia como todas as cousas humanas pagar com amargurado pranto o transporte a que não podia ser infallivel.

As portas da eternidade girarão em torno de seus gonzos para dar passagem a uma alma bemfazeja, enlutando pela segunda vez a Igreja, que se via privada de seu digno pastor. Os lugubres sons do bronze annunciavam n'esta cidade, na noite de 5 de Maio de 1863, o passamento do amado vigario padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito, que succumbiu na cidade da Cachoeira, para onde havia recorrido em demanda de melhoras de uma enfermidade rebelde, no dia 30 de Abril do mesmo anno.

Todos os recursos e cuidados forão baldados perante uma affecção pulmonar, que dia a dia progredia, prostando as forças do digno sacerdote. Loucas forão as esperanças, que algumas melhoras apresentarão logo ao transferir-se para a cidade em que deu a alma ao Creador. Os decretos da omnipotencia estavam passados, e uma alma como essa devia preencher o justo fim do resplandecer a côrte celestial. A sua missão no mundo ficará preenchida.

Restava-lhe só receber o adeos paternal, e esse o mereceu o justo filho, alcançando ainda que, ao aviso de agravar-se o seu estado, seu velho pai fosse prestar-lhe os ultimos favores na agonia e resignado observar os restos inanimados de uma existencia que lhe estava identificada.

O illustre vigario Luiz Manoel Gonçalves de Brito, não foi simplesmente um apostolo fiel aos sentimentos religiosos.

Dotado de um caracter tão severo e puro, e de uma intelligência que resplandecia atravez da modestia de que se revestia, foi tambem transcendente correligionario de um partido politico da provincia.

A sua voz se não fez ouvir, é facto, na tribuna profana, no anno unico em que tomou assento nos trabalhos da Assembléa Legislativa d'esta provincia, eleito como fôra na legislatura que finda, deixando já por seus soffrimentos crueis de tomar assento no segundo anno d'essa legislatura. Mas seus conselhos, sua opinião valiosa, seus pareceres como membro de commissões d'essa camara, em nada marcavão o aureo nome de sacerdote illustrado e virtuoso, que tão dignamente alcançou.

Firme nas crenças, e principios, que o elevarão á altura de representante de sua provincia natal, soube sempre fielmente observar os em sua conducta, attestando seus actos, como tal, a santidade que lhe circuncrevia a sua posição respeitada. Seus adversarios politicos lhe concederão sempre a mais justa homenagem, reconhecendo em suas virtudes a garantia de sua conducta publica.

A vida politica do illustre vigario é uma phase bem curta que se terminou com o seu passamento prematuro. Era cedo para tamanha calamidade; e em tão curta existencia nada mais podia provar o saudoso findo.

Consideremos por ultimo o padre Luiz Manoel de Brito, na sociedade em que figurou, no centro das mais acatadas personagens.

O fallecido vigario padre Brito, era o pai esmoler da orphanade, dividindo os poucos rendimentos de sua parochia, com a necessidade de seus semelhantes, e que erão consolados em sua miseria pela mão occulta que lhes consagrava o cuidado.

Todos sabem as familias necessitadas que erão acubertadas da miseria pelo saudoso sacerdote que nas horas mais silenciosas se contrahia ao mister de distribuir a esmola bem applicada.

A esses actos magnanimos de um coração tão piedoso deixou o findo o nome de pai protector da pobreza, que desvalida amparava. No centro d'esta cidade, creada uma associação pia, a ella ligou seu nome o illustre sacerdote, accettando o encargo de seu presidente por unanime eleição de seus membros; o prestou ainda serviços valiosos, regularizando a sua administração, e dando inteira harmonia a seu regulamento.

A sociedade de Beneficencia Brasileira União, recordará com magoa a perca de seu illustre presidente, roubado de seu seio quando apenas lançava as sementes, que deverão brotar o seu futuro engrandecimento.

Não só as sociedades pias e de caridade se ufanavão de receber em seu seio um socio coberto de tantas considerações, como no centro das sociedades litterarias tambem o nome do findo sacerdote se alistava ao numero de seus associados.

Ainda hoje é o Instituto Historico Geographico que lhe vem desfolhar sobre o tumulto os louros saudosos a que fez juz, como socio que foi desde quatro de Março de mil oitocentos e sessenta, preenchendo nelle commissões ao nivel das mais vastas capacidades.

Eis em ligeiros traços uma vida tão cheia, que desabrochou brilhante para tão cedo anniquilar-se. A vida do saudoso vigario Luiz Manoel Gonçalves de Brito, comprehende longas paginas da historia de um povo christão e civilisado.

O crepe vem cobrir os doirados d'essa brilhante existencia deixando-nos assombrados perante a real calamidade de seu passamento.

A cidade de Porto Alegre em sua totalidade foi o testemunho das altas considerações que merecia uma alma tão dedicada; do centro de todas as classes se erguerão fervorosas preces ao todo Poderoso, e a propria Igreja de sua direcção foi aquella em que se elevou o mausoleo soberbo para as suas exequias, congraçando-se todos nessa resignada demonstração de dôr, com que recebião o transporte de um passamento inesperado.

É triste a verdade. Desappareceu do mundo no dia trinta de Abril de mil oitocentos sessenta e tres, o illustado e philanthropico vigario da Igreja Madre de Deos, padre Luiz Manoel Gonçalves de Brito.

Morreu cercado de todas as provas que sô alcanção caracteres distinctos.

Que nome se ligará à historia, mais pomposo que o do joven sacerdote? Como ministro da Igreja, vigario da primeira freguezia da provincia, e revestido das honras de conego, por graça do nosso actual prelado. Na escala publica, deputado à representação da provincia, presidente da Sociedade Beneficencia Brasileira União, socio effectivo do Instituto Historico Geographico Rio Grandense.

Mas do que vale tudo isto em face do nome santo de pai e protector da orphandade e dos necessitados que tão dignamente alcançou o sempre saudoso vigario?

Silencio!!!...

O illustre vigario repousa na mansão dos justos, gozando das gallas divinas em premio de sua santa missão.

MAPPA Nº 1.

Por deliberação tomada em sessão de 20 de julho de 1862 passarão para a classe de socios extranumerarios effectivos, por terem mudado de residencia, os socios effectivos de numero.

Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão.

Dr. José Antonio do Valle Caldre e Fião.

Coronel Christovão José Vieira.

Dr. Eduardo Pindahyba de Mattos.

Dr. José de Araujo Brusque.

Dr. José Maria da Trindade.

Porto Alegre 28 de Fevereiro de 1863.

O 1º Secretario,
Andrade Vasconcellos.

MAPPA Nº 2.

Socios effectivos admittidos durante o 3º anno social.

Dr. Laurindo José da Silva Rabello 27 de Abril de 1862.

Dr. Luiz Vieira Ferreira 20 de Julho de 1862.

* Conego Vicente Zeferino Dias Lopes 20 de “de 1862.

Vice-consul Francez Paulo Noel B. d'Ornano 4 de Novemb. 1862.

Porto Alegre 28 de Fevereiro de 1863.

O 1º Secretario,
Andrade Vasconcellos.

MAPPA Nº 3.

Socios transferidos da classe dos correspondentes para a dos effectivos.

Dr. Jacintho da Silva Lima 15 de Julho de 1862.

Dr. John Landell 4 de Novemb. 1862.

Porto Alegre 28 de Fevereiro de 1863.

O 1º Secretario,
Andrade Vasconcellos.

MAPPA Nº 4.

Dos socios correspondentes admitidos durante o 3.º anno social.

Capitão de fragata José Pereira Pinto 27 de Abril de 1862.

Dr. Antonio Mascarenhas Telles de Freitas 27 de '' de 1862.

Barão de Kalden 27 de '' de 1862.

Carlos Jansen 27 de '' de 1862.

Miguel Pereira de Oliveira Meirelles 20 de Julho de 1862.

Porto Alegre 28 de Fevereiro de 1863.

O 1.º Secretario,
Andrade Vasconcellos.

Relação dos folhetos doados ao Instituto, durante o 3.º anno social.

Oração funebre recitada nas exequias de S. M. O Rei de Portugal, em Santa Catharina, 2 exemplares Padre Paiva.

Quadros historicos do catholicismo no Brasil, pelo Dr. F. M. Raposo de Almeida, 1 exemp. O autor.

Collecção de leis e actos da presidencia d'esta provincia no anno de 1861. Presid. da prov.

Ensaio oratorios da tribuna Evangelica, pelo conego Joaquim Gomes d'Oliveira Paiva. O autor.

Collecção das leis provincias de 1862. Presid. da prov.

Porto Alegre 28 de Fevereiro de 1863.

O 1.º Secretario,
Andrade Vasconcellos.

Freguezia de S. Francisco de Borja e S. Luiz Gonzaga.

Mappa dos casamentos, baptismos e obitos, que tiverão lugar na freguezia de S. Francisco de Borja em Missões, durante o 1.º semestre do corrente anno, offerecido pelo Rev. Vigario João Pedro Gay.

CASAMENTOS.			BAPTISMOS.						OBITOS.					
Livres,	Libertos,	Escravos,	Livres e Libertos.		Escravos		Somma		Livres e libertos.		Escravos.		Somma.	
			Homens,	Mulheres,	Homens,	Mulheres,	Livres e libertos	Escravos,	Homens,	Mulheres,	Homens,	Mulheres,	Livres e libertos,	Escravos,
27	0	0	59	67	4	10	126	14	4	19		0	23	
27			140						23					

Observações. — No numero indicado dos casamentos vai incluído um feito anteriormente, porém no corrente semestre revalidado.

Mappa dos casamentos, baptismos e obitos, que tiverão lugar na freguezia de S. Luiz Gonzaga em Missões durante o 1.º semestre do corrente anno, offerecido pelo socio correspondente Rev. Vigario João Pedro Gay.

CASAMENTOS.			BAPTISMOS.						OBITOS.					
Livres,	Libertos,	Escravos,	Livres e libertos.		Escravos.		Somma		Livres e libertos.				Somma.	
			Homens,	Mulheres,	Homens,	Mulheres,	Livres e libertos.	Escravos.	Homens,	Mulheres,	Homens,	Mulheres,	Livres e libertos,	Escravos,
5	0	0	3	3	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0
5			6						0					

Observações. — Dos casamentos indicados quatro foram feitos anteriormente, mas revalidados no corrente anno.

Versiculos em guarany, que os índios de Missões, costumão cantar na Semana Santa, e que narrão varios padecimentos de Christo em sua Paixão, com sua traducção em portuguez. (1).

GUARANY.

- 1º Christo nhandejará cohemibôrará ycuatia pîra nhândê monhângará. Ah! Christo nhandejará, ah! Christo nhandejará. (2)
- 2º Conde (3) quarepotê yioqua haquera nhândê monhângará, ioqua pîra. Ah! Christo etc. etc.
- 3º Conde tâtaedê hecaheca hacuera, nhândê monhângará, hecaheca pîra, ah!...
- 4º Conde îbûrtê ynembôe hacuera, nhândê monhângará, inembôe hacuera ah!
- 5º Conde porîru hobapête hacuera, nhândê monhângará, hobapete pîra, ah!
- 6º Conde eûepucu S. Pedro rembiporucuera, nhâ... mon... S. Ped. rebipor...; ah!
- 7º Conde uruguasu S. Pedro mboya heohacuera, nhâ... monh..., S. Pedro mbocha heo arerá...
- 8º Conde nhoati ynhâcaucha cuera, nhândê monhângará, inacacutupêrara; ah!
- 9º Conde tucûmbo pocua hacuera, nhâ... monh... ipocua pîra, ah! Christo...
10. Conde columna inhâpêti hacuera, nhâ... monh... inhâpêtirera, ah! Christo...
11. Conde açote ynupa hacuera, nhâ... monhan, inupa hîra; ah! Christo...
12. Conde domiri hobahîci hacuera, nhâ... monh... hobahîci pîra, ah...
13. Conde tacutê heie nhembosarai hacuera, nhâ... monh..., hecenhembo pîra, ah...
14. Conde euruçê ymbobo hû hacuera, nhâ... monh..., imbobo hû pîra, ah!
15. Conde ytape imbocuapûhacuera nhâ... monhân... imbocuapû pîra, ah!...
16. Conde caliz Pilatos yepohei hacuera, nhâ... monh... Pilatos iepohei hacuera, ah!...
17. Conde ahobae ymomegua hacuera, nhân... menhân... imomegua pîra, ah!...
18. Conde curuçû ymano hacuera, nhâ... monh... ymano hacuera, ah! Christo...
19. Conde tapêcua ipocutu hacuera, nhân... monhân..., ipêcutu pîra, ah!...
20. Conde martillo impobota hacuera, nhâ... monhân... ipembo, tupîra ah!
21. Conde mimbucu ychîqueraça hacuera, nhâ... monh... ichîqueraça pîra, ah!...
22. Conde vinagre ymbocû hacuera, nhân... monhân... imbocû pîra, ah! Chr...
23. Conde camisa ymode hacuera... nhân... monhân... imode pîra, ah! Chr...
24. Conde tenaça heûi heûi hacuera, nhân... monhân... heûi heûi pîra, ah! Chr...
25. Conde yeupica hero ehû hacuera, nhâ... monh... hero ehû pîra, ah! Chr...
26. Cº sepulchro inhotû hacuera, nhâ... monh... inhotû mbîra, ah! Chr. nhandêjara.

(1) Parece que estes versiculos Guarany's foram compostos não pelos jesuitas, mas pelo Rev. Padre Paim.

(2) Em cada versiculo ha sempre a mesma repetição ao fim, por isso abreviei as repetições.

(3) *Conde* significa *tomai, vede, olhai, eis*.

PORTUGUEZ

- 1º Christo Nosso Senhor padeceu por ter-se feito conhecer nosso Creador! Ai! Christo Nosso Senhor, ai! Christo Nosso Senhor.
- 2º Olhai esse dinheiro com que foi comprado Nosso Creador, com que foi comprado. Ai! Christo etc, etc.
- 3º Olhai essa vela com que foi buscado Nosso Creador, com que foi buscado, ai!
- 4º Olhai esse horto onde rezou Nosso Creador, onde rezou, Ai Christo...
- 5º Olhai essa luva com que foi esbofeteado N. Creador, com q' foi esbofeteado...
- 6º Olhai esse facão com que S. Pedro se servio, Nosso Creador, se servio! Ai...
- 7º Olhai esse gallo que fez chorar a S. Pedro, Nosso Creador, chorar a S. Pedr.
- 8º Olhai essa corôa d'espinhos q' lhe pozerão na cabeça, N. C., lhe pozerão na cab.
- 9º Olhai essa corda com q' lhe atarão as mãos, N. Creador, lhe atarão as mãos.
10. Olhai essa columna em que foi atado, Nosso Creador, em que foi atado. Ai!
11. Olhai essa disciplina com que foi castigado, Nosso Creador, com que foi...
12. Olhai esse panno (veronica) em que ficou estampado, N. Senhor, em que...
13. Olhai essa cana com q' foi injuriado, Nosso Creador, com q' foi injuriado...
14. Olhai essa cruz que ha carregado, Nosso Creador, que ha carregado, ai!
15. Olhai essa pedra em que o fizerão sentar, Nosso Creador, o fizerão sentar, ai!
16. Olhai essa bacia (naê, calix) em q' Pilatos lavou as mãos, N. C., Pil. lavou...
17. Olhai essa alva com q' revestirão por irrisão, N. C. com q' o revestirão...
18. Olhai essa cruz em q' elle morreu, N. Creador, em q' elle morreu, ah! Chr...
19. Olhai esses pregos com q' forão cravar suas mãos e seus pés, N. C. com q' etc.
20. Olhai esse martello com que golpearão os pregos, Nosso Creador, com que...

21. Olhai essa lança com q' lhe furarão o costado, Nosso Creador, com que lhe...
22. Olhai esse vinagre q' lhe derão a beber, N. Creador, que lhe derão a beber...
23. Olhai essa tunica que vestio, Nosso Creador, que vestio, ai Christo Nosso...
24. Olhai essas tenazes com q' arrancarão os pregos, Nosso Creador, com que...
25. Olhai essa escada com que foi baixado da cruz, Nosso Creador, com que...
26. Olhai esse sepulchro em q' foi enterrado, N. C., em que foi enterrado... etc.

O CONEGO VIGARIO João Pedro Gay.

STATISTICA.

Ensaio statistico da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, pelo conselheiro Antonio Manoel Corrêa da Camara.

Agricultura e criação de animais.

(Continuação.)

A cultura serica, o plantio, e as fabricas do canamo, de cuja utilidade tracta o caderno letra (), a exploração do carvão de pedra, e do lenhito, a extracção e fundição do ferro, cobre etc. só por companhias exclusivas podem ser entre nós empreendidas; se nos queremos elevar promptamente a essa altura de prosperidade, e de grandeza, com que a natureza nos acena por meio dos prodigiosos elementos de riqueza com que largamente nos dotou. Pelo que respeita ás florestas artificiaes, só o governo deve dellas encarregar-se; e a não cuidar-se desde já do plantio das madeiras de construcção, viremos com o andar dos tempos a concluir com todas aquellas de expontanea producção.

Em verdade, que a exploração dos metaes exige grande emprego de braços, mas não insta que estes trabalhos sejam immediatamente empregandidos na mais larga escala, tocando ás companhias promover a vinda de colonos apropriados a esses mesmos trabalhos; e estará no interesse dellas não descuidar esses agentes indispensaveis da empresa de que tantos lucros devem tirar.

Será para todas ellas preciso, que o legislador não seja mesquinho nas concessões que lhes faça; a protecção deve estender-se á isempção de todos os direitos de importação sobre os artigos necessarios ao trabalho; e á aquellas dos direitos de exportação; tudo pela quarta parte do tempo, que a empresa tiver de durar.

A maior parte das companhias será forcoso alargar muito o praso em que a concessão deve terminar. As que se encarregarem da construcção de estradas, desobstrucção de rios, e de desseccamentos só poderão render uteis serviços dando-lhe noventa annos de duração, cincoenta as de mineralisação de metaes; trinta ao menos ás de industria serica, linho, linho canamo etc.

Da larga duração das companhias, indispensavel para conclusão de obras tão dispendiosas; e tão vastas, resultarão incalculaveis bens á comunidade além de que as mesmas companhias construirão com perfeição, e solidez, afim de evitar as despezas de reparação frequente, que lhes serão prejudiciaes, e durante essa larga duração se irão habilitando, e formando assim familias de operarios, como mestres, e officiaes entendidos na gerencia desses trabalhos, devendo ser esta uma das condições impostas ás companhias, que ao terminar a empresa deverão deixar um certo numero de mestres, e officiaes em estado de empregarem-se nos trabalhos, em serviço dos particulares, que os queirão continuar.

São obvias as vantagens deste methodo de promover taes empresas, nem seria possivel de outra sorte dar incremento aos nossos productos ruraes, e menos ainda tentar a construcção das estradas de ferro, promover a navegação pelo vapor, erigir e sustentar as fabricas, o que tudo exige capitaes disponiveis, que nos faltão, e conhecimentos praticos e theoricos que devem vir-nos de outras partes.

Nada perde a provincia em ser generosa com os emprehendedores, e especuladores: as vantagens resultantes, a rapidez com que ellas serão obtidas nos farão avançar duzentos annos na estrada da civilisação, e prosperidade compensando-nos grandiosamente de todo o sacrificio que se faça.

Quando nem todas as companhias se possão organizar com cidadãos brasileiros, lá temos a Europa, e seus capitalistas sempre promptos a realizar emprestimos em qualquer parte do globo, onde solidas garantias se apresentem, ou a empregar elles mesmos os capitaes em empresas de certo, e vantajoso resultado. Sejamos generosos com taes emprehendedores, sejamos mesmo prodigos quanto fôr possivel nas concessões que lhe fizermos; que a prodigalidade nem sempre é vicio, e muitas vezes, como no caso que figuro; economia mui louvavel e productiva de lucros, e vantagens apreciaveis.

Em quanto as estradas de ferro não são construidas, em quanto não são abertas quantas outras se fazem necessarias e ainda depois de feitas estas ultimas; cumpre communicar aos nossos meios de transporte toda a possivel mobilidade; para que possamos estender, via de terra, nossas linhas de communicações ás longas distancias de Minas, Rio de Janeiro, S. Paulo, e ainda aos estados visinhos do Paraguay, Corrientes, Entre Rios, e republica do Uruguay. As nossas linhas de agua navegaveis jámais nos levarão ás extremidades, e ao centro dessas provincias do interior, nem para lá conduziremos tão cedo as estradas de ferro. Os carros são de lenta, e despendiosa conducção.

Cumpre substituir-lhes os camellos e dromedarios. Pouco depois da declaração da nossa independencia apresentei ao meu intimo amigo o finado Sr. José Bonifacio de Andrada e Silva naquella epocha ministro e secretario de estado das repartições do imperio e exteriores, uma volumosa memoria em que eu propunha a criação, e educação daquelles animaes. Então me fez vêr o mesmo ministro outra sua sobre o mesmo objecto offerecido ao Sr. D. João VI e que uma intriga (arma favorita das nossa famintas, arrogantes nullidades) fizera abortar: não tardou muito a formar-se outra intriga miseravel, que precisando aquelle grande homem a retirar-se desgostoso dos negocios publicos, fez abortar pela segunda vez todas as esperanças que havíamos concebido de levar a bom termo aquelle util e grandioso projecto. A minha memoria deve achar-se entre os papeis daquelle illustre fundador da nossa independencia e liberdade, e por mais que tenha presente quanto a respeito escrevi naquella occasião, faltão-me tempo, e meios para unir aquella memoria a estes meus ensaios. Não deixarei todavia de tocar ligeiramente em seus artigos mais essenciaes.

Com effeito, um meio de transporte tão accommodado às nossas circumstancias actuaes, que não exige boas estradas, que facilitem a locomoção, que prefaz em 10 a 12 horas, de 72 a 80 milhas inglezas por dia (24 a 26 leguas) na razão de 6 a 8 milhas por hora; que carrega de 500 a 1500 libras inglezas: um animal emfim, que vive de 40 a 50 annos, que passa 15 dias sem comer e beber, sobrando-lhe mui pouco pasto para subsistir, que carregado marcha em numero de 10, ligados entre si como as bestas nos tiros de uma carruagem, bastando-lhes dous homens para conduzi-los, carrega-los e descarrega-los (porque prestão-se a este exercicio dobrando-se sobre os pés de diante) que dormem finalmente deitados nessa mesma postura entre as cargas que deposarão no lugar onde pernitoão; um tal meio de transporte não pôde, sem grande incuria, ser entre nós desprezado.

Conformemente à minha citada memoria, os camellos deverão ser-nos trazidos de Africa, e para que esta aquisição se facilitasse lembrava eu a criação de um consul encarregado de negocios em Tanger como alli os tem quasi todas as potencias maritimas da Europa, e a confecção de um tractado de commercio com o imperador de Marrocos. Neste tractado se conviria da extracção daquelles animaes pelos nossos navios de commercio, que lá irião carregar de trigo em cambio de assucar, café e ainda tabaco em folha. As nossas mesmas embarcações de guerra os irião receber em Tanger e Mogador, contribuindo a fazer respeitar o nosso pavilhão, e servirião ao mesmo tempo de escola pratica aos nossos marinheiros, e novos officiaes. Com as primeiras remessas de camellos, poderão vir alguns judeos que os soubessem educar; nem seria impossivel trazer alguns mouros que dessa educação entendessem; porque tudo dependeria das vantagens que lhes pudessemos offerecer, e da destreza e prudencia com que de lá os fizesseamos sahir.

Chegados aos nossos portos serião os animaes transferidos às fazendas do estado em Rio Grande e S. Paulo, onde á custa do governo se cuidaria primeiramente da sua propagação, e mais tarde do seu ensino; e só quando fosse o seu numero assás crescido se distribuirião pelos particulares, que os quizessem criar, satisfazendo ou cobrindo por uma racional quantia as despezas feitas com elles nas fazendas da nação, ficando obrigados os compradores a continuar a criação, empregando taes animaes em seu serviço, sômente quando houvessem obtido uma certa produção.

Não seria excessivo o preço de similhantes animaes em Africa; quando lá comprados de dous annos em cambio de nossos generos territoriaes

Está visto, que a extracção de Africa depende de medidas do governo geral, que se apressará certamente a pol-as em acção, sempre que sejam ellas provocadas pelo nosso governo provincial.

A quem me perguntar duvidoso do successo a razão porque na Europa civilisada se não tem criado até agora dromedarios e camellos, que tanto economisão, e facilitão o transporte; direi que é fazer demasiado favor á previsão humana recorrermos a taes objecções; direi, que esteve o mundo todo a vêr e a observar, dia por dia e por mais de seis mil annos a tendencia constante e invariavel que tinhão os vapores de elevarem-se às regiões superiores antes que nos lembrassemos de os empregar como agente de locomoção.

Cabe aqui tratar de um objecto importante, e tambem de vital interesse para o paiz. Fallo das fazendas de criar e dos poteiros, e invernações nacionaes, ou de propriedade da nação. O proprietario a quem mais cumpre; (qualquer que seja o tempo, que tenha de correr) occupar-se da criação dos animaes cavallares e muares em larga escala, é indubitavelmente a nação.

Será sempre o Rio Grande um theatro de guerra, quando a tenhamos com os nossos visinhos do Sul. Não sei mesmo se qualquer poderosa nação maritima (46) que nos-la haja de fazer; proferiria abrir as suas operações, tentando a conquista da provincia de S. Pedro; braço direito militar do Joven Gigante dos Tropicos; porque a tomada deste paiz facilitando a de Santa Catharina, e a de S. Paulo, poria nos mais serios apuros a capital do império, e apressaria a sua redução.

(46) A perfeição das construções navaes, a multidão dos vasos mercantis para o transporte, e das numerosas esquadras de que dispõem as potencias maritimas da primeira ordem, a sciencia, habilidade e pericia dos nauticos modernos reduzirão o numero das probabilidades dos sinistros no oceano, e encurtarão as maiores distancias. Um grande poder maritimo é hoje tão visinho das mais tonginhuas terras como das que geographicamente lhe ficão mais próximas: seus exercitos transportão-se de uma para outras partes com rapidez e commodidade atravez dos mais procellosos; os barcos de vapor vierão augmentar esta grande mobilidade, e conveniencias de maneira que assombra.

É pois evidente, que a nação deve aqui ter grandes depositos de animaes muare e cavallares, para remonta e transportes; e estes grandes depositos jámais se formarão sem notavel prejuizo da fazenda publica, e das fazendas particulares; não existindo as da nação. É isto o que na verdade acontece todos os dias. Desde que aqui disparamos o primeiro tiro de canhão, gemem os proprietarios com os repetidos ou mais antes interminaveis pedidos de cavallos, que em pouco tempo fazem suspender todos os trabalhos do campo, se não deixão o fazendeiro impossibilitado de mandar trazer á casa uma rez para carnear. Nos mesmos tempos de paz, estas exigencias são continuadas e posto que em menor escala, todavia bastantes a lesar e a incommodar o cidadão.

Precisado o exercito a repetir as suas remontas durante a guerra, em breve tem exaurado as estancias. e compra então a preço exorbitante quantos cavallos lhe apresentão, sem comtudo conseguir a remonta de toda a sua cavallaria, o que debilita esta arma indispensavel, e influe de modo sinistro em todas as operações: os mesmos transportes faltão, porque as mulas e bois mansos são promptamente inutilizados pelo rigor do serviço, e pelo mão tracto que lhes dão. Se o resultado da campanha não é de todo infeliz, não deixará de ser soberanamente mesquinho, porque o exercito, que carece da necessaria mobilidade, deve ser supplantado e dominado em todos os seus movimentos estrategicos pelo que a tiver maior.

Se ao terminar essa causa a que se deu o nome pomposo de batalha de Ituzaingo em que nem a totalidade, nem a maior parte das forças do inimigo forão empenhadas; se no momento em que elle se retirava sob e as suas linhas de base, podesse essa cavallaria que nos restava contar com seis cavallos disponiveis (hauille-pied) por praça, para precipitar-se sobre os seus flancos, e segui-lo, picando-lhe a retaguarda, certo que incalculaveis terião sido os prejuizos do invasor, que a campanha teria durado menos, e que outras terião sido as condições dos preliminares de 1828 qualquer que fosse a justiça ou falta della em nossas pretensões de então. Mas era tambem preciso, que tivéssemos naquella epoca o que de todos nos faltava — um general.

Para conhecer até que ponto peza sobre os cofres publicos a falta neste paiz das fazendas de criar da nação, basta lançar os olhos sobre os quadros aqui juntos sub-littera () e nelles se verá a enorme somma de 980 882\$598 rs. despendida em compra de cavallos desde o anno de 1837 a 1844. Mas certamente se não achará nelles que o vendedor se aproveitava da urgente necessidade, que desses animaes tinhamos para carregar-los com preço exorbitante, principalmente os que nos trazião de fóra; que mil abusos se praticavão por parte dos subencarregados dessa recruta para completarem o numero pedido, espoliando a propriedade de similhantes latrocínios, e menos regatear sobre o preço exigido, em circumstancias arriscadas, em que se achava comprometida ou a honra das armas que dirigião, ou a estabilidade, e a fortuna da nação, e apenas se poderá suspeitar, que alguns especuladores se locupletarão nessas transações menos decorosas, fazendo-se rapidamente ricos de pobres que erão até então.

Não bastará comtudo, em meu fraco entender, crear os supra indicados grandes estabelecimentos ru-raes da nação, para fazer cessar os prejuizos que ella soffre com a sua não existência. Cumpre que essas fazendas de criar sejam immediatamente dirigidas por individuos tirados da classe civil, embora subsista em cada uma dellas um destacamento encarregado de cobrir e policiar o campo, devendo ficar este destacamento inteiramente á disposição do encarregado principal do estabelecimento.

Os que affectão duvidar desse intimo contracto em que se achão aquellas potencias com todos os pontos do globo; os que para adular, e adormecer os povos do novo mundo, ou para dissimular o receio, que esse contracto lhes inspira, levantão gratuitamente um muro de bronze em meio do oceano contra as esquadras e exercitos expedicionarios da Europa; esquecem desgraçadamente, que foi nos tempos de grande imperfeição de construcções navaes, que os exercitos portuguezes se lançarão sobre a Índia, e sujeitarão todo o Oriente á sua denominação; que foi muito na infancia das construcções e da arte de navegar, que os hollandezes impuserão o seu jogo a Pernambuco, e Dugay Trouin ao Rio de Janeiro, que saqueou, e que uma armada hespanhola se apoderou de Santa Catharina, e nos tomou a colonia.

Os que teimão para exagerar; difficuldades neste genero; em trazer-nos por exemplo a desasada tentativa dos inglezes sobre Buenos-Ayres; os quaes todavia antes de serem de lá expulsos conquistarão a cidade com mui tenues forças; havendo antes entrado pela brecha na praça de Montevidéu, depois de um sitio regular; taes homens sabem ou não sabem que o principal objecto daquella expedição limitava-se ao apresamento dos thesouros do vice reinado, do Peru e do Chile de longo tempo depositados na supradita capital; ignorão que as tropas inglezas só depois do generalato de lord Welington adquirirão essa formidavel organização e disciplina que hoje tem; que um bom sargento como o appellidarão os portuguezes, qual o que se deixou amar-rar pelos paizanos de Buenos-Ayres estava longe de ser um habil general.

Pode citar-se ainda, em apoio dos fortes meios de aggressão, ou de ataque de que dispõem a Europa contra povos distantes, a ultima guerra entre a Inglaterra e os Estados Unidos tão fatal para estes ultimos que virão Plats boug, incendiado, e com elle o proprio capitolio, Alexandria e Washington tomada, Nova Orleans insultada, suas linhas abertas em brecha, e já occupadas; quando um tiro de fuzil acabou com a vida do unico chefe capaz de continuar aquelle ataque; seus navios finalmente encerrados em todos os seus portos estreitamente bloqueados até a conclusão dessa guerra pela paz de Gand. Pode citar-se ainda a recente guerra entre a Grã-Bretanha e o imperio da China com tanta humilhação e desvantagem terminada para este ultimo.

Aquella potencia europea ou americana que tiver guerra com o Brasil; não deixará de negociar alianças com os governos americanos mais visinhos do imperio, o que muito concorrerá a facilitar, e a fazer prosperar as suas militares operações.

Não ha cousa mais opposta á disciplina do que commetter a militares o desempenho de commissões mais proprias de lavradores e de negociantes do que de homens de guerra. Perdido vai o exercito onde chega a introduzir-se o espirito das especulações e das emprezas mercantis ou industriaes, e prejudicada fica a nação que converte os seus militares em empregados civis: taes homens serão necessariamente ou mui ordinarios soldados, ou pessimos agentes da administração. A profissão das armas mal se casa com qualquer outra profissão. A lavoura dá sem duvida os melhores recrutas; mas desde que se é soldado, o exercicio de taes funções é incompativel com o de qualquer outra. Estou em que o paiz só pôde ser bem servido com feitores ou directores tirados da ordem civil para as suas fazendas de criar; embora sejam essas fazendas frequentes vezes inspecionadas por officiaes militares, ou por deputados do grande quartel general do exercito ou das armas; limitando-se a inspecção a observar e a dar conta dos abusos introduzidos no estabelecimento por parte do encarregado civil.

Só desta maneira será possivel melhorar as raças dos animaes neste paiz procurando cruza-las por meio dos melhores pastores, que se possam encontrar em quaesquer outras partes do mundo. Parece mui provável até que sem este encruzamento diminue senivelmente com o andar dos tempos a mesma produção; e tambem parece demonstrado, que a população humana depende do encrusamento de umas com outras familias estranhas para crescimento, ou augmento da sua força numerica. Na alta nobreza é onde mais evidente se faz esta doutrina; por isso mesmo, que para conservar o puritanismo do sangue, recorre quasi sempre ás alianças ou casamentos entre parentes para reproduzir-se (47). Finalmente sem acurada selecção e mistura nem se conservão nem se aperfeiçoão as raças (48). A Andaluzia nos proporcionaria excellentes pastores, e posto que com maior despeza, os poderemos haver do Egypto de raça arabe, ainda que em numero menor, nem por isso menos uteis, como mais finos, ligeiros e elegantes.

Igual cuidado deve merecer-nos a escolha dos grãos farinaceos, cuja boa qualidade se altera por falta dessa escolha.

Assim a lei da degeneração e impotencia reproductiva é uma lei invariavel, que constantemente actua sobre a especie humana como sobres os animaes, e as mesmas plantas; e que só pôde ser modificada pela escolha, encruzamento, enxerto e mistura. Muitas vezes é possivel melhorar as raças dos animaes com a mescla dos melhores pastores, e femeas tirados do paiz; assim como de uma mesma ou pessima, ou ordinaria colheita se pôdem aproveitar os melhores grãos para a immediata subsequente sementeira, mas será indispensavel outras vezes mandar vir as sementes, e os melhores casaes de fóra.

O estabelecimento de um vasto jardim botanico a expensas publicas, assim como serviria de aclimatar as produções vegetaes exóticas, concorreria a melhorar a nossa agricultura, fornecendo-lhe a preço moderado, para a sementeira os melhores grãos estrangeiros, que alli serão cultivados com esmero e intelligencia, que sempre falta a novos lavradores.

As florestas artificiaes só pelo governo pôdem ser curadas como já disse, até porque haverá outro modo de evitar a penuria total que vivemos a padecer de madeiras de construção, por se acharem estas á disposição dos particulares, que as destruem em vez de as economisar, e para cuja terminação de abusos não bastaria um corpo policial de trinta mil homens para preveni-los, e denuncia-los.

A cultura das areaes, que vão invadindo povoações apreciaveis como a cidade do Rio Grande e Norte; ou deve ficar a cargo do governo, ou de uma companhia, que adquirisse a propriedade dos terrenos arenosos á proporção que os conquistasse. No primeiro caso, a tropa de linha (soldados) auxiliairia o governo com seus braços; sem outra alguma vantagem, que aquella que lhe resultaria da propriedade igualmente adquirida dos terrenos que conquistasse; considerando se de então por diante esses estabelecimentos como colonias de lavradores militares.

Em qualquer das duas hypotheses, não será indifferente a escolha das arvores, que se devão empregar para extincção do terreno arenoso.

Algumas tentativas já forão feitas com o pinheiro maritimo, que depois de semeado, e ter vingado por algum tempo veio alfim a perecer. Ignora-se se algum verme o destruiu, ou se algum vicio inherente ao local concorreu para aquelle desagradavel resultado. Como quer que fosse, estou em que os futuros ensaios, serão coroados de prospero successo adaptando-se o methodo de sementeira e de plantação que se vai propôr. 1.º Semear em hortas e jardins o pinheiro maritimo, transplantando-o algum tempo depois de nascido para caixões ou barricas, e logo que tenha crescido á altura de tres pés ao menos, enterrar esses caixões ou barricas

(47) There seems reason to believe, that lines or branches of families wither or cease to have the porver of propagating: the extinct Peerage, a class so favourable to propagation proves the fact. Since Edward 3.th above seven hundred families have thus ceased to exist; and in the reign of George 3.th no less than 48 Titles became extinct, from, the power of propagation, ceasing in the male branches. Families Without mixture would deteriorate in faculties, and become extinct. — Bell.

(48) Os guebros, que outr'ora formavão uma nação poderosa, devem sua quasi actual extincção menos á intolerancia do islamismo conquistador do que ao uso, que conservão de perpetuarem-se na familia paterna, casando com as proprias irmãs: Zanguí vaga mundo, o Hebreu insociavel, que abomina as estranhas alianças, até hoje conservão o mesquinho talhe, a tosca estrutura, e traços desagradáveis, que tanto caracterisão estas proscripitas nações.

na proximidade, dos comoros ou combros de arêa, em torno das povoações, e sobre uma linha mais proxima possivel da praia. 2.º Nos intervallos dos pinheiros assim collocados semear ou plantar plantas bisannuaes, vivaces ou lenhosas que mais se derem nos terrenos arenosos, preferindo aquellas cujas raizes mais se estendão, e lavrem por debaixo do solo. 3.º Dispôr igual plantio em linhas dobradas, e mesmo triplicadas parallelamente postas sobre o littoral, e o mais próximos possivel do mar. 4.º Traçar linhas similhantes de plantio por fora, e em torno das grandes maças de comoros.

Para a oliveira de 13.º 5 a 14.º.

Para a vide que dê vinho potavel de 10.º a 11.º centigrados.

Para a bananeira de 25.º a 26.º e para cima (49).

Não sou da opinião d'aquelles, que prescindindo na escolha do terreno proprio para o plantio do pinheiro, e outras arvores de construção da elevação do terreno, e da respectiva latitude; tem por bastante, continuar esse plantio nos mesmos sitios, em que encontramos produzidas pela Natureza aquellas arvores. A experiencia nos tem feito vêr aqui mesmo quanto é falsa doutrina semelhante; os nossos pinheiros por exemplo de serra á baixo, nascidos, nascidos em logares humidos, e sem a necessaria exposição ao oriente são como o indicão os documentos que acompanhão este trabalho; improprios para certas construções: as navaes sobre tudo.

O caderno sub-littera () contém a relação das arvores de construção do Paiz; o que poderá servir para crear os bosques, e florestas artificiaes, de que tanto precisaremos para o futuro.

Parece evidente, que essas localidades devem ser com preferencia escolhidas; servatis servandis; tendo em muita consideração a proximidade das linhas de agua actualmente navegaveis; e ainda mesmo d'aquellas que, como os canaes projectados, o poderão ser para ao diante.

Não irei mais longe com este artigo, por me faltarem elementos, ou dados que se fazem precisos.

COMMERCIO

De longos periodos de observações se necessita para ter idéas exactas do commercio de qualquer paiz, tambem por este lado o tempo, e os meios me faltarão para ajuntar, e ordenar elementos, que me conduzissem a este fim. Pouco direi por tanto á um tal respeito.

Das tres praças de commercio principaes da provincia; Porto Alegre continua a ter productos mais variados para exportação e consumo; fazendo-lhe o Rio Grande forte competencia; e havendo neste mais solidez, e fundos como geralmente se crê. Com o andar dos tempos, e logo se estebeleção melhores linhas de communicações pelo interior, e que se consiga desembaraçar a navegação do S. Gonçalo das trevas que a obstruem; parece mui provavel que a praça de Pelotas se eleve consideravelmente sobre as duas ultimas; tomando talvez o primeiro logar entre ambas; assim nos sobre a paz, o bem mais difficil de conservar em um paiz limitrophe nas circumstancias em que se acha, e se achará por largo tempo o nosso! Mas nunca faltará ao corpo commercial destas praças a honra, e a boa fê, que tanto o acredita; e que mais que a intelligencia e a destreza concorrem a crear os emporios mercantis, e a garantir as suas vastas, e mais atrevidas especulações.

O serrito de Jaguarão apresenta-se logo depois desta na linha das Praças commerciaes de segunda ordem: seguindo se lhe immediatamente inferior a da Uruguayana; que provavelmente para ao diante occupará logar mais distincto que aquelle que ora tem. Parece que igual futuro espera a Bagé: collocado porém so-

(49) Duvido, que no globo haja outra planta, que em um pequeno espaço de terreno, possa produzir quantidade tão consideravel de substancia nutritiva. Oito ou nove mezes depois de plantada a bananeira pôde comer-se o fructo: de 10 a 11 mezes depois, se corta o tronco, entre os numerosos talos, que brotão das raizes ha constantemente um pimpolho, que tendo os dous terços de altura da arvore mãe, aos treze mezes dá fructa. Desta maneira, um bananal se perpetua, sem que o homem tenha mais trabalho, que o de cortar os troncos da planta, cujos frutos amadurecerão, e cavar um pouco na terra em torno das raizes uma ou duas vezes ao anno.

Uma superficie de terreno de 45 braças em quadro, pôde conter ao menos de 30 a 40 pés de bananeira; e em um anno este mesmo terreno dá mais de 4,000 libras de peso de substancia nutritiva; não dando a cada cacho mais de 30 a 40 libras. Que differença entre este producto, e o das gramineas cereaes das paragens mais ferteis da Europa! O trigo, suppondo-o semeado, e não plantado como costumão os chins; e calculando sobre a base de uma colheita decupla, em um terreno de 45 braças desse quadro, não produz mais de 30 libras de peso em grão. Em França, por exemplo, o meio hectar (fanega legal) de 1210 braças quadradas, semear-se á mão em terras excellentes com 160 libras de grão; em terras medianas ou más com 200 ou 220 libras, e o producto varia de 1000 a 2500 libras. A batata, segundo Mr. Tessier, dá na Europa por 45 braças em quadro de terra, bem cultivada e esterçada, uma colheita de 90 libras de raizes, e conta-se de 4000 a 6000 libras por fanega legal. Consequentemente o producto das bananas é em proporção.

Ao de trigo:: 133:1.

Ao das batatas:: 44,1.

(Humboldt)

bre a nossa extrema, e sem a divisa natural de Uruguayana, força será cobrila com fortificações, o que reduzirá necessariamente o seu recinto, e lhes porá traves, que de modo algum se compadecem com as fraquezas, e indispensavel liberdade que constantemente solicita o commercio.

Quanto à S. Gabriel, que parece renascer das suas cinzas: não é facil aventurar uma opinião qualquer. Ponto, quasi central, e nem por isso menos exposto aos golpes da invasão, carece como Bagé de fortificações, que pelo menos a cubrão de um golpe de mão do inimigo: o que lhe procurará os mesmos inconvenientes a que aquella estará sujeita: todavia, muito deve esperar-se das facilidades que darão ao commercio a construção de uma ponte, e os trabalhos projectados em pró da navegação do Vaccacahy.

Crê-se geralmente, que a prosperidade da Uruguayana determinará a queda de Alegrete; como a criação deste povo, a de Bagé, e S. Gabriel trouxirão a do Rio Pardo, que permanecerá largo tempo estacionario em seu estado de actual decadencia.

E mais annos decorrerão ainda, para que S. Borja ressurja de seu leito de morte; como dependerá a futura prosperidade da Cruz Alta das Missões e de Caçapava do maior desenvolvimento da nossa industria fabril, agricola e mineralogica, para attingirem ao grão de consideração a que o seu local e a fertilidade do solo as convidão.

A paz ou a guerra podem unicamente resolver estes, por qualquer outra via, insolueis problemas — a paz, convertendo rapidamente em soberbas e prosperas cidades até aquellas povoações no dia de hoje, mais apoucadas e mesquinhas; a guerra acaso anniquillando ou destruindo totalmente ainda as mais consideraveis pela multidão... de seus recursos ou pela extensão de seu commercio!

Tratarei em ultimo lugar, do porto e praça de S. José do Norte. A alfandega no lado sul, as arêas que o vão tragando, seu ancoradouro commum à cidade de S. Pedro, tudo o condemna ao lugar secundario ou terciario, que occupa na escala das praças commerciaes com respeito às tres cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.

A não faltar-me tempo, terei por ventura occasião de emittir a minha fraca opinião com respeito ao local, que deve occupar a alfandega; questão até aqui mui debatida, e de cuja solução deve necessariamente resultar ou muito damno ou muito proveito às duas praças situadas ao N. e ao S. da barra do Rio Grande, e consequentemente ao paiz.

Povo pastor em sua generalidade; os productos resultantes da criação do gado formão a base principal do commercio de exportação da provincia, e constituem o ramo principal do seus rendimentos.

Não fazer pezar sobre taes productos exportados oneroso direito parece ser um dever essencial de toda a legislação illustrada, e um grande desideratum altamente reclamado pelas necessidades, e peculiares circumstancias do paiz. Ao sahir de uma guerra intestina, e tendo por bastante provavel uma outra estrangeira acaso não mui distante força é, ter uma venda diante dos olhos, para não reconhecer a instante necessidade de moderar o gravame do direito que gravita sobre as carnes beneficiadas em uma provincia cujos habitantes tantos prejuizos contarão durante uma guerra civil de quasi dez annos, e que tanto carecem de ser adjudados e animados na insana tarefa de reparar tantos e tão crescidas perdas.

Impropicia foi a diligencia que pôz um dos deputados geraes por esta provincia para conseguir, o anno passado, esta salutar medida, não faltando até quem se animasse e combate-la pela imprensa de um modo tão profundamente ignorante, como alheio dos principios mais triviaes da d'alectia, e de toda e qualquer noção de economia politica.

Os calculos comparados que abaixo transcrevo, trabalho que devo ao cidadão brasileiro o Sr. Domingos José de Almeida, um dos mais instruidos beneficiadores da carne fabricada na cidade de Pelotas, a quem consultei a respeito; porão em evidencia a necessidade de uma racional diminuição nos direitos sobre o charque, e o desacordo com que esta pretensão... foi desattendida na preterita sessão legislativa brasileira.

⁴⁴Figura o nobre articulista, diz o Sr. Almeida, que uma estancia de nove leguas de campo, com desoito mil rezes, e cavallos para seu custeio, no vâlor de 125:000\$000 réis, produz 4.450 crias e que sendo metade bois, e vendidos estes a 10\$000 réis dão de lucro 22:500\$000 rs., ficando ainda ao proprietario outra metade (2.250 vitelas como se dignou denominar-as) cujo valor augmentando aquelle capital, offerece tão monstruosa vantagem, que de per si mostra o nenhum direito que tem a serem protegidos os criadores (e toda razão para o serem os consumidores) em concorrência em os mercados do Brasil com igual produção estrangeira: e em tal penuria de dados certos e positivos se achou então o articulista na comparação dos elementos que fez entrar em seus calculos, que não duvidou tomar como inquestionavel a exaggerada cifra da nossa aliás mesquinha cabotagem.

Cumpra pois refutar erros tão crassos

Desoito mil rezes pela quarta e meia parte ou 3/8, (ainda que poucos campos isso regulem e sim pela 1/4) produzem 4,050 crias, metade machos, metade fêmeas. Deduzindo da primeira metade 325 rezes mortas nos tres annos à percorrerem, para serem expostas no mercado, ou que perecem devoradas pelos cães chamados chimarrões, ou nas capações, ou de bicheiras, picadas de cobras, & c.: ficão reduzidas a 1:700 rezes; que vendidas pelo preço médio de 8\$000 rs., dão 13:600\$000 rs.

Da segunda metade, e em razão dos mesmos sinistros, e sustento fornecido á gente empregada no custo da estancia, deduzindo-se 525, restão 1:500, que ao preço médio de 3\$000, dão 4:500\$500
 Producto liquido..... 18:100\$000

DESPEZAS.

1 capataz á 50\$000 rs. mensaes; custa por anno 600\$000
 20 peões á 20\$000 rs. mensaes, custão por anno 4:800\$000
 Farinha, sal, assucar, erva-matte, café, tabaco de fumo 2:000\$000
 Liquido, que nem á 6 1/4 por% de juro
 coirresponde aos 125:000\$000 dá 7:400\$000

Incluidas as vitêlas, que o articulista excluiu, e não mencionando-se o juro da somma antecipada nas despesas referidas; para o que se applicão os couros de consumo; todavia desmentido fica o perfido calculo do rendimento de 18 por % além das mencionadas vitêlas; e consequentemente claramente demonstrada a necessidade da protecção aos nossos Estanceiros, classe a mais onerada da provincia; por isso que sobre ella quasi exclusivamente tem sempre gravitado o peso da guerra desde que começou a ser populada para cá.

Si aggregarmos aos prejuizos supra indicado, aquelles, que provêm aos estanceiros da peste, carrapato, e secca como a de 1840, que tanto gado matou no municipio de Alegrete; nenhuma duvida restará do juz que tem esses uteis, e laboriosos cidadãos á toda a protecção do Corpo Legislativo e Governo Imperial; cidadãos por certo dignos de melhor sorte e que tão longe estão de possuirem as imaginadas riquezas em que os supõem afogados o inexacto Articulista.

Igual, sinão mais disparatada, é a segunda hypoibese, que o articulista formou do lucro, que obtem o comprador do gado em pê, orçando seu custo em 10\$000, seu producto em 16\$000; seu lucro em 6\$900 rs. em rez; tirando d'essa comparação a rigorosa consequencia de nenhum favor merecer aquelle,, que se dedica á tal commercio.

Demonstraremos o erro grosseiro em que labora o Articulista, ou antes a inqualificavel, gratuita aver-são, que nos consagra; como se collige de tão miseravel produção.

Daremos o custo dos bois nas estancias á 8\$000
 Factura das tropas,e condução 2\$000
 Beneficio ao xarqueador 2\$000
 Com sal, carne, e couros 2\$000
 Com fretes de carne, couros, sêbo, e aspas. 550

Importancia dos productos da rêz posta á bordo 14\$550

PRODUCTO DE UMA REZ.

4 1/2 arrobas de carne; preço á cima do médio 7\$807
 Couro de 25 libras á 120 rs. 3\$600
 Sêbo 800
 Aspas 140 12\$347

Não produzindo a rêz mais de 4 1/2 arrobas de xarque, dá frequentes vezes o prejuizo de 2\$203

Se á tudo addiccionarmos a infallivel perda de gados cançado que se perdem pelos caminhos, rezes disparadas, das que muitas ficão igualmente perdidas, outras extraviadas durante o trajecto das estancias para as xarqueadas, as que enfim perecem n'esse caminho; grande é o prejuizo que soffrem aquelles que a tão ingrato commercio se dedicão, e em que infelizmente se occupa a maior parte dos nossos camponezes.

Si no presente anno, em que a provincia sem a concorrência de Monvidéo, e Bueno-Ayres; forneceu exclusivamente taes artigos ao Brazil, e Havana; carrega com tão avultado prejuizo: como será miope a Articulista, si não convencer-se de que medidas legislativas devem proptamente acudir a este importante ramo de produção nacional, a fim de que não venha a ser anniquillada pela concorrência dos nossos rivaes?

Em outra carta com que me favoreceu o mesmo prestantissimo Sr. Almeida, indica elle como meio protector: 1.º a redução á 5% dos direitos sobre os productos resultantes do nosso gado exportado da provincia; 2.º a proportional redução de direitos percebidos no paiz sobre os artigos para ella importados em vasos hespanhoes.

Como quer que o entendão os legisladores do Brasil; qualquer que seja a opposição que fação à reducção, de taes direitos os interessados do Norte; cumpre, que uns e outros não ignorem que a falta d'essa reducção trará consigo (passados os primeiros seis annos que tenham de paz nossos vizinhos) o gradual progressivo, e crescente aniquilamento dos productos pastoris na provincia de S. Pedro: o que será acompanhado de geral subversão, e transtorno de todas as nossas fortunas, e que teremos por companheiros em tão grande desventura todas as provincias irmãs, que sustentão de carne beneficiada a sua numerosa escravatura; porque terão de receber a lei do estrangeiro que essa carne lhes venderá a tão alto preço; que nenhuma relação guarde com os meios de que ellas poderão dispôr para pagal-a, retirados dos rendimentos das respectivas saffras, ou lavouras, que o estancieiro Rio-grandense, que em tão crescido numero sõe transferir os seus lares ao Estado Oriental; se apressará desde logo a emigrar em massa do paiz, que o vio nascer, com todo o gado de que poder dispôr; e continuando a criação no paiz extranho, e beneficiando ali, como já o tem feito; essa carne esses productos pastoris de que o Brasil tanto carece, e fazendo parte de uma associação extranha, apresentará como esta nos mercados do Imperio esses mesmos productos; retirando d'ellas vantagens mais consideraveis do que aquellas que lhes forão negadas, e que o precisarão a uma forçada expatriação. Decida a Assemblêia Geral, decida o Norte si quer ver inteiramente despovoada e para sempre perdida a provincia de S. Pedro; ou fazer-lhe as concessões, que com tanta justiça requer.

Igual modificação de direitos reclama o sal importado nesta provincia: é este, por qualquer face que o considerem, um artigo aqui de primeira necessidade; do que resultando maior introdução e demanda do sal da melhor qualidade; maior será a cifra da carne, e couros beneficiados exportados, maior o credito destes productos, e consequentemente mais procurados vindo afinal lucrar o Thezouro no augmento dos productos exportados o que terá perdido pelas propostas reducções.

Pagando, como paga o couro, 15% de direitos, é evidente que uma reducção se faz indispensavel na prestação d'estes; nem será possivel de outro modo, que elle concorra com o de Montevidêo e Buenos-Aires nos mercados geraes (50).

Assim parece convinavel tanto aos interesses da provincia como aos do Brazil, que o actual direito de 15% sobre o couro seja reduzido a 5% que o imposto de 240 rs. por alqueire de sal seja limitado à 50 rs; e inteiramente abolido o de 80 rs. por arroba de xarque nos direitos provinciais. (51)

(50) Não posso deixar de declarar neste lugar o muito que devo aos Illms. Srs. Caetano José Travassos, José Vieira Viana, o S. F. Soares, e Patricio Vieira Rodrigues pelas preciosas soluções que se dignarão prestar aos numerosos quesitos, que tive a honra de submeter-lhes. A Patria lhes seja grata; que eu apenas posso retribuir-lhes com o meu posto que esteril, todavia sincero e profundo reconhecimento.

(51) Sendo o sal de Setubal o que sobre todos leva a primazia no beneficio da carne, seria talvez conveniente, que elle nada pagasse por direitos de introdução durante um periodo determinado. As cifras comparadas, que aqui ponho em seguida, farão vêr quão longe estamos de vencer na concorrência das carnes manufacturadas, os nossos visinhos; e quanto importa que o Governo Imperial proteja o commercio da carne beneficiada nesta provincia por todos os meios a seu alcance para conseguir tão indispensavel e grandioso fim:

Producto de uma rez de corte em Montevidêo.

Carne	150 Lib.
Couro	40 Lib.
Sêbo	20 Lib.
Graxa	10 Lib.
Sal para salgar uma rez, 1/2 alqueire	240 (moeda fraca)
Direito de exportação de 1 couro	220 (idem)
Direito de exportação da carne beneficiada nullo.	

Producto de uma rez de corte na provincia de S. Pedro.

Carne	128 lib.
Couro	30 lib.
Sêbo	5 lib.
Sal para salgar uma rez, 1/2 alqueire	750 (idem)

Direitos Provinciaes.

Carne 1: 60 (moeda fraca)
 Sêbo por 10 lib. 25 (idem)
 Graxa por 5 lib. 12,5 (idem)
 Couro 80 (idem)

A realisar-se o estabelecimento da nova estrada para tropas de animaes cavallares e muares entre esta provincia e a de S. Paulo; e diminuindo-se consideravelmente por ella o consumo de tempo, e de dinheiros de custeio, poderão ser augmentados sem gravame do tropeiro os direitos até aqui percebidos por cabeça de animal que atravessa aquella fronteira; o que em parte compensará os cofres publicos da diminuição dos rendimentos que percebe, uma vez adoptadas as reduções que venho de propôr.

Não é menos instante a necessidade de reduzir os grandes impostos, que pagão os generos de fabrico estrangeiro, quaes o panno de algodão,; baetas, pannos entrefinos (de mais dura e por tanto mais economico, que o ordinario ou grosso) e o ferro; enquanto não produzirem as nossas minas; comparando-se a diminuição dos rendimentos que d'ahi resultaria com o accrescimento dos direitos sobre as fazendas de luxo, como telas finas, sêdas, &c.

Os outros productos tirados do reino vegetal e animal se apresentam em tão abreviada escalla, que a maior parte delles é apenas bastante ao consumo interno do paiz. Entrão nesta linha a lã em rama, de que mais lucros retirariamos do que aquelle que percebemos da melhor sesmaria da do paiz; si nos occupassemos convenientemente da educação dos merinos sobre uma superficie metade menor que a de uma dessas sismarias; o anil, o algodão, o linho gallego, e a cochonilha; o trigo, cuja cultura começa a prosperar, e ser em parte navegado; inda que em pequena porção, para fôra da provincia; a farinha de mandioca de superior qualidade, que depois de supprir o interior, ainda é levado o seu excedente em pequenas porções para o estrangeiro; a erva-mate finalmente de que este ultimo faz tão grande uso, mas que carece de medidas policiaes para que de sua fabricação, e commercio possamos recolher todas as vantagens possiveis; como levo indicando no caderno lettra ().

Podem dizer-se nullos ou, em toda a sua infancia, quaesquer outros productos da nossa industria fabril. (52).

A sóla ou couro curtido seria certamente o que desde logo mais lucros nos daria; e aquelle fabrico que a menor despeza deve precisar-nos; e que para realisar-o de mais elementos abundamos, pois até nos sobraão poderosos succedaneos da casca do carvalho para curtir; nos izemptaria do tributo que pagamos ao estrangeiro neste genero e que mais qualquer outro accusa a nossa negligencia, e enexcusavel olvido de interesses que à muito deveriamos ter promovido.

Devemos a Mr. Martel, que exerce a pharmacia nesta capital felizes ensaios sobre a industria serica. Os cadernos lettras (); contêm amplos esclarecimentos sobre a materia, que lhe forão solicitados por outros tantos quesitos meus; e que darão uma idéa das favoraveis circumstancias, em que nos achamos de podermos dar o maior merecimento à este precioso ramo de industria. As intruções contidas no cader no lettra (), merecem em meu entender, serem consultadas, a respeito da cultura serica.

Direitos Geraes.

Carne, sêbo, e graxa 500 (moeda fraca)
Couro, por cada nm. 700 (idem)

Estas cifras fallão por si mesmas. O estrangeiro já em cada novillo que corta nos leva a vantagem de 22 lib. de carne por cabeça, o que produz differença consideravel no total das rezes que beneficia, visto que o faz em muito maior escala, que nos outros, e que só por este lado os põem em circumstancias de offerecerem os seus productos no Mercado à menor preço. He verdade que os excediamos na intelligencia de beneficiar a carne; mas depois da revolução porque passou a provincia, e que levou a Montevideo os nossos xarqueadores; estão os orientaes tão-habeis, e entendidos como até então exclusivamente o tinhamos sido, neste genero de industria. Tambem como tão bom é lá o fabrico da carne como na provincia de S. Pedro; unico ponto de igualdade que sobre este objecto existe entre os productores de ambos os paizes; d'aqui por diante tudo é desigualdade, inferioridade pelo que nos diz respeito.

Além da differença já citada de 22 lib. de carne por cabeça existe a de 10 lib. sobre o couro; de 15 sobre o sêbo e de 5 sobre a graxa; isto é, uma differença a favor do estrangeiro de 85,3 por cento para o primeiro artigo; de 75 por cento para o segundo; de 50 por cento para o terceiro; e de 50 por cento para o quarto.

Na despeza feita com o sal para beneficio de um novillo cortado, a differença está contra nós na razão de 50:16.

Pelo que respeita aos direitos exhibidos pelo producto beneficiado, a differença é ainda mais clamorosa.

Em Montevideo o direito na exportação da carne é nullo: quando entre nós a carne, sêbo, e graxa pagão 125 rs. por arroba de direitos geraes, e 60 rs. de direitos provinciaes; isto é, um total de 185 rs. Mas a differença nos direitos do couro pagos na sua exportação em Montevideo, está com respeito a esses mesmos direitos percebidos nesta provincia na razão de 16:50 a favor d'aquella Republica.

(52) Tratarei nas minhas notas addicionaes de outros productos nossos, para o que não estou ainda bastante habilitado, por terem-me faltado em parte os necessarios esclarecimentos que conto em breve receber; e por não ter podido estudar os que tenho em mão por estreiteza de tempo.

Deve certamente merecer a mais séria consideração do Governo Imperial, a desinteressada co-operação que Mr. Martel offerece prestar a aquella importante especulação: nem é crível, que se deixe escapar tão favoravel ensejo de augmentar a riqueza nacional, e de fazer prosperar este Paiz.

Algumas noções sobre o estado actual do commercio na praça de Porto Alegre.

Esta Praça negocia em grande escala com a do Rio de Janeiro; que mais vantagens lhe offerece, sendo mui diminuto o seu commercio com as outras do Brasil.

Actualmente nenhum commercio directo tem Porto com Praças estrangeiras; mas antes da revolução negociava directamente com Montevideo, e Buenos-Ayres; hoje porém que cessou aquelle mal, e tambem a prohibição de frequentarem este Porto navios estrangeiros; devemos esperar que esta concorrência se vá augmentando na razão directa dos melhoramentos decretados a favor da barra do Rio Grande, e da navegação da Lagôa do Patos.

He esta Praça devedora á do Rio de Janeiro (com o indicão os dados que me forão subministrados pelo Sr. Soares) da quantia pouco mais ou menos de 1,000,000,000 rs.; assim como é credora dos mercados centraes do Rio Pardo em 450,000,000 rs.; da Cachoeira em 100,000,000; Sant'Ana do Uruguay em 200,000,000; e dos mais Mercados da campanha em outros 200,000,000rs.; restando um deficit (cobradas as dividas) contra ella de 250,000,00rs..

Sabendo-se que a maior parte do corpo mercantil de Porto Alegre é composto de logistas principiantes, que só a crédito trazem para aqui suas facturas, dispondo das mesmas tambem a credito para realizar os seus pagamentos effectuados em generos do Paiz; força é confessar: que uma associação mercantil assim constituida, que apenas algumas quebras tem produzido, atravessando a revolução assoladora, felizmente extinta; é necessariamente economica, e parca em seus gosos, religiosa observadora de sua palavra, e de credito reconhecido; e que a população da campanha com quem ella negocia sob palavra não menos fiel observadora de seus tratos; é digno de todo o elogio. Mas com toda essa boa fé que caracteriza o commercio da capital, e seus correspondentes do Interior; outra seria a face que apresentassem as especulações entre uns e, outros, si os nossos visinhos tivessem desfrutado da paz de que carecem de longos tempos para cá, e tivessem podido dar saída pelos seus portos aos seus riquissimos, numerosos productos pastoris.

Parece que com respeito ás outras praças do Brasil, a commercial de Porto Alegre está em perfeito equilibrio.

Esta Praça exposta para as outras do Imperio xarque, graxa, sêbo, cabello, aspas, couros que depois saõ d'ali vendidos ao estrangeiro.

Recebe dos mesmos Portos para onde exporta, todos os artefactos da Europa, e os productos Inter-Tropicaes de que necessita.

Especialidades.

Um brigue de 200 toneladas sai aqui do estaleiro (termo médio) por 14:000\$000
 Um hiate ou escuna de 100 toneladas, por 8:000\$000
 Uma canôa de 50 toneladas, por 5:000\$000
 N. B. Estes preços porém, varião á proporção da abundancia ou carencia de madeiras de construcção.
 Preço de uma peça de lôna 35\$000
 N. B. E' a lôna Inglesa mais inferior á da Russia; todavia é preferida á esta ultima para encerados, como mais barata. A nossa navegação interior serve-se dos brins traçados Ingleses, e Norte-Americanos, por serem menos pesados para os hiates. As embarcações porém de cabotagem, comprão a lôna da Russia no Rio de Janeiro.

Um mastro grande para brigue, sendo de pinho de
 Flanders, custa de de 400\$000 á 500\$000
 O mesmo mastro, sendo de louro ou outra madeira de 250\$000 á 350\$000
 O mesmo mastro para patacho ou escuna, sendo de
 pinho de Flanders de 500\$000 á 600\$000
 O mesmo mastro de outra qualquer madeira de 250\$000 á 400\$000
 Uma verga grande, pôde custar de 100\$000 á 200\$000
 Uma duzia de taboas de costado, sendo de louro ou cabriuba de 36\$000 á 48\$000
 Frete de uma embarcação d'este Porto para o Rio de Janeiro,
 pouco ou mais ou menos 300 por arroba
 Idem, idem, de idem para Bahia 450 por "
 Idem, " " para Pernambuco 600 por "
 E nestas proporções para os outros Portos.
 Soldada de um mestre de embarcação para o Rio de Janeiro, viagem redonda 300\$000

Idem de contra-mestre	120\$000
Marinheiro	50\$000
Soldada do mestre para Pernambuco	400\$000
Contra-mestre	180\$000
Marinheiro	70\$000
N. B. Para os mais Portos, guarda-se a mesma proporção.	
Aluguer por um anno de uma casa nobre para o commercio: pouco mais ou menos	2:400\$000
Idem por um anno, de um armazem de	500\$000 á 600\$000
Idem por um anno de uma loja: que todavia varia com relação á localidade de	300\$000 á 400\$000

Parece que não está bem servida a Praça de carretas para conducção dos volumes: o numero d'aquellas tiradas por bestas muars sendo sufficiente, expõem as mercadorias á chuva por não serem fechadas ou cobertas. O serviço por cangueiros, não é certamente o mais, accomodado; podendo estes a seu arbitrio augmentar o preço do transporte: e resultando da sua falta de policia, extravios não despreciaveis. Obrigar o carreteiro á cobrir o seu carro: organizar o serviço dos cangueiros por capatazias, fazendo-os responsaveis pelos desvios dos volumes que lhes forem confiados; arbitrar a uns e outros um preço racional pelo transporte; parecem ser necessidades de primeira intuição; e que reclamão providencias policiaes.

Ainda maior attenção deve merecer o serviço, que as bombas aqui fazem, para extincção do fogo.

Duas unicas bombas, e em um só lugar estacionadas, não parecem garantir os edificios dos accidentes causados pelo fogo em uma cidade que tão consideravel extensão vai tomando com as suas ruas, e casas. Tambem parece, que o estado em que se achão essas duas bombas, não é o mais proprio para corresponder aos fins a que são destinadas.

Creio, que em caso de incendio, esta capital só pôde ser bem servida com tres secções de duas bombas cada uma; occupando uma o centro da rua chamada da Praia; outra no centro da rua chamada Formosa; a terceira secção na rua do Arvoredo.

CIDADE DE PELOTAS

Tem esta Praça relações commerciaes com Santa Catharina, Santos, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco; sendo maior, é mais vantajoso o commercio que faz com o Rio e Bahia, do que com as outras; em grande parte feito por intermedio da Praça do Rio Grande.

Raras são as negociações directas de Pelotas com as Praças estrangeiras; porque essas Praças tem seus agentes em Rio Grande. Todavia, alguns carregamentos se preparam em Pelotas para Montevideo, Buenos-Ayres, Estados Unidos da America, Havana, Portugal, França, Hamburgo, e outros Portos.

Consistindo a maior parte do commercio da cidade em productos de xarqueadas; negocio susceptivel de prompta, e effectiva permutação; é provavel, que não seja grande o alcance d'esta com as Praças com que se corresponde. Não acontece assim com o commercio das fazendas secas, e molhadas; pela qual é esta Praça devedora ás do Rio Grande, e Rio de Janeiro.

Não é facil determinar a divida de Pelotas tanto á respeito de nacionaes como de estrangeiros. Nas mãos d'estes ultimos está hoje por metade o negocio chamado de retalho.

Em todos os tempos (diz a Memoria, que consulto e tenho diante dos olhos neste momento) foi Pelotas devedora ao Rio Grande, Rio de Janeiro, e Bahia: mas esta divida augmentou-se com os transtornos da ultima guerra com os Estados limitrophes, e com a fluctanação dos cambios pelo depreciamiento da nossa moeda; com tudo os recursos do Paiz a restabelecerão em poucos annos, e florescia o seu commercio, quando appareceu a guerra civil, que occasionando perdas consideraveis, fez desertar capitaes, e capitalistas.

Exporta a cidade com destino a portos nacionaes, e estrangeiros couros de novillo, vacca, e de terneiro; xarque, aspas, cabellos; couros de egua, clina do mesmo animal; carne embarricada, sêbo, graxa, canellas, erva-matte, lã; e para Motevidéo e Buenos-Ayres, madeiras de construcção, eixos e taboado.

Em todo o municipio de Pelotas, o milho, o feijão e outros farinaceos, que produz em pequena escalla por falta de braços, mal chega para o consumo dos habitantes.

Apenas de tres annos para cá, principiarão as xarqueadas de Pelotas á salgar os couros: uns descarnados, outros por descarnar: a experiencia tem mostrado, que sendo bem salgados chegam aos Portos para onde os navegão livres de ponilha, e sem perda de pello. Todavia o Portugal, e os Norte-Americanos preferem o couro secco, e de pouco pêso. (53)

(53) Respondendo a um quesito, que lhe fiz a respeito; é de opinião o mui entendido correspondente de Pelotas, que se deve deixar ao arbitrio do xarqueador salgar, ou não o couro como melhor lhe convenha. Conheço quanto deve ser respeitada pelos Governos a liberdade commercial: mas tem este meio mui seguro de dirigir, e encaminhar uma especulação qualquer, menos bem entendida pelo corpo commercial, sem locar nem de leve nessa liberdade inapreciavel para o feliz resultado das suas emprezas.

É nas xarqueadas de Pelotas, onde se consome a maior porção de sal que entra para a provincia; e occasiões se apresentam em que a sua escassa z força o xarqueador a empregal-o tal qual o encontra no Mercado, sem que lhe seja dado escolher. (54)

Poucas casas nobres tem Pelotas próprias para o commercio; as que existem para este fim, vencem por aluguer annual de 500\$000 à 1:200\$000 rs.

O aluguer annual de um armazem é de 400\$000 à 600\$000 rs. O de uma sala para loja é de 250\$000 à 300\$000 rs.

Nem sempre cobra a praça de Pelotas promptamente as suas dividas da campanha; as grandes distancias, a falta de officiaes de justiça capazes de prehencherem seus deveres arrostando grandes incommodos, e às vezes perigos, a morosidade nos processos, a difficil exhibição das provas, ou de documentos comprovativos, e a immoralidade por parte de alguns devedores, tornão essa cobrança bastante trabalhosa, e penivel.

Bastante se queixa o commercio d'esta Praça da falta de prompta remessa, e entrega das suas cartas pelo correio. Este clamôr é geral na provincia; e parece, que além de outras causas de tão grave tortura, muito concorre para agravar-a, os mesquinhos vencimentos dos empregados da administração dos correios, o resumido numero d'esses empregados, e a falta de fundos applicaveis à sustentação dos seus agentes no Interior. »Aqui; diz-me o meu correspondente de Pelotas, ha um agente, que se diz do correio, vivendo n'uma pequena loja velha tão mal pago, que não tem quem lhe traga, ou leve as mallas de bordo dos vapores donde resulta estravio em nossas cartas, e prejudicial demora na entrega.» Mais valeria, à meu ver, augmentar o já oneroso direito imposto sobre as cartas; com tanto, que fossem ellas entregues a seus donos prompta e fielmente. Os correios publicos não forão instituidos como um meio de augmentar o rendimento: este objecto é inteiramente secundario; o interesse commercial, a segurança da correspondencia privada, é o seu primario objecto; sacrificar pois o principal ao accesorio, é fraudar, é escarnecer a confiança publica, é desnaturar em seus effeitos um estabelecimento santissimo, de cujas operações certas, regulares, e invariaveis, dependem os prosperos successos das grandes especulações, e transacções commerciaes, e a fortuna social, que nellas assenta.

S. José do Norte.

Esta Praça pouco representa per si mesma; é ella uma agencia das Praças do Rio Grande, Pelotas, e Porto Alegre. Tem uma alfandega filial da do Rio Grande, que rende tanto como esta, e algumas vezes mais. O Norte serve de deposito ao couro, sal, e carvão de pedra.

Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, e Santa Catharina, são as praças do Brasil de que mais vantagens tira, e com quem commercia em maior escalla, em proporção da ordem successiva com que vão indicadas.

Pelo que respeita ao estrangeiro, os productos da provincia são d'ali navegados para Inglaterra, França, Estados Unidos, Norte Americanos, Havana, e Republica Oriental do Uruguay.

De nenhuma Praça é credôra a do Norte: é porém devedora à do Rio de Janeiro por transacções antigas. As que faz com a Bahia, Pernambuco, e Praças estrangeiras são promptamente liquidadas. Attribu-se o augmento da divida do Rio às guerras com nossos vizinhos, e ultimamente à civil.

A demanda dos productos pastoris por parte das Praças Brasileiras limita-se ao xarque, couro, sêbo, e graxa; a das estrangeiras ao couro vaccum e cavallar, clina, lã, aspas, ossos; procurando a Havana neste anno de 1847 o xarque.

O Norte recebe o sal de Setubal, Lisboa, Cadiz, e da Ilha de Maio (Cabo Verde); sendo o de Setubal de melhor qualidade, e tambem o mais caro. O sal de Patagonia não tem merecimento para a salga; é apenas procurado por mais barato, para os animaes; o do Assu, é melhor que o de Patagonia para salgar couro. (55)

Os cangueiros fazem a pão e corda o serviço da alfandega do Norte: ganha cada um 800 rs. por dia, quando engajado para um serviço qualquer de transporte. São quasi todos escravos dos empregados da alfandega.

Este meio consistirá no caso em questão, em aligeirar o direito sobre o sal, e decretar um premio ao beneficiador de um certo numero de couros salgados, postos no porto de embarque, e promptos a embarcar e navegar para o exterior.

(54) Eis aqui mais um motivo para izentar o sal de todo e qualquer direito; ou para reduzi-lo á cifra que indiquei anteriormente. De insanavel cegueira deve estar ferido o que em presença de tao vigorosos argumentos continuar a recusar ao xarquo do Rio Grande não favorece; como lhe chamou um menino de escola no Rio de Janeiro; mas estricta, rigorosa, e indeclinavel justiça.

(55) A vizinhança dos grandes rios; a aproximação de gêlos eternos são parte que a agua do mar seja, na sua superficie, menos saturada de sal do que qualquer outra em differentes ou oppostas circumstancias. Assim o sal da Patagonia deve dar em resultado de sua evaporação pelo sal, ou por um meio qualquer artificial o chlorureto de sodio e menos concentrado que o de Setubal. É porém mui provavel, que procedendo-se na Patagonia (o que dependerá para o futuro de um accrescimento consideravel de população, que ora não tem &c.), no inverno a introdução da agua do mar nas represas salinas; produzisse esta por meio de evaporação no Estio, sal de muito melhor qualidade a que de lá nos vem; por quanto, cessando na Estação invernos de

Na Praça o termo médio dos fretes para o Rio de Janeiro regula 12\$000 rs. por tonellada; 18\$000 para Bahia; 24\$000 para Pernambuco.

O termo médio para as embarcações encarreadas para o mesmo Porto, é de 150 toneladas.

O termo médio das soldadas dos mestres é para o Rio de Janeiro de 230\$000 rs.; para o contra-mestre 80\$000; para o marinheiro 30\$000 rs.

Para a Bahia, ao Mestre 300\$000 rs., e quando encarregado de fazer o carregamento 500\$000 rs.; ao contra-mestre 100\$000 rs.; ao marinheiro 35\$000 rs.

Para Pernambuco, ao Mestre, como para a Bahia, ao contra-mestre 120\$000 rs.; ao marinheiro 30\$000 rs.

Cumpra-se notar que os mestres e contra-mestres, vencem por viagem redonda, e os marinheiros trazem uma certa escalla por vinda, e é pela volta que vencem o que vai notado acima. Raras vezes se ajustão soldadas de pilotos, embora matriculem debaixo d'esse título; quando porém a vencem, regula esta pela dos contra-mestres.

A praça do Norte até o dia 15 de Agosto de 1846 não possuía uma embarcação que fosse navegando barra fora!

É também notável que não possuia um só hiate para a navegação interior: tem porém grande número de botes próprios para passagens, e para embarque e descarga de generos, e efeitos mercantis.

Consta a tripulação de um brigue, termo médio, de 14 pessoas; a de uma sumaca ou patacho de 10; a de um hiate de 6; de um bote de 3.

Os mestres das embarcações de barra fóra, devem ser nacionaes em conformidade das ordens á respeito: os que não são, habilitão-se como taes, e iludem o preceito.

É reconhecida a necessidade de sujeitar a um exame os patrões dos hiates e botes que navegam pelo Interior, não só com respeito á theoria de sua arte, como aos conhecimentos praticos que devem possuir dos nossos canaes, canaletes, coroaes, baixios, correntes, rumos, balisas, e marcha regular dos ventos, segundo as diferentes quadras do anno.

Questionando sobre a illuminação, responde o meu informante do Norte que a villa nem tem, nem se anima á pedil-a; porque mais lhe interessa pedir para a despeza annual com o removimento das arêas. (56)

derreterem-se as maças de gelo que cobrem os mares que avizinham o Polo, bem como aquellas amontoadas pelas adjacencias do Cabo de Hornos, e nas elevadas serras de onde fluem, ou junto das quaes correm os grandes rios; necessariamente o mar menos carregado de agua doce fornecerá um sal mais apropriado ao uso para que a nossa industria o solicite — On peut facilement se rendre raison de la moindre salure de la mer au voisinage des Continents; car elle reçoit une quantité d'eau douce si salure! Em proximidade dos pólos doit produire le même effect, et le mélange des eaux qui provient de la font des glaces qui les reconviert, doit aussi diminuer la desinté de l'eau dans ces contrées. Cependant Mr. Marcel trouve l'eau de l'hémisphere meridional plus salée, que celle de l'autre moitié du globe, et c'est pour tant au pôle austral que se trouvent les plus grands amas de glace. Peut-être aussi l'eau a-t-elle été puniée en hiver, lorsque les glaces polaires ne donnent que peu d'eau à l'océan; al'un autre côté, majeure partie des terres est dans l'hémisphere Nord, et par consequent les fleuves conduisent bien plus d'eaux douces dans cette partie du Monde que dans l'autre - Lecoq.

(56) Muito tem a desejar o commercio; continúa o mesmo informante, com respeito á segurança da sua correspondência dentro da Provincia; e á promptidão com que ella deve caminhar por meio da administração do Correio, via de agua ou de terra. Nenhum homem habil para agente de uma administração de Correio, querará sel-o pelo ordenado de 200\$000 rs., fazendo as despesas do expediente á sua custa, porque sua capacidade lhe proporciona meios de obter maiores interesses, nenhum homem habil para ajudante, e para fazer em tudo as vezes de agente na falta d'este, querará servir o lugar pelo mesquinho ordenado de 15\$000 rs. mensaes; nenhum moço capaz de exercer as funções de amanuense ou de servente, aceitará lugar para 8\$000 rs. mensaes; porque tem o lugar de guarda d'Alfandega, que lhe rende 30\$000 rs., com iguaes privilegios, menos sujeição, e maiores esperanças de melhoramento futuro. E facil, por tanto, prever qual seja a condição e a capacidade d'aquelles, que taes lugares occupão nos correios; e será possível termos confiança (salvas algumas excepções) em taes homens, quando lhes entregamos nossas cartas, e com ellas os portes correspondentes?

Por via de terra, não podem ás vezes os conductores conduzir todas as cartas que se amontoão no Correio, vindas de barra fóra, e por via de mar, deixão as embarcações, que saem do Rio Grande para Porto Alegre, de mandar ao correio do Norte receber as mallas, em conformidade de ordens existentes; já porque levão vento forte, que lhes não permite aportar, já por irem de noite ou a horas de não estar o Correio aberto, e não lhes convir perder occasião de se fazerem de vèla.

Acha-se bem servido o commercio, tanto da villa, como da cidade vizinha, com botes do lote de 15 tonnelladas (57), mas a irregularidade com que se prestão ao serviço, e o alto preço por que o fazem, está longe de convir aos interesses mercantis.

(Continúa)

(57) Temos 32 botes grandes e pequenos. Rendia annualmente Rs. 1:200\$000, livre de despezas; termo médio, cada bote: hoje rende menos. Dois homens (termo médio) formão a sua tripulação. O vantajoso rendimento d'estes botes, procedia do emprego que lhes dava a extraordinária emigração do Rio da Prata, o transporte dos couros dos armazens para bordo das embarcações, que os exportavão, quando desembarcavão primeiro em tetra para serem conferidos e despachados; systema este sempre observado desde que se percebe o Quinto; não bastando toda a vigilancia, para evitar e extravio d'este direito. Acha-se hoje relaxada esta fiscalisação, com o systema ultimamente adoptado de embarcar os couros dos hiates para as embarcações, no mesmo acto de chegarem com elles das xarqueadas; assitindo-se unicamente à contagem na baldeação, mas não à classificação do couro copforme è elle de novillo ou de vacca; porque nem isso è possível que ali o faça qualquer dos guardas actualmente em exercicio, em cujo numero se conta meninos de menor idade. D'aqui resulta; 1º que não só os botes, mas os mesmos hiates, cuja navegação interna è das mais brilhantes, soffrem notavel prejuizo 2º que os armazens do Norte conservão-se fechados, com prejuizo do proprietario, e da Nação. 3º que o thezouro perde muitos contos de réis pelo contrabando. 4º que em vez de promover-se o argumento da população e prosperidade do Norte, cuja alfandega filial do Rio Grande rende mais do que a desta cidade; tudo concorre para diminui-las, o malogral-as. — *O meu informante do Norte.*

ALOCUÇÃO SOBRE SILVEIRA MARTINS,
por J. F. de Assis Brasil, em 4-8-1935
(Copiada dos originais inéditos)

Há um século nascia Gaspar Silveira Martins, na raia do Aceguá, a alguns passos do território da sua verdadeira pátria, mas do lado do Uruguai, em cuja capital, sessenta e seis anos depois, a morte o fulminou.

A primeira quarta parte do século que comemoramos é ocupada pela infância, adolescência e primeira mocidade do homem. Daí em diante começa a elevar-se a trajetória da sua personalidade, para nunca mais declinar, à imagem do relevo geográfico do nosso Rio Grande, que se levanta na Serra Geral e se prolonga em planalto sem fim dentro das nossas fronteiras. Nem a morte lhe interrompeu a progressão ascensional: ele pertencia a essa classe de heróis que, mortos, parecem maiores que quando vivos.

A sua iniciação política tem as aparências e a realidade da erupção vulcânica. Às proezas tribúncias em comícios cívicos, no Rio, sucedem-se as explosões de eloquência na Assembléia Legislativa da Província, que logo se estendem à Câmara dos Deputados e ao Senado do Império.

Tudo isso ocorre dentro dos escassos vinte anos que vão de meados da década de 1860 à era fatídica em que se afundou a corroida barca do Império, a cujo bordo ele, infelizmente, navegava.

Mas Silveira Martins mostrou possuir estatura para se não afogar no baixo fundo em que teve lugar a catástrofe. A sua figura inconfundível continuou a destacar-se na adversidade, ainda mais eminente que nos dias de prosperidade real ou aparente. Quando a morte o abateu, ele valia tanto, amigos e inimigos contavam tanto com ele como nesses dias de triunfo.

Um homem desta estofa dispensa o trabalho especulativo, e sempre ingrato, de se lhe assinalar o lugar entre os seus contemporâneos e competidores. Isso não tira que se lhe possa avaliar o mérito relativo. Haveria certamente injustiça em afirmar que Silveira Martins foi, em absoluto, o primeiro dos rio-grandenses. É tão difícil ser o primeiro como ser o último. Não só na ordem da capacidade ingênita e adquirida, como na dos serviços prestados à comunidade, ele próprio seria o primeiro a declinar o privilégio de passar adiante de tantos patrícios imortais.

Tenho, entretanto, por incontestável que Silveira Martins haja sido — e seja ainda —, o mais popular de quantos filhos esta terra tem produzido. Em vida, teve mais que amigos e admiradores; teve fanáticos, em número prodigioso e em todas as categorias sociais. Depois de morto, a influência da sua individualidade projetou-se em maior extensão e com maior intensidade que a de nenhum outro repúblico indígena.

Em todo homem público, como em todo organismo biológico, há o que os sábios chamam — a dominante. A dominante de Silveira Martins foi a eloquência, ou melhor, o gênio da elocução: tinha o dom de exalar a palavra do modo mais próprio a fazê-la eficaz, a tirar dela o máximo de efeito útil. E, além de possuir esse dom, estava sempre disposto a pô-lo em operação, de modo que rendesse todas as vantagens. Outras pessoas nascem eloquentes, mas refreiam a tendência notável, por certo pudor bem ou mal compreendido; talvez reconheçam a incompatibilidade que há entre a espécie de alucinação que a eloquência provoca e a pesquisa sincera da verdade.

Mas Silveira Martins não pensava assim. À singularidade natural da sua sublimada elocução deveu toda a sua fortuna. Nem nunca utilizou outro instrumento para triunfar. Não se especializou em atividade alguma, bem que mostrasse brilhantes tendências para muitas, desde a cultura da terra até a das letras. Não escreveu nem publicou livros. Os seus próprios discursos, não os fez imprimir revistos e escoimados, senão muito excepcionalmente. É que ele confiava instintivamente na penetração profunda da sua palavra mágica, servida pela garganta mais maravilhosa que imaginar-se pode e por uma presença pessoal tão impressionante, que valia metade do êxito. Quem não o ouvia diretamente, imaginava através das narrações dos que ouviram. As suas palavras eram bastante poderosas para se prolongarem ainda eficazes nos ecos mais remotos. Elas ainda ressoam depois da sua morte. Muitas das suas sentenças, mesmo vulgares em si, ainda hoje são repetidas com a entonação que lhes dava o gigante da declamação inteligente.

Parece que nenhum dos grandes êmulos de Silveira Martins, celebrados na história, dispôs de conjunto tão propício ao êxito de grande orador. Demóstenes e Cícero — os mais conhecidos —, eram-lhe inferiores em prendas pessoais. No Brasil nunca houve quem se lhe comparasse. Um dos brasileiros mais competentes da época, seu adversário radical, escreveu de Paris a um amigo, depois de ter ouvido Jules Favre, Gambetta e outros: "Confesso que acho o nosso Gaspar superior a todos".

A elocução instintiva de Silveira Martins era naturalmente ajudada por memória privilegiada e inteligência receptiva tão sensível, que lhe permitia absorver e fixar todas as noções que deparava pela primeira vez, mesmo dependentes de disciplinas que não conhecia, que não poderia, materialmente, ter aprendido. Essa mesma aptidão o uso quase impecável da língua portuguesa, com acerto e gosto incompreensíveis em quem não teve a escola da convivência com os grandes mestres, e residência no meio em que é cultivada no máximo da pureza.

Da formidável eficácia da sua elocução há fatos ilustrativos que merecem ser registrados e que poucos como eu talvez conheçam. Rio Branco disse-me que, passeando com Silveira Martins pelos boulevares de Paris, atulhados de gente, pensava uma vez em pedir-lhe para reprimir o excessivo vigor do seu fraseado e gesticulação, considerando o escândalo que tal espetáculo estaria a produzir; mas logo notou que, em vez de ofender os transeuntes, a conversação declamatória provocava simpático interesse, sem dúvida pela música insinuante daquela garganta melodiosa. José Carlos Rodrigues contou-me caso análogo passado sobre a “imperial” de um ônibus em que levava Silveira Martins a visitar certos bairros de Londres: os fleugmáticos burgueses, depois de alguns segundos de perplexidade, puseram-se a escutar, recolhidos e atentos, como se a entendessem, uma catilinária do nosso “charmeur” contra o marechal Floriano Peixoto. “Charmeur” chamava-lhe, em conversação comigo, em Buenos Aires, um político influente, jornalista e literato, aludindo aos encantadores de pássaros e serpentes que se vêem nos grandes centros da Europa e do Oriente.

Que uso fez Silveira Martins das suas faculdades peregrinas de encantador? Não é ocasião de o discutir. Nem seria vantajoso discuti-lo. A evidência não pede provas. E a evidência é isso que aí vemos: é a consagração unânime por um povo consciente, uns esquecendo ressentimentos, divergências, quiçá duras ofensas recíprocas, outros confirmando uma devoção inquebrantável, transmitida de pais a filhos, todos unidos no pensamento de veneração à memória do grande rio-grandense, do grande brasileiro, todos tacitamente, mas fervorosamente, pedindo-lhe inspiração para o melhor serviço da Pátria e da Liberdade, essas duas palavras que ele pronunciava com mais sublime entonação que nenhuma outras.

Por último, é grato ao meu coração atestar que Silveira Martins, na sua aparência um tanto áspera e rebarbativa, era profundamente sensível e amável. Coube-me o privilégio da sua intimidade em muitos encontros no correr da atividade de ambos e, na Assembléia Provincial sentei-me ao seu lado durante duas legislaturas, ele o político amadurecido, chefe da maioria monárquica, o tribuno-rei consagrado, eu, quase menino, unidade na representação republicana, sem sombra da fama que se antepusesse à sua. Sempre respeitou a nossa disparidade de opiniões e tratou-me com bondade. A minha impressão duradoura é que o mais popular dos rio-grandenses foi tão bom como eloquente.

Pedras Altas, 4 de agosto de 1935
(ass.) J. F. de Assis Brasil

ARQUIVO BORGES DE MEDEIROS

— Na condição de donatário e guarda do arquivo do Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros (ilustre propagandista da República, constituinte de 1891, presidente do Estado em cinco quinquênios e chefe do Partido Republicano Rio-Grandense), o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, através deste número de sua Revista, inicia a publicação regular de documentos daquele acervo. Desta feita, são publicadas 39 peças, todas de correspondência ativa de Júlio de Castilhos. Acrescentamos algumas notas explicativas, que são de autoria e responsabilidade do consócio Sérgio da Costa Franco.

Ao ilustre general comandante do 6º Distrito militar.

Constando-me que foi ou vai ser expedida contra mim ordem de prisão pelo chefe de policia, e ignorando eu o motivo ou motivos dessa odiosa violência à minha pessoa, venho confiantemente recorrer à vossa alta autoridade, a fim de que me coloqueis ao abrigo de atentados que porventura planejem contra mim e meus amigos as atuais autoridades do Estado.

Deixo de reclamar providências ao denominado governo provisório do Estado, porque tenho os mais fundados motivos para crer que a minha reclamação será desatendida ou desprezada, atento o ódio político que me votam os que aqui estão exercendo o poder público e que me atribuem intentos de empunhar armas contra o seu predomínio.

Apelando para o vosso esclarecido espírito, confio que, como primeira autoridade militar do Rio Grande do Sul, não consentireis que sejam postergados na minha pessoa os preceitos da Constituição Federal e ofendida ilegalmente a minha liberdade individual.

Sou um representante da Nação, como membro do Congresso Nacional. Nesta qualidade, tenho prerrogativas que aquela Constituição me confere, não podendo ser preso senão em flagrante delito ou mediante pronúncia decretada pela Câmara legislativa a que pertença.

Por último, devo declarar-vos que sou homem político, membro de um partido que me honra com seu apoio, mas não estou nem estarei em circunstâncias de merecer o qualificativo de sedicioso ou de anarquista vulgar. O que acabo de afirmar está no vosso conhecimento, porque não sou para vós um desconhecido; ao contrário, honro-me com as vossas relações de estima pessoal.

Espero, portanto, da vossa respeitável autoridade garantias eficazes para meus direitos e para minha pessoa, com o que mais uma vez honrarei o vosso elevado cargo.

Saúde e fraternidade

Júlio de Castilhos

Porto Alegre, 5 de fevereiro de 1892.

NOTA: Trata-se de cópia de petição endereçada ao Comando do Distrito Militar, então exercido pelo Gen. de Brigada Antônio Joaquim Bacelar, no momento em que ia acesa a conspiração contra o chamado "Governicho".

Aurélio(*), devolvo-te a minuta do Marcos Alencastro(1*),
Com a devida vênia, devo fazer-te algumas observações, que me não parecem desaproveitáveis, de to-
do.

1.º O ofício não se refere a um **Ato** que institui a comissão especial conferida ao Marcos?

2.º Esse **Ato** não deve compendiar, em forma de **considerandos** os motivos que determinaram o alvitre?

3.º Uma vez elaborado não deve ele ser remetido com o ofício, por **cópia**?

4.º A frase da minuta (deliberado **organizar** no corrente ano o serviço postal interno) não será prematura ou indiscreta?

5.º Não será preferível dizer que tendo o Governo deliberado **projetar a organização** do serviço postal interno, para submeter a respectiva proposta à Assembléia dos Representantes na sua reunião de setembro vindouro?

6.º Não será imprescindível declarar que o motivo capital da iniciativa é a circunstância de estar a correspondência oficial das autoridades estaduais e municipais, desde o Presidente do Estado até o mais subalterno funcionário, sujeita ao pagamento da taxa postal, como se fossem simples particulares?

7.º Não será útil acrescentar que essa imposição absurda acarreta avultado dispêndio para os cofres do Estado?

8.º Não será conveniente ponderar que o correio estadual, além de libertar o Estado de uma despesa vexatória, proporcionará serviço mais barato ao público e poderá constituir mais uma receita lícita para o tesouro rio-grandense?

Etc. etc. etc.

Tais são as observações que submeto ao insigne diretor geral da Repartição Central da Secretaria do Interior.

Se lhe atribuires algum valor, apesar de formulados muito às carreiras, poderás levá-las ao conhecimento do nosso Presidente, cujo superior critério decidirá acertadamente.

O que fica escrito envolve apenas notas despretensiosas, oferecidas como singelo subsidio ao teu trabalho de gabinete.

Recado do

Teu
Júlio

23-5-98

(*) Aurélio Verissimo de Bittencourt.

(*1) Marcos Alencastro de Andrade.

Porto Alegre, 19 de setembro de 1898.

Medeiros, li ontem a primeira parte da Mensagem(*). É um trabalho que te faz honra, como tudo quanto elabora o teu eminente espírito. Não me ocorre nenhuma modificação a propor-te, salvo a supressão das generosas referências feitas a mim pelas inspirações do teu afeto, que já tanto me há penhorado.

Só me resta significar-te, de em volta com os meus agradecimentos, os mais sinceros parabéns.

Teu Júlio

(*) Alusão à Mensagem a ser enviada por Borges de Medeiros à Assembléia dos Representantes, na sua condição de Presidente do Estado.

Porto Alegre, 21 de setembro de 1898

Medeiros, supondo que já esteja ou fique pronta hoje a tua Mensagem, e tendo em vista que ainda não há número para instalação da Assembléia, tomo a liberdade de lembrar a conveniência de pedires por telegrama a vinda do Antunes e dos deputados do sul, isto é, o Gervásio, Bandeira, Frederico, Enedino e Ildefonso. Excetuado o último, podemos contar ao certo com o voto deles para eleição da mesa e das comissões, burlando a cabala do **coronelíssimo** Caminha(*). Convém previamente verificar se o **Itaituba**, entrando hoje, trouxe algum deputado.

Já comecei o **trabalhinho** sobre a aludida eleição, de modo a ficar bem composta a comissão do orçamento.

Recado do

Teu
Júlio

P.S.

Deves incluir também o nome do Massot, que me esqueci de mencionar acima.

(*) Todos os nomes referidos correspondem a deputados da Assembléia dos Representantes, a saber: Antônio Antunes de Araujo, Gervásio Alves Pereira, Vasco Pinto Bandeira, Frederico Bastos, Eduardo Enedino Gomes, Ildefonso Simões Lopes e Antônio Pedro Caminha. Quanto a Massot, Luiz Carlos Massot era o único desse nome na 3ª legislatura.

4069

Porto Alegre, 6 de outubro de 1898.

Medeiros, desejo que tenhas passado bem a noite e que já estejas descansado da longa jornada de ontem.

Envio-te os telegramas do Pinheiro e Cassiano(*1), bem como a minuta das respostas a ambos. Submeto-a às alterações que julgares convenientes. Penso que devem ser **cifradas** as palavras que sublinhei na resposta ao Pinheiro, tendo em vista que os **nórmicos** são agora **senhores** do sigilo telegráfico...

Remeto também um recado do Campos Júnior, que comunica estar em Caxias o famigerado Nosadini.(*2) Será possível que o bispo tenha autorizado o regresso? Lembro que o Aurélio deve investigar o caso com urgência, para ressaltares em tempo a responsabilidade do governo, na hipótese de algum conflito provocado pelo padre naquela localidade.

Recado do

Teu
Júlio

(*1) Senador Pinheiro Machado e Deputado Cassiano do Nascimento.

(*2) Referência a um ex-vigário católico de Caxias do Sul, que ali tivera gravíssimos incidentes com a Maçonaria.

4071

Porto Alegre, 20 de outubro de 1898.

Medeiros, desejo saber se pode ser hoje publicado na primeira coluna da **Federação** o teu telegrama-protesto sobre o caso Telles. No caso afirmativo, avisarei o Evaristo que adie para amanhã o **rompimento dos fogos da Federação**, que devem ser precedidos, segundo me parece, pela publicação do teu eminente protesto.

Responde-me, pois, para meu governo e do Evaristo. (*)

Teu
Júlio

(*) Evaristo Teixeira do Amaral, então diretor de "A Federação".

189

Porto Alegre, 1º de novembro de 1898.

4073

Medeiros, pelo Evaristo enviei-te hoje um telegrama do Herculano de Freitas e um recado meu sobre a respectiva resposta.

Devolvo inclusos três telegramas do Pinheiro, que estavam em meu poder.

Quanto à noticiada conferência do Salles com o Mallet (*1), penso em resumo: pode acontecer que este deixe de ser nomeado para a pasta da guerra por efeito do caso Telles, se o Pinheiro agir habilmente junto ao Salles. Veremos ...

A queda da emenda sobre alfândega (*2) confirmou a minha conjectura. O Pinheiro diz que a vai renovar. Poderá passar somente na hipótese da intervenção direta do Salles.

Infelizmente, suponho que o Possidônio (*3) vai servir-se do **pretexto** da rejeição de ontem para desistir da viagem ao Rio. Parece-me conveniente que o chames a Palácio e lhe mostres os recados do Pinheiro, procurando convencê-lo da necessidade da sua presença na Câmara. Feito isso convencerás depois o Martins Costa. (*4)

Teu
Júlio

(*1) Referência a Campos Salles, que, dentro de alguns dias, deveria assumir a presidência da República, e ao General João Nepomuceno de Medeiros Mallet, seu Ministro de Guerra.

(*2) A Alfândega de Porto Alegre fora extinta pelo governo Prudente de Moraes, e os rio-grandenses se empenhavam em restabelecê-la.

(*3) Dr. Possidônio Mâncio da Cunha Júnior, então deputado federal.

(*4) Dr. José de Almeida Martins Costa Júnior, Secretário da Fazenda do primeiro governo de Borges de Medeiros.

4077

Porto Alegre, 26 de novembro de 1898.

Medeiros, envio-te duas minutas de telegramas ao Pinheiro: uma em cifra, outra em linguagem vulgar. A primeira deve ser cifrada em todas as palavras que vão sublinhadas, observando-se as ligações destas, como bem sabe o nosso Aurélio, que é **magister** neste ofício e em outros muitos. A segunda versa sobre urgentes assuntos da atualidade, inclusive a questão da guarda aduaneira, acerca da qual não sei se telegrafaste ontem.

Submeto ambas à tua criteriosa revisão, para as emendas como entenderes. O meu único intuito é auxiliar-te no serviço da nossa terra, cujos altos interesses parecem destinados, no ponto de vista econômico, a uma situação precária, no que diz respeito à ação dos poderes federais, nesta transição governamental. Precisamos estimular o Pinheiro com o nosso subsídio constante. Ele representa a alma do Rio Grande na corrupta capital da União.

Cumpre-nos fortalecê-lo sempre.

Parece-me conveniente a pronta expedição dos recados.

Teu
Júlio

4076

Porto Alegre, 18 de novembro de 1898.

Medeiros, ontem, por intermédio do Aurélio, enviei-te diversos recados, inclusive o seguinte: que me parecia conveniente aguardarmos algum telegrama do Pinheiro sobre as nossas relações políticas com o governo do Campos Salles, a fim de enviarmos em seguida, por via telegráfica, as indicações mais urgentes àquele amigo.

Ignoro se depois recebeste algo do Pinheiro.

No caso negativo, parece-me que, se não te chegar hoje nenhuma palavra dele, convirá que amanhã des-pertes a sua atenção sobre os nossos assuntos mais urgentes.

Neste sentido, incluo a minuta de um longo recado cifrado, que, sendo um rápido resumo, ampliarás ou reformarás como melhor entenderes. As palavras sublinhadas devem ser convertidas em cifras, conforme a velha perícia do amigo Aurélio. (*)

Sempre
Teu
Júlio

(*) Aurélio, sempre referido, é Aurélio Veríssimo de Bittencourt.

4080

Porto Alegre, 6 de dezembro de 1898.

Medeiros, reportando-me a nossa prolongada palestra de ontem penso que não deves retardar o telegrama ao Marinho e ao Campos Salles. Se for possível, entendo que devas expedi-los de hoje até amanhã, tendo em vista a gravidade e urgência do assunto. Resolverás, entretanto, como melhor julgares.

Envio-te inclusas duas minutas, que submeto às tuas francas emendas. São telegramas ao Pinheiro e Aureliano. (*) Ao primeiro cumpre-nos neste momento, enviar a nossa palavra confortante de inalterável solidariedade, que o comoverá afetosamente. Ao segundo devemos advertir sobre a inconveniência visível de uma renúncia imediata, exortando-o a adiá-la para época oportuna, após o seu regresso.

Peço-te que reles as minhas importunações, ditadas pela sincera e íntegra intenção de prestar-te o meu devotado auxílio.

Bem sabes que estou e estarei sempre ao teu lado e ao teu dispor.

Teu
Júlio

(*) Referência, respectivamente, ao Senador José Gomes Pinheiro Machado e ao Deputado Aureliano Pinto Barbosa.

4081

Porto Alegre, 10 de dezembro de 1898.

Medeiros, combinei hoje com nosso amigo Firmino de Paula uma palestra amanhã em Palácio, às 7 horas am., com intenção de pedir que nos concedesses essa audiência especial. Agora, porém, lembro-me de que amanhã é domingo — **dia de universal descanso** — em que nós ambos precisamos ficar em sossego. Por isso, peço-te que, se for possível, mandes convidar o Firmino para palestrarmos hoje em Palácio, às 9 horas.

Aguardo o teu aviso, afim de comparecer.

O Firmino está hospedado no Hotel Lagache, para onde podes enviar o teu convite urgente.

Releva esta importunação do

Teu
Júlio

4084

Figueira, 25-1-99

Meu prezado Medeiros, impedido ocasionalmente de ir em pessoa apresentar-te meus afetuosos cumprimentos no dia do 1º aniversário do teu honradíssimo Governo, tão fecundo em benefícios para o nosso querido Rio Grande do Sul quanto glorioso para a legítima política republicana, de que és um dos mais eminentes intérpretes, cumpro nestas rápidas e singelas linhas esse grato dever.

191

Recebe, pois, de envolta com um abraço de amigo agradecido e certo, os meus veementes votos pela constante felicidade do teu emérito Governo e os meus fervorosos protestos de integral solidariedade com a refletida, resoluta e profícua ação administrativa que tens mantido na direção orientada dos grandiosos destinos da nossa amada terra natal.

“Conservar, melhorando” — eis a nossa inesquecível divisa haurida nas páginas sábias e imorredouras do incomparável mestre, Augusto Comte.

E tu a tens observado com um critério e segurança admiráveis.

Parabéns!

Teu
Júlio de Castilhos

4088

Porto Alegre, 16 de março de 1899.

Medeiros, estava escrevendo uma substanciosa carta ao Pinheiro quando recebi o telegrama que me enviaste, isto é, o do Martins Costa.

Li atentamente a dissertação telegráfica do Martins. O tópico que demanda resposta urgente é o que se refere à redução da verba destinada, no orçamento federal, ao serviço da repressão do contrabando na fronteira.

Penso que deves responder, hoje mesmo, que tal verba não pode ser reduzida, alegando que ela é ainda insuficiente para as despesas que o Governo do Estado terá de fazer, no caso de assumir o encargo da vigilância fiscal das fronteiras.

Quanto aos outros assuntos, conversaremos depois.

Urge **ativar** o Martins. (*)

Teu
Júlio

(*) Todas as referências a Martins ou Martins Costa correspondem ao Dr. José de Almeida Martins Costa Jr., então no Rio, diligenciando junto ao governo federal o estabelecimento de um convênio para a repressão ao contrabando nas fronteiras e a restauração da Alfândega de Porto Alegre.

4097

Porto Alegre, 4 de maio de 1899

Medeiros, acabo de conversar longamente com o José Gabriel, Vasco Bandeira e Gervásio, (*) que chegaram às 8 horas. Ficaram bem **orientados**.

Devolvo os papéis que me enviaste ontem, à noite. A carta do João Francisco (*) é muito importante e confirmativa das duas que recebi de Montevideo, das quais te dei conhecimento.

Envio-te um telegrama ainda mais importante de Moyses. (*) Já deves conhecer o seu objeto por um recado que te mandei pelo Aurélio, às 10 da noite.

Torna-se cada vez mais evidente que os nossos perversos inimigos planejam próxima **mazorca**.

Precisamos redobrar de vigilância sagaz.

(*)1 Trata-se de próceres republicanos do interior do Estado: José Gabriel da Silva Lima, de Cruz Alta; Vasco Pinto Bandeira, de Jaguarão; quanto a Gervásio, tanto pode ser Gervásio Alves Pereira como Gervásio Lucas Annes.

(*)2 João Francisco Pereira de Souza.

(*)3 Provavelmente, Dr. Moysés Pereira Viana, de Livramento.

Parece-me conveniente uma conferência especial com o José Carlos (*4) e comandantes dos corpos, estando presentes também os secretários e chefe de polícia. Para tal fim estarei às tuas ordens amanhã, à hora que combinarmos, isto é, à noite.

Já estou estranhando a demora do telegrama prometido pelo Pinheiro.

Teu
Júlio

(*4) Cel. José Carlos Pinto Jr., Comandante Geral da Brigada Militar.

4105

Porto Alegre, 24 de maio de 1899.

Medeiros, devolvo-te o telegrama do Martins. Realmente, como dizes, cumpre sanar a omissão da referência ao decreto de 12 de fevereiro de 97, ao qual não pode deixar de se reportar o **convênio**, porque é ele o complemento ou retificação do decreto de 8 de janeiro do mesmo ano. Quanto ao mais, penso que a minuta está satisfatória, na substância. Oxalá que o Murtinho (*) não a recuse! Tenho cá as minhas dúvidas...

Parece que basta responderes ao Martins o seguinte, mais ou menos:

“Ciente minuta. Indispensável preencher omissão referência ao decreto 2459 de 12 de fevereiro de 1897 em seguida ao 2431 de 8 de janeiro mesmo ano. Bem sabês aquele retificou este, completando. Imprescindível citá-lo no convênio. Sanada esta lacuna, termos minuta satisfazem. Ativai assinatura.”

Recado do

Teu
Júlio

(*) Referência ao Dr. Joaquim Murtinho, Ministro da Fazenda do governo Campos Sales.

4113

Porto Alegre, 19 de junho de 1899.

Medeiros, apesar de continuar resfriado, resolvi ir hoje à chácara por vários motivos, inclusive a necessidade de fugir, por algumas horas, às importunações diárias dos imprudentes, que até ontem (domingo!) me assaltaram...

Envio-te inclusa a carta que ontem recebi do José Gabriel. Lendo-a, verificarás a realização das conjecturas que te manifestei, a propósito das nomeações feitas para Santo Angelo, sobre as quais, com a minha habitual franqueza, externei-me previamente ao Evaristo, que fora o intermediário do Firmino de Paula, cujas indicações julguei desacertadas, ou, pelo menos, susceptíveis de um adiamento... O José Gabriel tem por si a verdade e a razão, quanto a Santo Angelo; mas, erroneamente, atribui a mim o patrocínio das aludidas nomeações, de que só tive conhecimento pela leitura da **Federação**, como já te expus de viva voz. Não lhe responderei antes de conversar contigo, o que farei amanhã, em Palácio, onde pretendo comparecer. Entretanto, dir-lhe-ei pelo telégrafo o seguinte: **Aguardai carta. (*)**

Cuido assim de evitar ulteriores incômodos, que, aliás, muito receio, para nós ambos. Temo que o José Gabriel, sentindo-se molestado, peça demissão, sobre o pretexto de não ser atendida a sua proposta relativa ao delegado Tarquínio, que é **criatura** do Firmino. E bem sabes que aquele velho chefe local é insubstituível na sua região, enquanto viver... E o **outro** é agora um **touriste**, da nova espécie. Conversaremos.

Releva-me esta expansão, na intimidade do nosso mútuo afeto, sempre crescente.

Teu
Júlio

(*) Tudo se refere ao conflito político entre as lideranças de José Gabriel da Silva Lima e Firmino de Paula, na região de Cruz Alta. O caso evoluirá até o isolamento e derrota de José Gabriel, segundo se verá em cartas posteriores.

Porto Alegre, 4 de julho de 1899.

Medeiros, só agora (5 pm.) fiquei **liberto** da última palestra. A primeira começou desde 1 hora! Tive hoje com o Firmino (*) uma conversa um tanto veemente, que felizmente terminou em tom muito amistoso, graças à minha exemplar paciência. Esse bom amigo, de longos anos, ao retirar-se, não pôde conter as lágrimas sinceras, que me fizeram esquecer a inconveniência de palavras anteriores.

Ele embarca hoje, e lhe prometi ir a bordo abraçá-lo. Terei também de comparecer à casa do Evaristo (*1), para o felicitar pelo aniversário. Por isso, peço-te que adies para amanhã, à noite, a conferência com o Ildefonso, se for possível. A demora de 24 horas nenhum prejuízo trará, visto que ele não poderá partir antes de chegar o Climaco de Mello.

Recado do

Teu
Júlio

(*) Firmino de Paula e Silva.

(*1) Evaristo Teixeira do Amaral.

4116

Porto Alegre, 5 de julho de 1899.

Medeiros, o aspecto do tempo promete copiosa chuva, que já está principiando.

Receando expor-me à umidade, para não adoecer, sinto-me privado de acompanhar-te na visita ao quadro do Weingartner (*), combinada entre nós para hoje. Se quiseses transferi-la para amanhã, ou para o primeiro dia de bom tempo, terei o gosto de ser teu companheiro. Resolve como entenderes.

Ainda não veio o cifrado prometido pelo Pinheiro? Tem sido laboriosa a gestação...

Depois conversaremos sobre os pedidos enviados de Camaquã.

Devolvo-te os papéis que me enviaste ante-ontem. Parece que ao intendente Jobim (*1) convém que respondas o seguinte: "Temos providenciado pelos meios nosso alcance. Aguardamos resultados".

Recado do

Teu
Júlio

(*) Pedro Weingartner.

(*1) Padre Augusto Martins da Cruz Jobim, antigo Vigário e Intendente de Livramento.

4118

Porto Alegre, 10 de julho de 1899.

Medeiros, devolvo os papéis que te pertencem.

Quanto aos telegramas do Pinheiro, nada há a responder, por enquanto, mesmo porque já são resposta aos nossos, embora omissa.

É impertinente a exigência que ele faz — para ser enviada pelo telégrafo a exposição sobre o porto do Chuhy. Mas devemos satisfazê-la, para evitar **pretextos** futuros... Envio-te o parecer do Parobé (*), a fim de que este redija um resumo telegráfico, sem prejuízo da remessa de uma carta, que o próprio Parobé deve elaborar, pelo próximo vapor da Costeira. Não pensas assim? Desejo ler o resumo, se for possível, antes de ser expedido.

(*) Eng.º João Pereira Parobé, Secretário das Obras Públicas.

Envio-te um rascunho de recado ao Cassiano (*1), com lícito ardil destinado a **por em apuros** o Plínio e Crespo (*2), que nos alegaram ter vindo ao Estado com **licença** daquele...

Se o Clímaco chegar hoje, poderás conferenciar com ele, sem necessidade da minha presença.

Já mandei chamar o Prado Jacques e Fayette para conversarem com o Ildefonso, hoje.

Teu
Júlio

(*1) Deputado Alexandre Cassiano do Nascimento, líder da bancada rio-grandense na Câmara Federal.

(*2) Provável referência aos deputados Plínio Casado e Py Crespo.

4120

Porto Alegre, 17 de julho de 1899.

Medeiros, devolvo-te as importantes cartas do João Francisco (*) e Abelardo Marques (*1).

Calquei sobre elas o rascunho do telegrama que ora te envio, submetendo-o à tua revisão.

Cumpre-nos **estimular** o Pinheiro que se mostra muito desatento às nossas palavras. Pelo menos, obrigá-lo-emos a desembuchar algo e resguardaremos a nossa responsabilidade quanto a emergências futuras. Parece inacreditável a culposa inação em que tem ele permanecido!

Devolvo também a carta do **inocente** Vossio (*2).

Julgo conveniente pedir resposta ao Murtinho, quanto ao telegrama do dia 13.

Recado do

Teu
Júlio

P.S.

Lembro-te que forneças ao Evaristo o exemplar do **Siglo** (*3), para ser publicado na **Federação** a tradução da notícia sobre os **planos** maragatos, com os devidos comentários. Convém que ele não os faça antes de me ouvir.

(*) João Francisco Pereira de Souza.

(*1) Político uruguaio ligado ao Partido Blanco.

(*2) Vossio Brigido era o nome do então Delegado Fiscal da Fazenda Nacional no Rio Grande do Sul.

(*3) "El Siglo", jornal de Montevideu.

4121

Porto Alegre, 22 de julho de 1899.

Medeiros, quando recebi o teu cartão de hoje, estava aqui o Aurélio, por cujo intermédio enviei-te vários recados importantes e as minhas sinceras congratulações a propósito do **tour de force** com que o Ildefonso iniciou a repressão do contrabando. Ao teu alvitre muito acertado — de ser entregue hoje à publicidade o caso escandaloso de Quarahy adicionei a lembrança de um telegrama ao Murtinho, no sentido de lhe comunicares o ocorrido, mediante um extrato hábil do recado do nosso Ildefonso. Isso produzirá ótimo efeito no Rio, especialmente no ânimo do ministro e do Salles...

195

Convém que respondas ao Ildefonso (*), louvando-o e recomendando que continue a proceder energicamente **sempre dentro das leis**, para evitarmos reclamações indêbitas, etc.

Vai um rascunho de telegrama ao Pinheiro, com muitos tópicos cifrados. Penso que por hoje basta o **lembrete** àquele amigo. Lembro-te que o Aurélio deve adotar novos **alfabetos** em cada telegrama cifrado, para evitar a violação.

Recado do

Teu
Júlio

P.S.

Tenho sido muito importunado hoje.

(*) Trata-se de Ildefonso Borges da Fontoura, que então exercia a Inspetoria do Serviço de Repressão ao Contrabando.

4132

2-9-99

Medeiros, envio o rascunho da resposta ao Cassiano (*), cujo telegrama devolvo. Altera-o como entenderes, se não julgares bem explícitos os seus termos.

Convém que mandes o Aurélio redigir uma notícia (para ser publicada na **Federação** de hoje) na qual se declare que em telegrama de ontem, dirigido ao Presidente do Estado, o Cassiano apresentou a sua renúncia ao cargo de Vice-Presidente, a qual tornou-se efetiva. Convém acrescentar um tópico em que se consigne que por motivo inteiramente involuntário, e a contragosto sincero, tomou essa resolução o eminente e devotado compatriota, cuja dedicação e competência continuarão, aliás, ininterruptas ao serviço da República e do seu Estado natal.

Este aditivo evitará explorações ou quaisquer suspeitas de momento. Depois, a **Federação** poderá publicar alguns comentários explicativos, que satisfaçam a curiosidade partidária...

Lembro-te o alvitre de orientares o Andrade Neves sobre os casos do contrabando, para que ele não cometa algum descuido ou omissão.

Peço licença para dizer-te que me parece conveniente interessar mais o Martins Costa (*1) em tais assuntos. Está sobrecarregado de tantos afazeres e preocupações diariamente, sobretudo agora na elaboração da Mensagem; nada mais natural, pois, do que o Secretário da Fazenda tomar a si o encargo que lhe é pertinente, sujeitando todavia à tua irrepreensível revisão superior os trabalhos de solução de consultas, etc. (É uma afetuosa lembrança de amigo).

Até logo.

Teu
Júlio

(*) Deputado Alexandre Cassiano do Nascimento.

(*1) Dr. José de Almeida Martins Costa Jr., então Secretário da Fazenda do Estado.

4133

5-9-99

Medeiros, devolvo os telegramas que me entregou hoje o Aurélio, ao sairmos da igreja.

Quanto à consulta do Ildefonso (*), entro em dúvida, de momento, sobre se o Estado mesmo no regime do Convênio, tem competência para regulamentar as horas do trânsito entre Livramento e Rivera. O caso apresenta caráter **especial**, atenta a circunstância de serem as duas cidades separadas apenas por uma rua.

(*) Ildefonso Borges da Fontoura, Inspetor do Serviço de Repressão ao Contrabando.

Ignoro o que está disposto a respeito na legislação ou decretos aduaneiros federais, dado que a hipótese esteja neles prevista. Se ainda não tens solução assentada, parece-me conveniente consultar o Murtinho (1*) com urgência, porque a sua palavra servirá de norma de ação profícua contra os manejos do desvairado Menna, que anda à cata de **pretexto** para provocar um conflito armado. Devemos ficar sempre a cavaleiro, no ponto de vista legal... Se adotares este alvitre, convirá dizer ao Ildefonso que aguarde a solução, dependente do ministro.

Não tenho à mão a Consolidação das leis aduaneiras, pelo que nada mais posso adiantar agora.

Convém um telegrama cifrado ao João Francisco dizendo-lhe que o Menna (2*) pediu licença ao Cantuária (3*) para aceitar os **voluntários** que desertam do Cati, etc. Isto prova que aquele louco cuida de promover deserções no corpo do J. Francisco, que deve ficar precavido. Julgo necessária uma hábil prevenção, tendo em vista o **peixe** que te envio incluso.

Remeto também um **peixe** irrisório do estúpido Carlos Telles. Devolvê-lo-ás, para fazermos um cifrado ao Pinheiro.

O Recado do

Teu
Júlio

(*) Dr. Joaquim Murtinho, Ministro da Fazenda do governo Campos Sales.

(*) General Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto, que então comandava a guarnição federal de Santana do Livramento.

(*) General João Tomaz da Cantuária.

Reservado

4134

5-9-99

Em aditamento:

Disse-me ontem, à noite, o Cherubim (*) que desejava uma indicação minha para ser preenchida a vaga do Mendes Basto. Respondi-lhe que conversaria contigo, e não declinei nenhum nome. Reportando-me ao teu recado, penso que deves oferecer (em reserva) o cargo ao nosso amigo Francisco Carlos Pereira Caldas (*1), que reúne os requisitos necessários. Se este não aceitar, poderás convidar (também em reserva) o Knorr, que provavelmente não se negará. Qualquer deles é idôneo. A ponderação essencial, quer a um, quer a outro, é que o cargo é nobre, de inteira e imediata confiança do Presidente, e corresponde a 500\$000 mensais, **além** das vantagens posteriores, que serão proporcionais ao incremento das rendas das oficinas diversas da Casa de Correção. O mais fica por tua conta, isto é, entregue ao teu sempre apreciado **savoir faire**. Devo acrescentar que a ninguém falei sobre o assunto vertente, muito menos aos cidadãos mencionados.

Resolverás como te parecer melhor.

O meu intuito único é auxiliar-te, não só quanto ao acertado provimento do cargo vago, como em relação às futuras dificuldades ou disputas concernentes ao cartório do Telles...

Teu
Júlio

(*) Cherubim Costa, Chefe de Polícia.

(*)1) Presidente do Conselho Municipal de Porto Alegre.

4135

10-9-99

Medeiros, devolvo-te a resposta do C. Salles, lida com satisfação. Como tu, penso que o Menna (*) será, **pelo menos**, retirado de Livramento e transferido para fora do Estado, se não for submetido a processo militar, visto que desacatou ordens diretas do Presidente da República no caso ocorrido, conforme sabemos

(*) Gen. Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto, então comandante da guarnição federal de Livramento.

pelos **peixes** que nos foram ministrados... Veremos. Tenho algum receio das vacilações peculiares ao Salles. Julgo conveniente que a **Federação** explique amanhã o episódio com os devidos comentários, visto que já foi publicado adulteradamente na **Reforma** e no **Correio** de hoje. Se concordares, poderei orientar o Evaristo de viva voz, uma vez que não disponhas de tempo para isto.

Envio-te o rascunho de recados ao Pinheiro e ao Cassiano. O dirigido ao primeiro contém um tópico relativo à carta do Vespasiano, a qual me remeteste ontem, à noite. Refiro-me ao trecho sobre o Villeroy. As frases **enigmáticas** do Vespasiano (*1) vieram confirmar certas conjecturas minhas, aliás desagradáveis. Depois conversaremos. O recado ao Cassiano equivale a um lembrete atencioso e delicado, que ele não levará a mal. Cada vez estou mais convencido de que esse inexcusável amigo é insubstituível na Câmara e no Rio, no que diz respeito à política do nosso Rio Grande.

Se o Parobé chegou hoje, estarei às ordens dele e às tuas, para conversarmos sobre a sua embaixada, logo, às 7 1/2 da noite, nesta tua casa ou na tua residência conforme te aprover. Se quiseres adiar para amanhã tal conferência, estarei igualmente ao teu dispor, à hora que designares.

Hoje, apesar de ser domingo, já **sofri** visitantes...

Teu
Júlio

(*1) Referência, talvez, ao deputado federal Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva.

4136

Reservado

15-9-99

Medeiros, devolvo o telegrama rascunhado ontem. Cifrei as palavras sublinhadas, com o devido cuidado. Acrescentei um tópico relativo ao imposto sobre a introdução de gado pela fronteira. O Pinheiro conhece o assunto.

Soube que o Aurélio, desde ontem, pela manhã, ausentou-se para a chácara do João, d'onde ainda não regressou.

Embora possas ter justo motivo de censura, tomo a liberdade de aconselhar-te que não te zangues com ele. É preferível a paciência, mesmo a contragosto. Depois te direi, em reserva, o **porquê** desta minha lembrança.

Acabo de ler nos jornais a notícia da morte do Bacellar. Ainda não sei qual a igreja em que se efetua a encomendação. Vou indagar. Se compareceres, desejo fazer-te companhia. Aguardo o teu aviso.

Pretendo amanhã furtar-me aos palestrantes e quaisquer importunos, para poder fazer o trabalho concernente ao projeto da lei das terras. Relewa a demora que tem havido, de todo involuntária. Bem sabes que não disponho das minhas horas.

Recado do

Teu
Júlio

4140

Porto Alegre, 21 de setembro de 1899.

Medeiros, acabo de receber um telegrama **urgente** do Pinto da Rocha, (*), que pede resposta também **urgente**, sobre assunto do orçamento da receita federal.

Peço-te que mandes transmitir hoje, com a tua assinatura, o recado incluso, em contestação ao do Pinto. Trata-se de assunto de interesse público. Explicar-te-ei depois o motivo deste meu pedido.

(*) Artur Pinto da Rocha, então deputado federal pelo Partido Republicano.

Lembro-me de que convencionamos palestrar hoje, à noite, sobre diversos assuntos. Sou forçado a propor o adiamento da palestra, visto que tenho de ir à casa do amigo Carvalho, a quem, ontem, quando lá estive, prometi voltar hoje, conforme seu desejo. É deveras desanimador o estado d'esse bom amigo!

Recado do

Teu
Júlio

4141

Porto Alegre, 21 de setembro de 1899.

Medeiros, apesar da minha boa vontade, ainda não pude concluir o trabalho sobre as emendas ao projeto das terras. Tenho sido muito importunado, na forma de costume. Pretendo terminá-lo hoje.

Ainda assim, não haverá tempo para ser promulgada a lei antes da abertura da Assembléia, porque a análise das emendas exige o teu detido exame e, talvez, uma conferência entre nós e o Parobé. Convirá, pois, declarar na Mensagem que a promulgação será feita em breves dias.

Teu
Júlio

4142

Porto Alegre, 22 de setembro de 1899.

Medeiros, devolvo tua Mensagem, cuja parte final não me enviaste. Acabo de a ler com a mais sincera satisfação. As conveniências da forma, em um documento desta natureza, rivalizam expressivamente com a excelência da substância e superioridade do critério. Nada mais tenho a acrescentar senão que sinto o máximo desvanecimento cívico ao ver a direção dos destinos do nosso amado Rio-Grande do Sul confiada a um Presidente como tu, em quem, a pujança intelectual está em perfeito equilíbrio com uma admirável organização moral, que cada vez mais cativa o meu profundo apreço. Significo-te os meus completos parabéns, de amigo inalterável.

Teu
Júlio

4143

26-9-99, as 11,15 am.

Medeiros, importunaram-me hoje várias interrupções, que me privaram de tempo para fazer a minuta do extenso telegrama ao Pinheiro sobre os importantes assuntos que ontem discutimos e resolvemos. E já tenho a segunda metade do dia quase toda destinada a receber pessoas que desejem falar-me ... Amanhã expediremos aquele telegrama, sem que resulte o mínimo prejuízo do adiamento por 24 horas.

Confirmando o que te disse ontem, peço-te instantaneamente que revises com atento cuidado o trabalho sobre o projeto da lei das terras. (*) Repito que o executei sem o devido sossego, perturbado a cada momento pela superveniência de outros assuntos e pelas apoquentações diárias que me absorvem as horas, pelo que podem carecer de alterações a substância e a forma, atentas a magnitude da matéria (o objeto da lei) e a tua responsabilidade presidencial. Se te parecer conveniente, deves suprimir as frases cáusticas relativas ao Ger-vásio, de cuja nihilidade (sic) não cogito. Outrossim, há pontos que exigem solução muito previdente, inclusive os que se referem à questão dos terrenos municipais e ao exercício das funções que cabiam aos juizes comissários, no processo da legitimação de posses particulares. Em suma, apresentei-te apenas um esboço para base do teu estudo, podendo ele, pois, ser modificado para melhor, como entenderes. Peço-te, ainda uma vez, que resolves com a mais ilimitada franqueza, o que me satisfará.

Recado do

Teu
Júlio

P.S.

A parte final da análise foi ditada por mim e escrita pela Honorina. (*) Eis o que explica a diferença da letra.

(*) A lei de Terras do Estado veio a ser promulgada pelo Presidente Borges de Medeiros a 5 de outubro de 1899. Como se vê, Castilhos colaborou estreitamente no seu estudo.

(*) Referência à esposa, Sra. Honorina Castilhos.

Porto Alegre, 28 de setembro de 1899.

Medeiros, esteve hoje em longa palestra comigo, das 2 horas até às 4 1/2, o Firmino de Paula, com quem conferenciaremos na próxima semana sobre as coisas de Santo Angelo. Esse amigo retirou-se muito satisfeito.

Conforme combinamos ontem, estarei pronto para a conferência com o José Gabriel amanhã, às 8 1/2 am., no local que designares: na tua casa, em Palácio ou aqui. Avisa-me.

Deves prevenir hoje o J. Gabriel. Está hospedado no Hotel Lagache.

Peço-te que me envies hoje o tal ofício d'ele (o **pavoroso**) ao Cherubim(*). Desejo fazer uma segunda leitura antes da entrevista.

Recado do

Teu
Júlio

P.S.

Parece conveniente que o Parobê tome parte na conferência com o J. Gabriel (*) visto que um dos principais assuntos é o das terras.

(*) Cherubim Costa, Chefe de Polícia do Estado.

(*)1) As repetidas referências a José Gabriel da Silva Lima, chefe político de Cruz Alta, e a simultânea referência a Firmino de Paula, mostram que prosseguia a contenda entre aqueles dois próceres.

Lembrança

Condições fundamentais do **empréstimo externo**

Importância do empréstimo — mínima 300.000 Lb., máxima 400.000 Lb.

Tipo do empréstimo — 90 no mínimo (incluídos nos 10% do desconto todas as despesas de corretagem, comissões, etc).

Prazo do empréstimo 32 a 40 anos

Juro do empréstimo 5% no máximo

Amortização do empréstimo 2% no máximo

Há necessidade de certas combinações com o Sr. Alfredo Dillon, para serem feitas de viva-voz, inclusive as que se referem ao sigilo da negociação e às **convenções** da correspondência telegráfica.

Se houver acordo sobre as bases acima mencionadas, parece que será necessária uma carta oficial, em **termos hábeis**, na mesma conformidade ao Sr. Dillon, de quem deve ser exigida uma carta correspondente (antedatada) na qual ele declare que se oferece para intermediário do empréstimo nas condições expostas. Isto é uma precaução salutar.

Medeiros, submeto ao teu exame estas notas, tendo em vista a conferência final que logo, à noite, realizaremos com o Dillon, relativa ao **empréstimo externo**. Aproveitarás delas o que te parecer útil. Quanto aos outros assuntos que nos preocupam, faremos logo, na palestra da noite, a recapitulação das soluções já adotadas.

Teu
Júlio

13-10-99

P.S.

Ontem, apesar de ser dia feriado, não faltaram visitantes, que me importunaram até às 5 horas da tarde!

Porto Alegre, 18 de novembro de 1899.

Medeiros, acabo de receber o teu cartão.

Devolvo os telegramas. É realmente deplorável a atitude do governo do Salles! Que carência de espírito e seriedade!

Logo conversaremos sobre o caso. Irei a Palácio, das 7 1/2 para as 8 horas, para a reunião combinada. Deves lembrar os secretários. Recebi carta de Manoel Victorino. (*)

Recado do

Teu
Júlio

(*) Manoel Victorino Pereira, ex-vice-presidente da República, no quadriênio de Prudente de Moraes.

Porto Alegre, 19 de novembro de 1899.

Medeiros, hoje, dia do teu precioso aniversário natalício, significo as minhas felicitações com abundância de coração e envio um abraço afetuoso, não somente ao amigo exemplar e querido, mas também ao rio-grandense preclaro e ao emérito confrade político, que tem sido e continuará a ser, salientemente um dos mais nobres e abnegados apóstolos do progressivo engrandecimento do Estado natal e fervoroso cooperador da estabilidade da República neste fecundo e privilegiado solo meridional da vasta Pátria Brasileira.

Espírito eminente, caráter fortalecido pela intransigência invulnerável, assistidos por um coração opulento, que inspira a tua conduta cívica e privada — tais são os dotes excepcionais que cativam a minha admiração crescente e te impõem o apreço da melhor porção da sociedade contemporânea.

Ofereço-te uma humilde lembrança do dia de hoje, a qual vale muito menos do que estas singelas palavras, ditadas pelo meu coração.

Teu
Júlio de Castilhos

21-11-99

Medeiros, senti não poder conversar contigo ontem, à noite, sobre a resposta cifrada do Pinheiro. A presença do Cherubim e do Bento privou-me disso, atenta a necessidade de mantermos **em reserva** as combinações eleitorais que estamos fazendo. Envio-te agora a réplica ao Pinheiro, a qual já estava escrita quando chegou o teu cartão com o telegrama do Aureliano (*), que me surpreendeu deveras!

Que fazer? Mais uma modificação na chapa... Cumpre-nos incluir o Aureliano, segundo me parece. Julgo, porém, dispensável mais outra reunião em Palácio. Nós ambos, em companhia do Evaristo, resolveremos a **última demão** para o que devemos esperar apenas a resposta do Pinheiro quanto ao velho Valle, cujo nome, segundo um telegrama do **Jornal** de hoje, foi incluído na chapa de Mato Grosso. Quanto aos outros tópicos do rascunho destinado ao Pinheiro, resolverás como melhor te parecer, exceto o que se refere pessoalmente a mim. No que me diz respeito, cumpre-me fazer um ligeiro desabafo em face da injusta ou errônea insinuação do Pinheiro, que parece ainda alimentar a preocupação da minha candidatura à Presidência da República, — coisa que repilo e abomino do íntimo da minha alma. (*)

Envio-te também um rascunho sobre a alfandega e capitão Benné. Quanto a este, o tópico prende-se ao telegrama que acabo de receber do Eugênio Jardim. Remeto o original. Peço que expeças a resposta ao mesmo Jardim, como uma satisfação ao Benné, que muito merece.

Teu
Júlio

(*) Aureliano Pinto Barbosa, então deputado federal.

(*)1) Observa-se a firmeza com que Júlio de Castilhos repele a idéia de sua candidatura à presidência da República.

25-11-99

Medeiros, envio-te inclusos duas minutas de telegrama ao Barbosa Lima (*) e Varella. (*1) Julgo necessário ou conveniente preveni-los sobre a respectiva inclusão, o que, além de ser uma deferência amistosa, evitará **rogativas** posteriores... Quanto ao Varella, torna-se indispensável o aviso por um duplo motivo: o de por à margem a frívola interferência do Victuca (*2) e o de advertir aquele sobre a condição da obediência a nós e ao Pinheiro, que já manifestou receios do "gênio discolor" do candidato.

Hoje combinei tudo com o Evaristo (*3) quanto à expedição das circulares telegráficas e postais sobre a **consulta** relativa à chapa. Sendo trabalho e fatigante o respectivo **expediente**, peço-te que exortes o Aurélio a prestar o seu auxílio ao Evaristo, sem que o assunto transpire na Secretaria, visto que convém manter o possível sigilo até amanhã, pelo menos.

O Pinheiro não respondeu ao recado de ontem?

Teu Júlio

(*) Alexandre Barbosa Lima.

(*1) Alfredo Varella.

(*2) Alcunha de Victorino Monteiro.

(*3) Evaristo Teixeira do Amaral.

Reservado

11-12-99

4164

Ao cidadão Coronel Gervásio Lucas Annes

O Coronel José Gabriel, em carta de 5 do corrente dirigida ao Major Evaristo do Amaral, secretário da *Comissão Central, declara terminantemente que, com os republicanos que o acompanham na Cruz Alta, repele a todo transe a candidatura do dr. Germano Hasslocher à deputação federal, acrescentando que aconselhou idêntico procedimento aos nossos co-religionários de Passo Fundo, Palmeira, e Soledade.

Na fase da consulta a eleição prévia, era lícito ao coronel José Gabriel, como qualquer outro chefe local, indicar livremente quaisquer candidaturas, recusar o aludido candidato, propor um substituto do seu agrado, etc.

Mas, como bem compreendeis, uma vez reconhecido e proclamado o resultado definitivo da eleição prévia, a este devem submeter-se todos os co-religionários, ainda que a contragosto pessoal, sob pena de ficar de todo subvertida a noção da disciplina partidária, sem a qual não é possível subsistir qualquer agremiação política.

Esta verdade rudimentar tem sido sempre exemplificada pelo heróico e homogêneo partido republicano rio-grandense, cuja coesão e pujança, por isso mesmo, estão em crescimento constante e fecundo, servindo de modelo único em toda a República.

No caso vertente, os candidatos propostos pela Comissão Central, de pleno acordo conosco, já foram aceitos, inclusive o Dr. Germano Hasslocher, pela grande maioria do partido do 2º distrito eleitoral, isto é, pelos municípios de Torres, Conceição do Arroio, Santo Antonio da Patrulha, Antonio Prado, Vacaria, Alfredo Chaves, Lagoa Vermelha, Santo Angelo, S. Luiz, S. Borja, Povinho e Vila Rica, não tendo vindo àquela Comissão a resposta apenas de Passo Fundo, Palmeira e Soledade. Até agora, o único protesto recebido é o assinado pelo coronel José Gabriel. Ora, é evidente que, por mais respeitado e prestigioso que seja este nosso velho co-religionário, não pode ele sobrepor-se à imensa maioria do nosso partido no 2º distrito eleitoral e à direção central em Porto Alegre.

Isto posto, confiamos no vosso esclarecido espírito de disciplina partidária e dos republicanos de Passo Fundo, e estamos certos de que não encontrará apoio nesse município a impugnação do coronel José Gabriel ao nome do Dr. Germano Hasslocher, que é agora candidato do nosso partido. O insucesso da sua candidatura importa um exemplo perigoso ou funesto. Isto, porém, não acontecerá, porque temos motivos para afirmar que os candidatos pelo 2º distrito serão votados, uniformemente, excetuada a oposição do coronel José Gabriel, a quem, aliás, dirigiremos um apelo final, logo que ele regresse a Cruz Alta, d'onde está ausente.

Pedimos e esperamos a vossa pronta resposta, por via telegráfica, a esta carta. (*).

(*) Como se vê pela carta a seguir transcrita, esta mensagem era uma circular a ser endereçada a vários chefes republicanos da região serrana.

Ao Medeiros

Uma carta, *mutatis mutandis*, para o Serafim de Moura, (*1) outra para o João Ferreira, (*2) outra para o Júlio Cardoso, (*3), ambos da Soledade, para seguirem pela mala postal que se fechará amanhã. Não há tempo a perder. Depois indicarei ao Aurélio o endereço da correspondência ao Serafim, para não haver demora.

Quanto à **prevenção** ao Pinheiro e S. Borja, fa-la-emos por telegrama amanhã. Aprontarei as respectivas minutas.

Ao Firmino de Paula enviaremos carta explicativa, que será extensiva aos amigos que na Cruz Alta fazem oposição ao José Gabriel. Cumpre-nos esmagar a rebelião do velho vaidoso e petulante, conciliando a calma discreta com a energia cautelosa e profícua.

As cartas devem ser passadas a limpo pelo Aurélio e assinadas por nós ambos. É o que me parece.

Júlio

(*1) Serafim de Moura Reis, Intendente e chefe político de Palmeira das Missões.

(*2) Antônio João Ferreira, Intendente Municipal de Soledade.

(*3) Júlio César de Oliveira Cardoso, líder republicano em Soledade.

26-12-99

4167

Medeiros, fui ontem (às 5 am.) à chácara, a fim de a entregar a um novo capataz. De lá voltei às 10 horas, quando o sol já estava abrasador, do que me resultou uma importuna dor de cabeça, que durou o dia inteiro. As 8 da noite recolhi-me à cama. Já começava a adormecer, quando soube pelo Honório (*), que me havias procurado. Repreendi-o por não te haver convidado a entrar. Para conversar contigo, não hesitaria em deixar o leito. Peço-te que relevantes a inadvertência do Honório.

Devolvo-te os telegramas que me enviaste ontem. Peço a tua atenção para as notas que escrevi, a lápis vermelho. Convém que a **Federação** publique hoje os respectivos extratos. Julgo que deve ser satisfeita a indicação do Ildefonso (*1) quanto ao administrador da Mesa de Quarai. Este amigo mostra-se cada vez mais digno da nossa confiança. É um comissário **hors ligne**! Dou-me os parabéns por te haver indicado a sua acertada nomeação. Quanto à tal Alfândega de Livramento, penso que deves telegrafar ao Murtinho e Salles no sentido de não ser instalada. (2*) Oferecer-te-ei a respectiva minuta em termos decisivos, apesar do dogmático **parti pris** do Pinheiro, que não conhece a questão no conjunto.

Devolvo também a resposta do Salles sobre a Barra. A propósito: urge que o Parobé prepare uma habilitíssima carta ou exposição ao Salles, explicando o assunto desde as origens até a atualidade e motivando assim, *mutatis mutandis*, as indicações anteriormente feitas ao Pinheiro, as quais, porém, devem reportar-se à autorização consignada na lei do orçamento federal para 1900.

Envio um exemplar do **Jornal do Comércio**, do Rio, no qual foi publicado um extenso parecer do **Club de Engenharia**. O Parobé deve lê-lo.

E basta de importunar-te, por agora.

Teu

Júlio

(*) Filho de Júlio de Castilhos.

(*1) Ildefonso Borges da Fontoura.

(*2) O comércio de Porto Alegre e Rio Grande, sempre preocupado com o contrabando que se praticava na fronteira uruguaia, era decididamente hostil à criação de alfândega em Livramento, vendo nela um instrumento de facilitação ao comércio ilícito.

QUARTA PARTE

PARECERES

O Sr. Presidente da Assembléia Legislativa encaminhou ao Instituto a reclamação do nobre Deputado Flávio Ramos, que, entendendo não deva ter a presente legislatura do legislativo rio-grandense a numeração de 6ª conforme consta das respectivas atas, pede seja restabelecida a cronologia de acordo com a verdade histórica.

Entende-se por legislatura, no sentido da consulta, o período durante o qual uma assembléia legislativa exerce o mandato para que foi eleita.

Sua caracterização, como tal, independe da extensão do período, ou da soma de poderes que a constituição outorgou aos legisladores. As legislaturas da Câmara dos Deputados do Brasil, de 1891 a 1930, duravam três anos, e atualmente duram quatro, sem que isso lhe altere o significado político,

No Rio Grande do Sul, historicamente, o poder legislativo conta de 1835, quando, a 20 de abril, instalou-se a primeira legislatura da Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Tendo seu funcionamento interrompido pela Revolução Farroupilha, reiniciou suas atividades após o restabelecimento da paz. E daí, sem mais interrupções, vigorou até 1889, quando foi dissolvida pelo Governo Provisório da República, depois de numerar vinte e quatro legislaturas, conforme consta das atas das sessões realizadas no ano acima citado.

A Assembléia Legislativa da Província, que se compunha de trinta e seis deputados, eleitos por dois anos, tinha poderes, não só para votar os orçamentos de receita e despesa, como para legislar em matéria que não fosse de privativa competência do poder Central, e até interferir na aplicação das verbas orçamentárias.

A 20 de novembro de 1892 era eleita a Assembléia dos Representantes, constituída de trinta e dois deputados, com mandato de quatro anos. Foi dissolvida pelo Governo Provisório implantado pela Revolução Farroupilha de 1930, quando cumpria dez legislaturas.

Em 1935 ressurgiu com o nome atual, de Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, apresentando, nesta fase, uma inovação com a representação classista. Mas foi dissolvida em 1937, pelo golpe de 10 de novembro.

E só dez anos depois, voltou a funcionar a Assembléia Legislativa, com o mesmo nome e os mesmos poderes, porém, excluída a representação classista.

Embora dissolvida várias vezes, a Assembléia nunca perdeu suas características próprias, nem mesmo mudando de prédio, nestes últimos cem anos.

Enquanto o representante do poder executivo chamou-se, ora presidente, ora interventor ora governador; às vezes eleito, outras vezes nomeados pelo governo Central, a Assembléia sempre teve esse título, sempre foi eleita pelo sufrágio popular, tendo por principal atribuição votar e fiscalizar a execução dos orçamentos.

Não obstante as diversas interrupções, a existência da Assembléia constitui um todo, sem quebra de suas linhas essenciais.

Sua história, que é longa e brilhante, começa em 1835, com vinte e quatro legislaturas na Monarquia e dezoito na República, inclusive a presente.

Esta é, portanto a 42.^a legislatura da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Comissão de História e Geografia, 14 de maio de 1967.

Arthur Ferreira Filho — relator

Walter Spalding

Rinaldo Pereira da Câmara

ASSEMBLÉIA DO RIO GRANDE DO SUL

LEGISLATURA	MONARQUIA	LEGISLATURA	REPÚBLICA
1. ^a	1835	25. ^a	1891 — 1892
	Revolução Farroupilha		Governicho
2. ^a	1845 — 1846	26. ^a	1893 — 1896
3. ^a	1847 — 1848	27. ^a	1897 — 1900
4. ^a	1849 — 1850	28. ^a	1901 — 1904
5. ^a	1851 — 1852	29. ^a	1905 — 1908
6. ^a	1853 — 1854	30. ^a	1909 — 1912
7. ^a	1855 — 1856	31. ^a	1913 — 1916
8. ^a	1857 — 1858	32. ^a	1917 — 1920
9. ^a	1859 — 1860	33. ^a	1921 — 1924
10. ^a	1861 — 1862	34. ^a	1925 — 1928
11. ^a	1863 — 1864	35. ^a	1929 — 1930
12. ^a	1865 — 1866		Revolução de 1930
13. ^a	1867 — 1868	36. ^a	1935 — 1937
14. ^a	1869 — 1870		Estado Novo
15. ^a	1871 — 1872	37. ^a	1947 — 1950
16. ^a	1873 — 1874	38. ^a	1951 — 1954
17. ^o	1875 — 1876	39. ^o	1955 — 1958
18. ^a	1877 — 1878	40. ^a	1959 — 1962
19. ^a	1879 — 1880	41. ^a	1963 — 1966
20. ^a	1881 — 1882	42. ^o	1967 — 1970
21. ^a	1883 — 1884		
22. ^a	1885 — 1886		
23. ^a	1887 — 1888		
24. ^a	1889		

Comissão de História e Geografia, 14 de maio de 1967

Arthur Ferreira Filho
Relator.

Referências bibliográficas.

Comentários à Constituição de 1891 — Carlos Maximiliano.

Larousse du XX e Siècle —, Anais da Assembléia, no Império e na República — Catecismo Constitucional — Lacerda de Almeida, Acontecimentos Políticos do Rio Grande do Sul — Gustavo Moritz, — História Geral do Rio Grande do Sul — Arthur Ferreira Filho, — Guerra Civil do Rio Grande do Sul — Alencar Araripe. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

PARECER

A Prefeitura Municipal de Vacaria, em ofício de 10 de setembro p. passado, pede um parecer do Instituto, declarando “qual a data que deve ser comemorada como sendo a da criação daquele município”.

Pede ainda certidão de diversas leis provinciais referentes a criação, extinção e posterior restauração do município de Vacaria.

A documentação publicada, que se encontra na coleção de Leis, Atos e Decretos do governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, informa: que o município de Vacaria foi criado pela Lei nº 185, de 22 de outubro de 1850, ficando como termo da comarca de São Borja; que em data de 16 de janeiro de 1857, a Lei nº 227 determinou a transferência da sede do município de Vacaria, para a freguesia de São Paulo da Lagoa Vermelha, e comarca de Porto Alegre; que pela Lei nº 391, de 26 de novembro do mesmo ano (1857) foi declarado extinto o município de Vacaria, ficando as freguesias de N.ª S.ª da Oliveira e São Paulo da Lagoa Vermelha incorporadas ao município de Santo Antônio da Patrulha.

E, finalmente, que, pela Lei nº 1.115, de 1.º de abril de 1878, foi novamente criado o município de Vacaria, fazendo parte do mesmo a freguesia de São Paulo da Lagoa Vermelha.

Sobre este mesmo assunto, já opinou o Instituto, em data de 22 de novembro de 1949, declarando “não poder atestar que aquele município completaria cem anos de vida autônoma, em 1950, como solicitava o respectivo Prefeito, de então”.

Nestes termos, outra não poderia ser a decisão do Instituto, pois, de fato, o município de Vacaria estava para completar em 1950, apenas setenta e nove (79) anos de vida autônoma, descontados os vinte e um (21) anos, em que esta esteve suspensa, de 1857 a 1878.

Isso, porém, não implica em alterar a data de sua criação, 22 de outubro de 1850, que é o objeto da presente consulta.

Agora não se indaga que idade tem o município, mas da data de sua fundação.

Trata-se de comemorar uma efeméride.

Grave equívoco seria comemorar a data de 1.º de abril de 1878, que restabeleceu uma situação já criada em 1850.

Com esta Lei o governo da Província voltou às intenções da Lei de 22 de outubro de 1850 que, esta sim, criou o município de Vacaria.

Somos de parecer que essa é a data que deve ser comemorada, até mesmo porque não há outra com melhor título.S.m.j.

Porto Alegre, 8 de novembro de 1973.

Arthur Ferreira Filho — relator

Rynaldo Pereira da Câmara

Francisco Riopardense de Macedo.

PARECER

1. Consulta o Sr. Prefeito Municipal de Barão de Cotegipe, em Ofício à Chefia da Casa Civil do Governador do Estado — a este Instituto encaminhado pela Subchefia — sobre a exata denominação do Município.

2. A denominação do referido município, criado a 1.6.1964, de 315 km² de área, é realmente BARÃO DE COTEGIPE, conforme o órgão oficial que publicou o ato.

3. O título conferido pelo Sr. Dom Pedro II, acrescido das honras de grandeza, ao Bacharel JOÃO MAURÍCIO WANDERLEY, em Decreto de 14.3.1860, está registrado no Livro VIII, página 51 do Registro dos Titulares do Império do Brasil, encontrados na Secção Histórica do Arquivo Nacional.

4. Interessante é anotar que a legenda ali registrada é COTIGIPE e não COTEGIPE.

5. Outras homenagens têm sido tributadas ao grande titular do Império, como sejam: uma estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, à margem do Rio Paraibuna, um viaduto na Estrada de Ferro Central da Bahia e diversas ruas em muitas cidades brasileiras.

6. O Barão — que, apesar de ter aceitado as honras de grandeza, recusou o título de Conselheiro do Império — nasceu na vila da Barra do Rio Grande em 1815 e faleceu no Rio de Janeiro a 13 de fevereiro de 1889. A Bahia reivindica para si ser sua Província natal, mas a verdade é que a Vila da Barra, próxima ao Rio Grande e à margem do São Francisco, era, ao tempo de seu nascimento, território pernambucano

7. JOÃO MAURÍCIO WANDERLEY, nomeado Senador pela Província da Bahia, por carta imperial de 1.5.1856 — na vaga deixada por morte do 2.º Visconde de Caravelas — recebeu o título nobiliárquico a 14.3.1860. A legenda foi escolhida, pelo Chefe de Estado, para o título dado ao grande brasileiro e deve proceder da cidade baiana de Cotegipe, por isso julgamos, como em outros casos que conhecemos, que o Decreto haja sido grafado errado.

8. O autorizado “Dicionário Geográfico Brasileiro” do Conselheiro Alfredo Moreira Pinto, editado pela Imprensa Nacional em 1894, registra 3 verbetes “Cotegipe”, sendo que o primeiro é uma Cont. do Parecer da Comissão de História e Geografia — Fls...2 paróquia do Município da Capital, fundada em 1608.

9. Há, ainda, a crescer o argumento de que o titular assinou sempre Barão de Cotegipe, em sua correspondência, como se constata do arquivo pessoal de Sua Ex.^a o Marechal Visconde de Pelotas, em poder de seu neto, nosso confrade Rinaldo Pereira da Câmara.

10. Este, nosso parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 1970.

Antônio da Rocha Almeida
Relator

Aprovado pela Comissão de História em 21-10-70.

DEFESA JUDICIAL DO INSTITUTO

Transcrevemos a seguir a sentença prolatada pelo MM. Juiz de Direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública, de Porto Alegre, Dr. Élvio Schuch Pinto, nos autos do processo em que a Câmara Municipal de Santana do Livramento demandou a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, figurando o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul como litisconsorte passivo. Tinha a ação em mira a devolução à cidade de Santana do Livramento, dos restos mortais do herói farroupilha David Canabarro. Em o nº 122, publicamos, na íntegra, a contestação que pelo Instituto foi oferecida por seu patrono judicial e presidente, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa.

PODER JUDICIÁRIO
JUIZADO DE DIREITO

4ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública.

Processo nº 2238/81 (procedimento ordinário)

Autora: A Câmara Municipal de Santana do Livramento;

Ré: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia;

Litisconsorte passivo: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul;

Assistentes do Litisconsorte: Município e Câmara Municipal de Taquari.

“Um poder estranho ameaça a integridade do Império, e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar nos corações brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniquidades, e nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem geral do Brasil”. (DAVID CANABARRO, Proclamação que extinguiu a Revolução Farroupilha, em 28 de fevereiro de 1845).

I — Vistos

Trata-se de ação cominatória intentada pela CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO contra a IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, visando à condenação desta entidade a fazer-lhe entrega dos restos mortais do herói farroupilha David Canabarro, sob a cominação de uma pena pecuniária de Cr\$ 100.000,00.

Afirmou-se a autora “devidamente autorizada” pelos herdeiros e sucessores de David Canabarro a gestionar, “mesmo judicialmente”, no sentido da entrega, e transladação dos restos mortais daquele ilustre rio-grandense para a cidade de Santana do Livramento.

Sustentou a autora haver notificado a ré, para que lhe fizesse entrega dos referidos despojos, que se encontram no Cemitério da Azenha, de propriedade da demandada, em nicho interno, junto à Capela São Joaquim, — e não foi atendida.

Trata-se, afirmou, de desejo do povo de Livramento e dos descendentes de Canabarro, de que seus restos mortais retornem àquela cidade e lá permaneçam “em lugar apropriado”. Isso porque se encontram depositados em “nicho simples e comum, no cemitério antes mencionado e em completo abandono, conforme foi amplamente noticiado pela imprensa do Estado”: e porque “inexiste o chamado “Panteão Rio-Grandense”, cuja finalidade seria guardar despojos de ilustres figuras e heróis de nosso Estado”.

O pedido veio instruído com os documentos de fls. 7/85.

Contestou a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, à fls. 89/90, afirmando totalmente descabida e improcedente a ação **contra ela**. Isso porque é mera depositária dos restos mortais do general farroupilha, que jazem no Cemitério da Azenha. Aduziu que

nunca se opôs à transladação deles para Santana do Livramento; e que, se oposição houve, foi esta apresentada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Pediu, por isso, fosse citado o Instituto, para que viesse a integrar o feito; e a exclusão dela, do processo.

A resposta da Santa Casa veio instruída com os documentos de fls. 86/106, com os quais pretende justificar a nomeação à autoria, ou chamamento do Instituto Histórico e Geográfico ao processo.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul atendeu à citação, e respondeu a fls. 113/121, mediante peça subscrita por seu presidente; o ilustre Advogado Dr. Adroaldo Mesquita da Costa. Em resumo, alegou o seguinte. David Canabarro, cujo nome era David José Martins, nasceu em 22.8.1796 no local denominado Pinheiros, proximidades da então Vila de Taquari, em cuja Freguesia foi batizado a 4 de setembro daquele ano. De seus dois casamentos, não ficaram descendentes. Entretanto, deixou filhos naturais reconhecidos. Faleceu em 12.4.1867 em sua Fazenda de São Gregório, município de Santana do Livramento, onde foi sepultado. Do cemitério de São Gregório, seus despojos foram transferidos, mais tarde, para uma das praças da cidade de Santana do Livramento; e, em 1945, foram removidos para o “Memorial” mandado construir pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, no cemitério de sua propriedade. Dito “Memorial” foi construído pela Santa Casa “com a aprovação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”. Essa transladação foi feita com a anuência do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, das autoridades e população de Livramento, com representação da cidade de Taquari, com a presença do Governo do Estado e autoridades militares, “e constituiu verdadeira consagração cívica”. Não obstante, em 1953 o Prefeito Municipal de Livramento solicitou ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul providências no sentido do retorno, àquela cidade, dos despojos do Brigadeiro David Canabarro: e dita pretensão foi denegada, nos termos do parecer de fls. 23/24. Ao ensejo da renovação dessa pretensão pela Câmara Municipal de Livramento, a Comissão de História e Geografia do Instituto emitiu parecer (datado de 13.01.1978) contrário à transladação postulada. Isso porque não se encontram os restos mortais do herói farroupilha em lugar impróprio, nem em completo abandono. O “Memorial” da Santa Casa, em que se encontram, com os despojos de outros grandes vultos da história rio-grandense, acha-se muito bem cuidado, e em perfeito estado de conservação; e repousam “em nicho, ladeado pelo Dr. Aurélio Porto e Alcides Maya”.

Salienta o Instituto não ter sido por ele criado o “Memorial”. Tratou-se de idéia da própria ré, que obteve a aprovação e o aplauso do Instituto Histórico e Geográfico. E, então, ficou estabelecido entre a Santa Casa e o Instituto, que este seria sempre previamente ouvido, quando se tratasse do ingresso no Panteão de novos membros ilustres.

Conforme doc. de fls. 102/103 — Ofício da Santa Casa ao Jornal “Folha Popular” de Livramento, — os despojos de David Canabarro foram inumados em nicho interno da Capela São Joaquim; e, em 1958 tendo sido necessárias reformas substanciais na mencionada capela, foram os mesmos e aqueles de outros vultos notáveis, na história e literatura rio-grandenses, removidos para o “Memorial” construído ao lado da referida capela.

O fato de a Santa Casa, ora ré, haver denominado “Memorial dos Homens Ilustres do Rio Grande do Sul”, em lugar de “Panteão dos Homens Ilustres do Rio Grande do Sul” em nada altera nem diminui, a glória daqueles cujos restos mortais foram para ali removidos, como justa homenagem da Posteridade; e Taquari, terra natal de Canabarro, só deixou de reclamar os despojos porque vieram repousar na capital do Estado.

Por tais motivos, pediu a improcedência da ação.

Seguiu-se o ingresso voluntário do Município e da Câmara Municipal de Taquari, como assistentes do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a cuja contestação se reportaram (fls. 131/133).

Replicou a autora (fls. 128/129). Depois, pronunciou-se o Ministério Público, através do Dr. Curador de fundações (fls. 139/140) e o Curador Cível, substituto (fls. 142/143). O primeiro entende correta a posição da Santa Casa, como mera depositária dos despojos, em recusar-se a devolvê-los por simples solicitação da Câmara Municipal de Livramento, eis que os recebeu por solicitação do Instituto Histórico e com a concordância das municipalidades de Livramento e Taquari; e, assim, aguardar decisão judicial a respeito. E o outro, opina no sentido da procedência da ação, com o retorno dos restos mortais a Livramento, já que não se cumpriu a finalidade de sua trasladação para esta capital. “Ao seu lado não se encontram outros rio-grandenses de igual porte, como Bento Gonçalves, Anita Garibaldi, Osório, Gaspar Martins, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, etc”; e que “é muito difícil encontrar-se um portoalegrense que saiba onde se encontram depositados, ou escondidos”, os despojos do herói farroupilha.

Sem qualquer especificação de provas a serem produzidas em audiência, seguiu-se a decisão de fls. 137v., determinando a redistribuição do feito ao juízo da Fazenda Municipal.

Com pronunciamento do M. Público no sentido da legitimidade das partes, e pelo prosseguimento, vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

Decido, de plano, conforme o estado do processo, com fundamento nos arts. 329, combinado com o art. 267, IV e VI, e 330, I, última hipótese, — todos do Código de Processo Civil.

II — Impõe-se, preliminarmente, estabelecer a posição que efetivamente assumem os litigantes no feito.

II.1. Não obstante dizer-se representante do povo de Livramento e dos descendentes de Canabarro, e de juntar documentos constitutivos de autorização destes, não age a Autora como mandatária dos familiares do Brigadeiro; nem as autorizações de fls. 36/50 constituem instrumentos de mandato regulares, que a habilitassem a postular em nome dos signatários.

Portanto, postula em nome próprio, e promoveu a formação da relação processual na qualidade de **parte**. Tanto assim que afirmou ser “direito incontestável deferido à suplicante, a qual representa o povo de Santana do Livramento, e também os descendentes de David Canabarro, — de pleitear a entrega dos restos mortais do mesmo, pelo que tem legítimo interesse na espécie” (sic).

II.2. A demandada, Irmandade da Santa Casa de Misericórdia pediu sua exclusão da lide, afirmando sua ilegitimação passiva **ad causam**, de vez que detém os despojos disputados como simples depositária, à ordem do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Entretanto, a nomeação à autoria não foi aceita pelo Instituto, nos termos em que foi formulada pela ré. Alegou tratar-se a trasladação e conseqüente inumação dos despojos no “Memorial” do cemitério da ré, de iniciativa de ambos; e os documentos vindos para os autos confirmam as alegações do Instituto.

Por tais motivos, assumiu o Instituto a posição de litisconsorte passivo da ré; e esta, como tal haverá de permanecer na relação processual.

III — Segundo a precedência lógica, e por força do que dispõe o parágrafo 3º do artigo 267, do Código de Processo Civil, antes da apreciação do mérito impõe-se perquirir se se fazem presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, e as condições da ação.

III.1. Conforme exposto à fls. retro, sob nº II.1., a posição da autora, no processo, é de **parte** propriamente dita, eis que “demanda em seu próprio nome a atuação de uma vontade da lei” (cfe. CHIOVENDA, Instituições, Ed. Saraiva, 1965, vol. II, pág. 234).

Também não se pode entender sua presença no feito em **substituição processual** aos descendentes de David Canabarro. Não se trata de qualquer dos casos em que, no direito substancial “se admite alguém exercer no próprio nome direitos alheios” (Chiovenda, ob. cit. págs. 252/253).

Portanto, haverá de exigir-se da autora legitimação, **ad processum** e **ad causam**.

III.2. “... A **personalidade jurídica** é independente da **personalidade judiciária**, ou seja, da capacidade para ser parte em juízo... Toda pessoa física ou jurídica tem necessariamente capacidade processual, mas para postular em juízo nem sempre é exigida personalidade jurídica; basta a personalidade judiciária, isto é, a possibilidade de ser parte para defesa de direitos próprios”. Nesse sentido lição do jurista HELY LOPES MEIRELLES, em Mandado de Segurança e Ação Popular, 6ª edição, págs. 12/13.

A autora, órgão legislativo do município de Santana do Livramento, é ente despersonalizado. Assim, e na esteira da lição acima invocada, teoricamente pode demandar ou ser demandada em juízo. Mas essa personalidade judiciária só se lhe pode reconhecer quando seja chamada ou venha a juízo para defesa de **direitos próprios**.

No que respeita a eventuais interesses ou direitos de cidadãos de Santana do Livramento, ou da população do município, como um todo, falta legitimidade à Câmara Municipal para vir a juízo em defesa deles. A representação do ente político municipal, como um todo, quem a detém é o respectivo prefeito.

Consequência disso, a ilegitimidade **ad processum** da autora, que não tem personalidade jurídica, e em quem, **in casu**, também não se pode reconhecer personalidade judiciária. Seja para postular em nome próprio, seja como representante de terceiros.

O fato de haver o legislativo santanense criado uma “Comissão Especial” de vereadores, para “gestionar junto aos poderes competentes o retorno dos restos mortais do Brigadeiro Canabarro” àquela cidade (fls. 12), também não outorga à Câmara a necessária legitimação **ad processum**, que se constitui num dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Frustradas que tenham sido aquelas gestões, e havendo legítimo interesse municipal no respectivo êxito, — a prestação jurisdicional cabível haveria de ser postulada pelo Município, — como pessoa jurídica, — através de seu legítimo representante, o Prefeito Municipal. Ou **diretamente** pela família do ilustre rio-grandense, no exercício legítimo do “direito-dever de custódia, de piedade e proteção” (cfe. Ac. do 3º Grupo de Câmaras Cíveis, do Tribunal de Justiça de São Paulo, in RT 480/60), sobre seus despojos.

De outra parte, como a trasladação, em 1945, fora promovida pela Liga de Defesa Nacional, pelo Instituto e outras entidades (entre as quais não se incluiu a autora, conforme seu ofício de fls. 21/22), sem oposição dos descendentes do guerreiro farroupilha, — nem se poderia cogitar de uma legitimação processual, e **ad causam**, da autora, decorrente do traslado e do depósito. Não foi a Câmara Municipal de Livramento quem depositou os despojos à guarda da entidade ré, como proprietária do Cemitério da Azenha.

É certo que, em razão da personalidade invulgar, e dos feitos heróicos e históricos em que se envolveu aquele a quem se denomina nos autos “filho adotivo” de Santana do Livramento; em razão também de terem sido seus despojos trasladados para a capital do Estado, para maior glorificação da memória daquele que foi o último comandante-em-chefe dos revolucionários

de 35; em razão, ainda, das notícias de que seus restos mortais aqui não receberam os cuidados e o culto esperado, — legítimas poderiam parecer, sob o aspecto cívico e local, as aspirações de cada um dos vereadores santanenses, e da Câmara Municipal, no sentido de que retornem àquela comuna, onde se propõem a melhor cultuarem e honrar-lhe a memória. Mas essa legítima aspiração, não seria privativa dos vereadores, ou da Câmara: seria, antes, um sentimento da comunidade toda, de Santana do Livramento. E não se incluem no âmbito do mandato político outorgado a qualquer vereador, nem nas atribuições específicas do órgão legislativo, — de forma a justificar-lhe a assunção de personalidade judiciária, — a representação de interesses ou sentimentos municipais da natureza daqueles que motivaram o ajuizamento da ação.

Ausente a **legitimatío ad causam**, por não se tratar de postulação em defesa de direitos próprios, conseqüentemente falta à Câmara Municipal, órgão despersonalizado do Município de Livramento, a personalidade judiciária ou legitimação para o processo.

III. 3. POR TAIS MOTIVOS, por faltar à autora legitimação **ad causam** e **ad processum**; por faltar ao processo um pressuposto de constituição e desenvolvimento válidos; por entender a Câmara Municipal de Livramento carecedora da ação proposta, DECRETO A EXTINÇÃO DO PROCESSO, nos termos do art. 267, IV e VI, do Código de Processo Civil.

Sucumbente, arcará a autora com as custas e honorários de advogado da ré e do litisconsorte passivo, os quais são fixados em Cr\$ 10.000,00 e 15.000,00, respectivamente, segundo as regras do art. 20, par. 4º do CPC, — especialmente o reduzido valor da causa e o trabalho por eles desenvolvido.

P. Intimem-se.

Porto Alegre, 2 de abril de 1982.

ÉLVIO SCHUCH PINTO-JUIZ DE DIREITO
DA 4ª VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.